

ELZA APARECIDA DE OLIVEIRA FILHA

O PAPEL DO JORNAL *SEM TERRA* NA ORGANIZAÇÃO MST

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, curso de Pós-Graduação em Sociologia das Organizações, do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Angela Duarte
Damasceno Ferreira

**CURITIBA
2002**

Ao meu pai, João e à minha mãe, Elza
que me ensinaram a acreditar em um mundo melhor

Agradecimentos

Ao Carlão, por seu amor e apoio, em todas as horas.

Às minhas filhas, Maira, Lennita e Júlia, pela compreensão e incentivo.

À Nicinha, acima de tudo uma amiga sempre presente.

Aos amigos e amigas que deram força para realização deste projeto. Em especial à Marga, que corrigiu o Abstract.

À minha orientadora, Angela Damasceno Duarte Ferreira, pela lucidez e dedicação.

Aos demais professores do Mestrado, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos colegas da turma de 2000, pelos debates frutíferos e pelo bom humor constante.

À CAPES, pela bolsa de estudos que me permitiu uma dedicação total a este trabalho.

E, muito especialmente, meus agradecimentos ao pessoal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: dirigentes, militantes, acampados e assentados que me acolheram com carinho, dedicaram seu tempo e sua atenção para me ajudar a concretizar a pesquisa. Espero que as conclusões alcançadas sejam uma forma de retribuição, se puderem ajudar a melhorar a comunicação interna do MST.

Somente em nome dos
desesperançados nos é dada esperança
Walter Benjamim



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata referente à sessão pública de defesa de dissertação para obtenção de título de Mestre, a que se submeteu a aluna ELZA APARECIDA DE OLIVEIRA FILHA. Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dois, no Ed. D. Pedro I, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, às 14:00 horas, na sala de reuniões do DECISO - 9º andar, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores Doutores: Ângela Duarte Damasceno Ferreira - Orientadora, Sílvia Maria Pereira de Araújo e Geraldo Nascimento (TUIUTI), designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada “O PAPEL DO JORNAL SEM TERRA NA ORGANIZAÇÃO MST”, apresentada por Elza Aparecida de Oliveira Filha. A sessão teve início com a apresentação oral da aluna sobre o assunto desenvolvido, tendo a Professora Doutora Ângela Duarte Damasceno Ferreira, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra a cada um dos examinadores, para sua arguição. Em seguida, a aluna apresentou sua defesa. Na seqüência, Professora Doutora Ângela Duarte Damasceno Ferreira, retomou a palavra para fazer suas considerações. Na continuação, a Banca Examinadora reunida, decidiu pela ~~aprovção~~ da candidata, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Profª Drª Ângela Duarte Damasceno Ferreira (orientadora), conceito ~~A~~; Profª Drª Sílvia Maria Pereira de Araújo, conceito ~~A~~ e o Prof. Dr. Geraldo Nascimento, conceito ~~A~~. Em seguida o Senhor Presidente declarou ~~a candidata aprovada com~~, conceito final ~~A~~, à aluna Elza Aparecida de Oliveira Filha, que recebeu o **Título de Mestre em Sociologia**, área de concentração **Sociologia das Organizações**. Encerrada a sessão, eu, Sueli Helena Andolfato de Sales, secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Candidata.

Profª Drª Ângela Duarte Damasceno Ferreira (orientadora) Ângela Duarte Damasceno Ferreira

Profª Drª Sílvia Maria Pereira de Araújo Sílvia Maria Pereira de Araújo

Prof. Dr. Geraldo Nascimento Geraldo Nascimento

Elza Aparecida de Oliveira Filha Elza A. Oliveira Filha

Sumário

Resumo	03
Abstract	04
Introdução	05
Parte I – MST: um movimento social e a construção de sua identidade	10
Capítulo 1 – Teoria dos Movimentos Sociais	10
1.1 – Movimentos sociais x Luta de classes	11
1.2 – A influência de Castells e Touraine	15
1.3 – Subjetividade e cidadania	24
1.4 – Ação comunicativa e identidade coletiva	28
1.5 – Um conceito, enfim	31
Capítulo 2 – Principais características do MST	35
2.1 – Características “internas”	38
2.1.1 – Estrutura organizativa	38
2.1.2 – Hierarquia e disciplina	40
2.1.3 – Identidade de sem-terra	45
2.1.4 – Um parêntese de cunho teológico	50
2.1.5 – Mística, a celebração da unidade	54
2.2 – Características “externas”	57
2.2.1 – Movimento de massa	57
2.2.2 – Embates políticos	59
2.2.3 – A difícil tarefa da transformação	62
Parte II – Comunicação e Jornalismo: o caso do JST	66
Capítulo 3 – Teorias da comunicação e o subsistema jornalismo	66
3.1 – Pesquisas em comunicação social	69
3.2 – Um olhar no espelho	72
3.3 – Os mitos da objetividade, imparcialidade e neutralidade	77
3.4 – Ideologia e produção de sentido	88
3.5 – Comunicação nas organizações	82
3.5.1 – O jornal no âmbito de uma organização popular	85
Capítulo 4 – O JST pela voz oficial	90
4.1 – Um pouco de história	93
4.2 – Um manual sobre o JST	97
4.2.1 – Zeladores e finanças	100
4.3 – As falas oficiais	103
4.3.1 – Estrutura de produção do JST	107
4.3.2 – O nó da distribuição	111
4.3.3 – Calendário e pauta das edições	114
4.3.4 – O desafio da linguagem	117
Parte III – O JST no âmbito do MST: dificuldades e acertos	120
Capítulo 5 – O Jornal Sem Terra e seus leitores	120
5.1 – Público interno: acampados, assentados e militantes	122
5.1.1 – Dificuldade de acesso	122
5.1.2 – Índices baixos de leitura	126
5.1.3 – Proximidade e influência	132
5.1.4 – Leitores avaliam a linguagem	136

5.3 – Um comparativo das falas	143
Capítulo 6 – Análise de discurso de alguns textos do JST	150
6.1 – O discurso e suas definições	151
6.2 – Ferramentas de análise	153
6.3 – Análise das matérias e artigos do Jornal Sem Terra	156
6.3.1 – Textos sobre sementes transgênicas	156
Texto 1: Declaração pela moratória dos transgênicos	156
Texto 2: O que é cultivo transgênico?	158
Texto 3: Atenção, cuidado com os transgênicos!	159
Texto 4: Somente lutando outro mundo é possível	161
Texto 5: A Era de Franksenstein	163
Texto 6: Tribunal mostra que sociedade não quer transgênicos	165
Texto 7: Com bom senso e sem transgênicos	166
6.3.2 – Textos sobre o Projeto Popular para o Brasil	168
Texto 1: Repúdio ao endividamento externo	168
Texto 2: Um Brasil de homens e mulheres novos	169
Texto 3: Resistência popular no campo	171
Texto 4: Se a vaca é louca, outros bichos são piores	174
Texto 5: Exportações agrícolas e reforma agrária	175
Texto 6: Energia: as conseqüências do entreguismo neoliberal	177
Texto 7: MST e as comunidades rurais resgatam produção de sementes	178
6.4 – Análise do número especial do JST	179
6.4.1 – Textos de cooptação	183
6.5 – O que muda nas edições	187
Capítulo 7 – Elementos visuais reforçam símbolos	190
7.1 – A sociedade da comunicação por imagens e a fotografia	191
7.2 – Instrumentos de avaliação	195
7.3 – Imagem, Texto e Espaço Editorial	197
7.4 – As fotografias no JST	202
8 – Considerações finais	209
9 – Referências Bibliográficas	222
10 – Relação de Entrevistados	227
11 – Anexos	231
Anexo 1 – Pesquisa aplicada aos monitores de educação	231
Anexo 2 – Textos analisados no capítulo 6	232
Anexo 3 – Exemplos de imagens do JST	249

Índice de Tabelas

1 – Objetivos e metas de distribuição do Jornal Sem Terra para 1988	103
2 – Posições e opiniões sobre o JST	146
3 – Fotos coletivas	203
4 – Fotos individuais	204

Índice de Figuras

Figura I	196
Figura II	196
Figura III	196

Resumo

A presente pesquisa tem como foco a questão da comunicação no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), analisando especificamente o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST). O MST tem ocupado largos espaços no cenário brasileiro nos últimos anos e motivado grande quantidade de estudos em variados ramos das ciências. Trata-se de uma organização que luta pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que defende alterações profundas na sociedade brasileira, com a adoção de um regime socialista. Os desafios de um movimento de âmbito nacional, que atua junto a um segmento disperso e desorganizado da população, são difíceis e complexos. Estas dificuldades se ampliam quando se leva em conta que o ator social MST se contrapõe ao governo, aos principais agentes econômicos e aos grandes meios de comunicação social. Por isso, os processos internos de comunicação ganham maior importância na organização. Importante também é que setores externos, que apoiam a luta dos sem-terra, tenham contato com informações do Movimento, repassadas segundo sua própria visão de mundo. Nesse sentido, o JST cumpre um duplo papel: interno e externo. Com base em entrevistas feitas junto à lideranças, militantes e integrantes da base do MST, a pesquisa procurou verificar a extensão das funções do jornal dentro da organização, tendo como fundamentação teórica conceitos das teorias dos movimentos sociais, da comunicação e do jornalismo.

Abstract

This research focus on the communication in the interior of the Movement of Landless Rural Workers (MST), talking specifically about the Journal of the Landless Rural Workers (JST). The Movement has taken large spaces in the Brazilian scenery in the last few years and motivating a big part of the research in miscellaneous lines of sciences. It is about the organization that fights for the agrarian reform, in the same time that defends deep alterations in the Brazilian society with the adoption of the socialist regim. The challenges of a movement with social scope that actuates with a segment of the population that is scattered and desorganized are very hard and complex. Those difficulties ampliate when it is considered that the social actor MST opposites the government, the major economical agents and the bigger social communications means. That is why the internal communication process gain more importance in the organization. It is also important that external sectors get in touch with the Movement information, showed through its own world view . In this way the JST has a double role: internal and external. Based in interviews made with liderships, militants and other integrants of the MST base, the research tried to verify the extention of the function of the newspaper in the organization, having as a theoretic bases concepts of the social movement theory, the communication and the journalism.

Introdução

A questão agrária no Brasil é uma dívida social não resgatada em mais de cinco séculos de história. Desde a chegada dos colonizadores, com o processo de expulsão e dizimação dos moradores originais das terras brasileiras, as populações indígenas, a ocupação do solo se fez na base da violência. Assim foi durante a colônia e o império, quando a exploração agrícola esteve calcada na mais indigna das relações, a escravidão. Com a proclamação da república o processo de concentração da propriedade da terra se ampliou, abrindo a possibilidade de titulação de terras públicas¹.

As elites agrárias brasileiras estiveram sempre no poder, ou exercendo forte influência sobre ele, durante todo o século passado. O primeiro cadastro da propriedade da terra foi feito no país apenas em 1970, durante o regime militar e ainda de forma declaratória, baseado em informações dos próprios proprietários. Em milhares de comarcas, espalhadas por todo o Brasil, os processos judiciais que contestam a legitimidade dos documentos de propriedade de terras se avolumam: há casos de até cinco “andares” de títulos sobre a mesma área.

Os camponeses, pequenos proprietários, posseiros e arrendatários, sem força política e sem proteção legal, praticamente nunca tiveram seus direitos respeitados na história brasileira. A luta pela terra gerou milhares de conflitos ao longo desses 500 anos – desde os mais marcantes, como Canudos ou Contestado até as corriqueiras disputas por limites, invariavelmente vencidas pelos maiores proprietários. A reforma agrária é uma proposta discutida no país há várias décadas, por diferentes correntes políticas e com variados mecanismos de implementação – mas jamais efetivamente implantada.

A maioria dos especialistas consideram, hoje, a questão agrária o maior obstáculo econômico, social, político e ético ao desenvolvimento do conjunto do Brasil e, muito especialmente, o principal óbice ao exercício pleno da cidadania no país. Não só pelas condições de exploração, violência e injustiça social prevalentes no campo, como ainda em virtude das conseqüências que tal situação acarreta para a vida cotidiana das cidades. O êxodo rural, com seu desfilar de mazelas, agrava e amplia os bolsões de pobreza urbana (Linhares e Silva, 1999 p. XIIIV).

A partir dos anos 80 um novo ator social surgiu no Brasil e, desde então, tem desempenhado um papel de destaque na cena política. O Movimento dos Trabalhadores Rurais

¹ LINHARES, M.Y e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro. Campus, 1999 "...a Constituição Federal de 1891, em seu artigo 64, garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados e da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema. Assim, abria-se ao poder local, oligárquico e coronelista, a possibilidade de legitimar suas ações de açambarcamento fundiário"(p.76).

Sem Terra (MST) alcançou a proeza de organizar amplos segmentos de uma população até então desarticulada e dispersa, os trabalhadores rurais, bóias-frias, pequenos proprietários e até mesmo desempregados urbanos. Trata-se de um movimento descrito por Linhares e Silva como “a maior novidade política e social do cenário brasileiro” (p.207) que consegue ter uma atuação completa: “forja os atores, a cena e o público”, (Chaves, 1999 p. XV) colocando em debate não apenas a questão do acesso à terra, mas a própria transformação da sociedade brasileira.

Enquanto fenômeno novo e inovador, o MST é também um dos objetos de estudos que mais tem atraído a atenção de pesquisadores de variadas ciências. Nos últimos 10 ou 15 anos, os assentamentos rurais têm sido verdadeiros laboratórios para a verificação não somente das dinâmicas políticas e organizacionais que representam, mas também das relações econômicas que desenvolvem, das técnicas agrônômicas adotadas, dos modelos educacionais ou das dimensões socioculturais criadas e recriadas nestas novas realidades que apresentam profundas diversidades culturais e regionais. “Ainda as respostas são hesitantes e até controvertidas quando trata-se de dizer se de fato estas unidades, enquanto estruturas produtivas, têm condições de se tornar economicamente viáveis, vencendo as condições de extrema precariedade em que normalmente nascem” (Giulliani, 1999 p.69). Mas o interesse pelo estudo permanece.

No âmbito das Ciências Sociais é amplo o leque de pesquisas ligadas ao MST, inclusive no Paraná. O mesmo não se pode dizer em relação à Comunicação. Existem estudos que abordam a questão da luta pela terra sob a ótica da chamada grande imprensa, oferecendo uma avaliação, por exemplo, da cobertura dada por determinado jornal ou canal de televisão sobre o MST ou algum evento protagonizado pelo Movimento. A comunicação no *interior* da organização MST é assunto pouco enfocado.

A presente pesquisa tem o objetivo de verificar o papel que o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) desempenha dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entendendo que a comunicação é fundamental em qualquer organização ou processo social. O jornal é o principal veículo de comunicação do Movimento, identificado por seus líderes e leitores como “a voz oficial do MST”.

Trata-se de uma publicação mais antiga do que a própria organização que representa. O JST comemorou 20 anos de circulação ininterrupta no mês de agosto de 2001. Isso porque o jornal assumiu a numeração de um boletim, editado pela Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul e outras entidades, que apoiava a luta dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino. Como se verá, este acampamento é um marco na história da luta pela terra no Brasil e considerado um dos

eventos precursores do MST. O boletim começou a circular em 1981 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi oficialmente constituído em 1984.

Além desse patamar importante de circulação, o Jornal Sem Terra tem ainda outros elementos instigadores e que motivaram a presente pesquisa: é um veículo de abrangência nacional; endereçado a um público diferenciado, pois ao lado dos militantes e integrantes da base do Movimento tem mais de nove mil assinantes entre os apoiadores urbanos do MST. Esta parcela do público que vive em acampamentos e assentamentos está dispersa por locais de difícil acesso; com um grande contingente de analfabetos ou semi-alfabetizados. Os desafios que se colocam em termos de linguagem, temas a serem abordados e formato utilizado são imensos e reconhecidos por seus responsáveis.

A distância que separa o JST da imprensa convencional fica ainda mais ampliada quando leva-se em conta as funções atribuídas à publicação pelo próprio MST. Na fala de suas lideranças e nos textos do Movimento, o jornal é apontado como elemento de informação, formação, organização e manutenção da unidade política. A Secretaria Nacional do MST publicou, em julho de 1988, o documento “*Normas e Orientações do Jornal Sem Terra*”. Este texto confere ao JST um papel revolucionário, de fomentar a luta de classes e auxiliar a transformação da sociedade brasileira. A única citação teórica presente é de Lênin, que compara o papel do jornal revolucionário ao do andaime de uma construção. “Ele não é a obra, não é o movimento, mas ele pode ajudar a fazer avançar a obra, a crescer. Ele pode criar condições para que os trabalhadores façam a obra” (MST, 1988 p.4).

Para dar conta de evidenciar o papel do JST na organização MST foram elencados, no projeto de pesquisa, alguns objetivos específicos: verificar a disponibilidade do jornal nos acampamentos e assentamentos; avaliar o nível de leitura da publicação; identificar se a linguagem utilizada é compreensível pelo público ao qual está destinada; buscar perceber o entendimento dos conteúdos dos textos e imagens; levantar elementos que permitam uma reflexão sobre a influência do JST no pensamento político ou na prática cotidiana dos sem-terra; identificar as formas de sustentação financeira do jornal; verificar a existência de alguma condição de interatividade que abra espaço à participação dos leitores.

Para que o Jornal Sem Terra pudesse cumprir todas as atribuições previstas ele precisaria, evidentemente, ser lido por seu público. A pesquisa partia do pressuposto de um nível pelo menos razoável de leitura e muitos dos seus objetivos estavam baseados neste dado inicial. Mas não foi o que se constatou, pelo menos entre o público preferencial do JST, os militantes, acampados e

assentados. Na construção do objeto da pesquisa, os caminhos sofreram derivações, abrindo novas possibilidades de indagações e abordagens.

A pesquisa de campo, detalhada a partir do Capítulo 4 quando se introduz a parte empírica do trabalho, conseguiu dar conta de alguns dos objetivos propostos, como verificar as condições de acesso, o nível de leitura e as formas de sustentação e produção do JST. Outros objetivos – como a identificação da linguagem como compatível (ou não) ao público, e uma tentativa de avaliar o entendimento ou mesmo a influência do JST sobre seus leitores – ficaram mais complicados em função exatamente do baixo nível de leitura verificado.

A opção foi concentrar-se nos objetivos mais voltados para aspectos da produção e da circulação, incorporando outras metodologias para empreender melhor as demais tarefas. Por exemplo, a análise de discurso, que se desenvolve no Capítulo 6 ou a avaliação dos elementos visuais no Capítulo 7. Embora não fosse o objetivo da presente pesquisa verificar o papel do JST para o lado de fora do MST, optou-se pelo trabalho com o conjunto de cartas dos leitores publicadas durante um ano, incorporadas ao Capítulo 5, como forma de demonstrar, pelo menos parcialmente, a importância desta parcela do público no sentido de legitimar socialmente o MST. Este aspecto da legitimação alcançada por intermédio do jornal também deve ser levado em consideração, evidentemente, no plano interno.

Toda a pesquisa de campo e os elementos metodológicos acrescidos estão ancorados nos capítulos iniciais da presente dissertação, onde se faz um apanhado de autores e correntes teóricas que trabalham categorias fundamentais para o entendimento do objeto proposto. A Parte I (Capítulos 1 e 2) está focada nas teorias dos movimentos sociais e volta-se mais especificamente para subsidiar a compreensão do MST, apontando as principais características deste importante ator social.

A Parte II (Capítulos 3 e 4) está mais direcionada ao entendimento do objeto específico da pesquisa: num primeiro momento discute-se a questão da comunicação, do subsistema jornalismo e a importância da comunicação nas organizações. A seguir vem um histórico do JST e as várias abordagens da publicação nas palavras oficiais do MST.

Na Parte III (Capítulos 5, 6 e 7), como já foi mencionado, falam os leitores (pesquisados entre membros de setores, acampados e assentados do Paraná), e foram incorporados outros elementos metodológicos para auxiliar na consecução dos objetivos propostos. Nas Considerações Finais são apontadas algumas conclusões que podem ajudar para que o objetivo complementar da pesquisa seja alcançado. Embora tratando-se de um trabalho acadêmico, cuja

finalidade principal é empreender uma reflexão crítica sobre o objeto em análise, pensou-se desde o início em produzir um conhecimento que pudesse ser utilizado pelos mais diferentes segmentos da sociedade, no caso, um movimento social de grande envergadura. Objetiva-se, portanto, com os resultados de tal reflexão, contribuir para a melhoria do sistema interno de comunicação do MST, entendendo que este é um fator fundamental de crescimento e fortalecimento desta organização que representa, hoje, uma alternativa de exercício da cidadania para milhões de brasileiros, além de buscar caminhos para a construção de um novo modelo de sociedade. No quadro geral de desalento da política nacional e desestruturação de outras formas de organização popular, a utopia do MST tem sustentado, para muitos, a esperança em um futuro melhor para o Brasil.

PARTE I – MST : um movimento social e a construção de sua identidade

Capítulo 1 – Teorias dos Movimentos Sociais

No início de 1979 um numeroso grupo de famílias de colonos sem-terra acampou na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, reivindicando a desapropriação, para fins de reforma agrária, de um latifúndio improdutivo localizado nas proximidades. Este acampamento é considerado um marco na história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apontado como uma das ações coletivas que levaram à sua efetivação, junto com outras manifestações que ocorriam simultaneamente no Paraná (em função da remoção de milhares de famílias para a construção do lago da hidrelétrica de Itaipu) e em outros estados.

Aquele era um momento particularmente frutífero da história brasileira em relação à mobilização popular. O período de ditadura militar já dava sinais claros de esgotamento: a anistia havia sido conquistada abrindo a possibilidade de retorno dos exilados; as liberdades democráticas se estabeleciam em cima das lutas de variados segmentos de trabalhadores também nas cidades, onde os anos de 78 e 79 foram marcados por um ciclo de greves generalizadas. A população se mobilizava em lutas contra a carestia, em defesa de creches, saúde e transporte público; os professores de escolas públicas de primeiro e segundo graus faziam paralisações em vários estados. As associações de moradores se multiplicavam aos milhares em todos os centros urbanos, na maioria das vezes incentivadas pelas Comunidades Eclesiais de Base¹, ligadas ao segmento da Igreja Católica comprometido com a Teologia da Libertação – que, de resto, influenciou todas as formas de participação popular listadas acima.

Em vários outros países da América Latina, onde os ventos da democratização também sopravam depois de anos de militarismo, a população igualmente se organizava em sindicatos, partidos políticos e associações diversas. No meio acadêmico, este efervescer de manifestações teve inegáveis conseqüências: os estudos sobre movimentos populares se multiplicaram . Maria da Glória Gohn cita um levantamento feito pelo pesquisador norte-

¹ As CEBS eram grupos integrados por leigos cristãos, organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa dos próprios padres e bispos. No Brasil as primeiras comunidades surgiram por volta de 1960. Em pouco tempo se proliferaram, e no período de 68 a 78 foram registradas 80 mil CEBS em todo o país FESTA, R. e LINS E SILVA, C. E. (orgs.) In: *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo, Edições Paulinas, 1986.

americano G. Burgwal no final dos anos 80 sobre o tema dos movimentos sociais na América Latina, tendo encontrado cerca de 500 títulos, entre estudos, teses e livros².

A preocupação da sociologia com a participação política dos cidadãos e dos grupos sociais, por intermédio dos movimentos sociais, guarda relação não apenas com o momento histórico de florescimento destes fenômenos sociais, mas também com a escassez anterior de instrumental teórico sobre o assunto – as duas coisas, evidentemente, estão interligadas.

No presente capítulo procura-se elencar um conjunto de conceitos que contribuem para o entendimento dos movimentos sociais enquanto objetos de interesse para a pesquisa científica. De uma gama variada de autores e correntes teóricas que têm estudado estes fenômenos ao longo das últimas décadas, optou-se por alguns nomes que trabalham com instrumentos que podem ser utilizados na análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seu jornal.

A abordagem inicial está voltada para a corrente marxista em função da importância desta linha de pensamento para o próprio MST. Como se verá, o Movimento reconhece seus fundamentos ideológicos vinculados a esta vertente, apesar de uma contradição de solução aparentemente difícil. Isso porque Marx e seus principais seguidores consideram historicamente inviável a manutenção dos camponeses enquanto segmento social específico no capitalismo. Esta condenação histórica bate de frente com a principal bandeira das bases do MST, que é a luta pela reforma agrária, vale dizer, pela divisão da terra e pela permanência das pequenas propriedades rurais.

1.1 – Movimentos sociais x lutas de classes

Karl Marx desenvolveu um pensamento sociológico voltado para a transformação do real e trabalhou com o conceito de luta de classes enxergando no operariado o segmento revolucionário da sociedade. A dinâmica concreta da luta de classes, contudo, não foi a ênfase

² GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais*. Loyola, São Paulo, 1997. “Nesta produção predominam estudos de natureza empírico-descritiva, com análises segundo o paradigma europeu, em suas duas vertentes. na década de 70, a estruturalista-marxista de Castells; nos anos 80, a dos Novos Movimento Sociais em suas várias versões” (p. 211).

da maior parte dos seus trabalhos, mais voltados para estudos de cunho econômico. O movimento social foi pouco citado por ele, apesar de alguns de seus textos incluírem profundas análises das realidades de vários países. Especialmente o movimento camponês foi relegado a um papel secundário no contexto histórico do capitalismo. É famosa a frase em que os camponeses da França são comparados a um saco de batatas³ e classificados como elementos conservadores e reacionários no processo de mudança social. Ao longo de sua trajetória, em meados e fins do século XIX, Marx reconheceu o movimento camponês como importante, mas seu potencial de mudança era considerado sem significado enquanto movimento isolado, a menos que se constituísse uma aliança operário-camponesa – sob a direção proletária.

Outros pensadores marxistas, como Engels ou Lênin, igualmente reduzem o papel histórico do movimento camponês. O primeiro, no texto *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (datado de 1844), classifica os trabalhadores do campo como negligentes, indolentes, incapazes de assumir novas práticas de trabalho e tendentes à apatia política. Já em 1894, em artigo no qual debate o programa agrário do Partido Operário Socialista francês – *O Problema Camponês na França e na Alemanha* –, Engels expressa de forma clara o reconhecimento da importância do campesinato, refletindo uma certa mudança de postura: “O camponês é um elemento essencialíssimo da população, um fator essencial da produção e do poder político”(Engels, 1981 p.59). A apatia política desta importante fatia da população é atribuída por ele, seguindo o mesmo raciocínio anteriormente formulado por Marx, ao isolamento da vida rural e do modo de produzir específico do campesinato.

Depois de citar o papel do campesinato na revolução de fevereiro de 1848 na França, Engels afirma que, passados 50 anos, muitas coisas mudaram. Por um lado, “o desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína”, e, por outro, os partidos socialistas elaboraram um programa “que satisfaz todas as exigências científicas e no qual há reivindicações tangíveis e concretas” (Engels, 1981, p.60). Para ele, a conquista do poder pelo partido socialista estava próxima,

³ MARX, K. *18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Edições Sociais, São Paulo, 1977. “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira porque batatas em um saco constituem um saco de batatas” (p. 277).

mas para isso o partido precisaria ir “da cidade ao campo e aí converter-se numa potência”, trazendo o campesinato para a defesa de suas propostas.

Engels faz distinções na composição da população do campo. Nem todos devem ser objeto da atenção dos socialistas. O principal grupo, até do ponto de vista numérico, é constituído pelos pequenos proprietários, que se diferenciam dos proletários urbanos por ainda deterem a posse de seus meios de trabalho. Esta propriedade, contudo, é apenas aparente no modo de produção capitalista baseado na economia monetária. Por isso, ele condena a proposta dos socialistas franceses que previa a defesa das pequenas propriedades camponesas: “Sua tentativa de proteger o pequeno lavrador protegendo sua propriedade não protege sua liberdade, senão unicamente a forma específica de sua escravidão; não faz mais do que prolongar uma situação na qual não pode viver nem morrer” (Engels, 1981 p.67).

Para o autor, a única alternativa seria a exploração coletiva da terra, assim como os operários da cidade assumiriam a propriedade coletiva dos demais meios de produção. Engels diz que os socialistas, uma vez no poder, não deverão expropriar violentamente os pequenos proprietários como farão com os grandes latifundiários. “Nossa missão em relação ao pequeno camponês consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo, e não pela força, senão pelo exemplo” (Engels, 1981 p.73). Ele acreditava que também os médios proprietários, que usavam mão-de-obra assalariada, poderiam ser convencidos a aderirem às cooperativas sem que fosse necessário recorrer à expropriação violenta.

Lênin encarou uma complexa discussão em relação aos camponeses e pequenos proprietários de terra na Rússia, antes e depois da revolução de 1917, sempre tendo como pano de fundo a convicção histórica do desaparecimento deste segmento social. Primeiro, pela proletarianização dos trabalhadores que seria inexoravelmente promovida pela expansão do capitalismo; depois, pelo fim da propriedade individual e implantação da exploração coletiva da terra no regime socialista.

No texto *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* Lênin esclarece o que classifica como dualidade do campesinato, do ponto de vista do seu papel histórico e de sua situação:

De um lado os imensos remanescentes da economia baseada na corvéia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes

políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruina completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos que vivem eternamente no limite da condição proletária (Lênin, 1982 p.9/10).

Em pronunciamento feito durante o congresso do Partido Comunista, em março de 1919, Lênin afirmou que a revolução de 1917 tinha se efetivado com a participação de “todos os camponeses”. Depois de constituídas as estruturas de organização dos camponeses pobres, no ano anterior, era hora de enfrentar a questão dos camponeses médios. Para ele, este segmento continuava vacilando em relação ao apoio à revolução, mas não deveria ser objeto de nenhuma violência. “Trata-se de uma camada social numerosíssima, de muitos milhões de pessoas (...). Ao camponês médio, prático e realista devemos dar exemplos concretos para demonstrar-lhe que a comuna é melhor. Atuar pela violência significa, neste caso, deitar tudo a perder” (Lênin, 1980 p. 118).

O principal líder da revolução russa escreveu ainda um texto – *A Cooperação* – defendendo que esta forma de organização facilitava a implantação do socialismo no campo. O texto foi analisado por Cimone Rozeando de Souza em sua dissertação de mestrado sobre a cooperativa do MST em Pitanga, no Paraná:

Contudo, o autor dizia que apenas a partir de uma fase de grande desenvolvimento cultural da massa do povo era que este poderia compreender as vantagens do regime cooperativo. Era preciso uma base material para que se desenvolvesse o regime cooperativo, bons níveis de alfabetização, garantias sobre sua produção, crédito etc., sem isso as cooperativas não se viabilizariam. Para Lênin o centro de gravidade do trabalho dos socialistas deveria ser (depois da reconstrução do aparelho de estado) a organização cultural do campesinato ou a ação cultural com vistas a atingir amplamente a cooperativização (Souza, 2001 p.20).

No âmbito do marxismo, as perspectivas sobre o movimento camponês sofreram uma crítica pela evidência da história: as revoluções operárias, que não ocorreram nos países centrais, contaram com expressiva participação do campesinato. Na China os camponeses fizeram a revolução, e em Cuba o Partido Comunista, de inspiração marxista, obviamente, chegou a se posicionar contra a luta comandada por Fidel Castro e Che Guevara, que também contou com o apoio da população do campo. Em todos os países os pequenos proprietários continuam existindo, com maior ou menor dificuldade, e os movimentos de camponeses e agricultores são expressivos em vários deles.

Ao longo de todo o século XX foram muitas as alterações assumidas pelo sistema capitalista – sem mudar a sua essência. O conceito de luta de classes como motor da história,

para alguns autores, foi relativizado pelo fato de que outros mecanismos de controle social foram instituídos e outras formas de oposição popular foram gestadas:

Nos países centrais as lutas de classes deram paulatinamente lugar a compromissos de classe, à concertação social, ao compromisso histórico, à institucionalização dos conflitos, ao neocorporativismo, enfim, às formas políticas da social-democracia, ao Estado-Providência e à regulação social fordista. Por último, sobretudo nas últimas três décadas, os movimentos e as lutas políticas mais importantes nos países centrais e mesmo nos países periféricos e semiperiféricos foram protagonizadas por grupos sociais congregados por identidades não diretamente classistas, por estudantes, por mulheres, por grupos étnicos e religiosos, por grupos pacifistas, por grupos ecológicos, etc., etc. (Boaventura, 1997 p.40)

Na esteira destas transformações, a teoria sociológica passou a ocupar-se mais detidamente com os movimentos sociais no seu sentido mais amplo e a construir ferramentas de análise destes fenômenos. Variadas correntes de pensamento buscaram entender as mobilizações populares, utilizando como pressupostos as questões psicossociais, como a escola de Chicago; os modelos funcionalistas, os organizacionais-comportamentais ou mesmo os paradigmas marxistas, mesclados ou não com formulações mais voltadas para a problemática da cultura de massas e dos grandes meios de comunicação social. Na seqüência deste texto serão enfocados alguns autores cujos trabalhos influenciaram os estudos sobre movimentos sociais no Brasil e na América Latina. A tentativa é sempre buscar ferramentas capazes de contribuir na análise do objeto da pesquisa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seu principal veículo de comunicação, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST).

1.2 – A influência de Castells e Touraine

Em 1973 o pesquisador espanhol Manuel Castells escreveu o livro *Lutas urbanas e poder político* onde analisava as primeiras mobilizações de moradores de grandes cidades contra projetos urbanísticos. O estudo rapidamente converteu-se em uma espécie de guia metodológico para a análise dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) porque estabelecia que o entendimento destes movimentos deveria partir da estrutura do problema que era reivindicado pelos participantes. Ao lado desta análise de cunho estrutural, o método implicava ainda em uma observação concreta dos movimentos, verificando suas ações e a forma de organização interna, além das contradições e os limites de atuação eficaz na busca

das soluções pretendidas: “Ao desenvolver tal metodologia estaríamos relacionando o movimento social com a problemática econômica e política do capitalismo” (Gohn, 1997 p.190).

Nos anos 90 o pensador espanhol continuou apontando o papel dos movimentos sociais na formação das identidades dos indivíduos, embora muitas vezes perceba a fragilidade das organizações na nova etapa de dominação do capitalismo, que ele chama de capitalismo informacional. Em sua trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, Castells desenvolve conceitos inovadores na classificação de três tipos de identidades⁴ (legitimadora, de resistência e de projeto) através das quais a sociedade civil busca, individual ou coletivamente, fazer frente ao mundo globalizado da sociedade em rede, construindo alternativas de sobrevivência ou mudança. A identidade legitimadora é a que dá origem a uma sociedade civil e está baseada em instituições tradicionais como o estado, a igreja, a família – todos sistemas em crise na Era da Informação. As identidades de resistência surgem neste cenário, se opondo à globalização e propondo a unidade em torno de valores locais, muitas vezes de fundamento étnico, ou de bandeiras como o ambientalismo e o feminismo. A identidade de projeto representa um passo além da resistência ao produzir atores sociais coletivos dispostos a defender propostas diferenciadas para a sociedade.

Estas diferentes formas de identidade cumprem o papel fundamental de criar significado no mundo contemporâneo:

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivos únicos e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (...) a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado de um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras (Castells, 1999 p.23) .

Se, na ênfase da construção de identidades como fonte de resignificação neste período histórico, a definição de Castells ajuda a entender o processo de auto-reconhecimento que envolve os membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as demais características citadas acima não coincidem, até porque o MST tem a singularidade de ser um

⁴ CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra, São Paulo, 1999. “Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significados principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” (p.39).

movimento “clássico” (de luta camponesa), apesar de seus aspectos inovadores em termos de estratégias e das alianças que estabelece. Ao contrário das características listadas pelo autor, o MST é uma organização nacional (embora muitas decisões sejam locais); seus objetivos são amplos e duradouros (não apenas o acesso à terra, mas a mudança do modelo social) e, nos últimos anos, tem “brilhado” na mídia com bastante insistência (apesar de quase sempre com uma conotação negativa).

Em sua trilogia, Castells se detém mais nos casos dos movimentos ambientalistas, feministas e fundamentalistas de cunho religioso. No meio rural, aponta a organização indígena/camponesa de Chiapas, no México, como um exemplo de construção de identidade de resistência. Depois de cinco séculos de expropriação e exploração violenta, as comunidades agrícolas mexicanas estavam, no início dos anos 90, sendo abaladas pelas medidas preparatórias do ingresso do país no Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), que incluíam liberação de tarifas de importação de produtos primários e o fim do protecionismo sobre culturas como milho e café. Para fugir desta ameaça maior, camponeses índios conseguiram superar suas divergências históricas e desencadear uma revolta que mudou o país.

A oposição dos zapatistas à nova ordem global tem duas faces: eles lutam contra as consequências excludentes da modernização econômica, e também opõem-se à idéia de inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica sob a qual o capitalismo torna-se universalmente aceito. Os rebeldes reafirmaram seu orgulho indígena e lutaram pelo reconhecimento dos direitos dos índios na Constituição Mexicana. Contudo, não parece que a defesa da identidade étnica constituiu elemento predominante no movimento. Na verdade, as comunidades de Lacandon foram criadas a partir do reassentamento forçado que fragmentou as identidades originais de diferentes comunidades e as reuniu na qualidade de camponeses (Castells, 2000 p.102).

No histórico do movimento de Chiapas, o autor cita a importância do papel desempenhado pela Igreja Católica e pelos intelectuais urbanos egressos dos partidos de esquerda ou do movimento estudantil da década de 70. Estas influências são semelhantes às evidenciadas por variados estudos em relação aos primórdios do MST no Brasil. Por exemplo, no livro *Nós, cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia*, os pesquisadores Maria Conceição D’Incao e Gérard Roy tratam de pelo menos três grupos de influência, com suas diversas concepções de sociedade, que atuavam junto aos primeiros assentamentos de reforma agrária em São Paulo: os agentes das Comunidades Eclesiais de Base, os militantes do MST ou de partidos políticos de esquerda e os técnicos estatais, em sua maioria também de esquerda.

Outra questão mencionada por Castells em relação ao movimento liderado pelo comandante Marcos é sua capacidade de pertencer à Rede, transmitindo informações pela internet para todo o mundo, a partir dos locais de conflito perdidos no interior mexicano, forjando um leque de apoio e solidariedade que impediu a violência por parte do governo. “Foram protegidos da repressão absoluta por sua inabalável conexão com a mídia, bem como pelas alianças estabelecidas em todo o mundo via internet forçando o governo a negociar e levando ao conhecimento da opinião pública mundial a questão da exclusão social e da corrupção política”(Castells, 200 p.105/106). De maneira geral, o autor diz que hoje as pessoas estão organizando mais seu significado com base no que são, ou acreditam ser, do que em torno do que fazem.

O francês Alain Touraine, um dos expoentes da corrente denominada Novos Movimentos Sociais que muito influenciou os pesquisadores brasileiros, trabalha com a questão desde a década de 60. No início, suas pesquisas estavam concentradas nas organizações de trabalhadores e ele afirmava que os movimentos sociais eram sempre expressões de um conflito de classes, por isso sua análise se situava num nível macrossocial. Touraine mantém esta perspectiva em vários estudos que faz entre as décadas de 60 e 70, mas introduz novos elementos de análise quando enfoca os movimentos sociais na sociedade que lhe era contemporânea. No livro *A sociedade pós-industrial*, escrito no final da década de 60 sob os efeitos das manifestações estudantis de 1968, o autor faz uma análise da “sociedade desumanizada pelo trabalho escravizante, pelas grandes metrópoles ou pelo mass-media” (Touraine, 1970 p.13). Trata da questão da alienação nas relações sociais e afirma que na sociedade pós-industrial esta alienação não acontece apenas pela imposição dos dominadores sobre os explorados, mas também pela capacidade de manipulação e sedução. “Os conflitos sociais que se formam nesta sociedade não são da mesma natureza que na sociedade anterior. Opõem menos o capital ao trabalho do que os aparelhos de decisão econômica e política àqueles que são submetidos a uma participação dependente” (Touraine, 1970 p.13).

Ainda na década de 70, o sociólogo francês desenvolveu alguns estudos analisando exemplos de movimentos sociais da América Latina e utilizou conceitos da teoria da dependência. Segundo ele, é necessário empregar com precaução a categoria dependência, que define um modo de desenvolvimento, para analisar movimento social, que implica sempre, nestas sociedades, em um conflito de classe. Nas sociedades dependentes os movimentos

sociais desenvolvem dois tipos de oposição: primeiro às sociedades dominantes, e no interior das sociedades dominadas existe a oposição ao segmento que o autor chama de “despótico”. “Os movimentos sociais são sempre ao mesmo tempo defensivos, isto é, reivindicatórios, e contestatórios, isto é, contra-ofensivos (...). Nas sociedades dependentes o fato mais visível é a coexistência, sem verdadeira integração, dessas diferentes formas de ação coletiva dos movimentos sociais” (Touraine, 1977 p. 36/37).

Da análise de inúmeros exemplos de movimentos sociais em vários países (das ligas camponesas no Brasil à Unidade Popular chilena que levou o ex-presidente Salvador Allende ao poder, passando por exemplos na Argentina, Uruguai e Peru), Touraine concluiu que os movimentos sociais nos países dependentes têm três dimensões: classe, nação e modernização. “Todo movimento social é, ao mesmo tempo, movimento de classe, movimento anticapitalista, oposto à dominação estrangeira e movimento voltado para a integração e modernização nacional. O que cria, no interior de todo movimento, tensões consideráveis, mas permite também uma mobilização múltipla, estendendo-se do proletariado até uma parte das classes médias” (Touraine, 1977 p.42).

Para o autor, quanto mais heterogêneos forem os movimentos sociais nas sociedades dependentes, combinando as três dimensões enfocadas, mais forte ele será. É necessário evidenciar os elementos constitutivos do movimento social – o ator, seu adversário, o que está em jogo no conflito – em cada uma das dimensões da situação de dependência.

Apesar do tempo decorrido desta análise e de algumas considerações posteriores do autor –notadamente no distanciamento da abordagem marxista –, não é possível deixar de comparar as dimensões descritas para os movimentos sociais nos países dependentes com a prática do MST no Brasil de hoje. O ideário do Movimento contempla a defesa da classe trabalhadora (na busca por um pedaço de terra para viver e produzir); aponta para o nacionalismo como forma de integração e para uma alternativa anticapitalista como projeto societário, ao propor o socialismo como melhor caminho para a sociedade brasileira. A idéia de modernização hoje tem menor apelo que na época em que Touraine analisa os movimentos sociais, os anos 70, auge do compromisso com a sedimentação do moderno enquanto forma de promoção do desenvolvimento. Os congressos camponeses da década de 60, conforme demonstram os boletins da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), enunciavam como reivindicação a modernização do campo e da sociedade brasileira.

Mas mesmo sendo crítico hoje ao processo de modernização (que é muitas vezes confundido com globalização, envolvendo a sociedade de forma mais geral), o MST defende formas de viabilização dos assentamentos rurais com orientações e propostas tipicamente modernizantes: grande escala pela cooperação, tecnologia moderna, restrições à agricultura familiar.

Da experiência de Touraine na América Latina (ele morou no Chile durante o governo da Unidade Popular) nasceu uma amizade e uma frutífera troca de correspondência entre o pensador francês e uma socióloga chilena. Estes textos estão reunidos no volume *Cartas a uma jovem socióloga*. Em muitos momentos a questão dos movimentos sociais vem à tona, como na carta datada de 24 de agosto (não menciona o ano) em que ele fala sobre o nascimento desses fenômenos sociais. As revoltas populares, diz o texto, sempre foram vistas como incapazes de ter sentido próprio, apesar de espelharem sinais de conflito. Os movimentos populares, ao longo da história, estiveram no geral subordinados a uma força exterior a eles, que os enquadrava na luta de classes. “Estavam fechados no mundo inferior e não podiam aparecer à luz a não ser quando eram utilizados por um profeta, um Estado, um partido” (Touraine, 1976 p.136).

No momento em que escrevia à jovem socióloga Touraine considerava que os movimentos sociais e culturais começavam a mudar esse papel de subordinação e passavam a impor as suas lógicas sobre a estratégia política e institucional, colocando em questão a ação da classe dirigente e de seus apoios políticos, e tornando-se grandes personagens da história social. Novamente aqui é lícito fazer um paralelo com vários momentos recentes da história brasileira, quando o MST conseguiu pautar a agenda do governo federal e do Congresso Nacional, além de ocupar vastos espaços nos meios de comunicação social. O Movimento faz isso promovendo ocupações massivas de terras ou prédios públicos, realizando marchas ou mobilizando milhares de pessoas em todo o Brasil em atividades que muitas vezes carregam o signo da criatividade política.

Em outra carta, de 2 de setembro, Touraine fala sobre o sentido da ação e contesta o pensamento reducionista que restringe este sentido à consciência do ator, sem considerar as relações sociais envolvidas. Ao mesmo tempo, estabelece um panorama do compromisso do pesquisador ao trabalhar com este objeto. “Agora você vê melhor a importância desta expressão quase anódina: movimentos sociais. Ela nos força a estudar os atores sociais, suas relações, seus conflitos e o objetivo desses conflitos, em lugar de interpretá-los do alto de uma

ordem metassocial ou de um poder totalitário. Falar em movimentos sociais é construir a sociologia e defender os povos contra os deuses e príncipes” (Touraine 1976, p. 158).

Alicerçada na teoria da ação social, a sociologia de Touraine pós anos 70 está preocupada com o desempenho dos atores nas relações sociais tendo como foco a questão da dominação. A teoria dos conflitos vai construindo, nos movimentos sociais, as ações e as lutas coletivas. “Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (ator que estava em crise desde as críticas e a descrença na teoria marxista sobre a existência da classe social com uma missão histórica – o proletariado, visto como agente e ator por excelência das mudanças históricas)” (Gohn, 1997 p.146).

Apesar disso, e ainda segundo a autora brasileira, Touraine passa a considerar um erro ver os movimentos sociais “como agentes de mudança histórica ou forças de transformação do presente e construção do futuro. (...) Os movimentos têm papel mais de agentes de pressões sociais do que de atores principais das transformações sociais propriamente ditas” (Gohn, 1997 p.146/147). No livro *O Pós-socialismo*, escrito em 1979, ele esboça seu conceito de sociedade programada, onde o domínio dos bens culturais e dos meios de comunicação de massa ganha papel preponderante. Ele faz uma longa reflexão sobre a história da esquerda na França, critica os partidos comunista e socialista, analisa a derrota da esquerda estudantil e volta a destacar a importância dos movimentos sociais, apontado seu caráter inovador.

Hoje os movimentos sociais que surgem em diferentes domínios não mais são formas de defesa dos trabalhadores contra os patrões da indústria, mas de defesa do público contra os organismos de administração que têm o poder de modelar a procura em função de seus interesses; não invocam mais a intervenção do Estado, ao contrário, a autonomia e a autogestão das unidades sociais de base; enfim, não falam mais em progresso e porvir radiante, mas querem organizar, a partir de hoje, uma vida diferente agindo sobre escolhas sociais e políticas que regem a produção da organização social (Touraine, 1988 p.209).⁵

Nos anos 90, o autor incorpora alterações em sua teoria sobre os movimentos sociais, partindo das mudanças sofridas pela sociedade capitalista e pelos próprios movimentos. No lugar da sociedade informacional em rede, definida por Castells, ele aprofunda o conceito de

⁵ Ao referir-se às críticas frequentes nos anos 70 sobre os equívocos das previsões feitas por Marx no século passado acerca da evolução das sociedades capitalistas, o teórico português Boaventura de Souza Santos cita Alain Touraine e Daniel Bell como dois pensadores marxistas que “viram neste presente uma ruptura radical com o passado; designaram-no por sociedade pós-industrial, uma nova solidez que desfizera no ar tanto o capitalismo industrial como sua melhor consciência crítica, o marxismo” (Boaventura, 1997 p.29).

sociedade programada no momento em que a informatização ganha toda força nos mais diferentes países de um mundo cada vez mais globalizado. “O poder de gestão consiste, nessa sociedade, em prever e modificar opiniões, atitudes, comportamentos, em modelar a personalidade e a cultura, portanto, em entrar diretamente no mundo dos 'valores' em vez de se limitar ao campo da utilidade” (Touraine, 1994, p. 259).

Quando o domínio de corações e mentes é fator social básico, o papel do sujeito ganha destaque. O indivíduo, para evitar a sujeição e a dominação total, precisa criticar a imagem artificial da vida social “em nome da livre produção de si mesmo”. Este sujeito forjado pelas novas relações sociais só existe, na opinião do autor, como movimento social, contestando a ordem e a suposta integração da sociedade. “A defesa do sujeito, a subjetivação está repleta de movimento social, uma vez que as orientações culturais de uma sociedade não estão acima dela, como o sol no céu, mas são inseparáveis da forma social que lhes dá os conflitos sociais. (...) A subjetividade se opõe à identificação da racionalização com os interesses da classe dirigente” (Touraine, 1994 p.256). Ele considera o declínio das paixões políticas e o baixo nível de adesão aos partidos como um dos fatores que justificam o crescimento dos movimentos que são mais preocupados com a democracia interna do que com a tomada do poder.

Pensando o MST a partir desta concepção, pode-se evidenciar sua pertinência como instrumento de análise deste movimento ou, ao contrário, seus limites. Em que pese o fato – aparentemente notório – de que o processo de debate interno é muitas vezes substituído pela celebração mística, com reforço das palavras de ordem das lideranças, o Movimento tem se marcado por um afastamento em relação a formas de organização exteriores a ele (partidos, sindicatos, cooperativas tradicionais). Durante muitos anos o MST foi apontado como um braço do Partido dos Trabalhadores (e isso ainda é repetido), mas a busca de caminhos diferenciados é sensível: suas próprias organizações com suas regras específicas para se contrapor ao caráter excludente e não popular das organizações convencionais. Aí insere-se, obviamente com a distinção que cabe ao caso, o seu próprio jornal, seu jornal alternativo.

Desde 1998, por exemplo, o MST vem desenvolvendo um amplo debate sobre um Projeto Popular para o Brasil, função que, certamente, caberia melhor a um partido político. Este projeto esteve em pauta, inclusive, durante as marchas realizadas em vários estados naquele ano, aproveitando o sucesso da Marcha por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, promovida entre fevereiro e abril de 1997 e que, durante várias semanas, concentrou as

atenções da sociedade brasileira. No Paraná a marcha de 98 seguiu em três colunas, a partir de diferentes regiões do interior, e passou por centenas de cidades até chegar à capital, desenvolvendo um intenso trabalho de debate político em sindicatos, associações, igrejas, escolas, etc. No ano seguinte, 1999, o MST coordenou, em conjunto com outras entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Marcha Popular para o Brasil: uma caminhada do Rio de Janeiro a Brasília. Desta vez, contudo, o impacto da manifestação na opinião pública foi bem menor.

Neste aspecto encontramos possivelmente a maior divergência entre os elementos apontados pelo sociólogo francês para caracterizar os movimentos sociais contemporâneos e a prática do MST: Touraine diz que essas novas contestações não pretendem criar um novo tipo de sociedade, mas apenas “mudar a vida”. A discussão do projeto alternativo para o Brasil, o envolvimento de seus militantes nas campanhas eleitorais e a defesa sempre constante do socialismo indicam o interesse evidente, por parte dos integrantes do MST, em estabelecer um novo modelo de sociedade no País.

De resto, as categorias elaboradas por Touraine para estudar os movimentos sociais se aproximam do ideário defendido pelo MST também no aspecto da construção da felicidade – pessoal ou coletiva. Esta era uma noção praticamente ausente nas análises baseadas na luta de classes, mas que agora aparece nas bandeiras da maioria dos movimentos – ambientalistas, feministas, étnicos e reivindicatórios de diferentes matizes e objetivos.

No processo de elaboração da identidade dos sem-terra, a utopia da felicidade está permanentemente associada a um novo projeto de sociedade. O Movimento usa os mais variados instrumentos – desde as reuniões ou assembléias, passando pelos cursos de formação e pelas escolas mantidas nos assentamentos, até o Jornal Sem Terra e outras publicações – para forjar a opinião de seus integrantes, na verdade estabelecendo uma *contra-opinião* ou um *antiprojeto* cultural que questiona os valores e práticas vigentes.

A mística, presente em todos os encontros do MST, é o principal fator de difusão das novas orientações culturais que direcionam a forma de pensar dos sem-terra. A repetição exaustiva dos princípios fundamentais da visão de mundo adotada pelo Movimento faz com que seus integrantes os assumam como verdades absolutas. Seja pelas novas convicções adquiridas neste processo de revisão cultural, ou seja pelo receio de perder seu espaço no grupo, o certo é que os sem-terra transformam estes valores em ações coletivas, no geral

dirigidas contra os inimigos identificados no bojo do mesmo projeto cultural: o latifúndio, o governo e os símbolos do neoliberalismo.

Esta construção de um movimento como sujeito, através da criação de uma identidade de sem-terra e de um projeto de transformação societária, é uma das características mais marcantes da trajetória do MST onde, como se verá mais adiante, se situa o papel fundamental do JST.

1.3 – Subjetividade e cidadania

A questão da subjetividade é discutida também por outros autores preocupados com o estudo dos movimentos sociais e sua importância neste momento da história da humanidade. A relação entre cidadania e subjetividade foi definida por Boaventura de Souza Santos como uma das principais contradições da modernidade. A subjetividade envolve idéias de auto-reflexividade e auto-representatividade ao lado de conceitos elementares e fundamentais como autonomia e liberdade. A cidadania, constituída por um conjunto de direitos e deveres, garante à subjetividade, por um lado, a possibilidade de realização de seus potenciais, mas, por outro, transforma os sujeitos “em unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas públicas e privadas, receptáculos passíveis de estratégias de produção, enquanto força de trabalho; de estratégias de consumo, enquanto consumidores e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas” (Boaventura, 1997 p.240) .

Segundo ele, o princípio de mercado que nos últimos 20 anos volta a ocupar por inteiro a cena econômica e social, revalidou o ideário liberal e, conseqüentemente, a subjetividade em detrimento da cidadania. Crítico ferrenho do consumismo e do desperdício de recursos naturais típico da atual fase do capitalismo, Boaventura diz que o capital está conseguindo distorcer as reivindicações de muitos movimentos contestatórios que surgiram nos últimos anos. “A aspiração de autonomia, criatividade e flexibilidade é transmutada em privatismo, dissociação e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista” (Boaventura, 1997 p.255).

Ao mesmo tempo em que o mercado impôs sua hegemonia, a falta de um novo modelo de regulação social em substituição ao fordismo tem favorecido o aparecimento de muitos recursos experimentais que chegam a ser contraditórios. Por isso, na avaliação do pesquisador português, não existe hoje uma relação direta entre a hegemonia do mercado e qualquer compromisso cultural de lealdade a seus pressupostos, sendo socialmente possível (e até aceitável) viver a hegemonia e, ao mesmo tempo, lutar contra ela.

Muitos fatores contribuíram para fomentar esses novos mecanismos de luta, que se concentram nos movimentos sociais e que buscam a transformação imediata do cotidiano das pessoas, ao contrário das antigas teses libertárias endereçadas a um futuro distante. Entre os fatores está o isolamento do movimento operário e a difusão social da produção, que retirou a máscara de muitas formas de opressão. A flexibilização nas relações de trabalho, os contratos temporários, o trabalho domiciliar, o crescimento dos falsos trabalhadores autônomos e tantas outras estratégias desenvolvidas hoje pelo capital globalizado têm se somado ao fim do Estado-Providência, com o desaparecimento dos mecanismos de defesa social e dos salários indiretos⁶. Tudo isso leva a um profundo isolamento político das classes trabalhadoras, inibindo as formas tradicionais de luta dos sindicatos ou outras organizações laborais.

Apenas os movimentos sociais estão dando conta, neste novo cenário, de fazerem uma dupla crítica: da regulação social capitalista e da emancipação social socialista tal como ela foi defendida pelo marxismo. Ao identificarem novas formas de opressão – a poluição, a guerra, o machismo, o racismo – estes movimentos buscam uma nova forma de vida menos ligada à riqueza material e mais voltada à cultura. Com isso, denunciam os excessos de regulação da modernidade. “Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade em seu todo” (Boaventura, 1997 p.258).

Tendo como pano de fundo a realidade múltipla dos movimentos sociais na modernidade, o pesquisador desenvolve uma discussão a respeito da relação subjetividade x

⁶ SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3º ed. São Paulo. Cortez, 1997. O autor critica a posição de Habermas e Offe segundo a qual “as sociedades capitalistas passaram de um paradigma de trabalho para um paradigma de interação”. Os autores querem dizer que os novos modos de organização da produção e a escalada da comunicação de massa criaram uma sociedade onde as pessoas estão integradas, não apenas no todo social, mas também em suas funções produtivas e privadas. Para Boaventura, esta “promiscuidade entre produção e reprodução social” acarreta prejuízos aos sujeitos, enquanto indivíduos, cidadãos e trabalhadores (p. 253)

cidadania, tentando evidenciar o que prevalece neste novo cenário social. Segundo algumas correntes, diz Boaventura, os movimentos representam a afirmação da subjetividade porque buscam a emancipação pessoal, cultural ou social e não a emancipação política. Sua forma de organização é baseada na democracia participativa, ao contrário das lutas da cidadania que tinham base na democracia representativa. Além disso, as formas de opressão ou exclusão contra as quais lutam os movimentos sociais não podem, no geral, ser abolidas com a consolidação de direitos, como é típico da cidadania; mas “exigem uma reconversão global dos processos de sociabilização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento” (Boaventura, 1997 p.261).

Para outros estudiosos, os movimentos sociais procuram fortalecer a cidadania e têm atuação essencialmente política. As organizações presentes hoje em todos os países seriam, na verdade, novas versões de movimentos e lutas antigas desenvolvidas por operários e camponeses desde o século passado, quando já existiam movimentos pacifistas, feministas e ecológicos. Boaventura diz que não se deve negar a novidade nos movimentos sociais contemporâneos, mas é difícil encontrar uma teoria unitária que permita sua análise de forma global. “A novidade dos NMSs não reside na recusa da política mas, ao contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil” (Boaventura, 1997 p.263).

O princípio de comunidade cunhado por Rousseau foi resgatado como o mais capaz de dar forma às novas energias emancipatórias que eclodem nos movimentos sociais, podendo representar uma síntese na aparente contradição subjetividade x cidadania . O fato de todas as instâncias sociais, culturais e até pessoais estarem neste momento politizadas abre espaço para o exercício da cidadania, de forma autônoma, dando ênfase às competências interpessoais e coletivas. “A idéia da obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas susceptíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assente na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil” (Boaventura, 1997 p.263).

Esta idéia de que o princípio de comunidade seria capacitador de uma síntese entre luta pela cidadania e criação de uma nova subjetividade aparece como útil para refletir sobre o MST. No livro *Brava Gente*, João Pedro Stédile, principal líder nacional do Movimento, é entrevistado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes e fala longamente sobre variados

aspectos da organização. Além da defesa da exploração coletiva da terra, do respeito ao meio ambiente e do sistema descentralizado de tomada de decisões, Stédile cita o caráter permanentemente aberto do MST à participação de todos os interessados dispostos a defender a causa da reforma agrária. Segundo ele, o movimento começou já com um caráter de massa e popular, desenvolvendo um novo tipo de democracia participativa.

Popular no sentido de que dentro da família camponesa vai todo mundo. Participam o idoso, a mulher e as crianças. (...) Percebemos que aí residia nossa força, pois o homem, além de ser machista, é conservador e individualista. O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem-terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado (Stédile, 1999 p.32).

O discurso da comunidade, da solidariedade – “Todos pelo coletivo, todos pela reforma agrária dos outros sem-terra”⁷ – é claramente uma forma de obrigação política horizontal, baseada na identidade de sem-terra e no seu projeto de transformação que não é delegado aos outros, mas enfatizado como do âmbito das competências interpessoais e coletivas.

É importante citar também a nova cultura política desenvolvida pelo MST, que se apropriou das experiências anteriores de outros movimentos camponeses e populares e foi além, constituindo um processo de inculcação cultural sólido e capaz de criar, como se verá no próximo capítulo, uma identidade diferenciada. O Jornal Sem Terra é pensado pelo Movimento como uma peça importante nesta transformação cultural e política, embora os cursos de formação de militantes e, especialmente, a mística desenvolvida de forma contínua em todas as atividades do Movimento tenham uma contribuição mais decisiva.

A afirmação da cidadania articulada à criação de uma subjetividade do Movimento é evidenciada pela idéia de que “a história nos pertence”, repetida sempre pelos sem-terra quando se referem ao próprio MST e aos trabalhadores urbanos ou outros segmentos com os quais estabelecem alianças estratégicas. Na prática, se manifesta cotidianamente nas pressões que o MST exerce sobre órgãos públicos na busca de atendimento de reivindicações diversas – desde o acesso à terra, passando por crédito, atendimento à saúde, educação, infra-estrutura – e na satisfação desta luta autônoma, sem representação .

⁷ Fala de uma liderança do assentamento Vitória da União, no Paraná, para justificar a continuidade da participação dos sem-terra já assentados na luta pela reforma agrária (FERREIRA, 1985).

O orgulho de ser sem-terra é condição bastante repetida pelos militantes e integrantes de base do MST que relatam as oportunidades abertas pela organização para o desenvolvimento das potencialidades pessoais de seus membros, como se verá no Capítulo 2.

1.4 – Ação comunicativa e identidade coletiva

Um dos pensadores mais profícuos da Escola de Frankfurt, Jünger Habermas, desenvolveu o conceito de razão comunicativa como um contraponto ao malogro da racionalização e do esclarecimento que muitos pensadores acreditavam ser possível construir na sociedade moderna. A teoria da ação comunicativa propõe uma mudança de paradigma e está fundamentada em dois conceitos básicos que desempenham papel importante no entendimento dos movimentos sociais: as noções de mundo vivido e sistema racional. Habermas tem uma vasta produção também voltada para a análise dos meios de comunicação de massa, em especial o jornalismo. Esses estudos serão discutidos no terceiro capítulo do presente trabalho.

Ele aponta três componentes no mundo da vida: a personalidade, a cultura e a sociedade. A comunicação interpessoal, pelo uso da linguagem e de valores culturais compartilhados, possibilita o desenvolvimento de identidades individuais e sociais nos atores que convivem em determinados grupos. O consenso deve ser criado em situações dialógicas nas quais os interlocutores argumentam e defendem suas posições. Para Habermas, o mundo vivido é diferente do sistema estatal ou econômico. É parte da sociedade civil e contribui para seu entendimento na medida em que engloba formas institucionais que atuam na limitação e na mediação das relações sociais.

Habermas inclui em sua teoria da ação comunicativa a elaboração de um novo conceito de razão, que nada tem em comum com a visão instrumental que a modernidade lhe conferiu (...). A concepção de uma razão comunicativa implica em uma mudança radical de paradigma, em que a razão passa a ser implementada socialmente no processo de interação dialógica dos atores envolvidos em uma mesma situação. A razão comunicativa se constitui socialmente nas interações espontâneas, mas adquire maior vigor através do que Habermas chama de discurso (...). É nisso que consiste a racionalidade para Habermas: não uma faculdade abstrata, inerente ao indivíduo isolado, mas um procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e a autenticidade (Freitag, 1986 p.59).

A linguagem cotidiana, parcialmente institucionalizada, garante o potencial de racionalidade da razão comunicativa, que está presente também nos procedimentos políticos das democracias parlamentares ocidentais, na arte, na ciência, no direito, na moral. “A razão comunicativa e a nova concepção de verdade que dela decorrem não são, por isso mesmo, encaradas como uma utopia que aguarde indefinidamente sua concretização social, mas como realidades sociais que, apesar de ainda esparsamente institucionalizadas, já fazem parte do nosso cotidiano. Cabe às ciências sociais revelá-las e fortalecê-las. No entanto, seu meio por excelência é a linguagem”(Freitag, 1986 p.113).

Habermas analisa os movimentos sociais como detentores de um papel duplo: no processo de aprendizado e formação de identidades sociais; e na possibilidade de contribuírem na revivificação da esfera pública quando levam seus membros a atuarem de forma democrática. “As possibilidades de escolha surgem somente com o ato de conscientização” (Habermas, 1993 p.102) e isso pode colocar em xeque as instituições e os sistemas de poder. Ele vê os movimentos sociais como fatores dinâmicos na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil. Não apenas como elementos defensivos mas também ofensivos, na medida em que contestam alguns aspectos negativos da própria sociedade civil.

A análise desenvolvida por Habermas trata os movimentos como indicadores do potencial de crise do capitalismo tardio. Ele identifica os novos movimentos sociais como de resistência defensiva aos processos de extensão da racionalidade técnica dentro de todas as esferas da vida social. Ao mesmo tempo os movimentos demandam altos níveis de justificativa racional na esfera moral e cultural. Os novos problemas sociais têm relação com a qualidade de vida, igualdade de direitos, auto-realização individual, participação e direitos humanos (Gohn 1997 p.139/140).

Embora na seqüência do raciocínio a autora aponte um contraste entre os participantes dos novos movimentos sociais – definidos como integrantes da classe média mais intelectualizada – e a antiga política reivindicatória dos trabalhadores, é possível usar o instrumental descrito para referenciar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sem dúvida, o MST resiste à racionalidade imposta pelo modelo neoliberal, busca a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de direitos. É na questão da justificativa racional na esfera moral e cultural, contudo, que a assertiva habermasiana pode ser melhor utilizada na análise do movimento.

Os trabalhos de conscientização e formação dos quadros de militantes e dirigentes do MST têm uma preocupação constante de justificar racional e moralmente a luta, ou seja, colocando a justificativa racional na esfera moral. O elemento fundamental da defesa da

reforma agrária é a análise/denúncia da concentração da posse da terra como ilegal e ilegítima, apontando para a baixa produtividade dos latifúndios e para seus efeitos na expulsão da população rural do campo e das precárias condições de vida nas periferias das cidades. Na questão cultural há todo um resgate de práticas e valores historicamente ligados às populações alvo do MST, que se corporifica nas músicas, nos símbolos e, principalmente, nas celebrações místicas. Para além do conteúdo religioso, estas práticas sustentam elos de solidariedade e companheirismo fundamentais para o enfrentamento da luta pela posse da terra em situações quase sempre de intensa pressão, perigo e miséria.

O jornalista Luiz Carlos Dzulinski, em sua monografia de conclusão do curso de Comunicação Social defendida em 1999 na Universidade Estadual de Ponta Grossa, desenvolveu um estudo – “*Comunicação e cidadania no MST*” – onde utiliza alguns conceitos de Habermas para avaliar a comunicação interpessoal e a construção do mundo vivido nos acampamentos do Movimento. “O fato do MST propor a seus integrantes uma forma diferente de conceber uma estrutura organizativa pode ser explicado pela formulação dada por Habermas ao dizer que os movimentos sociais ‘são processos de aprendizagem através dos quais as estruturas de racionalidade já latentes podem ser traduzidas em práxis social, de modo a encontrar uma corporificação institucional’” (Dzulinski, 1999 p.26).

O trabalho foi baseado em pesquisas de campo desenvolvidas no primeiro semestre de 1999 em dois acampamentos do Movimento no Paraná – no Centro Cívico, em Curitiba e no município de Teixeira Soares –, e seu autor percebeu a desenvoltura na argumentação e a coerência no raciocínio, apesar dos erros gramaticais, principalmente entre os integrantes que estão há mais de dois anos na militância. Foi possível evidenciar também um alto grau de identidade coletiva entre os entrevistados.

O conceito de Habermas, conhecer para agir, é totalmente válido também nas trocas interpessoais, ao se analisar o processo evolutivo dos integrantes do MST enquanto pessoas comprometidas com o movimento. Dessa forma, o mundo vivido do assentado passa a se descolonizar do sistema (.) A aquisição de novos conhecimentos se dá através de espaços comunicativos, presentes nas ações racionalizadas da instituição-movimento e, também, no mundo vivido, composto pelas relações no trabalho e pelos demais contatos diários existentes dentro do MST (Dzulinsk, 1999, p. 31/32).

Martín-Barbero vai um pouco mais longe na análise das formulações teóricas de Habermas que, segundo ele, apontam para um repensar a produção cotidiana de sentido. Seria papel da ciência focar o chamado senso comum, estudando a vida cotidiana e as grandes

sensibilidades humanas: o ver, o gostar, o ouvir. Este sentido comum e o viver cotidiano representam um importante espaço de produção de conhecimento e de troca de sensibilidades.

Interessante que Habermas tenha tido a coragem de dizer que a categoria central de uma teoria social crítica, hoje, já não é mais a categoria do trabalho, mas a categoria da comunicação. O que me parece sintomático e precioso para os investigadores sociais é que Habermas, um marxista em tempo integral e grande continuador da Escola de Frankfurt, diga que a categoria central para poder investigar o social não é mais o trabalho, não é mais a produção, é a comunicação. Há aqui um grande desafio: que papel exerce essa práxis cotidiana da comunicação de que fala Habermas, esse sentido comum comunicativo? (Martín-Barbero, 1995 p.60).

1.5 – Um conceito, enfim

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (Gohn, 1997 p.251/252).

Este extenso conceito, que a autora apresenta “assumindo o risco de cometer equívocos”, é um exemplo claro da dificuldade teórico-metodológica que cerca o trabalho de pesquisa dos movimentos sociais. Definir o que seja este objeto de estudo é complicado pela abrangência, complexidade e dimensão que os movimentos sociais têm alcançado nas sociedades modernas. Da reivindicação de um serviço público até complexas discussões sobre energia nuclear; de problemas étnicos até questões de gênero; de conflitos de terra até a defesa do meio ambiente ou de espécies em extinção: são praticamente infinitas as motivações que geram ações coletivas da sociedade civil neste início de terceiro milênio.

Do lado dos teóricos, a mudança dos paradigmas de análise e a incorporação de novos enfoques nem sempre acompanha a velocidade dos próprios movimentos, assim como as alterações nas reações do Estado ou no panorama da organização econômica das nações.

A fronteira entre movimento social e organização também não é fácil de ser restabelecida. Muitas vezes o caráter institucional de uma organização não-governamental (ONG) ou uma associação de moradores é suficiente para diferenciá-las de movimento.

Segundo a grande maioria das correntes teóricas, o movimento social deve ser uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições.

Apesar desta “não existência” institucional, os movimentos são reais e concretos e se utilizam de instituições da sociedade civil ou da política para apresentarem suas demandas. Além disso, desenvolvem interações com outros atores sociais, como partidos políticos, igrejas, sindicatos, veículos de comunicação, universidades, etc.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, não se institucionalizou, e não tem qualquer registro civil enquanto entidade. Seu “braço legal”, ou institucional, é a Anca – Associação Nacional de Cooperação Agrícola –, entidade que se responsabiliza pelos relacionamentos legais e burocráticos do MST. Nos vários estados onde está organizado, o Movimento mantém estruturas operacionais, geralmente em forma de cooperativas, mas nenhuma tem o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, embora todas utilizem os símbolos como a bandeira vermelha com o mapa do Brasil em verde e o casal de trabalhadores rurais em primeiro plano; os bonés, as camisetas, etc.

No Paraná, toda a estrutura burocrática, legal e financeira do MST está a cargo da CCA (Cooperativa Central de Reforma Agrária) e da ACAP (Associação de Cooperação Agrícola do Paraná). Os estados e as regionais têm autonomia para definir suas ações – respeitando sempre as prioridades estabelecidas pela esfera nacional ou pela coordenação estadual, respectivamente – e para administrar seus recursos humanos e financeiros.

Boaventura de Souza Santos reconhece a preferência dos movimentos sociais pela ação política não institucional, “fora do compromisso neocorporativista e muito destinada à opinião pública com forte utilização dos meios de comunicação social e confiando na mobilização de recursos que ela proporciona” (Boaventura 1997 p. 264).

Ele não deixa, contudo, de citar as limitações decorrentes da democracia participativa que é a forma de organização da quase totalidade dos movimentos. Eles podem incorrer na descontinuidade, ficarem sujeitos a alcançar impacto restrito nas transformações políticas dos países; ou ainda correm riscos mais concretos de práticas como o assembleísmo, o messianismo ou o plebiscitarismo.

Superados estes obstáculos, é importante apontar que as categorias de luta social e de força social são básicas para o entendimento dos movimentos – sejam amplos ou específicos: “Movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias

que motiva e dá fundamento à ação” (Gohn, 1997 p. 247). O uso destes conceitos ultrapassa a problemática pela ótica da luta de classes e amplia o leque de participação dos atores, o que é típico do movimento social: muitas temáticas envolvem participantes de diferentes classes, na defesa de eixos específicos de luta. Com muita frequência, os eixos têm motivações subjetivas e envolvem valores não compreensíveis apenas sob o enfoque econômico.

Internamente, é a solidariedade e o fato de compartilharem um referencial comum de valores, ideologias e representações que dá sustentação ao movimento. Seus integrantes têm compromissos com a prática e as linhas básicas de pensamento unitárias. É claro que isso não anula as disputas e as possíveis divergências internas. O grau maior ou menor de democracia varia em cada caso, mas o essencial é que, para o exterior, isto é, para o conjunto da sociedade, os membros passem um sentido de homogeneidade. Neste aspecto, o papel do líder deve sempre ser exercido como o do porta-voz de um conjunto que fala em nome do coletivo.

O estudo dos movimentos sociais deve contemplar sua análise interna, verificando a organização, os integrantes, as demandas, os valores, a ideologia. E, externamente, é importante pesquisar o cenário econômico, político e cultural no qual se insere, seus opositores e suas relações com os demais atores sociais. A identidade coletiva fundada no interior dos movimentos sociais envolve três mecanismos de caracterização: o conhecimento dos fins propostos, bem como dos meios e do campo de ação; a rede de relacionamentos na qual os atores relacionam-se, comunicam-se, sofrem e exercem influência, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva exige um certo investimento emocional, onde os indivíduos devem se sentir parte de uma unidade comum. A pesquisadora Maria da Glória Gohn acredita que nunca haverá uma teoria pronta e acabada sobre os movimentos sociais: “Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha, eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam, eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes” (Gohn, 1997 p.343).

Mesmo concordando com a dificuldade de estabelecer uma teoria pronta, completa e acabada para analisar os movimentos sociais, com o objetivo de dar prosseguimento à presente pesquisa foram necessárias algumas escolhas, no sentido de tentar iluminar aspectos do MST, que pudessem contribuir na elucidação do objeto, o Jornal dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra. Assim, ganha destaque, por exemplo, o conceito de identidade de Castells como um processo no qual o ator social se reconhece e constrói significados com base em atributos culturais; ou a colocação de Touraine, que entende o movimento social, a um só tempo, como um conflito e um projeto cultural. O MST tem claro, enquanto organização, que a sobrevivência de sua proposta e a própria existência do Movimento está alicerçada na identidade de seus integrantes, forjada com grande dificuldade e no curso de situações, muitas vezes, extremamente exigentes do ponto de vista de sacrifícios pessoais.

Ao investir, ao mesmo tempo, na formação da militância buscando a transformação pessoal dos indivíduos, e na construção da identidade coletiva, por intermédio da mística, das lutas de massa e da disciplina, o MST está promovendo um processo de inculcação cultural que tem se provado sólido e eficiente. Talvez esteja conseguindo, pelo menos de forma localizada e temporária, alcançar a síntese defendida por Boaventura entre cidadania e subjetividade.

Um outro resgate importante é a proposta de Habermas direcionando para a comunicação a investigação central em uma teoria sociológica crítica. Como já foi dito, a produção teórica de Habermas sobre comunicação será discutida mais tarde, sendo necessário reafirmar agora a centralidade desta categoria que tem maior relevância porque o foco principal da presente pesquisa é o Jornal Sem Terra.

Capítulo 2 – Principais características do MST

Quando a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, chegou a Brasília, no dia 17 de abril de 1997, o agricultor Luis Beltrame Castro¹ foi um dos personagens mais focados pelas lentes dos fotógrafos e cinegrafistas de centenas de veículos de comunicação de vários países que cobriam o acontecimento. Aos 89 anos, ele havia consumido alguns pares de sandália palmilhando 1.200 quilômetros entre São Paulo e Brasília, como integrante da Coluna Sul². Dois anos depois, aos 91 anos, ele voltou a realizar a proeza, desta vez andando entre o Rio de Janeiro e Brasília, em outra marcha liderada pelo MST, a Marcha Popular pelo Brasil, que chegou à capital federal em 7 de outubro de 1999.

Em praticamente todos os fatos sociais protagonizados pelo Movimento existem exemplos de grande sacrifício pessoal. São famílias que vivem anos embaixo de lonas pretas nas beiras das estradas ou em terras ocupadas sob ameaça constante da polícia ou das milícias de fazendeiros; são crianças que nascem e crescem em condições extremamente precárias de habitação, alimentação, saneamento; são jovens obrigados a efetuar mudanças constantes em busca da “terra prometida” onde será possível fincar raízes.

Uma pergunta freqüente é: o que motiva estas pessoas? Como entender sua persistência, que significa a força do MST?

Saindo da esfera mais “interna” do Movimento, ultrapassando as indagações de caráter individual, restam também muitos questionamentos em relação às facetas “externas” do MST : quais as características deste movimento social que há quase 20 anos³ ocupa lugar de destaque no cenário brasileiro? Como uma organização que empunha bandeiras essencialmente políticas se recusa a participar das instâncias políticas convencionais, como o Parlamento? Como o MST mantém sua independência em relação a outros atores sociais que lhe são mais próximos, como os partidos políticos de esquerda e as frações de igrejas comprometidas com as lutas populares?

¹ Assentado no município de Promissão (SP), “seu” Luis nasceu no Nordeste e migrou para São Paulo em busca de melhores condições de vida para os oito filhos (na época da Marcha ele tinha também 47 netos, 57 bisnetos e um tataraneto). Diz que entrou no MST para conquistar um pedaço de chão para a família.

² A Marcha foi constituída ainda por outras duas colunas, a Sudeste e a Oeste. Seus integrantes partiram de diferentes estados e se encontraram nas proximidades da capital federal

³ O MST foi oficialmente criado em 1984, em Cascavel, no Paraná, durante um encontro com 80 representantes de 13 estados. Em janeiro de 85 realizou, em Curitiba, seu primeiro Congresso Nacional, com 1.600 delegados de todo o Brasil (Stédile, 1999 p. 45 e 51)

Como justificar, do ponto de vista interno e externo, a capacidade de mobilização do MST que promove sempre ações grandiosas e massivas? Em que momento, na trajetória do Movimento e de seus integrantes, se intercalam as duas esferas de transformações: a defesa da mudança radical da sociedade, rumo ao socialismo, e a transformação pessoal de cada militante?

Christine de Alencar Chaves⁴ propõe uma equação onde os dois princípios básicos do Movimento – a disciplina e a unidade – se complementam, ao nível dos valores, à solidariedade e ao espírito de sacrifício dos seus militantes. A costura da equação é feita através dos investimentos do MST na formação de suas bases e lideranças e na prática sempre presente da mística – que serão objeto de considerações mais detalhadas no decorrer deste texto.

Outros pesquisadores, como D’Incao e Roy, Gohn e Fernandes, abordaram a tenacidade dos sem-terra e justificam sua existência por mecanismos que igualmente transcendem a mera busca por uma alternativa pessoal de sobrevivência, expressa na conquista de um lote nos projetos de assentamento da reforma agrária. A identidade forjada pelos integrantes do MST implica em componentes adicionais, embora não isentos de conflito.

João Pedro Stédile, a maior liderança nacional do Movimento e um dos seus principais ideólogos, lista uma série de princípios e características que justificariam a força do MST: o fato de ser um movimento popular, aberto a todos; a vinculação entre os interesses corporativos (a luta por um pedaço de terra) e os interesses de classe, propondo a transformação da sociedade; a direção coletiva; a divisão de tarefas; a disciplina; a vinculação com a base e a formação de quadros (Stédile, 1999 p. 31 a 45).

Assim como o Movimento foi sendo constituído ao longo de sua história – com a definição de formas e instâncias de organização; aprimoramento dos mecanismos de reivindicação da terra e de ocupação do cenário político; alterações nas propostas de exploração das terras conquistadas, etc. – também seus militantes vão criando “na luta” sua identidade própria.

⁴ Antropóloga, defendeu em novembro de 1999, na Universidade de Brasília, a tese de doutorado “A Marcha Nacional dos Sem Terra – um estudo sobre a fabricação do social”. Em um trabalho etnográfico, ela acompanhou parte da marcha do MST em 1997, caminhando junto os primeiros 15 dias e as últimas duas semanas até a chegada da Coluna Sul a Brasília.

Não deixa de surpreender a galvanização política empreendida pelo MST, ao organizar um segmento marginal na sociedade brasileira plenamente urbanizada, como são os camponeses, os “sem-terra”, mediante uma identidade construída em tão curto espaço de tempo. Essa proeza é uma realização que o MST, como um movimento social, faz fundamentalmente mediante a geração de fatos políticos, que são atos criativos em sentido pleno: forjam os atores, a cena e o público; desencadeiam novos fatos, sem antecipar, como dramas sociais que são, seus resultados, imprevisíveis, embora inevitáveis. Magnetizando a opinião, o MST constrói com os homens e mulheres sem-terra uma utopia de envergadura abrangente, convertendo o sonho da terra em sementeira de transformação social. Aponta para o sonho de um “Brasil para todos os brasileiros”, uma nação de iguais (Chaves, 1999 p. XV).

Um aspecto muitas vezes discutido é o caráter de *movimento* ou *organização* do MST. Gohn diz que o MST “é um movimento de massa, mas sua coordenação se estrutura como um movimento/organização de quadros” (Gohn, 2000 p.106). Chaves fala em “dupla personalidade” de Movimento e Organização, capaz de criar tensões internas: por um lado estão os princípios herdados de suas origens de movimento popular inspirado em ideais igualitários e participativos, cujos processos decisórios seriam originados nas discussões de base; por outro, farto uso de mecanismos de organização inscritos em uma tradição marxista centralizadora, onde o papel da liderança é relevante.

Stédile, que não aceita a classificação do MST como embrionária de um partido político, reconhece em suas estruturas uma organização social e política: “No fundo, queremos ser mais do que um movimento de massas. Queremos ser uma organização social que dê sustentação e que alcance nosso objetivo futuro” (Stédile, 1999 p.44). O líder do MST ressalta, contudo, que o mais importante é manter o vínculo com o povo, sendo uma organização política e social de massas dentro do movimento de massas. Ademar Bogo, outro pensador do MST, vai no mesmo sentido:

É fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação. (...) Da mesma forma como a estrutura social cria a consciência social, é preciso dentro do movimento de massas criar estruturas para que os camponeses participem e tenham condições de desenvolver a consciência social e política, orientada pelos objetivos coletivos que se queiram alcançar (Bogo, 1999 p. 131/136).

Neste quadro ganha centralidade o conceito de identidade que é forjada, segundo Castells, ao longo de um processo no qual o ator social constrói seu reconhecimento e lugar no mundo, por meio de um projeto cultural. O MST encarna este “antiprojeto” cultural capaz de constituir uma identidade coletiva onde, na definição de Touraine, o ator molda sua ideologia, identifica o adversário e percebe, com clareza, quais são os objetivos e fins propostos de sua

luta. O papel da comunicação é fundamental para que as representações sustentem e mantenham a unidade do movimento. O mundo vivido, na definição de Habermas, garante que os valores culturais sejam compartilhados nas trocas interpessoais, dando forma e força à identidade coletiva. O JST contribui de forma decisiva demonstrando, como se verá, que os sem-terra não estão sozinhos: ao mesmo em que percebem, pelo jornal, que contam com apoios em segmentos externos da sociedade, eles também se auto-referenciam em companheiros de outros assentamentos e/ou acampamentos que vivem situações e dificuldades semelhantes.

2.1 – Características “internas”

2.1.1 – Estrutura organizativa

O MST foi alterando sua forma organizativa interna ao longo dos anos e, atualmente, possui uma Coordenação Nacional, integrada por aproximadamente 90 pessoas⁵, e uma Direção Nacional, de 21 membros. No plano nacional estão organizados nove setores de atuação: relações internacionais, secretaria nacional, sistema cooperativista dos assentados, frente de massas, educação, formação, comunicação, finanças e projetos.

A estrutura organizativa se complementa com o Congresso Nacional, evento realizado a cada cinco anos e com os Encontros Nacionais, que acontecem de dois em dois anos. O último Congresso Nacional, realizado em Brasília em agosto do ano 2000, reuniu 11 mil delegados dos 23 estados onde o MST está organizado.

Este organograma se reproduz, quase integralmente, em cada estado. Há uma Coordenação Estadual, a Direção Estadual e os setores – neste último caso com algumas mudanças, não existindo, por exemplo, o setor de relações internacionais, mas incorporando outras nomenclaturas. No Paraná existem cinco setores plenamente estruturados (formação, educação, produção/sistema cooperativo, frente de massas/negociação e gênero/saúde). Outros

⁵ FERNANDES, B.M. *MST: formação e territorialização*. 2º ed. São Paulo. Hutitec, 1999. “São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais, um representante eleito de cada Central de Cooperativas Estaduais, dois membros eleitos por setores nacionais e vinte e um membros da direção nacional, que são eleitos no Encontro Nacional” (p.82).

quatro funcionam em algumas regionais, mas carecem de organização maior (finanças, comunicação, direitos humanos e juventude).

Na escala abaixo da estrutura organizativa estão as regionais, também com suas coordenações, direções e setores, formadas por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. No Paraná estão organizadas 12 regionais, dividindo geograficamente o estado e os trabalhos de acompanhamento de cerca de 200 assentamentos, formados a partir de meados da década de 80 e que mantêm ligações com o MST, além de 55 acampamentos (dados de fevereiro de 2001) espalhados por várias regiões paranaenses. O setor chamado *frente de massas* nas regionais é responsável ainda pela arregimentação de novos sem-terra, o planejamento e a preparação das ocupações.

Finalmente, nos assentamentos e acampamentos o organograma se repete com a coordenação e os setores. Todos os sem-terra, neste nível da organização, devem integrar algum setor desempenhando tarefas e prestando contas de suas atividades aos demais membros do grupo.

O Caderno de Normas Gerais do MST indica que o Congresso Nacional é a “instância máxima” do Movimento e deve “fixar as linhas gerais de atuação”. Ao Encontro Nacional compete estabelecer “as plataformas de luta imediatas de acordo com a conjuntura”. Nos estados e nas regionais as estruturas máximas de poder também estão definidas nos encontros massivos.

Christine Chaves chama a atenção para o fato dos Encontros e Congressos serem considerados instâncias organizativas, assim como as Coordenações ou Direções: “No MST, reuniões – maiores ou menores, mais ou menos freqüentes – definem tanto a organização quanto o poder interno; assim como eventos de massa – igualmente variáveis em envergadura e freqüência – configuram sua existência e poder externos” (Chaves, 1999 p.25).

Outro detalhe a respeito dos Encontros e Congressos, definidos como instâncias máximas do MST e onde são eleitos os membros das direções (no nível nacional, estadual ou regional), é seu caráter muito mais festivo do que deliberativo. O mesmo acontece com as assembléias, onde, como se verá abaixo, a prática da mística “tem um sentido mais pedagógico do que deliberativo, servem à construção da unidade e não à elucidação das diferenças, além disso, constituem meios de formação de um consenso coletivo cujo conteúdo encontra-se previamente determinado” (Chaves, 1999 p.428). Nas assembléias, a palavra é restrita e geralmente predefinida.

A contradição aparente entre a unidade celebrada nos eventos que reúnem grande número de participantes (consideradas as proporções da instância) e a escassez efetiva de debate é um dado estruturante do MST. Tudo indica que a palavra do coordenador, do líder, praticamente nunca é contestada, e é por intermédio dela – da expressão oral da liderança – que se estabelecem os principais processos comunicativos. Estas constatações não deixam de colocar questionamentos em relação ao caráter democrático do MST, um dos pontos centrais de sua imagem pública:

Considerar o aspecto da tomada de decisão, ou os mecanismos de democracia interna ao MST, é pertinente na medida em que o próprio MST sustenta uma ação pública calcada no estímulo à participação e na ação coletiva direta como forma de revalorizar a prática política, além de sustentar sua crítica social na visão de um modelo mais democrático de sociedade, vale dizer, mais igualitário. Mas além disso, para a definição de democracia, tão decisivo quanto a estrutura da tomada de decisão é o uso dado à informação e o seu controle. Não é por outra razão que os meios de comunicação de massa são considerados de fundamental importância no MST (Chaves, 1999 p. 465).

Ao discorrer sobre o sistema eleitoral no Movimento, João Pedro Stédile reconhece a importância menor do debate nas grandes reuniões de militantes. “A votação é uma espécie de formalização do debate que já aconteceu nos estados. Reservamos os eventos nacionais para a confraternização da militância, para conhecer as diferenças regionais do povo brasileiro, para fortalecer a identidade do MST” (Stédile, 1999 p.82).

2.1.2 – Hierarquia e disciplina

Ao acompanhar a Marcha Nacional dos sem-terra, em 1997, Chaves percebeu que os militantes referem-se, internamente, ao MST como “organização”, categoria que, para ela, “remete imediatamente à disciplina” (Chaves, 1999 p.9). A mesma designação foi encontrada, freqüentemente, durante as entrevistas realizadas na pesquisa de campo da presente dissertação. Especialmente os militantes mais antigos e líderes nominam o MST como “a organização” e identificam a participação em suas instâncias como de grande importância nas histórias pessoais de cada um: “A organização me deu bastante elementos. Nestes anos todos na organização é quase uma faculdade que eu tive. Como militante e como dirigente tive oportunidade de fazer vários cursos nacionais, estaduais e até internacional”, disse Luiz Alonso, 33 anos, militante há 12, com nível de escolaridade de quarta série, morador do

assentamento Paulo Freire, município de São Jerônimo da Serra e membro da coordenação regional do Norte Pioneiro .

O líder João Pedro Stédile sustenta que a disciplina é um dos princípios fundamentais do MST. Segundo ele, esta é uma regra derivada das experiências de lutas anteriores da classe trabalhadora, especialmente dos camponeses. A disciplina adotada no Movimento foi ensinada também pela Igreja Católica, uma das mais antigas organizações do mundo. “Se não houver disciplina, pela qual as pessoas respeitem as decisões das instâncias, não se constrói uma organização. Isto é regra da democracia. Não é militarismo ou autoritarismo (...). A regra da disciplina é aceitar as regras do jogo. Claro que depende que a pessoa aceite voluntariamente. E, estando na organização de livre vontade, tem que ajudar a fazer as regras e a respeitá-las, tem que ter disciplina, respeitar o coletivo. Senão a organização não cresce” (Stédile, 1999 p. 41/42).

A questão da disciplina é tratada também por outro ideólogo do Movimento, Ademar Bogo, que insiste na importância da “disciplina consciente” como um instrumento de manutenção da unidade da organização e de transformação individual. “A disciplina não pode ser um peso a ser carregado pelo militante, deve ser vista como um valor e tornar-se virtude através do comportamento” (Bogo, 1999 p.124).

No livro *Lições da luta pela terra*, onde alinhava um amplo receituário para o enfrentamento de inúmeras questões ligadas ao dia-a-dia dos assentamentos e da organização MST, Bogo remete ao coletivo a descoberta de fórmulas para garantir a aceitação das normas de disciplina: “Discutir com todos os problemas conjuntamente e estabelecer normas de convivência a partir das necessidades, e respeitá-las conscientemente para engrandecer a vida comunitária e a organização” (Bogo, 1999 p.125).

O respeito ao “coletivo” é o argumento mais usado no MST para enquadrar discordâncias ou divergências. Não são poucos os relatos e os estudos que informam sobre a escassa possibilidade de manifestação de descontentamento nas diversas esferas de organização do Movimento⁶. Regra geral desses relatos é a postura dos coordenadores das várias instâncias, que, utilizando-se do fato de terem sido escolhidos para o cargo, tomam as decisões e muitas

⁶ Sobre o assunto ver D’Incao e Roy (1995) que estudaram um assentamento no interior de São Paulo, Schimanski (1998) sobre a Cooperativa Agropecuária Vitória, de Paranacity, no Paraná; Souza (2001) com o estudo da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga (PR) e Fernandes (1999) que ao remontar a história do MST em São Paulo cita diversos embates entre militantes de base e lideranças. E ainda Chaves (1999) sobre a Marcha Nacional

vezes apenas comunicam o fato aos demais, sem abrir espaços de discussão; ou então conduzem as assembléias de forma a obter o resultado desejado.

Nesse sentido, Chaves lembra a semelhança dos discursos desses líderes do MST com as autoridades do governo, que também usam sua condição de eleitos para justificar atitudes que beiram, ou são efetivamente arbitrárias. Do ponto de vista da autoridade – qualquer que seja ela –, quando o conjunto humano que lhe seria subordinado parece sair do controle, isso implica em desrespeito à organização ou ao governo:

Em tais casos, seja no interior de uma organização de massas, seja no espaço mais amplo da luta política nacional, a natureza do embate é, no limite, definida pela força. A força que os oponentes identificam no outro inimigo e a força como ameaça de violência. O uso e limite no emprego da força é definido em função da avaliação da capacidade diferencial de imposição da eliminação – física ou simbólica – do oponente, o que significa avaliar a própria força e a do outro, conjugada às possibilidades de justificá-la perante um terceiro – árbitro invisível e silente, cujo poder sobretudo moral é eficaz na medida em que a cena política transcorra, ao contrário, em espaço dotado de visibilidade e publicidade (Chaves, 1999 p.206).

Ela percebeu que o silêncio é um dos mecanismos utilizados pelos sem-terra para evitar atritos que os coloquem contra a “organização”. Ao questionar os marchantes “quanto à violência infligida pela Organização aos indivíduos, face ao fato de serem submetidos a uma rotina diária de 18 horas de atividades extenuantes, agravada pela carência quase absoluta de infra-estrutura básica, como água e medicamentos, sem mencionar a falta de alimentação adequada”, muitos atribuíam os problemas ao individualismo e à falta de solidariedade entre os próprios participantes da Marcha. Quando esclarecidos que se falava da Organização as respostas eram telegráficas: “Há problemas”, diziam apenas. Além do silêncio, acrescenta a pesquisadora, a realização de tarefas pode ser uma estratégia protetora, inclusive para os militantes.

O MST reveste-se de um forte conteúdo moral para seus integrantes pelo valor atribuído a seus princípios e objetivos gerais de luta – que idealmente deve perpassar suas ações coletivas – às próprias relações dos membros entre si e à responsabilidade destes para com a Organização. A fidelidade pessoal aos princípios e objetivos gerais do MST, expressos na dedicação total a cada tarefa concreta, é vista como sinal de valor, cuja carência é traduzida como vício. Os vícios individuais são objeto de vigilância, crítica, autocrítica e punição educativa, enquanto os erros da Organização são freqüentemente reconhecidos como “falta de organicidade”. Como essa falta é vista como o avesso de uma ação empenhada e integrada, essa perspectiva favorece o deslizamento da crítica à Organização para a crítica aos “vícios” ou “desvios ideológicos” de seus membros, herança das “formas artesanais de trabalho”. Esse deslocamento implica no esvaziamento, ou melhor, na impossibilidade da crítica aos procedimentos organizativos e de tomada de decisão internos (Chaves, 1999 p. 139).

Em estudos realizados em dois assentamentos no Paraná, Schimanski (1998) e Souza (2001) apontam o silêncio nas assembléias como uma forma de enfrentamento dos conflitos internos tratados moralmente pelas lideranças, que consideravam inferiores os interesses individuais e superiores dos coletivos. Ainda na esfera dos acampamentos, o sem-terra que tenha divergências muitas vezes se cala pelo medo de perder a oportunidade de alcançar um lugar no assentamento e garantir sua reprodução. Uma vez assentado, a cadeia de receios se estende para o acesso ao financiamento; a prioridade de construção da moradia, a utilização das máquinas que, no geral, são propriedade coletiva.

É claro que esta relação de medo não é uma constante. Se assim o fosse, certamente o MST não seria capaz de mobilizar as grandes massas de militantes (sem-terra ou não) que gravitam em torno do Movimento em todo o país. Trata-se de um pano de fundo que permeia as relações, especialmente com os líderes, em uma estrutura bastante hierarquizada, e que pode ganhar a cena em momentos de crise.

Ao reconstruir a história do MST no Estado de São Paulo, Fernandes conta a preparação longa e cuidadosa das primeiras ocupações, quando as famílias levavam até dois anos para amadurecer a proposta e sua determinação para enfrentar a luta. Mais tarde, com a massificação das ocupações, este preparo foi muito reduzido e as decisões passaram a ser aceitas e cumpridas, não debatidas:

Para estas famílias, que haviam sido mobilizadas para a luta, militante do MST era somente o coordenador, também chamado de liderança. Ser militante significava para a maioria das famílias: o que dava ordens, o que mandava. O militante era o comandante. Os militantes ou lideranças eram adorados por alguns trabalhadores, e odiados por outros. Essa condição paradoxal fragmentava as relações entre os grupos e os militantes e, por conseguinte, não possibilitava a criação da identidade política de grande parte dos trabalhadores. Para muitos acampados, somente os coordenadores ou militantes pertenciam ao MST. Eles eram só *trabalhadores sem-terra* (Fernandes, 1999, p 172).

A prática histórica de dominação é um dado cultural bem mais profundo que certamente permeia esta dificuldade de relacionamento com os coordenadores e afeta não apenas os integrantes da base do MST, mas também os próprios líderes que têm uma história de vida semelhante. Ao longo de toda sua existência, os sem-terra foram homens e mulheres que viveram presos “em relações sociais, econômicas e políticas que os colocam em situação de dominados” (D’Incao e Roy, 1995 p.23) e que, na maior parte das vezes, incorporaram “as relações de exploração perversa na qual haviam sido socializados” (p.29). Esta herança histórica e social dificulta a criação de relações diferenciadas no interior do Movimento. Os

dois pesquisadores desenvolveram um trabalho em um assentamento no interior de São Paulo e evidenciaram os entraves ao estabelecimento de um diálogo construtivo e respeitoso entre as famílias.

Ponto comum em todos os estudos de caso é a identificação de grupos que se formam no interior dos assentamentos, muitas vezes levando à exclusão de um deles (o menos numeroso), por decisão da maioria ou por definição própria, em função da impossibilidade de um trabalho conjunto. Assim aconteceu na Cooperativa Vitória e na Cooperativa de Pitanga (Schimanski, 1998 e Souza, 2001). As decisões da maioria, do coletivo, prevalecem, mas deixam cicatrizes.

Chaves diz que, conforme definição de um militante, há duas metodologias no MST: segundo uma “o povo sabe”; segundo a outra “a direção decide”:

A primeira funda-se na concepção de que “do povo se extrai tudo: se no meio do povo tem problema, ele também tem a solução. É preciso respeitar muito o povo porque nós somos o povo, senão não podemos fazer nada diferente. As grandes idéias se retiram, se encontram no meio do povo”. A outra concepção fundamenta-se na compreensão de que “já se sabendo algumas coisas básicas, tendo já percorrido um caminho de organização, já se sabe também o caminho mais curto, não se querendo perder tempo com discussões, a direção então define e repassa”. As duas concepções encontram expressão e são ambas consideradas legítimas dentro do MST – o modo como são utilizadas nos mecanismos institucionais internos é que parece ser bastante desigual, a tensão gerada internamente advém da disjunção entre a largueza com que um princípio é empregado e a valoração superior que é atribuída ao outro (Chaves, 1999 p.430).

No geral, a disciplina se exerce por cordões menos tensos por intermédio dos quais os militantes cumprem determinações e tarefas porque assumem sua participação como importante para o grupo e também porque escolheram suas atividades de acordo com o potencial próprio. Ao falar sobre a divisão de tarefas no interior do Movimento, Stédile garante:

Aprendemos que a primeira pergunta que se deve fazer para o militante é a seguinte: “O que tu gostarias de fazer dentro do MST?”. No conjunto, surge uma diversidade de aptidões e de habilidades. Isso faz com que a organização cresça porque a pessoa se sente bem, se sente feliz com o que faz. (...) Isso só é possível se houver, de fato, uma divisão de tarefas dentro da organização. Aquela organização centralizada na mão de uma pessoa ou de um pequeno grupo de pessoas não permite essa riqueza (Stédile, 1999 p 41)

Relatos recolhidos por Christine Chaves durante a Marcha Nacional também indicam que os sem-terra reconhecem as possibilidades de escolha das atividades, contribuindo, inclusive, para a realização de potenciais pessoais pouco manifestados, notadamente do ponto de vista artístico. Músicos, atores e poetas têm muito mais espaço no MST para reconhecimento de sua arte do que na sociedade “normal” onde viviam antes de aderir ao Movimento.

2.1.3 – Identidade de sem-terra

Os sem-terra são facilmente identificados em todas as suas aparições públicas. O uso de bonés vermelhos, das camisetas com símbolos do Movimento, o empunhar constante das bandeiras os fazem reconhecíveis, tanto nas manifestações próprias quanto nos momentos em que participam de mobilizações conjuntas com outros atores sociais.

Ao par das dificuldades já mencionadas acima, envolvendo especialmente o relacionamento do militante de base com as lideranças, o fato é que a construção e a solidificação da identidade de sem-terra é apontada por todos os observadores como um dos pilares de sustentação do MST. Dentro da tipologia estabelecida por Castells – ao classificar as identidades como legitimadora, de resistência e de projeto – é possível perceber no interior do Movimento que a identidade de resistência prevalece: os sem-terra se enxergam como cidadãos “especiais” no cenário nacional e, como se verá, manifestam orgulho por isso. Uma investigação mais aprofundada, que não é o objeto do presente trabalho, poderá, eventualmente, perceber a formação de uma identidade de projeto. Pelo menos entre os militantes do MST (e, de forma mais esparsa, entre os integrantes de base) existe a convicção da necessidade de um novo formato de sociedade, demonstrando a existência de um ator social em gestação que representa uma idéia diferente de estrutura social. Castells diz, ainda, que a identidade de resistência pode se transformar em identidade de projeto. Isso é possivelmente o que busca o MST nos investimentos que faz na formação de seus quadros.

Mesmo aqueles que perdem formalmente a condição de sem-terra, quando são escolhidos para integrar um projeto de assentamento, mantêm sua identidade e seu vínculo. Poucos assentamentos rompem relações com o Movimento, e o fato de continuarem a contribuir – com recursos humanos, financeiros e materiais – para a sustentação da organização é um indicativo da força desta identidade. Bernardo Mançano Fernandes, no livro *A formação do MST no Brasil*, informa que 78% dos projetos de assentamento no Paraná continuam vinculados ao movimento. Em relação ao número de famílias assentadas este percentual sobe para 82%. No Brasil, 44% das áreas e 41% das famílias mantêm laços com o Movimento (Fernandes, 2000 p. 299). Os dados, reconhece o autor, são aproximados, especialmente por incluírem, no conjunto do país, muitos projetos de regularização fundiária e também áreas controladas por outros movimentos organizados.

Também aqui é necessário mencionar que estas relações não são isentas de atritos e questionamentos. Édina Schimanski, em sua dissertação sobre a Cooperativa Agropecuária Vitória (Copavi), diz que um grupo de famílias, não diretamente identificada com os dirigentes da cooperativa, questiona o volume de doações feitas ao MST. No caso, três pessoas eram liberadas para o trabalho de base do Movimento, recebendo da cooperativa como se tivessem trabalhado oito horas por dia; os veículos eram sempre emprestados para as mobilizações; além da entrega de parte da produção:

De acordo com os princípios básicos [do MST], os assentamentos devem continuar engajados no propósito da reforma agrária, deste modo, colaborando com recursos materiais e humanos para que ela se efetive. O preceito deve ser aprovado por todos, o que na prática significa dizer que, depois de assentados na terra, devem continuar colaborando para a continuidade dos projetos do MST

As discordâncias têm ocorrido quanto à *forma* e ao *nível* da colaboração. No caso da COPAVI, as manifestações contrárias têm ocorrido principalmente devido à ausência de mão-de-obra na cooperativa (...). Se entre os dirigentes da COPAVI a postura é ressaltada como favorável, há cooperados que, ainda considerando tal ajuda legítima, defendem a idéia de que se deveria reduzir o número de pessoas que têm papel político no MST bem como uma remuneração diferenciada para os militantes (Schimanski, 1998 p.124).

A identidade de sem-terra é um processo que se edifica basicamente por três componentes: o cumprimento de tarefas em algum dos setores do Movimento, a participação nos cursos de formação e o acompanhamento das místicas. A participação nos setores é regra geral desde o momento em que a pessoa entra em um acampamento: há sempre trabalho para fazer na saúde, educação, segurança e muitas outras atividades. Cada um determina o que gostaria de fazer, mas deve dar conta do compromisso assumido que, no geral, representa uma satisfação emocional. “Esta participação parece refundir-lhes um senso de valor pessoal, restabelecido através do engajamento e integração em uma esfera de ação coletiva” (Chaves, 1999 p.27) .

A existência de diferentes alternativas de atuação, de inúmeras tarefas a serem realizadas, garante espaço para o desenvolvimento de interesses múltiplos e permite que, no caminho, o sem-terra vá percebendo seu papel na luta pela transformação da sociedade e, ao mesmo tempo, assuma sua transformação pessoal enxergando, na somatória destes processos, um sentido de vida.

A participação em um dos setores do Movimento é um vínculo importante na constituição da identidade de sem-terra, membro do MST: representa a passagem de sem-terra como condição para sem-terra como opção, vocação; passagem de uma identidade genérica à identidade de militante. Uma outra forma de descrever essa passagem é dizer que ela corresponde à transformação do vínculo ao Movimento como meio de conquistar a terra – primeiro objetivo do MST – ao compromisso com a Organização como instrumento

da realização da Reforma Agrária e de transformação da sociedade – seus fins mais amplos. Corresponde à transformação do objeto de mudança da sociedade em um projeto pessoal de vida (Chaves, 1999 p. 29).

O engajamento no trabalho dos vários setores é mais constante no período em que as famílias estão nos acampamentos antes de alcançar a meta de um lote nos projetos da reforma agrária. Nos assentamentos, onde a apropriação da terra é parcelária, a vida é descrita muitas vezes como “cada um por si”, e muitos dos entrevistados – como se verá no Capítulo 5 do presente trabalho – identificam a dificuldade maior de trabalhar aspectos coletivos quando se trata de ex-sem-terra.

A formação, o estudo, é outro pilar da constituição da identidade. Além das escolas existentes nos assentamentos⁷, o MST mantém ainda cursos de capacitação técnica, nas áreas de produção e cooperação agrícola, que são ministrados em escolas próprias, como a Escola Josué de Castro, no Rio Grande do Sul, e a Florestan Fernandes, em Santa Catarina. Mas são os cursos de formação de militantes para trabalhar nos setores que contribuem de maneira especial para forjar a identidade.

A formação é, de fato, um processo múltiplo: internalização da ideologia⁸ do Movimento e também através da integração nos setores, assimilação desses ideais e valores a uma prática pela transposição daquele compromisso ideal e valorativo em compromisso efetivo – racional e afetivo – com outros integrantes do MST, que lhe dão uma feição humana concreta. Não é sem razão que o aprendizado promovido pelo MST é sempre compreendido por seus militantes como uma realização integrada de “teoria e prática” (Chaves, 1999 p.29).

As análises de caso já mencionadas (Chaves, Souza e Schimanski) contêm descrições detalhadas dos cursos onde são realizados “laboratórios experimentais” segundo a técnica desenvolvida pelo advogado Clodomir Santos de Moraes, que foi um dos ideólogos das Ligas Camponesas, na década de 60, e depois, na condição de exilado, trabalhando em vários países da América Central. O método, grosso modo, parte do pressuposto de que o pequeno agricultor – origem clássica dos membros do MST –, por desenvolver um trabalho familiar isolado, com pequena divisão social do processo produtivo, adquire vícios ou desvios ideológicos, advindos das formas artesanais de trabalho.

⁷ Segundo a Agenda do MST de 2001 “os números do setor de educação são os seguintes: 1.500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças (de primeira a quarta séries), articulação com cerca de 3.500 professores pagos pelos municípios e desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas do campo. Em conjunto com a UNESCO e mais de 50 universidades, o MST desenvolve programas de alfabetização de aproximadamente 25 mil jovens e adultos nos assentamentos”.

⁸ Vale acrescentar que a autora esclarece, em nota de pé de página, que usa o termo ideologia não como Marx, no sentido de falsa consciência, mas como Dumont, como um sistema de idéias e valores que têm curso num dado meio social. Trata-se de uma discussão ainda em aberto, mas cujo detalhamento não cabe no presente trabalho

Estes vícios são descritos como: individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, sectarismo ou radicalismo, liquidacionismo, aventureirismo e auto-suficiência. “Através deste decálogo os vícios estruturais devem ser constantemente objeto de 'vigilância' e 'crítica' e, eventualmente, punições. Os Laboratórios Experimentais visam dar a conhecer aos militantes, em teoria e na prática, estes vícios, bem como neles constituir uma nova consciência organizativa, com todas as virtudes modeladas pela divisão social do trabalho, virtudes atribuídas às empresas como organização” (Chaves, 1999 p.100).

Os cursos de formação passam a seus frequentadores também a “visão de mundo” do MST por intermédio de módulos que trabalham o “funcionamento da sociedade”, onde o ponto básico é a descrição das diversas etapas históricas da divisão de classes sociais sob um ponto de vista essencialmente marxista. Chaves assegura que o curso, com duração entre 30 a 40 dias e grande número de horas de estudo e trabalho diário, “coloca o aprendiz no limite de sua capacidade de suportar pressões”, onde sua própria transformação pessoal é requerida. No final, “munido de uma nova verdade a respeito da sociedade, da história e de seu lugar em uma ou em outra, o sem-terra torna-se pronto a qualquer sacrifício” (Chaves, 1999 p.102).

Maria da Glória Gohn (2000, p.125 e seguintes) descreve cursos de formação política baseados também na metodologia de Paulo Freire, enfatizando que a repetição dos conteúdos, cada vez mais abrangentes, é uma técnica constante. A pesquisadora se indaga, contudo, sobre a eficácia e pertinência de técnicas pedagógicas desenvolvidas há várias décadas “baseadas no paradigma marxista de análise da realidade, complementado por uma leitura bíblica onde a categoria povo ganha centralidade como sujeito histórico”. É importante lembrar que a consciência nova não se forma pela simples absorção de um pacote de informações ou pela vivência de “faz-de-conta” em um laboratório que simula organizações de empresas ou cooperativas.

Se considerarmos que o ato de aprender é um processo de construção de significados onde há relações substantivas entre o que está sendo transmitido e o já conhecido, a construção desses significados, nos alunos que participam dos cursos do MST, resulta na articulação entre o que lhes é repassado como leitura do mundo com os *habitus* adquiridos em sua comunidade de origem. (...) Como o paradigma que alicerça a visão de mundo nos cursos são recortados por uma leitura exclusiva de diferenças de classes sociais, em tese esses militantes podem vir a ter dificuldade de se relacionarem com os outros no universo dos assentamentos (Gohn, 2000 p.130).

Ao lado dos conflitos resultantes do ensinamento recebido nos cursos, repleto de racionalidade e objetividade, com a experiência de vida anterior do militante, permeada por seus sentimentos, há ainda a possibilidade do culto ao personalismo – combatido como um sério vício ideológico – se manifestar. Nesse sentido se conjugam a sociabilização dominadora, sempre vivida por esta população, ao comportamento comum na atual sociedade de massas, “onde a mídia reforça diariamente o mito das personalidades que ela, a mídia, elege como culto e referência” (Gohn, 2000 p. 129).

João Pedro Stédile admite a existência de várias fases na história do MST, permeadas pela busca de alternativas de enfrentamento do embate político com o governo, de um lado, e, por outro, a procura de soluções para os desafios da organização dos assentamentos e da produção. Em cada uma dessas fases, o processo de formação também foi sofrendo alterações. Ao falar sobre a proposta dos laboratórios experimentais de Clodomir Moraes, o líder do MST assegura que ela apresentou certas limitações. “Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo porque não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes uma turma e em 40 dias tem que sair uma cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostrou que esse processo é mais lento” (Stédile, 1999 p.99).

A defesa, e até mesmo a “imposição”⁹ do modelo cooperativista, que foi uma prática comum a partir do final dos anos 80 como forma de viabilizar os assentamentos, está sendo paulatinamente alterada. No Paraná, por exemplo, o assentamento Dorcelina Folador, oficializado pelo Incra no ano 2000, adotou uma forma composta de exploração de terra, com alguns projetos coletivos, mas reservando grande espaço (de tempo e área) para o desenvolvimento familiar das culturas e tarefas. Do pensamento de Clodomir Moraes, o MST continua classificando como de grande utilidade a visão “científica” sobre a consciência do camponês, forjada em função da sua maneira arcaica de organizar o trabalho.

A existência, hoje, de parcerias entre o MST e mais de 50 universidades brasileiras na área da educação, além de técnicos de outras instituições da sociedade civil, pode estar gestando uma nova proposta de formação de quadros. Na opinião de Maria da Glória Gohn,

⁹ Já Alcione Almeida, ao estudar a cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária, percebeu as dificuldades do trabalho coletivo e demonstrou que os assentados, não raro, abandonam esta alternativa e retornam ao cultivo individual: “A informação que se tem hoje é que essa forma de organização do trabalho dentro dos assentamentos tem perdido muito espaço, sendo ainda mantida por imposição do MST”. (Almeida, 1999 p.104)

esta nova formulação deve levar em conta os aspectos culturais e subjetivos dos homens e mulheres que fazem a luta pela terra ganhar outras dimensões no Brasil.

Cada vez mais as análises exclusivamente econômicas e determinísticas de clássicos da ortodoxia marxista aparecem lado a lado nos documentos do movimento com outras análises não tão ortodoxas em busca de novos rumos, como a análise da linguagem e as formas de expressão. (...) Ou seja, o descompasso existente entre a enorme criatividade que o movimento sempre teve e a normatização rígida de seus pressupostos político-ideológicos iniciais está exigindo que o movimento encontre e/ou construa novos formatos e orientações teóricas no campo da cultura, em especial na área das comunicações (Gohn, 2000 p.135).

2.1.4 – Um parênteses de cunho teológico

Antes de iniciar o próximo tópico, dando continuidade ao detalhamento das principais características do MST, é necessário fazer um parênteses para focar, mesmo que rapidamente, um termo muito presente no discurso dos sem-terra e neste relatório de pesquisa: mística¹⁰. Trata-se de um conceito obscuro e múltiplo não apenas, como se verá, no vocabulário dos sem-terra e suas principais lideranças, mas também para os estudiosos da mística enquanto categoria teológica. Alguns exemplos:

Si na palabra *espiritualidad* resulta compleja, mucho más lo es aún la palabra *mística*. Debamos empezar precisando primero la polivalencia, e incluso ambigüedad, que tiene el término.(...) A principios de siglo, escribía el jesuita Josepf de Guibert: “como todas las palabras que gozam del éxito, la palabra mística paga sua amplia audiencia com una crisis de impresión que desaconseja su empleo a quienes tienen cuidado de expressar su pensamiento com precisión y exactitud”(García p.5).

Nas publicações recentes sobre o problema místico praticamente já se apresenta como lugar-comum sublinhar a falta de contornos precisos do termo “mística” e similares (“místico”, “misticismo”) e a consequente exigência de fornecer uma definição de tipo heurístico (Moioli, 1992 p.770).

La palabra mística está muy cargada de hierro. Y se le han dado y dan cantidad de sentidos con valoraciones hasta contradictorias. Lo mismo sirve para el elogio que para el insulto. Pero en todas o en casi todas las acepciones que recibe hay en el fondo una nota común y constante: la de *algo oculto e secreto* (Duque, 1995 p.9).

Mística es una palabra sometida a usos tan variados, utilizada en contextos vitales tan diferentes, que todos cuantos intentam aproximarse a su significado con un mínimo de rigor se sienten en la necesidad de llamar de entrada la atención sobre su polisemia y hasta su ambigüedad (Velasco, 1999 p.17).

¹⁰ A tentativa de trabalhar mística enquanto categoria sociológica esbarrou na escassez – para não dizer falta absoluta – de material bibliográfico a respeito. Mesmo os dicionários de ciências sociais não contemplam o verbete mística.

Etmologicamente a palavra provém do grego *mystikos*, derivado do verbo *myo*, que significa a ação de fechar a boca e os olhos. Por isso a referência a realidades secretas, ocultas, *misteriosas* – acepção que marcou o uso do termo em época anterior ao cristianismo.

Fenômenos como estigmas, visões, levitações, êxtases, etc., passaram a ser descritos como manifestações místicas na Idade Média. Embora hoje os próprios teólogos reconheçam que a maior parte deles pode ser explicada como anormalidades neuróticas, as manifestações de proximidade com o divino continuam a ser designadas como fenômenos místicos. Mais recentemente a mística passou a ser definida como um fenômeno comum a todas as religiões, implicando em uma “experiência do divino em nós mesmos”, segundo Duque, ou “a consciência direta da presença de Deus”, segundo Velasco.

“También se entiende por mística, em um sentido vago e impreciso, esa vibración que todo homem entusiasmado y comunicativo sabe hacer del ideal en que vive”(Duque, 1983 p. 466). Esta é uma acepção do termo que parece se aproximar mais do sentido pretendido pelos sem-terra. A vibração não se restringe ao místico religioso. “Pero igualmente lo puede ser así el artista, el comunista, el desportista, el político... que vive esas realidades sociales o personales com exaltación, ‘religiosamente’, como se dice” (Duque, 1983 p. 467). Para o cristão, esta vibração deve incluir a caridade e a consciência do mistério, completa ele.

Outra definição que se aproxima da visão de mística do MST é dada por Garcia: “Esta se refiere a experiencias interiores, inmediatas, fruitivas, en un nivel de consciencia superior a la que rige en la experiencia ordinaria, de la union intima del sujeto con el todo, el universo, el absoluto, lo divino, Dios e el Espíritu, cualquiera que sea la forma em se la viva”(Garcia, p.7). Historicamente, esta utilização coincide com o início do movimento das Comunidades Eclesiais de Base e com os estudos precursores da Teologia da Libertação que, como já se viu, tiveram grande influência na constituição do MST. No livro *Igreja, carisma e poder*, o teólogo Leonardo Boff fala das CEBs e, apesar de não utilizar exatamente a expressão mística, trata das celebrações de fé e de vida que são necessárias para animar estas comunidades: “O povo não se rege tanto pela lógica do conceito e da razão analítica, mas mais pela lógica do inconsciente e do simbólico. (...) Um povo que sabe celebrar é um povo resgatável; nem tudo está oprimido nele; é um povo em marcha para a sua libertação” (Boff, 1982 p. 202/203).

Marcelo Barros, no texto *O re-encantamento da vida*, vai no mesmo sentido: “Já contei que nos anos setenta a pastoral popular falava de mística como uma motivação forte para o trabalho e o compromisso. Isso pôde ser assim porque, no mundo inteiro, houve uma tentativa

de popularizar a mística (...). Parece que se descobriu que a mística não é uma coisa inacessível e elitista, reservada apenas a um grupo de extraordinários atletas do espírito, mas, ao contrário, é uma vocação à qual todos podem ter acesso: viver a mais profunda intimidade com Deus” (Barros, 1997 p.20).

Ao tratar da relação entre mística e política, Lima Vaz diz que, aparentemente, trata-se de experiências humanas exatamente opostas:

Com efeito, se considerarmos a experiência mística e a experiência política do ponto de vista do *sujeito*, a primeira parece designar normalmente uma transgressão dos limites da razão, desenrolando-se num plano transracional; ao passo que a segunda pretende justamente submeter a convivência humana a normas rigorosas de consenso racional. Se, por outro lado, atendermos ao *objeto* dessas experiências, veremos que a experiência mística tem sua intencionalidade toda voltada para uma realidade que se supõe, por definição, *transcendente*, isto é, situada para além das fronteiras do mundo natural e do mundo histórico, ao invés, a experiência política tem em vista exatamente a *imanência* do existir histórico, por ela considerada à luz da otimização racional das relações sociais (Vaz, 1994 p.9).

Ao que tudo indica, o MST constrói, na sua prática, um *lugar antropológico* onde é possível romper esta aparente contradição entre mística e política, permitindo que seus integrantes vivam a objetividade do mundo e da história, ao mesmo tempo em que, pela intersubjetividade, experimentem a transcendência e a unidade – se não com o absoluto, o divino, pelo menos com o próprio Movimento e seus ideais maiores.

O momento dedicado à mística marca o início das reuniões, encontros ou assembléias dos sem-terra. É quando os participantes se desligam das preocupações cotidianas e buscam a concentração na tarefa que terão pela frente – seja de discussão, de estudo ou de tomada de decisões. O antropólogo John Cunha Comerford na dissertação de mestrado *Reunir e Unir: as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade*, estudou o assentamento São Bernardo, no estado do Rio de Janeiro. Na época da pesquisa a mística ainda tinha um formato muito religioso e formal¹¹, sendo chamado de *momento da oração* pelos assentados:

Esse momento solene, forte, formal, onde o conjunto dos participantes assume um tom profundamente respeitoso e onde se fala (ora) em uníssono, seguindo uma fórmula predeterminada, tradicional, onde se faz silêncio ao mesmo tempo, e onde se move (levanta-se e senta-se) em conjunto, marca, antes de mais nada de forma muito clara, uma ruptura com o momento imediatamente anterior, quando as pessoas se encontravam dispersas, conversando informalmente sobre assuntos variados em pequenos grupos, e marca mais amplamente uma ruptura com o cotidiano, caracterizado por eventos “informais” (Comerford, 1996 p.63).

¹¹ Sobre o assunto ver as colocações do líder João Pedro Stédile no item “Mística, a celebração da unidade”, no próximo tópico.

Mais do que favorecer a concentração, a mística tem a finalidade de fortalecer o sentimento de pertencimento, de unidade nas propostas e nos objetivos. O transcendental é alcançado nas palavras de ordem faladas alto e com força, no canto a uma só voz, nos objetos utilizados durante o rito que criam um ambiente repleto de simbologia. Especialmente nos momentos em que é entoado o Hino do MST, os sem-terra se transformam: assumem uma postura corporal rígida, ao mesmo tempo de força e enfrentamento. No estribilho – que fala “vem, lutemos punho erguido/ nossa força nos leva a edificar/ nossa pátria livre e forte/ construída sobre o poder popular” –, os punhos esquerdos são erguidos em gestos ritmados e determinados à luta. Como se verá no próximo capítulo, a preocupação de desenvolver uma mística para cada situação, adequando os conteúdos ao ambiente e participantes, completa a equação para evidenciar a importância da prática no MST.

Esta conduta, contudo, não é típica dos sem-terra. Desde sempre os movimentos sociais se apropriaram de aspectos ligados à religiosidade para forjarem sua legitimação e sua unidade. Frei Sérgio Görden, membro da Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul, cita a religiosidade dos trabalhadores rurais como uma marca predominante nas lutas camponesas da história do Brasil. O beato Antonio Conselheiro, de Canudos e o monge João Maria, do Contestado, são apenas os exemplos mais evidentes. Nestes episódios, assim como no MST, a cruz é um símbolo sempre presente¹². No texto *Religiosidade e fé na luta pela terra*, o frei aponta a importância da mística para os sem-terra:

A partir de 1979 as ocupações e acampamentos se espalham por todo o Brasil, passando a fazer parte do cotidiano da história do país neste final de milênio. Daí se dissemina essa nova forma de luta, a ocupação. Daí se consagra essa nova forma de resistência continuada: o acampamento. Ali se descobre o cimento de uma Nova Liga, forjadora de uma mística que une o vigor, a emotividade e a história da religiosidade e da cultura popular: a elaboração ética e espiritual de uma nova leitura do cristianismo a partir das dores e das esperanças das classes populares confrontadas com uma proposta de organização e luta para combater o latifúndio, conquistar a terra, implantar a reforma agrária e construir uma sociedade justa e humana no Brasil (Görden, 1997 p.285).

Também outros movimentos, além dos camponeses, utilizam a mística como elemento de unidade e de cultivo da dimensão religiosa. É o caso, por exemplo, da Pastoral da Criança, uma organização não-governamental que atua em todo o Brasil, com mais de 165 mil voluntários que trabalham diretamente nos bolsões de miséria ajudando a combater a mortalidade infantil e desenvolvendo outras ações de cidadania. A mística da Pastoral é

¹² No Capítulo 7 da presente dissertação, onde se faz uma avaliação dos elementos visuais do Jornal Sem Terra, é possível perceber a força deste símbolo.

descrita como “um motor mesmo” por uma voluntária do Ceará, citada na dissertação de mestrado *Participação e subjetividade em movimentos sociais*, de Elson Faxina. Segundo ele, 77% dos voluntários da Pastoral apontam o *dever cristão* como motivo para terem ingressado na atividade : “Talvez por isso a prática da Mística ganhe tanto espaço nas ações da Pastoral da Criança, através das mais variadas formas de celebração, quase sempre de iniciativa própria das lideranças” (Faxina, 2001 p.140).

Na falta de um referencial teórico claro sobre a categoria mística, como se viu acima, há que esclarecer de que maneira o conceito está sendo utilizado no presente trabalho, reconhecendo as ambigüidades que o próprio MST enfrenta em relação ao tema. A definição seguinte é do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, entrevistador de João Pedro Stédile no livro *Brava Gente*: “Mística é uma prática que o movimento desenvolve. De certa maneira é seu alimento ideológico, de esperança, de solidariedade. A mística, para o MST é um ritual. Ela tem um caráter histórico, de esperança e celebração permanentes”. Ou seja, é uma ação coletiva, criada no âmbito do Movimento, que entrelaça a racionalidade da luta com o campo da exaltação transcendente de sua identidade e unidade, tendo como base o próprio Movimento e seu projeto político. O ritual utiliza os mais caros símbolos aos sem-terra. São objetos que recuperam uma relação direta entre o participante e o Movimento, estabelecendo um vínculo permanente entre as pessoas e consolidando o sentimento de pertencimento que, ao mesmo tempo, fornece legitimidade interna e externa.

2.1.5 – Mística, a celebração da unidade

O papel das igrejas, especialmente a Católica e a Luterana, na constituição original do MST¹³ já foi bastante estudado. Uma das heranças desta origem parcialmente religiosa é a celebração da mística, prática constante e responsável por um dos sustentáculos da unidade do Movimento. A mística é um aspecto da produção da identidade: através de símbolos,

¹³ Sobre o assunto ver Stédile, 1999 e Fernandes, 1999. Os dois textos, ao tratarem da gênese histórica do Movimento, ressaltam a contribuição da CPT (Comissão Pastoral da Terra), tanto do ponto de vista da formulação teórica/organizativa quanto na arregimentação das famílias que promoveram as primeiras ocupações de terra em vários estados. Ferreira, no estudo dos movimentos sociais rurais no Paraná, no período 1978-1982, igualmente ressalta o papel da CPT na organização dos movimentos de agricultores sem-terra de várias regiões paranaenses. Esses movimentos acabaram absorvidos pelo MST.

realiza o reconhecimento e mantém a unidade dos sem-terra. O teólogo Leonardo Boff entende que a mística é uma dimensão da vida humana, acessível a todos que descem a um nível mais profundo de si mesmos. Alicerçado neste pressuposto teórico, Bogo relaciona o conceito com as lutas sociais: “Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Esta energia que nos anima para seguir em frente é o que chamamos de ‘mistério’ ou ‘mística’. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano aí está se manifestando a mística” (Bogo, 1999 p. 236/127).

A mística está presente em todos os eventos que reúnem pessoas no MST: nas manifestações, assembléias, encontros, congressos, cursos e até em reuniões menores há sempre um momento dedicado à sua prática. A criatividade dos militantes (que são especialmente designados para pensar e desenvolver os rituais) é intensa, conjugando o uso dos símbolos com a música, a iluminação e a participação de militantes-símbolos, como crianças, jovens, casais e velhos.

O Hino Nacional é bastante utilizado, embora sejam ainda mais comuns o Hino do MST, as principais canções do grande repertório de compositores do Movimento, e mesmo músicas emblemáticas do repertório popular brasileiro. Punhados de terra, produtos agrícolas como grãos, frutas, raízes, legumes e verduras são usados para simbolizar a luta maior por um pedaço de chão e pela alimentação farta. Os instrumentos de trabalho, a foice, a enxada e o facão; partes da indumentária pessoal, como as sandálias de dedo, os bonés ou as camisetas também figuram nas celebrações. O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o símbolo mais comum para a comunicação. A iluminação muitas vezes é feita por tochas e velas, buscando reconstruir um dos elos mais instintivos do ser humano, com o fogo. E, presente em todos os eventos, tremula invariavelmente a bandeira do MST – algumas vezes ao lado da bandeira do Brasil, significando o amor à nação.

Stédile diz que o MST incorpora a mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem na identidade unitária do Movimento. No início do Movimento, pela influência da igreja, a mística era muito carregada de liturgia, como um culto. Com o passar do tempo, a prática foi deixando de ser tão formal e adquirindo contornos variados em cada

momento. Os rituais são criados para se adequar à conjuntura e ao tipo de evento no qual se realizam.

Tudo pode ser, a um só tempo, símbolo e motivo da mística. Christine Chaves, no relato da Marcha Nacional do MST, descreve uma mística em que a bandeira do Movimento era o personagem central. A frase síntese da prática: “Vermelha bandeira de todos os momentos, das horas de dor, lutas e alegrias, vales por mil pessoas valentes, pois atrás de ti somos milhões” (Chaves, 1999 p.65).

Também o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é definido por João Pedro Stédile como um dos símbolos do Movimento. Foi tema de uma mística durante um encontro de coordenadores regionais no Paraná para reforçar a necessidade de utilização da publicação como veículo de informação e formação da unidade dos sem-terra. O editor do Jornal, Nilton Viana, usa a expressão “mística” para designar o processo de leitura coletiva da publicação nos acampamentos e assentamentos do MST espalhados por todo o Brasil. Ele reconhece a dificuldade de implementar esta prática, que contribuiria para o maior entendimento e assimilação dos conteúdos do JST, mas salienta que é a orientação da direção. O emprego da palavra, por si só, denota a tentativa de equivaler a leitura coletiva com a prática da mística, reforçando a necessidade da realização deste trabalho conjunto.

O líder Stédile define assim a mística no MST: “A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Encontros ou Congressos Nacionais ou Estaduais. Temos que praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que este sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa” (Stédile, 1999 p.130).

A emoção, muitas vezes expressada pelo pranto, é comum nas místicas do MST. A utilização de símbolos muito caros aos participantes, o apelo aos valores que o conjunto dos militantes busca construir de forma unitária, aliado à encenação e aos recursos presentes, geram sempre um clima de forte apelo emotivo. O resultado buscado – e normalmente atingido – é o reforço da determinação de luta e do caráter da unidade do Movimento.

No MST considera-se que ela [a mística] é que alimenta nos militantes a esperança de mudança, e neles nutre a vontade de lutar. É, portanto, uma das condições da própria continuidade da luta. No MST a mística é construída em torno do próprio Movimento: de seus princípios e de seus objetivos. Ela é feita em torno dos símbolos do MST, que é sempre concebido sob representação de unidade. Com a mística do

Movimento, através de seus símbolos, constitui-se uma identidade coletiva que é representada como portadora da luta, instrumento de transformação social (Chaves, 1999 p.62).

2.2 – Características “externas”

2.2.1 – Movimento de massa

No mês de abril de 1997 o MST ocupou durante quase 15 dias a manchete principal do jornal *Folha de S. Paulo*, um dos mais importantes do país. Ao longo do mês foram 163 manchetes de alto de páginas e, em todas as edições, o noticiário a respeito do MST recebeu referências na primeira página da publicação¹⁴. Sem entrar no mérito do conteúdo valorativo das reportagens – que, naquele momento, era até positivo em função do nível de comoção social provocada pelos 60 dias de caminhada da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça e sua chegada a Brasília –, é necessário reconhecer que dificilmente outro ator social no país, especialmente fora do segmento formal de poder, tem ocupado, nos últimos anos, tanto espaço na mídia quanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Isso é possível porque, por mais que os veículos tenham uma postura editorial que condena a luta do MST pela transformação da sociedade brasileira, não podem “esconder” ou sonegar do noticiário os eventos protagonizados pelo Movimento – não podem igualmente deixar de noticiar massacres, despejos e confrontos onde os sem-terra são vítimas. As mobilizações de massa constituem a principal ferramenta política dos sem-terra. Uma das táticas mais adotadas pelo MST é a criação de eventos coletivos, com ocupação de espaços públicos – tanto no sentido simbólico quanto no efetivo, pela presença de manifestantes que tomam ruas, praças, estradas e mesmo edifícios onde funcionam órgãos do governo.

As ações promovidas pelo MST são espetaculares na sua expressão dramática, com acampamentos feitos nas cidades em lona preta; ocupações que desafiam a lei, as forças militares e as milícias privadas, multidões em marcha por dias, semanas, meses a fio; saques que tornam visível o drama da fome e da seca. Neste aspecto espetacular o MST é, ao contrário do que muitos sugerem, bastante moderno em sua forma de fazer política. Ao contrário porém da moderna política de massas, igualmente fundada no espetáculo, cujos efeitos mais comuns são a passividade e o esvaziamento da política, os eventos criados pelo MST resultam de ações coletivas que politizam o espaço público. Enquanto a informação dos

¹⁴ As informações constam do livro *Mídia terceiro setor e MST*, de Maria da Glória Gohn, que traz ainda muitos outros dados sobre a cobertura dada pela imprensa brasileira ao Movimento nos últimos anos.

acontecimentos chega ao cidadão comum como uma demonstração de sua impotência diante dos fatos, a formação do sem-terra conduz à convicção de que ele, em conjunto com outros, é criador do fatos: “a história nos pertence” (Chaves, 1999 p 105).

Ao relatar a história do MST, João Pedro Stédile classifica como fundamental, no encontro de sua fundação realizado em Cascavel, em 1984, a decisão de estabelecer a “luta de massas”. As mobilizações já realizadas em alguns estados, forçando a desapropriação de áreas e os primeiros assentamentos pela via da pressão realizada por grande número de famílias, serviram de modelo. Ao mesmo tempo, as experiências históricas, notadamente dos sindicatos de trabalhadores rurais, comprovavam que as reivindicações encaminhadas para o governo via abaixo-assinados, assembléias ou audiências alcançavam pouco resultado. As ações massivas e o caráter popular do Movimento, onde todos podem entrar, foram marcas deste o início. “(...) dentro da família camponesa vai todo mundo. Participam o idoso, a mulher e as crianças. Neste ponto, ele se diferencia do sindicato porque, tradicionalmente, somente o homem, adulto, participa das assembléias sindicais” (Stédile, 1999 p.32). Na continuidade deste raciocínio está a afirmação do líder do MST, citada no capítulo anterior (item 1.3), no sentido de que todos têm direitos iguais nas assembléias do Movimento, mesmo o adolescente que é reprimido pelo pai ali pode expressar livremente suas idéias.

Em que pese o enfoque certamente um tanto ilusório desta igualdade entre sexos e interfamiliar alcançada por seus membros, o envolvimento de toda a família é decisivo no sucesso do MST. Os homens, por exemplo, nunca são aceitos sozinhos nos acampamentos: devem levar mulher e filhos, o que fortalece a luta.

Outro dado do caráter popular citado por Stédile está no fato de que os militantes sem-terra não são apenas ex-agricultores despossuídos de um pedaço de chão que lutam por uma alternativa de sobrevivência. Pode ingressar no movimento qualquer pessoa interessada em contribuir na transformação da sociedade brasileira em qualquer área de atuação. Desde que seja militante, evidentemente, precisa assumir tarefas, submeter-se à disciplina e pautar-se dentro das normas estabelecidas pelo coletivo. Durante muito tempo, esta dicotomia de participação criou duas categorias de militantes: os chamados *mãos grossas* e os *mãos finas*, numa referência aos que pegavam efetivamente no cabo da enxada. Mesmo as esferas de direção são compostas pelos dois tipos de militantes: Stédile, por exemplo, é um *mão fina*.

A grande preocupação, no tocante à massificação e ampliação das frentes de atividades do MST, é a possibilidade de consolidar a formação de seus quadros. Como já foi anteriormente mencionado, Fernandes (1999) aponta a fragilidade dos acampamentos mais recentes do

Movimento, em função da arregimentação rápida das famílias, sem um trabalho de preparação cuidadoso. Um exemplo extremo, que tem sido objeto de vários estudos ainda que não totalmente conclusivos, é o caso do acampamento Nova Canudos. Formado em fevereiro de 1999 no município paulista de Porto Feliz, com 1.200 famílias, e posteriormente transferido para Piracicaba, este acampamento teve a característica diferenciada de ser composto basicamente por desempregados urbanos, moradores de rua e sem-teto¹⁵, colocando um novo desafio para o desenvolvimento da sociabilidade no MST.

2.2.2 – Embates políticos

Os líderes do MST usam uma fórmula para resumir sua luta que é “destinada a derrubar três cercas: a do latifúndio, do capital e da ignorância” (Stédile, 1999 p.74). Esta assertiva indica que, para o Movimento, ao lado dos grandes proprietários de terra o governo é outro inimigo principal. O Caderno Geral de Normas (Capítulo I) também deixa fixada a mesma concepção: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem como base a articulação para a luta pela terra, pois não acreditamos que o governo, o Estado ou as classes dominantes vão fazer a reforma agrária por iniciativa própria”.

Na década de 80, os primeiros enfrentamentos foram com os fazendeiros, mas a partir dos anos 90 o embate passou a ser com o Estado, porque “inauguramos uma nova fase na luta de classes, que se caracteriza pela disputa de projetos políticos” (Bogo, 1999 p.31).

A leitura da realidade feita pelo MST coloca, de um lado, seu projeto político com forte conotação nacionalista e que busca a transformação da sociedade brasileira rumo à construção de um nação menos desigual, socialista¹⁶. De outro está o projeto neoliberal defendido pelo atual governo e inspirado pelo FMI e pelos países imperialistas.

¹⁵ Mestrando em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo e militante do MST, Marcelo Buzetto foi um dos coordenadores do acampamento Nova Canudos e chegou a ser preso, juntamente com outras lideranças, durante a desocupação da fazenda Engenho d'Água. A revista *Lutas Sociais*, n.6, segundo semestre de 1999, publicou um relato de sua experiência. Também Maria da Glória Gohn tratou do episódio no livro *Mídia terceiro setor e MST*.

¹⁶ “O termo socialismo ficou bastante desgastado após a queda do Muro de Berlim. A burguesia, com todo seu poder de mídia, seu aparato ideológico, conseguiu associar o socialismo com atraso, com subdesenvolvimento, com um sistema ultrapassado. Tanto que são chamados “dinossauros” os que continuam defendendo os ideais socialistas. Quantos, da chamada esquerda moderna, se deixaram levar por esta onda? Contra esta maré, continuamos defendendo os ideais socialistas. Fracassou o modelo, mas continuamos convictos de que o socialismo, em relação ao capitalismo, significa um avanço para a humanidade” (Stédile, 1999, p. 89).

As propostas do Movimento não têm um modelo pronto e acabado. Seu ideal de sociedade vem sendo pensado e debatido nos últimos anos. Como desdobramentos da Marcha Nacional de 1997 e em função dos resultados eleitorais do ano seguinte, o MST estabeleceu, por exemplo, um calendário de eventos e discussões em torno de um Projeto Popular para o Brasil, envolvendo outros segmentos da sociedade. Durante o ano 2000 e início de 2001, praticamente todas as edições do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra trouxeram textos sobre algum aspecto da realidade brasileira (agricultura, habitação, energia, saúde, justiça...) contemplando propostas para um novo modelo de país. Uma iniciativa parecida foi a Consulta Popular, realizada durante a semana da pátria do ano passado, que colocou a discussão sobre a dívida externa, alcançando a participação de mais de cinco milhões de pessoas no plebiscito da dívida. O MST teve participação decisiva no encaminhamento da consulta, ao lado de outros segmentos como a CUT, estudantes, setores de igrejas e partidos de esquerda.

Movimentações desta envergadura ultrapassam o que seria previsto para um movimento social que luta pela reforma agrária e se aproximam de eventos planejados e executados por partidos políticos. O MST, contudo, recusa a possibilidade de se transformar em uma agremiação política convencional. “Queremos ser organizados com características populares, sindicais e políticas de outro tipo. Não somos uma organização partidária, nem queremos ser, nem devemos ser” (Stédile, 1999 p.38). Como explica Chaves,

O MST apresenta-se como resposta política ao desencanto com a política. Não é causal, portanto, que essa resposta manifeste-se na forma de luta, isto é, da ação direta, refletindo uma profunda incredulidade para com os mecanismos de representação política, característica do discurso e da ação dos sem-terra. (. .) Na acepção dos sem-terra, luta é ação e ação independente. É no contexto da incredulidade com os mecanismos consagrados da política representativa, seus ritos e promessas, que se inscreve o *ethos* próprio da luta do MST. Visto como resistência à cooptação e aos malogros da política institucional, é do *modus operandi* do MST só negociar após a criação independente de fatos (Chaves, 1999 p.93)

O comportamento das principais lideranças do Movimento, ao recusarem candidaturas a cargos no Legislativo e no Executivo, é um indício da maneira diferenciada como o MST se relaciona com a política convencional. Outro dado é o desleixo pelo cerimonial que cerca o poder: os sem-terra, invariavelmente, quebram os protocolos com suas atitudes e comportamentos, até na maneira de vestir. Por exemplo, eles sempre usam, nas audiências com presidentes da República ou governadores, as mesmas indumentárias que marcam suas aparições massivas – os bonés, camisetas e sandálias de dedo.

Nestes aspectos o MST parece atuar de acordo com os preceitos teóricos elencados por Boaventura de Souza Santos, que destaca o fato dos movimentos sociais preferirem a atuação política não-institucional, confiando na mobilização de recursos proporcionada pela visibilidade social conseguida pelas atitudes de seus membros, quase sempre acompanhadas pelos meios de comunicação de massa. A não institucionalização do MST, contudo, é meramente formal, porque ao longo de 17 anos de história certamente o Movimento estabeleceu um processo de institucionalização, comprovado não apenas pela estrutura organizativa, mas também pela unidade interna e pelas práticas desenvolvidas.

O MST faz questão de manter também sua independência em relação a outros atores sociais que estão, pela postura política, mais próximos ao seu ideário: sindicatos, igrejas ou partidos de esquerda desenvolvem ações conjuntas com o MST, mas não interferem em sua dinâmica interna. Esta postura independente e grandemente comprometida com a geração de fatos sociais não raro cria atritos entre os segmentos classificados como apoiadores históricos dos sem-terra.

Um exemplo foi o que aconteceu no início da Marcha Nacional, em 1997. A decisão de promover a caminhada de dois meses foi adotada em um Encontro Nacional realizado no mês de janeiro, no interior do estado de São Paulo. Logo que o assunto chegou às páginas dos jornais houve um coro afinado entre as declarações de membros do governo, da Central Única dos Trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores e alguns segmentos da Igreja Católica no sentido de condenar a iniciativa e duvidar de sua concretização. Este quadro, detalhadamente levantado por Christine Chaves em seu estudo sobre a Marcha, apenas foi alterado com o passar das semanas e o crescente sucesso da caminhada na conquista de apoio popular em todas as localidades por onde passava. Primeiro os setores sociais mais próximos ao MST e, finalmente, o próprio governo, mudaram seus discursos e passaram a reconhecer a importância da manifestação.

Os eventos e ações protagonizados pelos sem-terra, no geral, colocam em xeque questões fundamentais para a sociedade como um todo: as definições de justiça e violência; os limites da propriedade privada e da democracia; os conceitos de lei e legitimidade; a força do direito natural à vida e do direito constitucional.

No que concerne às múltiplas definições de “direito”, tendo em vista a ambigüidade da legislação vigente e sua aplicação, na justificação de suas ações o próprio MST apresenta uma precisa transitividade no emprego do conceito. Assim, justifica as ocupações promovidas, ora invocando o Direito Constitucional, a partir da definição social da terra, ora recorrendo ao direito fundamental à vida, tomando a terra como condição de

sobrevivência dos sem-terra. Justifica-as às vezes como ação dotada de amparo legal, às vezes como “direito de resistência”, ou seja, legítimo direito de resistir a leis injustas. Suas ações são, portanto, sustentadas tanto no âmbito do direito positivo, quanto do chamado direito natural. Através da transitividade do uso da linguagem dos direitos, utilizando sua ambiguidade, verifica-se tanto uma explícita recusa da acusação de ilegalidade quanto uma inequívoca alegação de legitimidade (Chaves, 1999 p.175).

2.2.3 – A difícil tarefa da transformação

O imbricamento das características “internas” e “externas” do MST – nomenclatura utilizada neste texto apenas para facilitar a redação, pois, evidentemente, todas as questões estão intimamente ligadas e são complementares – acontece de forma mais sensível quando a teoria e a prática do Movimento se voltam para a questão das mudanças. Por um lado, a transformação da sociedade e, por outro, a transformação individual dos militantes. Trata-se do objetivo-fim, do ideal proposto pelo MST que poderá ser alcançado em algum momento da história. Esta esperança renova-se em cada mística. Mas, enquanto o futuro não chega, é necessário provar, no dia-a-dia, o caráter justo e correto da proposta transformadora.

Assim, é importante garantir o sucesso da reforma agrária fazendo com que os assentamentos sejam modelos de produção, de organização social e até mesmo de cuidado estético. A preocupação com o embelezamento das áreas conquistadas está presente em vários textos (Bogo, 1999; Stédile, 1999 e mesmo no JST), e pelo menos dois moradores da Cooperativa Agropecuária Vitória, de Paracity citaram, durante as entrevistas do presente trabalho, a necessidade de cuidar mais do paisagismo local.

Os militantes também precisam ser exemplos de cidadãos. A bebida alcoólica e as drogas são proibidas nos acampamentos e assentamentos; as brigas podem ser punidas com expulsão; o comportamento moral é tão cobrado quanto a execução das tarefas definidas pelos coletivos de setores. Até a questão da higiene pessoal chega a ser objeto de advertências, principalmente em manifestações públicas. Os sem-terra devem se mostrar como cidadãos diferenciados para o conjunto da sociedade. São comuns, por exemplo, as doações coletivas de sangue, as atividades de limpeza em praças e escolas públicas; as doações de alimentos produzidos nos assentamentos para creches e hospitais. O próprio JST muitas vezes noticia essas atividades.

A atuação cidadã dos sem-terra, demonstrando preocupação e consciência de seus integrantes em relação a valores sociais amplos, ao mesmo tempo em que a própria identidade coletiva do Movimento cobra de seus membros uma conduta pessoal diferenciada, implica na síntese entre cidadania e subjetividade, mencionada por Boaventura dos Santos – desde que, evidentemente, os comportamentos não sejam apenas impostos pela disciplina rígida, mas espelhem uma mudança efetiva dos sujeitos.

Ademar Bogo, no livro *Lições da luta pela terra*, lista inúmeras propostas para demonstrar, dentro e fora dos assentamentos, que o MST está construindo uma nova sociedade e alterando os indivíduos. “É para o bem-estar do ser humano, em sintonia com o universo, que a sociedade deve ser transformada e não simplesmente para derrotar a classe dominante. De nada valerá derrotar uma classe e repetir todos os seus erros na organização da nova sociedade. Esta transformação poderá ser alcançada se junto com a sociedade transformarmos os hábitos, a conduta e o caráter do ser humano; para isso necessitamos empregar um esforço extraordinário, diariamente” (Bogo, 1999 p.111).

As dificuldades para enfrentar estes desafios parecem residir na própria formulação teórica básica do MST: um movimento de inspiração marxista que luta pela reforma agrária – vale dizer, pela divisão da propriedade da terra – embora Marx e seus seguidores considerassem os camponeses como uma classe em extinção.

Os textos de Marx, Engels, Lênin e outros pensadores desta linha, como já foi mencionado, partiam do pressuposto de que o operariado era a classe revolucionária, destinada historicamente a derrotar a burguesia e, por conseguinte, o sistema capitalista, implantando a nova sociedade socialista. A grande massa de trabalhadores do campo, que existia em todos os países quando os pilares do marxismo foram esculpidos – e que continua a existir em grande parte das nações ainda hoje¹⁷ –, foi praticamente relegada ao esquecimento.

Considerando sua base teórica marxista, existe atualmente um grande debate, à esquerda e à direita, acerca da natureza e do alcance das propostas do MST. Para uns, a proposta de reforma agrária em um mundo globalizado é um imenso arcaísmo, tanto do ponto de vista econômico como social. Para outros, mesmo se tratando de uma proposta economicamente

¹⁷ Se os seis bilhões de habitantes da Terra fossem divididos em grupos de 100 pessoas elas seriam assim representadas, do ponto de vista do trabalho: 59 não trabalhariam; dos 41 trabalhadores, 23 estariam na agricultura, 10 nos serviços, 5 na indústria e 3 procurando emprego na cidade. Os dados constam da Agenda do MST 2001 e foram publicados pela revista *Carta Capital*, de 24 de maio de 2000, com base nos estudos do pesquisador norte-americano Philip Harter.

inadequada, ela se justifica pelos seus efeitos imediatos sobre o padrão de vida de milhões de famintos. Neste sentido, a luta pela reforma agrária é apresentada como um meio (talvez o único) para a conquista da cidadania pelos “excluídos” do campo e, muitas vezes, também das cidades. Enfim, existem os que julgam que o projeto prático do MST é francamente revolucionário, “não se limitando à simples realização de uma reforma agrária nos marcos do sistema capitalista” (Almeida e Sanches, 1998 p.86). Ademais, há hoje um debate sendo realizado em vários países, inclusive no Brasil, a respeito de uma nova agricultura calcada na propriedade familiar e no respeito aos valores deste segmento da população.

Um outro aspecto dessas discussões está relacionado ao papel do movimento social como agente de mudança histórica. Touraine diz que os movimentos exercem apenas pressões sociais e não são responsáveis pelas mudanças propriamente ditas nas sociedades. O MST, ao que tudo indica, quer ser este agente transformador – em aliança com outros setores populares. Nesse sentido, é emblemática a colocação de Stédile no sentido de que a luta de classes é um princípio fundante do Movimento: “Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra o grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um estado burguês”. (Stédile, 1999 p. 35/36).

Aparentemente, os principais líderes e os documentos do MST contestam a colocação da pesquisadora Maria da Glória Gohn em seu livro *Mídia terceiro setor e MST*. A autora aponta a existência, no interior do Movimento, a partir dos anos 90, de um discurso menos radical e a redefinição do conceito de socialismo em termos de justiça social. “Reivindica-se não um novo modelo de produção, mas um modo de produção capitalista diferenciado, onde a propriedade privada, o mercado, as relações de trabalho não são abolidos, mas revistos segundo os princípios de uma democracia tida como radical” (Gohn, 2000 p.116). Vale lembrar a defesa do socialismo feita por Stédile como “um avanço para a humanidade” (conforme nota de pé de página número 16 do presente capítulo), além de todo o esforço de debate em torno do Projeto Popular para o Brasil, que supera a visão integracionista nos marcos do capitalismo e aponta para uma reivindicação de mudança mais ampla.

Do ponto de vista individual de cada militante, a dificuldade do processo de transformação possivelmente está assentada em outro fundamento teórico do MST, a Teologia

da Libertação e as contradições resultantes entre seus ensinamentos e a prática cotidiana. Como percebeu Chaves:

O formato original dos acampamentos de sem-terra, organizados segundo princípios das Comunidades Eclesiais de Base, associava-se a uma concepção igualitária e participativa, que depositava na comunidade o poder de decisão. Substituído por uma forma de organização leninista, atualizada sob um modelo empresarial de organização, a outra herança religiosa do MST, representada pela “mística”, transformou-se em mais uma técnica de controle das “massas”. Uma vez que não se abdicou abertamente dos princípios originais, que continuam a constituir pilares valorativos de sustentação da imagem interna e externa do MST como um movimento popular e democrático – o que é imprescindível à sua legitimidade, para dentro e para fora –, tais valores constituem como um campo de força capaz de irromper inadvertidamente (Chaves, 1999 p.429).

Pressionado por enormes desafios para manter e consolidar sua organização interna, ao mesmo tempo em que enfrenta embates externos – cuja amplitude se altera em função da mudança da conjuntura –, o MST tem conseguido, há quase 20 anos, desempenhar um papel importante na vida brasileira. Os sem-terra encarnam, a um só tempo, a representação de uma estrutura social calcada na exclusão e na miséria, que se deve superar, e a construção de uma nova sociedade, habitada por homens e mulheres transformados em seres humanos melhores. No interior do Movimento desenvolvem laços de solidariedade e compartilham valores e representações, formando uma nova base cultural que sustenta sua identidade.

Na seqüência do presente trabalho serão apresentados alguns tópicos das teorias da comunicação e do jornalismo, com o objetivo de facilitar a análise do JST. Como um dos símbolos do Movimento, reconhecido pelas lideranças e pela base, o jornal goza de grande credibilidade e suas informações são cotejadas com as da chamada grande imprensa e usadas como critérios de aferição da verdade, como se verá no Capítulo 6.

PARTE II – Comunicação e Jornalismo: o caso do JST

Capítulo 3 – Teorias da comunicação e o subsistema jornalismo

A comunicação é um elemento inerente à condição humana e existe desde o aparecimento das primeiras tarefas compartilhadas de homens e mulheres em busca da sobrevivência. Segundo José Marques de Melo, os relacionamentos humanos primários, destinados à preservação da espécie, se davam em duas dimensões: o trabalho (produção de ferramentas) e a comunicação (produção de artefatos simbólicos). “Nesse contexto, Trabalho e Comunicação são faces diferentes daquela empreitada humana para criar os meios de produção e acumular riquezas tornando possível assim a vida coletiva e assegurando a sobrevivência da espécie. Em sendo conquistas humanas, Trabalho e Comunicação apresentam-se como direitos sociais, como patrimônio das coletividades e como alavancas que movem a ação de cada indivíduo na sociedade” (Melo, 1984 p.84).

Uma das formulações originais desta distinção entre trabalho e comunicação pode ser encontrada em Habermas, no texto “*Técnica e Ciência como Ideologia*”, datado de 1968. O autor, que se remete a Hegel e outros pensadores histórico-filosóficos, parte da distinção entre trabalho e interação. Ele utiliza os conceitos de ação racional teleológica (trabalho) e ação comunicativa para discutir a racionalização da (e na) sociedade contemporânea.

Por “trabalho” ou *ação racional teleológica* entendo a ação instrumental ou a escolha racional ou, então, uma combinação das duas. A ação instrumental orienta-se *por regras técnicas* que se apóiam no saber empírico (...). O comportamento da escolha racional orienta-se *por estratégias* que se baseiam num saber analítico (...). Por outro lado, entendo por *ação comunicativa* uma interação simbolicamente mediada. Ela orienta-se segundo *normas de vigência obrigatória* que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes. As normas sociais são reforçadas por sanções. O seu sentido objectiva-se na comunicação linguística quotidiana (Habermas, 1968 p. 57).

Como já foi mencionado, a teoria da ação comunicativa de Habermas é uma de suas principais contribuições para as ciências sociais e um dos instrumentos pertinentes para o entendimento e a avaliação dos movimentos sociais.

Nenhuma análise da sociedade contemporânea deixa de considerar a importância fundamental da comunicação nas relações sociais, econômicas, culturais e em todos os segmentos da vida. Sob o manto amplo deste conceito, estudado em praticamente todas as

disciplinas, cabem desde as relações interpessoais até o frenético e ininterrupto fluxo de informações entre os mercados de capitais de todos os países que se utilizam hoje da mais sofisticada tecnologia para reproduzir uma suposta riqueza cada vez menos vinculada a bases efetivas de produção. Cabe também a imensa gama de manifestações conhecidas como indústria cultural; e o jornalismo, mas detidamente ligado a conceitos como veracidade, atualidade e periodicidade.

A relativa circunscrição deste campo de investigação – em que o modo como se tece e urde, se distende ou dissolve o vínculo social constitui uma interrogação fundamental – aos problemas referentes à "comunicação de massa" diz bastante da influência que os meios de comunicação exercem hoje em dia sobre a sociedade na qual, por si só, eles são suficientes para classificar, juntamente com o consumo de signos. Cabe ao sociólogo, antes de tudo, explicar esta influência; mas não deve, por isso, esquecer as diferentes formas de sociabilidade ligadas aos processos de comunicação – que não têm como único contexto a "sociedade dos meios de comunicação" (Balle, 1995 p.561).

A forma mais simplificada de definir a comunicação é entender que ela estabelece ou mantém alguma coisa em comum entre dois agentes. Esclarecer esta “alguma coisa”, caracterizar os agentes envolvidos na troca ou os caminhos que servem à transmissão dessa mensagem, implica em especializar o estudo da comunicação em suas infindáveis manifestações por todas as ciências.

Nas ciências humanas ou sociais, a espiral comunicativa é hoje preponderante e adquire uma forma simbólica cujos contornos podem ser apenas aproximados. “Nem tudo é observável, visível e legível, pois estamos em parte prisioneiros daquilo que denunciemos” (Sfez, 1994 p.16).

Os primeiros estudos feitos pela Sociologia sobre a questão da comunicação, no final do século XIX, tinham por objeto a conversação, definida como relação social elementar. G. Tarde, em texto datado de 1890, diz que “a imprensa é apenas uma das causas da opinião, e uma das mais recentes; mas a conversação permanece como fator de opinião mais constante e universal. Ao pôr (os indivíduos) em contato faz com que se comuniquem através de uma ação tão irresistível quanto inconsciente. É, por conseguinte, o agente mais poderoso da imitação, da propagação de sentimentos, das idéias, dos modos de ação” (Balle, 1995 p.561/562).

A quantidade desmesurada de informações a que se tem acesso atualmente – ou pelo menos a que uma parcela da humanidade devidamente inserida na sociedade de consumo tem acesso – caracteriza-se pela rapidez na elaboração e transmissão, que pouco tem a ver com

qualidade e aprofundamento. “Nunca se fala tanto em comunicação quanto numa sociedade que não sabe mais comunicar-se consigo mesma, cuja coesão é contestada, cujos valores se desagregam, uma sociedade que símbolos demasiado usados não conseguem mais unificar” (Sfez, 1994 p.20).

O autor cunha um neologismo, “tautismo”, misturando autismo (doença que implica no isolamento e no alheamento do mundo) com tautologia (repetição exaustiva) para identificar o momento presente da comunicação. Trata-se de um universo onde tudo se comunica sem que se saiba quem fala ou qual é a origem da emissão: “A comunicação morre por excesso de comunicação e se acaba em uma interminável agonia de espirais” (Sfez, 1994 p.33).

Já Canclini incorpora a esta discussão um novo aspecto, que é o consumo. Segundo ele, a sociedade deste início de milênio está organizada de forma a levar-nos como consumidores para o século XXI mas, como cidadãos, empurra-nos de volta para o século XVIII. “A reestruturação das práticas econômicas e culturais leva a uma concentração hermética das decisões em elites tecnológico-econômicas e gera um novo regime de exclusão das maiorias incorporadas como clientes. A perda de eficácia das formas tradicionais e ilustradas de participação cidadã (partidos, sindicatos, associações de base) não é compensada pela incorporação das massas como consumidoras ou participantes ocasionais de espetáculos que os poderes políticos, tecnológicos e econômicos oferecem através dos meios de comunicação de massa” (Canclini, 1997 p.29).

Para romper o tautismo e permitir que a população efetivamente participe do processo comunicacional, Sfez defende uma mudança de regime sensorial, passando de representação para expressão. Na representação a imagem ocupa o primeiro lugar, mas na expressão é o lado audível que predomina. “Esta mudança de regime de olho para ouvido está repleta de conseqüências: o ouvido percebe o ruído do corpo e dos órgãos interiores. Percebo minha voz sem recorrer a um instrumento para captá-la. Isso não pode ser feito com o olhar. Só posso ver-me por meio de um objeto que reflete: espelho, água escura, reflexo ... A diferença não é pequena pois a audição instala uma relação no tempo que é da ordem da simultaneidade, e não da seqüência. Passagem da imagem clara e distinta para a escuta flutuante” (Sfez, 1994 p.51).

A comunicação vista pela definição de representação implica em uma mensagem enviada por um sujeito emissor a um sujeito receptor através de um canal. Dentro dessa causalidade linear, num modelo cartesiano, segundo o autor, o impacto da mensagem sobre o receptor é sempre calculável. Sujeito e objeto permanecem separados, numa realidade objetiva

e exterior ao sujeito que a representa. Já a comunicação definida como expressão transforma-se na inserção de um sujeito complexo em um ambiente complexo, de causalidade circular. “A realidade do mundo não é mais objetiva, mas faz parte de mim mesmo. Ela existe... em mim. Eu existo... nela” (Sfez, 1994 p.65).

Estas duas definições, completa o autor, são opostas apenas no plano conceitual, porque na ciência e na política tradicionais da comunicação elas se corrigem e se harmonizam. Este instrumental teórico pode se mostrar válido para apreciar o caso do Jornal Sem Terra, como se verá na abordagem do objeto específico da presente pesquisa. Em função das dificuldades de contato com a palavra escrita – e mesmo da forma como ela é escrita no JST – a comunicação oral ganha relevância no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, embora nem sempre com a compreensão da complexidade circular prevista por Sfez.

3.1 – Pesquisas em comunicação social

O estudo da comunicação de massa ganhou contornos mais definidos e maior repercussão a partir da escalada da propaganda, especialmente a radiofônica, na década de 1930. Nos últimos 70 anos a avaliação dos veículos massivos de comunicação oscilou entre várias linhas tendo como pano de fundo, essencialmente, o “poder” da imprensa e dos meios eletrônicos sobre as pessoas, suas opiniões e comportamentos.

Hoje em dia, alguns autores propõem-nos uma outra leitura da sociedade, diversa da que foi inaugurada por Adam Smith – por que, perguntam, não analisar a sociedade tanto em termos de intercâmbio de mensagens como de intercâmbio de objetos? Aos sociólogos propõem um objeto de estudo que consideram essencial, objeto que convém definir antes de adotá-lo segundo os cânones do rigor científico – este objeto não é outro senão o conjunto de atividades que permitem aos homens “comunicar-se” entre si, expressando seu pensamento, frente à frente ou à distância, com ou sem recursos a equipamentos técnicos específicos, e qualquer que seja a forma ou a finalidade de expressão desse pensamento (Balle, 1995 p.565)

É importante lembrar aqui a colocação feita por Martín-Barbero, e citada no primeiro capítulo, sobre o conceito de Habermas de que a comunicação é a categoria central para análise da sociedade atual. É necessário, segundo o autor, repensar a produção cotidiana de sentido, abrindo um grande espaço para a produção do conhecimento. Esta tem sido, de resto, a busca de inúmeros estudos de comunicação que se preocupam, nas últimas décadas, em

aferir os impactos da difusão massiva da informação, do entretenimento e da propaganda sobre as populações, constituindo um novo caldo cultural fundamentalmente diferente de tudo o que a humanidade viveu antes do século XX.

Nesse sentido são cada vez mais aceitas e incentivadas as pesquisas que promovem a junção de diferentes disciplinas com o objetivo de facilitar o entendimento do todo social. Trabalhos em lingüística ou sociologia, por exemplo, têm promovido o encontro de seus pesquisadores no meio do percurso, entre um e outro campo do saber. Veron diz que este encontro acontece no *locus* da produção de sentido:

É mais ou menos como se o lingüista, decidido finalmente a aventurar-se no domínio do social, domínio que para ele se tornou familiar, e onde pensa em encontrar solução para os problemas semânticos que o perseguem desde sempre, se encontrasse, na fronteira, com o sociólogo que vem para a lingüística e que lhe diz: mas não, acabo de persuadir-me de que o segredo dos meus problemas em torno do sentido se encontra na linguagem, nos fenômenos discursivos! Eis, portanto, uma espécie de círculo de que se deve, antes do mais, demarcar a dimensão sociológica, para tentar depois mostrar que cumpre *não* sair dele (Veron, 1980 p.46).

Em 1948, Harold D. Lasswell formulou uma síntese das indagações clássicas que envolvem a comunicação – “quem diz o quê, através de que canal, a quem e com que efeito?”. A lista de assuntos e questionamentos não fez mais do que crescer desde então. Não apenas os objetos de estudo são múltiplos (basta entrar em uma banca de revista, ou ligar a televisão ou, mais recentemente, acessar a internet para verificar a infindável gama de ofertas comunicativas), mas também a forma de abordagem e os instrumentos de análise se ampliam de maneira contínua.

Depois de um período de enfoque essencialmente funcionalista – onde uma das correntes formulava, inclusive, um modelo matemático para enquadrar a comunicação – os estudos passaram a contemplar um *feedback* do receptor. Este deixou de ser um sujeito amorfo, simples “esponja” pronta a captar tudo o que era transmitido pelos meios de comunicação de massa (MCM), para se tornar um participante mais ativo do processo.

Neste momento, a pesquisa em comunicação aproximou-se da psicologia, especialmente da linha behaviorista, e percebeu que é mais fácil aos receptores aderir prioritariamente às mensagens que estão em consonância com suas opiniões prévias. Um outro dado bastante estudado foi o papel dos “guias de opinião”, indivíduos que têm liderança nos grupos e que influenciam os posicionamentos do conjunto. Estes líderes podem estar tanto em pequenos

grupos familiares, ou de colegas de trabalho, quanto serem figuras públicas dos grandes veículos de comunicação.

O passo seguinte foi – e continua presente até hoje – a discussão da inter-relação entre credibilidade do emissor (ou do veículo), sua capacidade de persuasão e as características dos receptores. Estes referenciais deverão ser focados na análise do Jornal Sem Terra, onde a credibilidade do veículo – como já foi mencionado – é um dado recorrente e sempre citado pelos receptores. As características do público também são típicas, como se verá mais à frente. O questionamento mais complexo se estabelece na capacidade de persuasão: será possível alterar, por intermédio do JST, pensamentos, visões de mundo e práticas dos trabalhadores rurais sem-terra?

A teoria da comunicação estuda a recepção das mensagens como um processo de quatro etapas: atenção, percepção, compreensão e memorização.

A atenção distribui-se sempre entre vários objetos e depende sobretudo da vontade mais ou menos consciente de ser "intensa" ou não, isto é, constante. *A percepção* constitui sempre um processo ativo que se realiza no contexto de uma cultura (...). *A percepção* decorre igualmente de uma decodificação. Daí a importância decisiva do contexto cultural, o único capaz de conferir uma significação última às mensagens difundidas. (...) A utilização de signos familiares à audiência pelo comunicador pode favorecer a *compreensão*. É importante que estes signos pertençam ao universo cultural da audiência, o qual varia segundo a idade, o nível de inteligência, a profissão, a classe social, os interesses, o estilo de vida, os países, as raças... (...) É necessário compreender para ser persuadido? Segundo algumas observações, dir-se-ia que a argumentação e sua compreensão são tão decisivas quanto o crédito de que goza a pessoa que defende a opinião em causa. (...) A última sequência no processo de recepção é a *memorização* ou, em sentido mais amplo, a aceitação da mensagem. O fenômeno da retenção seletiva prolonga e encerra a lista dos mecanismos psicossociológicos que presidem sub-repticiamente, mais do que voluntariamente, à seleção de mensagens. A aceitação é a última passagem obrigatória nos caminhos da persuasão (Balle, 1995 p. 570/571).

A compreensão ou a memorização da mensagem não significa, necessariamente, sua aceitação e a persuasão do receptor. Isso porque existem níveis diferenciados de influência dos "guias de opinião" ou dos MCM sobre o público. A simples *informação* tem sentido bem menos profundo do que a *recomendação* ou a *socialização*, etapas também descritas nos estudos em que a Sociologia, a Psicologia Social e a Comunicação estão muito ligadas.

No caso do estudo de recepção do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se esboça na presente pesquisa, muitas outras questões entram em jogo, além das etapas descritas acima, principalmente porque o nível de leitura da publicação é pequeno. Nesse sentido, ganham importância outras formas de comunicação. Ao lado da comunicação oral no interior do próprio Movimento há que se considerar a influência dos grandes meios, como o rádio e a televisão. Muitos assentamentos e até alguns acampamentos do Paraná são servidos por energia

elétrica e seus moradores têm acesso à chamada mídia eletrônica. Em que pese as ressalvas que muitos pesquisados fazem em relação ao conteúdo destes veículos, como se verá mais tarde, a opção de incorporar alguns aspectos do debate em torno da televisão se justifica pelos altos índices de audiência mencionados pelos próprios sem-terra.

3.2 – Um olhar no espelho

Há muito tempo os meios de comunicação de massa deixaram de ter – no conceito dos estudiosos e mesmo do público em geral – as meras “funções oficiais” para as quais teriam sido desenvolvidos: a informação, o entretenimento, ou a difusão cultural, por exemplo. Ainda na década de 30, a Escola de Frankfurt forjou a teoria crítica da chamada indústria cultural de massa, entendida como instrumento de opressão e de "barbárie estilizada", na expressão de Theodor Adorno.

Em um ensaio considerado clássico, Adorno e Horkheimer desenvolveram, no final da década de 40, reflexões precursoras sobre o cinema e o rádio – dois fenômenos de comunicação então recentes no cenário social e cujas influências já se mostravam profundas. O texto *A Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas* parte da constatação de que tudo é semelhante na cultura de massa, onde se forja uma falsa identidade do universal e do particular. Depois de refutar a explicação simples de que a cultura de massa padroniza seus conteúdos para satisfazer às necessidades dos milhões de consumidores iguais, os autores afirmam: “O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma” (Adorno, 1991 p. 114). A atitude do público, passiva e amorfa, é parte do próprio sistema.

A indústria cultural desenvolveu-se com o predomínio que o efeito, a performance tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da Idéia e com essa foi liquidada. Emancipando-se, o detalhe tornara-se rebelde e, do romantismo ao expressionismo, afirmara-se como expressão indômita, como veículo do protesto contra a organização. O efeito harmônico isolado havia obliterado, na música, a consistência do todo formal; a cor particular na pintura, a composição pictórica; a penetração psicológica no romance, a arquitetura. A tudo isso deu fim a indústria cultural mediante a

totalidade Embora nada mais conheça além dos efeitos, ela vence sua insubordinação e os submete à fórmula que substitui a obra. Ela atinge igualmente o todo e a parte (Adorno, 1991 p.118).

Para os pensadores da escola crítica, os produtos da indústria cultural tinham um único objetivo: ocupar o sentido dos homens desde a saída da fábrica, no início da noite, até a batida do ponto na manhã seguinte. A diversão é o prolongamento do trabalho e aos artistas, acrescentam Adorno e Horkheimer, só é dada a opção de integrar-se “assim como o participante da reforma agrária ao capitalismo”(p.123), dizem eles, numa alusão a uma discussão que se processa no presente texto – ou especificamente, no arcabouço doutrinário mais amplo do MST. Ao mesmo tempo em que nega espaço para o novo, a indústria cultural constrói mitos para perpetuar a ideologia dominante, transferindo a arte para a esfera do consumo. Mais de meio século depois, o texto apresenta uma construção incrivelmente atual:

A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o prazer, emitida pelo enredo e pela encenação, é prorrogada indefinidamente: maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegarem à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio (..) a idéia de plena utilização das capacidades, em vista do consumo estético massificado, é própria do sistema econômico que recusa a utilização de capacidades quando se trata da eliminação da fome (Adorno, 1991 p. 130/131).

O produto cultural integrado à lógica de mercado e das relações de troca, diz a pesquisadora Bárbara Freitag no livro *Teoria Crítica: ontem e hoje*, deixa de ser “cultura” para tornar-se valor de troca. Houve uma “falsa democratização” dos bens culturais pela capacidade de reprodução garantida pela revolução tecnológica-industrial. Além de ocupar o tempo de lazer dos trabalhadores, a indústria cultural cria a ilusão de que a felicidade não precisa ser adiada para o futuro, como acontecia na obra de arte burguesa, mas pode ser vivida no presente, como se vê nas telenovelas.

Preenchidas essas funções, a reprodução das relações sociais como um todo está novamente assegurada, já que os indivíduos não têm mais a oportunidade de se conscientizarem das relações de exploração em que vivem. Foi-lhes tomado o tempo para pensarem, e foi lhes tirada a esperança preservada outrora em obras culturais de que o presente poderia ser melhor. São sugestionados ainda para consumirem incessantemente, pois o consumo é apresentado como caminho para a realização pessoal. A cultura fornecida pelos meios de comunicação de massa não permite que as classes assalariadas assumam posição crítica face a sua realidade, já que ela mistura os planos da realidade material com as suas formas de representação e progressivamente anulam os mecanismos de reflexão e crítica para acionarem a percepção e os sentidos (visão e audição) (Freitag, 1986 p.73).

As críticas à cultura de massa continuam polemizando teóricos e investigadores da comunicação. Ao longo do tempo, contudo, seus efeitos foram sendo relativizados, com a

percepção de que não existe um consumo homogêneo – mesmo porque os receptores não são dotados de modos de pensar semelhantes. Além disso, a contraposição inicial da cultura de massa a uma outra cultura, que seria considerada superior (novelas de televisão contra teatro clássico; romances policiais contra literatura consagrada; etc.), foi contestada como arbitrária e subjetiva.

O jornalismo, na sociedade contemporânea, está inserido no sistema de comunicação de massa e na indústria cultural. A atividade jornalística tem um enfoque menos voltado ao entretenimento do que o conjunto de bens produzidos pela indústria cultural e mais centrado na difusão de informações. As notícias, principais produtos jornalísticos, têm como características básicas a atualidade, veracidade, divulgação periódica e ampla.

Embora alguns autores apontem a existência do jornalismo em sociedades bem mais remotas¹, Habermas identifica o nascimento da atividade com o desenvolvimento da esfera pública capitaneado pela burguesia nascente no início do capitalismo. No texto *Mudança Estrutural na Esfera Pública* ele descreve o processo de transformação das atividades culturais e das discussões políticas que passaram da esfera familiar para os cafés e salões onde a burguesia se reunia, até se dispersarem hoje em meio à massa disforme de uma esfera nem tão pública e que não comporta debates ou aprofundamentos de argumentação sobre a política ou a cultura. “À medida em que a cultura se torna mercadoria, e isso não só por sua forma, mas também por seu conteúdo, ela se aliena àqueles momentos cuja recepção exigem uma certa escolarização – no que o ‘conhecimento’ assimilado por sua vez eleva a própria capacidade do conhecer” (Habermas, 1984 p. 196).

O acesso de amplas camadas da população à esfera pública e aos bens culturais – que foram barateados e cujo conteúdo foi adaptado a estas camadas – se faz por intermédio da grande imprensa. As publicações, na visão de Habermas, foram refuncionalizadas, mas perderam suas características “politicamente pensantes”, estabelecendo sua finalidade numa posição “consumista e comercialmente fixada” (Habermas, 1984 p.200).

Se isso era verdade em relação à imprensa escrita, onde as notícias foram cada vez mais assumindo formas de disfarce, desaparecendo a diferença entre fato e ficção, as novas mídias já nasceram sob o signo da busca de um entretenimento ao mesmo tempo agradável e digerível.

¹ MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda*. 2. ed. São Paulo, Summus, 1988. “M. Vasquez Montálban, no livro *Inquérito à Informação*, sintetiza o desenvolvimento da informação jornalística ao longo do tempo: o trânsito de informações na Grécia e em Roma; a pré-história; o desenvolvimento do comércio na Idade Média em diante; a

Rádio, cinema e televisão levam gradualmente ao desaparecimento da distância que o leitor precisa guardar ante a letra impressa – uma distância que a privacidade da assimilação tanto solicitava quanto a esfera pública e a troca de idéias sobre o que havia sido lido acabava possibilitando... (...) O comportamento público, sob a coação do “don’t talk back” (não responder) assume uma outra configuração (.). O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória (Habermas, 1985 p 202).

Décadas depois da popularização destas mídias e da acentuada redução da importância da palavra escrita² na sociedade atual, Sartori percebe o *homo videns* transformando-se rapidamente em *homo bestas*, “desprovido da capacidade de reflexão, mas dotado de forte sentido de fantasia” (Sartori, 2000 p.126). A televisão, principal veículo de comunicação de massa a partir da segunda metade do século XX, consegue criar um efeito do real, que “pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (Bourdieu, 1997 p.28). Este caráter, ademais, tem o poder de mobilização. Vale dizer: os acontecimentos sociais passam a ser planejados e realizados de acordo com as possibilidades de cobertura da mídia. As manifestações e protestos são marcados em horários compatíveis com o noticiário. Christa Berger aponta esta tendência inclusive em relação ao MST. “Também no Brasil os movimentos sociais aprenderam a considerar as rotinas produtivas da imprensa para planejar suas ações. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deixa transparecer em sua política de comunicação que sabe que suas reivindicações precisam da materialidade da notícia para existirem socialmente bem como as ocupações e caminhadas devem considerar o horário do fechamento dos jornais” (Berger, 1998 p.282).

Bourdieu fala na transformação da televisão de um instrumento de registro para um instrumento de criação da realidade, tornando-se o árbitro do acesso à existência social e política. O quadro fica mais grave quando se considera o predomínio de um círculo vicioso no mundo jornalístico. Além da supremacia do índice de audiência, configurando a existência do mercado como “instância legítima de legitimação” (Bourdieu, 1997 p.37), há ainda a realidade de que a informação dos jornalistas é dada por outros jornalistas, levando a uma espécie de nivelamento e homogeneização dos conteúdos. Existe um “efeito espelho” no campo

origem do noticiário; e quando começam a surgir publicações periódicas (século XVII) é o domínio do jornalismo regular vinculado de imediato aos grandes centros urbanos da Europa” (p. 15).

² SARTORI, G. *Homo Videns*. Lisboa, Terramar, 2000. “Na Itália um adulto a cada dois não lê sequer um livro por ano. Nos Estados Unidos entre 1970 e 1993 os jornais diários perderam quase um quarto de seus leitores” (p.42/43).

jornalístico onde, no geral, “as fontes são garimpadas no material publicado pelo concorrente” (Ribeiro, 1994 p.100).

3.3 – Os Mitos da objetividade, imparcialidade e neutralidade

Da mesma maneira que nas ciências sociais a discussão de temas como neutralidade e objetividade mobilizam pesquisadores e epistemólogos, no jornalismo estes são aspectos sempre presentes nos debates envolvendo a prática profissional. O conceito de objetividade jornalística consistiria em descrever os fatos tal como aparentam, em um abandono consciente da interpretação ou do diálogo com a realidade, de onde seriam extraídas apenas as evidências. “Um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando um objeto mitológico da sabedoria absoluta. Não é por acaso que o jornalista do século XX mantém, às vezes, a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla sob a forma de notícias” (Lage, 1982 p.25).

Para o autor, a imparcialidade e a objetividade defendidas pelo jornalismo ganham critérios de aferição da verdade, eliminando as tentativas de análise crítica sob a suspeita de serem subjetivas. Mas os fatores subjetivos sempre influenciam o fazer jornalístico – bem como a pesquisa sociológica – quando o profissional reordena em um texto as aparências de um acontecimento, dando relevo a umas em detrimento de outras. “A interferência da subjetividade, nas escolhas e na ordenação, será tanto maior quando mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser” (Lage, 1982 p.25).

Mesmo quando se proclama imparcial, o jornalismo é uma forma de construção da realidade e não mera reprodução dos acontecimentos. Ribeiro (1994) ressalta que a objetividade é necessária porque a captação e transmissão fiel dos fatos é a base da credibilidade de um veículo. Mas também ele admite a interferência do juízo ético, da ideologia e da opinião do profissional. “Ao divulgar uma notícia, a imprensa seleciona uma ocorrência que afeta diretamente um grupo restrito e a transforma em um fato capaz de mobilizar e emocionar toda a sociedade, canalizando suas energias para ações conjuntas. Ao dar dimensão pública para o que era privado, a imprensa cria aquele acontecimento para a

sociedade. 'Se não é noticiado, um fato não tem impacto e talvez nem exista', sintetiza Gay Talese” (Ribeiro, 1994 p.11).

Um outro termo incorporado ao jargão jornalístico e a um suposto código de conduta da profissão é a isenção, que garantiria a pluralidade das fontes de informação e o equilíbrio objetivo da notícia. Tais conceitos não deixam de ter sua utilidade e importância quando se discute o papel da imprensa. Habermas demonstra que os jornais passaram “de meras instituições publicadoras de notícias para serem porta-vozes e condutores da opinião pública” (Habermas, 1984 p.214). Neste sentido já são por demais estabelecidas as evidências de falseamento e manipulação da realidade baseadas no fato de que as empresas jornalísticas servem a interesses de grupos econômicos ou políticos. Ao mesmo tempo, os estudos de recepção desenvolvidos ao longo das últimas décadas deixam mais claros os contornos e limites dessa manipulação, demonstrando que o público não é constituído apenas por uma caixa vazia na qual a indústria cultural e os meios de comunicação de massa colocam o que bem entendem. Há mediações firmadas pela cultura e pelos diferentes níveis de apreensão da realidade que se encontram em cada comunidade, em cada segmento e – no limite – em cada ator social.

Kunczik, ao discorrer sobre as definições de jornalismo utilizadas nos países ocidentais, cita que o papel do profissional de imprensa oscila entre dois tipos contraditórios: “Um é o jornalismo objetivo e neutro, distanciado dos eventos de que trata. O oposto é o jornalismo ativamente comprometido, participativo e socialmente engajado, que promove causas” (Kunczik, 1997 p.97). O primeiro é designado “seletor de notícias” e o segundo, “defensor”. As duas visões não se anulam e, especialmente no que toca à auto-imagem do profissional, elas se intercalam: o jornalista pode sentir-se igualmente comprometido com a reportagem objetiva e neutra, e com a obrigação social. O ideal seria uma síntese entre o compromisso e a neutralidade. Na definição que se segue, o segundo tipo parece mais propício à descrição do *Jornal Sem Terra*, não apenas pela identificação com parte do público, mas também pela supressão de informações – ou versões de informações como se verá mais tarde.

O jornalista (“seletor de notícias”) é considerado um agente neutramente distanciado para poder transmitir a informação com objetividade e ética profissional. A principal objeção que se faz a essa concepção de jornalismo é a de que os princípios existentes são aceitos como inquestionáveis, evitando-se assumir a responsabilidade política. Em vez de fazer perguntas críticas sobre a realidade social, considere-se “objetivamente” a classe dominante como porta-voz da sociedade. (...) O “defensor”, por outro lado, é conceituado como paladino de certos grupos socialmente abandonados (...). O defensor não se sente comprometido com o princípio da neutralidade de valores; identificando-se com os valores do público ou

de parte do público, fazendo uma campanha vigorosa pela difusão de certas idéias ou fatos (...). Essa concepção de jornalismo, no entanto, pode também proporcionar a legitimação própria que provoca a supressão de informações consideradas não-proveitosas para o público ou para certos grupos (Kunczik, 1997 p.98).

O jornal cumpre o papel de mediador³ que é atribuído teoricamente ao conjunto da atividade de comunicação informativa. A informação jornalística possibilita aos leitores atuar na vida social de maneira mais coerente, e a tarefa dos jornalistas é facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos em uma sociedade democrática. “A subjetividade e a reportagem feita com consciência não se contradizem. A objetividade significa simplesmente não distorcer nem suprimir os fatos” (Kunczik, 1997 p. 101).

Sua influência política também não pode ser desconsiderada, embora no âmbito da chamada grande imprensa a ligação dos jornais com interesses partidários seja, no geral, mascarada. O mesmo não acontece com o JST, que, pelo menos nas campanhas eleitorais nacionais, deixa claro sua posição de defesa das candidaturas mais à esquerda (nos últimos pleitos, foi nítida a postura a favor do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva). “O poder político ainda é fator de contradição dentro do espectro empresarial da imprensa. Mesmo tendo perdido parte de sua influência política, no sentido partidário, a imprensa torna-se cada vez mais uma instituição de controle social, no sentido cultural. Ela atua como grupo de pressão e é pressionada pelos mais diversos grupos. Por divulgar informações significativas para as sociedades, a imprensa pode representar um forte laço de união coletiva” (Ribeiro, 1994 p.104).

É longa e sempre presente a discussão a respeito do caráter meramente mercantil da informação jornalística. Em que pese a constatação majoritária de que a notícia é realmente um produto à venda (por exemplo, Medina, 1988), é importante destacar a condição um tanto diferenciada deste comércio. O diretor de redação do jornal *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, define a imprensa como “um serviço público prestado por particulares”. Em entrevista publicada no livro *Sempre Alerta*, de Jorge Cláudio Ribeiro, ele reconhece que é preciso manter um equilíbrio entre essas duas dimensões:

³ Esta mediação, diz Ribeiro, situa-se entre vários pólos: "de um lado o mundo imediato do leitor e de outro, a realidade mais ampla (outros lugares e épocas); as vivências fragmentadas do indivíduo e o universo social; a relativa impotência do cidadão comum e a defesa do interesse público; um cotidiano desprovido de brilho e a proximidade de pessoas proeminentes e inacessíveis; o difícil acesso aos mecanismos ocultos que interferem na vida de cada pessoa e seu desvendamento". RIBEIRO, J. C. *Sempre Alerta*. São Paulo, Brasiliense, 1994 (p.13)

Não acho que o jornal seja um negócio como outro qualquer. Ele produz e vende uma mercadoria que tem uma especificidade muito definida – a informação e, em última análise, a ideologia, que é uma coisa impalpável. Por mais que se possa aferir do ponto de vista quantitativo a circulação, a centimetragem, a margem de lucro – aspectos em que a indústria jornalística funciona exatamente como qualquer outra –, há um aspecto imensurável: o prestígio junto à opinião pública, o mandato que o leitor outorga quando assina ou que o anunciante outorga quando anuncia (Ribeiro, 1994 p.108).

Esta discussão é pertinente para analisar aspectos do JST que são centrais para a presente pesquisa. Trata-se de verificar qual o nível de credibilidade e a abrangência do mandato que os trabalhadores rurais sem-terra outorgam ao JST e o papel que o veículo cumpre no interior da organização MST. Recorrendo à frase do próprio empresário da *Folha de S. Paulo*, jornal produz ideologia – o que é verdade especialmente no caso de um veículo que é porta-voz de um movimento social, que encampa um projeto extremamente abrangente, endereçado a mudanças profundas, nos níveis social e individual. Esta produção ideológica tem sentido interno e externo, já que o JST mescla seu público entre duas fatias de leitores, de dentro e de fora do Movimento.

Por outro lado, o papel de mediador descrito para o conjunto da imprensa pode ser adaptado ao Jornal Sem Terra, embora nos marcos definidos pela postura política e ideológica do MST. A publicação inegavelmente amplia o mundo imediato do leitor e o coloca em contato com a realidade social mais ampla, assim como busca contextualizar e desfragmentar esta realidade. Na conceituação de Kunczik, o JST estaria na categoria de “defensor”, portanto, não comprometido com a neutralidade, já que efetivamente está a serviço de uma causa.

Os outros mitos que cercam a atividade informativa, como a objetividade, a imparcialidade e a isenção, também não se aplicam ao JST, *strictu sensu*. Isso porque a linha editorial é claramente demarcada e, como reconhecem os responsáveis pela publicação, não existe intenção de abrir espaço para setores considerados adversários do MST, a não ser enquanto objeto de críticas.

Antes de prosseguir na trilha que busca elencar instrumentos de análise do objeto da presente pesquisa, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, talvez seja necessário aceitar a provocação colocada um pouco acima pelo jornalista e proprietário do jornal *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, e se debruçar rapidamente sobre o conceito de ideologia, já que jornal realmente é um produto ideológico.

3.4 – Ideologia e produção de sentido

O papel do Jornal Sem Terra como difusor da ideologia⁴ do MST é reconhecido por todos os personagens envolvidos na sua produção, distribuição ou leitura. Definido por um militante como “uma vitamina para nossa ideologia”, como se verá mais adiante, o JST assume plenamente esta condição, tanto na opinião das lideranças do Movimento, como na de seu editor, o jornalista Nilton Viana. Esta clara demarcação ideológica se processa na definição dos temas tratados nas páginas da publicação e na sua forma de abordagem, na escolha dos entrevistados e dos articulistas, na edição das fotografias e das charges – enfim, em todo o discurso textual e gráfico do JST.

Um conceito correlato ao de ideologia e que pode se mostrar igualmente válido para o trabalho em curso é a noção de “produção de sentido”, muito utilizada pela lingüística e atualmente apropriada pela Sociologia e outras disciplinas sociais.

Toda operação de produção de sentido (e correlativamente, todo “efeito de sentido”) é uma função complexa (uma relação entre relações) e, portanto, uma operação que põe em jogo um número n de termos, n não sendo nunca igual a dois. (...) Os discursos sociais são objetos semioticamente heterogêneos ou “mixtos”, nos quais intervêm, ao mesmo tempo, várias matérias significantes e vários códigos. (...) Se nos situamos no nível de análise da produção do sentido nos discursos sociais, estamos trabalhando sempre com textos em que a linguagem não está totalmente ausente (Veron, 1980 p 78/79).

Quando se direciona a indagação para o ponto de vista da produção, existem sempre várias leituras possíveis do conjunto de textos que circulam na sociedade. Um mesmo texto pode ser submetido à leitura ideológica, psicológica, psicanalítica, literária, etc. Cada leitura demanda uma conceituação específica das condições de produção e nenhuma delas esgota a discursividade presente no texto. Os processos e as condições de produção do discurso são fatores fundamentais de entendimento, na medida em que deixam seus traços no corpo do texto. “Uma teoria ideológica faz parte, já o dissemos, de uma teoria da produção geral do sentido. Ora, se tentamos levar a sério a idéia de constituir uma teoria do sentido dependente de um *sistema produtivo*, não devemos nos esquecer de que um sistema produtivo é constituído por uma articulação entre *produção, circulação e consumo*, sendo que o modo de produção define a natureza do sistema no conjunto” (Veron, 1980 p.107).

⁴ O termo ideologia está sendo usado de acordo com a definição de Pierre Ansart como um “sistema de significações, de representações e de valores próprios a um grupo social, no que se refere à organização e normas sociais, legitimando-as ou contestando-as e participando, assim, na regulação das atitudes e comportamentos” (Ansart, 1997 p.31).

Outro aspecto pertinente levantado pelo autor é o que diferencia (e complementa) os níveis de *denotação* e *conotação*, presentes em toda a mensagem humana. Por denotação entende-se a propriedade do termo que indica a extensão do conceito, o fazer ver. A conotação, por outro lado, implica no sentido subjacente, às vezes de teor subjetivo, estabelecido pela relação entre duas ou mais coisas. O emissor da mensagem realiza duas operações fundamentais: seleciona os signos que comporão sua mensagem e os combina de uma certa maneira para dar o efeito desejado.

A conotação é um nível de significado que existe na medida em que as regras de construção das mensagens não são, para a multidão de parâmetros da comunicação humana, totalmente deterministas. É porque em cada situação concreta o emissor se defronta com certo número de opções para construir suas mensagens, opções estas não susceptíveis de decisão em termos de regras sintático-semânticas do sistema, que estas mensagens simultaneamente denotam e conotam; em outras palavras: comunicam e metacomunicam (Veron, 1970 p 177).

A metacomunicação, como sistema abstrato, deve ser estudada sempre em relação ao emissor, o receptor e a situação concreta da comunicação. Ela ajuda a perceber que o significado não é uma propriedade intrínseca da mensagem. Este dependerá da operação de conotação que, ainda segundo Veron, é o nível de transmissão de conteúdos ideológicos no plano da sociedade global. Para ele, toda mensagem, transmitida socialmente, possui um nível de significação conotativa que é ideológica – para o emissor e para o receptor. “Assim como nas relações interpessoais a metacomunicação transmite a ‘imagem’ que o emissor possui da própria relação e de suas características, assim também as mensagens sociais de massa metacomunicam uma imagem da sociedade, uma certa maneira de fragmentar a realidade social para falar dela. Como esta maneira e essa imagem não são as únicas possíveis, e como se transmitem em um nível de significação implícito, o termo *comunicação ideológica* parece perfeitamente adequado” (Veron, 1970 p.180/181).

No texto em que discute estas questões – *Ciência e Ideologia: para uma pragmática das Ciências Sociais* –, Veron trata do problema da objetividade científica enfatizando que o maior esforço dos pesquisadores deve ser no sentido de obter uma linguagem puramente denotativa. Embora ele reconheça que este esforço nunca atinge totalmente o bom termo, acrescenta que a melhor maneira para neutralizar a conotação é sua própria explicitação. Ao relevar (denotar) as operações realizadas enquanto emissor da mensagem, o cientista reduz os efeitos ideológicos de suas decisões. Por exemplo, mesmo que descreva a estrutura social com base na luta de classes, o cientista deve deixar claro que existem outras descrições possíveis

que ele preferiu não eleger. “Como resultado desta *denotação da conotação*, os fundamentos das operações do emissor não deixam de ser ideológicos, mas o discurso resultante já não o é: o ‘efeito ideológico’ existe quando o discurso se apresenta como *único possível* e desaparece quando a seleção e a combinação se manifestam a si mesmas como operações fundamentais” (Veron, 1970 p. 182).

O que se tem tentado fazer, ao longo do presente trabalho, é juntamente demonstrar a existência de inúmeras ferramentas e embasamentos de análise do objeto em tela, com pretensão de, ao final, selecionar algumas para fundamentar as conclusões alcançadas – que obviamente serão parciais. O mesmo comportamento, no entanto, não se aplica totalmente ao próprio Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: nele a visão de mundo é unidirecionada, levando à conotação dentro do enfoque de produção de sentido pretendido pelo emissor e compartilhado pelo receptor em graus variáveis, na medida em que se trata de um público bastante diversificado. Ao contrário da objetividade e da neutralidade perseguidas pelo pensamento e pela prática científica, contudo, a definição ideológica clara de um produto jornalístico, como já se viu, encontra defensores entre os teóricos da comunicação, entre os profissionais do segmento e, especialmente, no âmbito do público consumidor de informação. Em muitos países a existência de jornais partidários, com linhas políticas e ideológicas claramente definidas, é normal e considerado saudável para o debate democrático.

3.5 – Comunicação nas organizações

Todas as correntes teóricas que estudam as organizações têm em comum o fato de reconhecerem a importância dos processos comunicativos para estas estruturas (ou processos) sociais. Dependendo do formato da organização, ganha maior relevância a comunicação interna ou a externa. As duas vertentes, no entanto, estão sempre presentes na medida em que qualquer organização necessita que seus membros troquem informações entre si – para alcançar os objetivos propostos, manter a unidade e a motivação essenciais ao funcionamento –, e também porque toda organização estabelece relacionamentos com o exterior, interagindo com outros atores sociais.

Qualquer estudo da comunicação dentro das organizações (destinada ao público interno ou externo) precisa levar em conta muitas variáveis da estrutura organizacional. Três delas são fundamentais: o poder, a hierarquia e a possibilidade de interação que a estrutura da organização abriga. Praticamente todas as linhas de pesquisa que endereçam seu olhar para a área trabalham com base nestas variáveis, incorporando uma visão mais ou menos ufanista sobre o papel motivador ou conformador da comunicação, principalmente interna, na contenção dos conflitos organizacionais. “Em vez de achar que as comunicações se acham no cerne ou na periferia da análise organizacional, uma visão mais razoável é que a comunicação varia de importância conforme o lugar para onde se olhe numa organização e conforme o tipo de organização que esteja sendo estudado” (Hall, 1984 p.132).

Cleusa Maria Andrade Scroferneker, em palestra proferida durante um encontro sobre Comunicação Organizacional na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, cita três modelos, ou perspectivas, da comunicação dentro das organizações: tradicional, interativo e crítico. Os estudos precursores de comunicação organizacional, dentro da linha tradicional, relacionavam diretamente a comunicação com a eficiência organizacional. Havia uma visão mecanicista nesta teoria, onde a comunicação era comparada a uma engrenagem no interior da máquina maior da organização. Mais recentemente, esta linha de pensamento passou a analisar as organizações como um sistema, onde a comunicação constitui um processo orgânico e dinâmico.

O segundo modelo, interpretativo, entende as organizações como culturas e relaciona seu papel social a um espaço de negociação, onde se desenvolvem transações entre os diversos discursos coletivos.

Nessa perspectiva, organização é um fenômeno subjetivo, isto é, a ação social somente é possível quando as pessoas podem compartilhar significados subjetivos. A cultura organizacional é considerada uma rede de significados. As pesquisas interpretativistas buscam revelar as realidades socialmente construídas nas organizações. Estudam a comunicação como processo por meio do qual essa construção social ocorre, ou seja, os símbolos e os significados que envolvem as várias formas de comportamento organizacional (Scroferneker, 2000 p.2).

Os estudiosos interpretativos tentam revelar a cultura que está por trás dos comportamentos manifestos. A comunicação, para esta corrente, constrói a realidade organizacional por intermédio de símbolos socialmente compartilhados, favorecendo a interação entre os indivíduos.

Finalmente, a perspectiva crítica observa as organizações do ponto de vista dos segmentos subalternos (trabalhadores, mulheres, minorias raciais), evidenciando como estes segmentos são oprimidos pela estrutura organizacional. Avaliando a comunicação dentro das empresas os pesquisadores discutem, por exemplo, a quem interessa o culto dos “mitos fundadores” ou os “heróis” normalmente incentivados pelo topo da hierarquia organizacional. A organização, para esta linha teórica, é o “*locus* do conflito de classes” onde o embate é permanente. A comunicação, neste quadro, assume um papel de mascaramento das realidades e criação de uma falsa consciência entre dirigentes e trabalhadores.

Estas linhas de pesquisa se preocupam, quase que exclusivamente, com a questão da comunicação no âmbito das empresas, buscando formular alternativas para entender como ocorrem os processos comunicativos no interior das organizações de trabalho com o objetivo de melhorar o relacionamento nos diversos degraus da hierarquia empresarial e embaçar os conflitos de classe. Em que pese este fato, alguns instrumentos podem ser úteis para pensar a comunicação do MST. Embora não seja possível enxergar na política de comunicação do Movimento uma atitude deliberada de mascaramento da realidade, é inegável que o processo comunicacional interno se apropria de estratégias como o culto aos símbolos, aos heróis e mitos fundadores com o objetivo de cooptar os membros e manter a unidade. Os mecanismos são semelhantes, em muitos casos, aos utilizados nas grandes estruturas empresariais para garantir, por parte dos empregados, a aceitação de valores e normas. Talvez no caso do MST a diferença esteja na *intenção*, ou no *sentido* mais profundo: em vez de um simples acréscimo na mais-valia gerada no processo produtivo, os sem-terra são instados a se engajar na construção de um projeto da nova sociedade.

Hall sugere quatro fatores que determinam a importância da informação para a organização: o grau de conflito ou competição com o ambiente externo; o grau de dependência em relação ao apoio e a unidade internos; o grau de credibilidade na racionalidade das operações internas e na previsibilidade do ambiente externo; e, afetando todos estes fatores, o tamanho e a estrutura da organização, a heterogeneidade de seus membros, a diversidade de seus objetivos e a centralidade de sua autoridade. “Assim, a comunicação é extremamente importante nas organizações e segmentos organizacionais que precisam lidar com a incerteza, que são complexas e que têm uma tecnologia que não permite uma rotinização fácil. Tanto as características internas quanto as externas afetam a

centralidade da comunicação. Quanto mais uma organização se orienta para pessoas e idéias, mais importante se torna a comunicação” (Hall, 1984 p. 133).

Nesse sentido, a comunicação é um fator de grande relevância para o MST, uma organização que vive em conflito constante com o ambiente externo (governo, latifundiários e suas milícias); depende fundamentalmente da unidade e do apoio de seus militantes para continuar atuante; é uma organização complexa, heterogênea, sem rotina – enfim, todos os pressupostos elencados pela teoria se aplicam ao Movimento no sentido de fortalecer a necessidade da comunicação.

A utilização da comunicação como fator de “doutrinação”, apesar do conteúdo negativo que a palavra encerra, também acontece. Seja nas páginas do Jornal Sem Terra, seja nos cadernos de formação, nas músicas e especialmente na mística, os militantes são constantemente expostos aos princípios, valores e metas da organização. João Pedro Stédile nega o caráter doutrinário do Movimento na medida em que o MST não defende idéias que não sejam confrontadas à sua realidade e adequadas a ela:

Aí pode estar outra diferença nossa em relação à trajetória da esquerda, sempre muito dogmática no sentido das fontes em que se abastece. Esse dogmatismo na origem doutrinária resulta num sectarismo na prática política. (...) A prática concreta da luta pela reforma agrária nos ensinou que não se pode copiar experiências, porque cada espaço, cada realidade local, traz novos elementos que vão sempre se recriando a partir do conhecimento já acumulado. Há dois fatores que influenciaram a trajetória ideológica do movimento. Um é decorrente do fato de estar sempre muito ligado à realidade, o que nos obriga, de certa forma, a desenvolver uma espécie de pragmatismo. Não um pragmatismo nas idéias, mas nas necessidades (Stédile, 1999 p.58/59).

O líder do MST reconhece, por outro lado, a utilização dos símbolos – entre os quais Stédile inclui o próprio Jornal Sem Terra – da mística, das músicas e outras manifestações no sentido de manter a unidade e a disciplina dos militantes. “O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso dos símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível” (Stédile, 1999 p.132).

3.5.1 – O jornal no âmbito de uma organização popular

Na ausência de um referencial teórico próprio para avaliar o objeto de estudo da presente pesquisa – o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – optou-se, na continuidade deste

trabalho, por encarar alguns elementos de análise da imprensa sindical entendendo que ela guarda semelhança com a imprensa produzida para e pelos sem-terra.

No trato da imprensa sindical faz-se referência a um tipo de comunicação de origem institucional e com caráter de classe, inserido no processo genérico de comunicação. A comunicação vale-se de meios que a conduzem, mas a sua essência paira acima dos veículos e da concretização de símbolos e convenções; ela implica encadeamento de ações sociais com significados, estabelecidos nas relações de troca entre os homens localizados social, cultural e historicamente. São faces específicas de realização da comunicação (Araújo, 1991 p.39).

Os paradigmas explicativos da imprensa sindical, que a habilitam como objeto de conhecimento, são assim resumidos por Araújo e podem ser adequados à imprensa do MST: constitui um objeto de estudo; é um meio *sui generis* de comunicação; é veículo de ação organizativa; configura modalidade de comunicação de classe; tem e faz história; é instituinte de novos padrões jornalísticos; espelha conjunturas e por elas é condicionada; é produzida por profissionais da comunicação; nutre-se do próprio meio para o qual se destina; tem seu próprio discurso.

Nos anos 80 e início dos anos 90 os jornais sindicais despontavam como importantes veículos de comunicação dos trabalhadores, na cola do crescimento e fortalecimento do próprio movimento sindical urbano. Neste período, as publicações foram foco de vários estudos, com formulações de pressupostos teóricos e o surgimento de pesquisadores voltados ao segmento, evidenciando as diferenciações culturais e de classe dos veículos para categorias específicas:

Um jornal operário deverá ser bem diferente de um jornal para camponeses ou de um jornal para economistas. Cada setor da sociedade tem sua psicologia, seu mundo cultural particular. Mas as diferenças entre um médico, um engenheiro, um historiador e um advogado são relativamente pequenas quando eles estão lendo uma notícia sobre a Bolsa de Nova Iorque ou a fome de Burundi. Porém as reações e as análises são nitidamente distintas se se tratar de um psiquiatra ou de um torneiro mecânico. Aqui as diferenças de classe são nítidas, com tudo o que isso traz de diferença na psicologia e nas reações de cada um (Giannotti, 1998 p.12).

A jornalista Cozette Castro desenvolveu um estudo sobre imprensa e linguagem sindical demonstrando que os maiores sindicatos urbanos da região Centro-Sul, como de bancários e metalúrgicos, “foram os primeiros a perceber a importância estratégica da comunicação para formular uma ação sindical que englobe um projeto socialista de sociedade” (Castro, 1996 p.148). Estas entidades, no geral filiadas à Central Única dos Trabalhadores, souberam incorporar os desenvolvimentos tecnológicos dos meios de comunicação de massas “e

buscaram fórmulas para oferecer alternativas de informação aos trabalhadores, diferenciadas dos produtos da indústria cultural”.

O aparato tecnológico montado nos sindicatos para respaldar o trabalho de suas assessorias de imprensa, contudo, não foi suficiente para resolver alguns problemas que atingem a comunicação sindical, como o discurso único e autoritário, a dificuldade de distribuição do material produzido e a quebra dos projetos de comunicação com as mudanças de diretoria das entidades.

Do lado de fora das redações sindicais pouca gente sabe que os modelos de comunicação autoritários e centralizadores, inclusive no que se refere à pauta e ao conteúdo das mensagens – tão criticados nas redações de grande porte –, são uma constante nos sindicatos cutistas. Uma postura contraditória já que a comunicação sindical faz parte da chamada comunicação alternativa, possui caráter dialógico que compreende um processo comunicativo de duas mãos. Já o discurso único, utilizado em muitas redações sindicais, desconhece o público enquanto sujeito do processo de comunicação (Castro, 1996 p.148/149).

No caso específico do MST algumas dessas questões certamente estão presentes. O discurso único é uma realidade do Movimento e o próprio editor do JST, o jornalista Nilton Viana, reconhece que a publicação não tem intenção de ser plural. O objetivo é mesmo mostrar os acontecimentos de acordo com a visão de mundo do MST, bem como interpretar a realidade sob a mesma ótica.

Problemas de distribuição o JST também enfrenta (como será tratado no próximo capítulo), já que se destina a um público disperso em assentamentos e acampamentos, no geral em locais de difícil acesso, de todas as regiões brasileiras. O único obstáculo referido por Castro que possivelmente não prejudica o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a descontinuidade da direção, com mudanças de linha política. Em toda a sua existência, o MST vem mantendo uma continuidade de lideranças, onde o espaço para a disputa de projetos parece não existir.

Um outro referencial possível de contribuir para o entendimento do Jornal Sem Terra é a leitura adaptada das teses *Sobre o Conceito da História*, de Walter Benjamin, feita pelas pesquisadoras Sílvia Araújo e Alcina Cardoso, que estudaram a imprensa operária brasileira, fazendo um comparativo entre os jornais sindicais do início do século 20 e das décadas de 70/80 com o ressurgimento do movimento operário combativo. O movimento operário, frise-se, ressurgiu nas mesmas condições históricas e sociais que forjaram o nascimento do MST.

Contraditórias para alguns, com coerência interna para outros, as teses são plenas de metáforas e analogias, ao unirem coisas consideradas incompatíveis: marxismo e religião; revolução e messianismo (...). É neste fértil material de reflexões sobre a história que encontramos pontes possíveis de serem transitadas entre o passado e o presente, para análise da imprensa operária. As reflexões benjaminianas sobre questões do seu tempo são temática retomada com insistência nos jornais operários. Isto é, o problema tanto para Walter Benjamin como para os jornalistas operários está em encontrar uma saída prática, introduzindo uma nova maneira de ver a história em que a relação dinâmica entre o passado, presente e futuro não pode perder de vista o “agora”, um novo conceito de tempo que se caracteriza pelo combate. Para ambos, a potencialidade messiânica deve ser provocada, recusando-se a espera, onde a ação social emerge a cada momento (Araújo, 1992 p.119).

Estas são observações aplicáveis ao JST, onde também estão questões aparentemente inconciliáveis que se debatem no cerne da contradição maior: como viabilizar a pequena propriedade rural no capitalismo (ou mesmo no socialismo)? Os aspectos incompatíveis apontados pelas pesquisadoras em relação às teses – a união de marxismo e religião ou revolução e messianismo, por exemplo – são facilmente encontráveis no Jornal Sem Terra. Outras contradições, especialmente em relação ao próprio JST, serão levantadas nos próximos capítulos, como a ambigüidade do público ou a dificuldade da linguagem.

A conexão entre passado, presente e futuro, por outro lado, está sempre nas páginas da publicação. A seção “Lutadores do Povo” traz, em quase todas as edições, a história de uma figura marcante nas lutas sociais, no Brasil ou no mundo. A leitura do presente aparece no noticiário e nas análises de conjuntura, enquanto o futuro será construído pelas ações organizadas da massa, sempre chamadas a participar de mobilizações e outros eventos destinados a questionar o sistema político e econômico vigente, na perspectiva de ampliar o espaço das conquistas populares rumo a uma nova sociedade – é o “agora como tempo de combate”, na interpretação de Araújo e Cardoso.

As 18 teses (e dois apêndices) foram escritas em um momento de profundo questionamento intelectual e grande pessimismo de Walter Benjamin, no auge da Segunda Guerra, e não fazem qualquer referência explícita ao sindicalismo, ao movimento camponês ou à imprensa. Mas sua fé “na utopia do processo histórico para salvar a humanidade da catástrofe”, na expressão das pesquisadoras, muito se aproxima dos principais conteúdos editoriais do JST, ou mesmo dos fundamentos doutrinários do MST. A posição pode ser idealista hoje, como foi em Benjamin, “mas de um idealismo crítico, fundamentado contra a corrente burguesa de dominação universalizada e redutora do horizonte de vida das classes subalternas” (Araújo, 1992 p. 120).

O paralelo entre imprensa operária, teses benjaminianas e Jornal Sem Terra pode ser completado com o raciocínio que se segue:

Há que se incorporar à prática política da imprensa operária de hoje, a memória de um empreendimento coletivo que soube trabalhar, no cadinho das ideologias políticas da época, o utópico e o aqui-agora, a doutrina e a ação, a esperança e a realização. Em termos jornalísticos aquela imprensa procurou colocar no âmbito da mensagem a notícia e a opinião, o fato próximo e o distante, as peculiaridades morais do trabalhador e suas investidas libertadoras (Araújo, 1992 p.125/126).

Trata-se de uma descrição dos conteúdos editoriais do JST, válida ainda hoje, sob muitos aspectos. Em suas páginas, o utópico se entrelaça com a luta presente; os textos doutrinários, chamados de estudo, estão mesclados com o noticiário das ocupações e manifestações; há espaço para informações locais e para a cobertura das lutas populares internacionais; o jornal dita regras de comportamento, inclusive moral, para os militantes do MST ao mesmo tempo em que infunde confiança nas suas investidas libertadoras, ou seja, nas batalhas empreendidas no dia-a-dia tendo sempre em mente a tarefa maior de transformação social.

Estas indicações esboçam a principal questão pendente para os próximos capítulos, qual seja, a avaliação do conteúdo da publicação objeto da presente pesquisa, com seus textos e ilustrações, no sentido de verificar em que medida o jornal cumpre o papel a que se propõe, e perceber, no interior da organização MST, como se desenvolve o processo comunicacional. Uma resposta preliminar pode estar em Balle quando diz que a comunicação significa “propagação de uma *identidade* ou de *uma causa*, segundo se trate de promover entre indivíduos predispostos, a ilustração e a defesa de uma identidade social ou pessoal, ou ainda de uma idéia, de uma ideologia” (Balle, 1995 p.587).

Capítulo 4 – O JST pela voz oficial

Neste capítulo será iniciada a parte propriamente empírica do presente trabalho, ou seja, o estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para esta reflexão foi inicialmente elaborado um histórico do JST baseado na coleção encadernada da publicação existente na Secretaria de Comunicação do MST, em São Paulo, além de reportagens publicadas em diversas edições do próprio jornal. Foi feito também um resumo do único documento oficial produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a respeito do seu principal produto de comunicação, o livreto “*Normas e Orientações do Jornal Sem Terra*”, editado em julho de 1988.

As duas principais figuras responsáveis pelo JST foram entrevistadas para a elaboração do capítulo: o líder do MST João Pedro Stédile, desde sempre membro do conselho editorial do jornal, e seu atual editor, o jornalista Nilton Viana. As principais questões abordadas foram a situação atual da publicação, seu papel na organização MST, suas dificuldades e perspectivas, além de detalhes do processo de produção das edições mensais.

Uma terceira personagem de atuação nacional também prestou seu depoimento: a militante Letícia Barqueta, estudante de Jornalismo em Santa Catarina e colaboradora do JST que, no início do ano 2001, transferiu-se para São Paulo com a tarefa de cuidar dos aspectos políticos da comunicação do MST. Ela viaja por todo o Brasil para discutir e fomentar a criação dos coletivos de comunicação junto às secretarias estaduais e regionais. Seu trabalho não se prende apenas ao JST, mas engloba aspectos variados da comunicação do Movimento, como as rádios comunitárias, grupos de teatro, música, poesia, etc.

As diferenças de enfoque e perspectiva do JST, entre a publicação das “*Normas*” em julho de 88 e a fala atual dos responsáveis maiores pela publicação, são evidentes, a começar pelo fato de que não há mais a clareza de que se trata de um jornal de massa – ou existe até a convicção adversa. Isso implica na manutenção de uma questão sempre presente que é o formato da linguagem. Se o jornal é feito para a base precisa ter uma linguagem mais simples e acessível; se é direcionado aos militantes e apoiadores pode conter uma linguagem mais elaborada, na construção e até no uso de vocabulário.

Por outro lado, mesmo passados 13 anos da edição do livreto sobre o JST, um de seus principais nós permanece: a distribuição ainda é falha, a publicação demora para chegar aos assentamentos e acampamentos, não existem pessoas responsáveis pela tarefa em caráter prioritário. Na discussão que se segue serão detalhadas as dificuldades apontadas pelas lideranças

do MST que, de resto, guardam bastante semelhança com os problemas relatados pelos leitores do jornal, que ganharão voz no próximo capítulo.

O principal aspecto que separa as duas categorias de informantes desta pesquisa (de um lado as lideranças nacionais e, de outro, os militantes, acampados e assentados) é o fato de que os sem-terra mais ligados à base do Movimento defendem que o jornal tenha uma distribuição massiva, para *todos* os moradores de acampamentos e assentamentos. Alguns querem mesmo que a publicação alcance toda a sociedade brasileira.

Antes de passar ao desenvolvimento do capítulo, no entanto, é interessante uma pequena interrupção para esclarecer de quem falamos. Isto é, fazer uma descrição do aspecto “físico”, por assim dizer, do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desde o início de 2001 (número 206, datado de dezembro de 2000/janeiro de 2001) a publicação está circulando com um novo projeto gráfico. No lugar do tamanho tablóide convencional, utilizado há 16 anos, a edição passou a ser um pouco maior, feita no formato germânico (que tem dez centímetros a mais na altura das páginas e um centímetro a menos na largura). A alteração no formato, como reconheceu o editor Nilton Viana, foi uma contingência das transformações no processo industrial das grandes gráficas. Desde o final de 1998 os jornais brasileiros começaram a alterar seus tamanhos porque as bobinas de papel de imprensa passaram a ser fabricadas com centimetragem diferente. Com isso, o tablóide ficou muito pequeno, perdendo espaço editorial.

O JST passou de 20 para 16 páginas, mas o novo projeto gráfico estabeleceu a utilização do corpo 12 nos textos, favorecendo a leitura. Os títulos também passaram a ser editados com letras maiores e o uso de fotografias foi reduzido, embora em pequena escala. O jornal tem a capa, a contracapa e as duas páginas centrais coloridas. Existe um conjunto de seções que aparecem, de forma mais ou menos alternada, em praticamente todas as edições. Lugares fixos têm apenas o “Editorial”, assinado pela direção nacional do MST, e a seção “Cartas”, que ocupam a página 2; e a seção “Balaio”, formada por notas curtas e bastante ilustrada com pequenos desenhos e charges, sempre na página 15, e muito raramente ocupando também a página 14. Na página 2 está também o expediente e um espaço onde se publica a “frase do mês”. A página 3 pode ser ocupada por uma “Entrevista”, pela seção “Estudo” ou por um texto classificado como “Especial”, geralmente assinado por um político, pesquisador ou profissional de áreas diversas.

As páginas 4 e 5, em praticamente todos os números avaliados, continham uma grande entrevista com personagens variados – da economista Maria da Conceição Tavares ao ex-

ministro da Reforma Agrária do Chile, no governo de Salvador Allende, Jacques Chonchol; do jurista Fábio Konder Comparato ao embaixador Samuel Pinheiro, que criticava a entrada do Brasil na Alca; do ex-secretário da Receita Federal, Ozires Lopes Filho, ao professor Francisco de Oliveira. A diagramação é pesada, muitas vezes há uma única foto nas duas páginas (ou duas pequenas imagens do entrevistado). Raramente aparece uma charge.

As páginas 6 e 7 são, no geral, reservadas para o noticiário da seção “Estados”. Compostas por matérias menores, elas abrigam em torno de seis ou sete textos com notícias que retratam conquistas nos assentamentos, festas de colheita, encontros regionais, manifestações locais, episódios de repressão ou assassinatos de sem-terra. Estas páginas são um pouco mais ilustradas: usam, no conjunto, duas ou três fotos (sempre editadas em preto-e-branco) e algumas matérias aparecem com retículas cinza ao fundo. O fato de existirem diversos textos com seus respectivos títulos, e ainda uma identificação do estado de origem da notícia, torna a diagramação mais leve.

O centro das edições, páginas 8 e 9, é sempre colorido e privilegia os assuntos “Movimentos” ou “Reforma Agrária”. Nestas páginas está normalmente concentrado o noticiário de mobilizações nacionais, como o movimento das mulheres agricultoras, as marchas de trabalhadores rurais, as jornadas de lutas. Aparecem recursos como tabelas ou mapas constando o que foi feito em cada estado, e as fotografias, no geral, são de passeatas onde predominam as bandeiras do MST. As páginas centrais podem conter também um material especial, como um balanço da situação da reforma agrária ou da política agrícola do governo. Nestes casos, usa-se material fotográfico de arquivo.

As páginas de 10 a 13 são ocupadas por assuntos variados, dependendo da edição, identificados nas seções “Internacional”, “Direitos Humanos”, “Projeto Popular para o Brasil”, “Transgênicos”, ou novamente “Especial” e “Movimentos”. São textos assinados por especialistas ou escritos pela própria equipe do JST, com uma utilização um tanto restrita de fotos: no máximo duas por página ou uma foto e uma charge. A página 14 é geralmente ocupada pela seção “Lutadores do Povo”, que traz a história de um personagem das lutas populares no Brasil ou no mundo. Alguns exemplos presentes nos números analisados: Anita Garibaldi, Bertolt Brecht, o médico canadense Norman Bethune, que lutou com as tropas de Mao Tse Tung na China; o líder indígena Ajuricaba, que viveu na região amazônica, no século XVII; a espanhola Dolores Gómez ou a Guerrilha do Araguaia, sem especificar exatamente uma figura de lutador.

Na página 15, onde se publica a seção “Balaio”, já mencionada, estão os três únicos anúncios do JST: a Loja da Reforma Agrária, em São Paulo; as assinaturas de publicações do

MST (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Revista Sem Terra) e a Caimã Seguros, única empresa privada que faz publicidade no jornal. A contracapa, também colorida, é usada como uma espécie de agenda, anunciando mobilizações e eventos. Tem também uma seção fixa, “Poesia”, na coluna direita que publica todos os meses um poema, inclusive de próprios integrantes do MST. Uma tarja de oito centímetros, no pé da última página, finalmente, reserva espaço para a colocação da etiqueta de endereço do assinante.

4.1 – Um pouco de história

O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) nasceu em maio de 1981 como um boletim mimeografado e direcionado especialmente às comunidades religiosas que respaldavam a luta dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. Como já foi anteriormente mencionado, esse acampamento é um marco na história da luta pela terra no Brasil e considerado uma das atividades precursoras do MST. A publicação, chamada “Sem Terra - Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, era editada em Porto Alegre pelo Movimento Justiça e Direitos Humanos, pela Pastoral Universitária e pela Comissão Pastoral da Terra. A circulação inicial era de 700 exemplares.

Nos arquivos encadernados do JST, organizados pela Secretaria Nacional de Comunicação, estão alguns números esparsos do ano de 1981 e praticamente todos os exemplares a partir da edição 17, datada de janeiro de 1982. Com um conteúdo altamente religioso, o boletim variava o número de páginas em torno de 20 folhas de papel sulfite, reproduzidas sem qualquer tratamento gráfico mais cuidadoso. A linguagem, entretanto, era fácil e desde os primeiros números havia desenhos ilustrativos. No auge da mobilização o boletim chegou a ser semanal, mas depois passou a circular a cada 15 dias.

Em abril de 1982 (número 20), a edição ganha uma roupagem mais “profissional”, com diagramação em colunas. Neste número aparece na capa um desenho bastante semelhante ao usado ainda hoje no centro da bandeira do MST: o casal carregando ferramentas de trabalho na terra. A logomarca da publicação, que perdurou ainda por mais um ano, era uma cruz de madeira, com pedaços de tecido presos aos braços, representando o martírio da luta pela terra.

No mês seguinte – maio de 82 – o boletim começa a publicar fotografias e a ampliar suas preocupações: um texto longo discute a questão de que apenas o acesso à terra não resolve os problemas dos trabalhadores, sendo necessário mudar o modelo de sociedade. Em julho do mesmo ano a publicação, que adotou o nome “Sem Terra”, anuncia em editorial que passará a circular nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O número 31, com data de abril e maio de 83, informa que estão circulando três mil exemplares. A tiragem continua a crescer, passando a cinco mil exemplares em novembro e incorporando maiores recursos gráficos. Finalmente, em julho de 1984 trata-se de um jornal tablóide de 16 páginas com o nome “Jornal dos Trabalhadores Sem Terra”. O editor responsável é o jornalista Fladimir Araújo e existem correspondentes no Paraná e no Mato Grosso do Sul. A redação continua funcionando em Porto Alegre e a tiragem chega a 10 mil exemplares.

Em setembro do mesmo ano (edição número 38) é iniciada uma campanha de assinaturas e o jornal passa a ter circulação nacional. Em fevereiro de 85 (número 42) a edição especial com cobertura do I Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado em Curitiba sai com 20 mil exemplares, 20 páginas fartamente ilustradas com fotografias.

A edição seguinte (número 43), com data de abril e maio de 84, já foi produzida em São Paulo, para onde se transferiu a coordenação nacional do Movimento, como um dos desdobramentos do Congresso do início do ano. A partir desse momento, é possível fazer uma releitura da história do Brasil sob a ótica dos sem-terra verificando a cobertura e as análises que o MST fazia da realidade brasileira. O JST acompanha o governo Sarney; o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR); a convocação da Constituinte (inclusive publicando uma relação de candidatos que mereceriam o voto dos trabalhadores); mapeia as greves e manifestações de várias categorias urbanas, refletindo o crescimento do movimento sindical; aposta nas greves gerais convocadas ainda no governo Sarney e depois cobre a campanha eleitoral de 1989 estabelecendo uma posição clara a favor da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

O Plano Collor, de março de 1990 (edição número 92) é saudado com a manchete: “Demagogia e arrocho”. No período seguinte é clara a preocupação com a viabilização dos projetos de reforma agrária, com muitas reportagens tratando da produção nos assentamentos e da alternativa de constituição de cooperativas. Nos momentos em que o embate externo fica mais complicado, com repressão e paralisação da reforma agrária, o JST volta-se mais para as questões

organizativas internas do Movimento, propondo o fortalecimento dos núcleos de base, incentivando os trabalhos de formação e inclusive propondo o uso do próprio jornal como instrumento de manutenção da unidade.

Em agosto de 1991, ao completar dez anos de circulação – já que assumiu a herança do Boletim da CPT gaúcha – o JST publicou uma matéria comemorativa com uma dezena de fotografias de trabalhadores lendo o jornal nos barracos de lona preta, nas manifestações, assembléias e reuniões. Resumidamente, o texto da reportagem, que ocupava três páginas da edição, listava cinco responsabilidades da publicação: informar aos trabalhadores; formar e orientar; organizar o Movimento; denunciar aquilo que a grande imprensa esconde e alimentar a esperança. Assinada por Ademir Bogo, um dos líderes nacionais mais ligados à questão da comunicação, a matéria afirmava: “Mas, se por um lado estamos contentes por o jornal completar dez anos, também temos preocupações que dizem respeito à distribuição, à utilização, às assinaturas. Precisamos entender que nosso JST tem 'boca' mas ele não tem pernas nem braços. Seus braços e suas pernas somos nós, quando o colocamos embaixo do braço e vamos nas manifestações, nas reuniões” (JST, agosto de 91 p.3).

Os núcleos de base deveriam assumir a tarefa de preparar a comemoração de dez anos do jornal utilizando o cartaz especialmente impresso para a ocasião, que deveria ser colocado em todos os locais públicos; escolher um “zelador” do jornal: uma pessoa, por núcleo, que estaria encarregada de distribuir e fazer assinaturas. A tarefa de obter assinantes é descrita como de todos, assim como a venda avulsa. “É importante que o jornal seja vendido, para que quem o comprou saiba valorizá-lo. Por outro lado, isso serve como fonte de finanças para os militantes desenvolverem suas atividades práticas (...). Nosso jornal será sempre a expressão daquilo que somos, e de nossa capacidade de realizar. Nada se consegue sem esforço” (JST, agosto de 91 p.3).

A reportagem procurou enfatizar e dar mais ampla divulgação ao documento que lhe serviu como referencial, o livreto “*Normas e Orientações do Jornal Sem Terra*”, editado em 1988 pela Secretaria Nacional do MST. Este único documento oficial sobre o principal veículo de comunicação do Movimento denota a escassez de formulações teóricas e de discussões sistematizadas sobre a importância do setor na organização.

Um ano depois, em setembro de 1992, a seção Núcleos do JST voltou a tratar da questão em texto de página inteira com o título “Melhorar a comunicação”. As funções do jornal foram assim explicitadas:

- informar: é através desse jornal que todos os meses ficamos sabendo como estão as lutas em todos os estados. Isso estimula a todos os companheiros que se dedicam diariamente à organização e mobilização dos

trabalhadores sem terra. É possível também receber informações sobre diversos assuntos e fatos que acontecem na sociedade brasileira.

– formar: Nosso jornal também quer formar a consciência dos trabalhadores rurais, apresentando informações corretas e temas de estudo que possibilitam fazer discussões e unificam o entendimento sobre a realidade brasileira. Muitas mentiras são desfeitas quando os companheiros conseguem ler e entender o que nosso jornal coloca.

– organizar: Uma das nossas preocupações é avançarmos na organização dos trabalhadores sem terra. Nosso jornal tem ajudado na organização de muitos companheiros que necessitam de orientação.

– troca de experiência: É possível realizar a troca de experiência através dessas informações recebidas, porque no jornal são colocados relatos das atividades realizadas em cada estado.

– unidade política: Esta é a tarefa mais importante que cumpre o Jornal Sem Terra. Sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade de ação (JST, setembro de 1992 p.3).

Novamente é feito um apelo para que os militantes assumam as tarefas de distribuição e obtenção de assinaturas para o jornal. O texto fala em buscar assinantes fora dos assentamentos, entre trabalhadores urbanos, universitários, religiosos. O trabalho de elaboração das notícias e comentários também passa a ser compartilhado com os militantes: “É preciso que se tenha responsabilidade na escolha dos assuntos, porque é aí onde estamos colocando nossa posição e nossos objetivos. Como nosso jornal é popular deve-se aumentar a participação de companheiros que possam ajudar na elaboração das matérias em cada estado, mesmo que sejam pequenas colunas, mas todos nós somos convidados a escrever” (JST, setembro de 92 p.3).

A figura dos “zeladores” é explicada com mais detalhes, estabelecendo um limite de dez famílias por zelador responsável pela distribuição. Essa figura, no texto citado, ganha mais uma tarefa: aperfeiçoar a leitura. “O zelador do jornal pode contribuir com isso, passando de casa em casa para discutir assuntos que estão no jornal, incentivar a leitura coletiva ou mesmo lendo conjuntamente com cada família que tem dificuldade de ler e entender o jornal. Isso pode ser feito durante a noite, com os vizinhos mais próximos” (JST, setembro de 1992 p.3).

As assembléias e as escolas existentes nos assentamentos são também apontadas como capazes de se constituir em oportunidades de aproveitamento do jornal. Os professores devem fazer perguntas para forçar os alunos e seus pais a lerem e “tirarem boas notas”. “Os zeladores podem organizar concursos mensais com prêmios, através de perguntas e respostas de assuntos que estão no jornal (...). Em fim (sic), é necessário criar estímulos para que o jornal seja lido e divulgado entre os companheiros assentados” (JST, setembro de 1992 p.3).

4.2 – Um manual sobre o JST

Em julho de 1988, por decisão da Executiva Nacional do MST, a Secretaria Nacional preparou um livreto reunindo todas as normas, orientações e deliberações “que já foram tomadas e que estão em vigor, a nível nacional”, sobre o JST. Usando o slogan “O jornal é a voz do Movimento”, a apresentação do texto “*Normas e Orientações do Jornal Sem Terra*” traz um resumo das tarefas prioritárias assumidas coletivamente por todos os estados que “até o final do ano de 1988 se comprometeram a colocar em prática todas essas deliberações” :

- a) formação da equipe do jornal no estado, que se responsabilizará, pelo setor de notícias (repórteres de campo), pelo setor de distribuição e pelo setor de informação à base;
- b) implementar o esquema de campanha de assinaturas e vender em, pelo menos, uma banca;
- c) implementar o uso de meios alternativos para as notícias chegarem nas bases, especialmente o uso de programas de rádio.

Por outro lado, foi decidido, também, que a Executiva Estadual deve tirar uma hora de estudo do jornal, em cada reunião, e organizar para que em cada assentamento e acampamento, tire um dia por mês para leitura coletiva e discussão do jornal. (MST, 1988 p.1)

Dividido em sete tópicos, o texto propriamente dito começa com o item “*O papel revolucionário de um jornal da classe trabalhadora*”, citando que ao longo dos últimos cem anos os trabalhadores desenvolveram um conhecimento histórico sobre o papel do jornal na luta de classe. “Nós precisamos conhecer essa experiência histórica e nos apropriarmos dessa riqueza, para que nosso jornal caminhe com mais rapidez e cumpra um papel revolucionário, ou seja, possa dar a sua contribuição, mesmo que pequena, para que a classe trabalhadora brasileira faça transformações em nosso país” (MST, 1988 p.3).

Inteiramente voltado para as bases, os militantes, o jornal deve cumprir uma série de funções políticas sendo um instrumento de formação, agitação e ajudando a organizar o coletivo. “O jornal deve veicular as notícias, os fatos, as informações que ajudem as bases, a massa, a classe trabalhadora, a compreender o caráter explorador, repressivo e ditador da classe dominante, e ajudar a denunciar e a criar um sentimento anticapitalista, antigoverno. Um sentimento agitador. Deve ser um instrumento que motive, estimule, anime, induza as classes trabalhadoras e se revoltarem” (MST, 1988 p.3).

Como ferramenta auxiliar na organização da base, o jornal deve estimular as reuniões de núcleos e comissões, ser motivo para que os trabalhadores discutam e se reúnam. Deve ainda despertar novos trabalhadores a se organizarem, ao chegar a novas localidades ou municípios onde não existe nenhuma forma de luta, ou então incentivando os leitores a se envolverem em

organizações já existentes. “Lênin diz que o jornal é como o andaime de uma construção. Ele não é a obra, não é o movimento, mas ele pode ajudar a fazer avançar a obra, a crescer. Ele pode criar condições para que os trabalhadores façam a obra” (MST, 1988 p.4).

O jornal deve ter um caráter nacional, prosseguem as “*Normas*”, havendo apenas um veículo que cubra todos os setores da organização. Para evitar o desperdício de recursos e o isolamento “é muito importante que haja um único jornal orientador e catalisador de todos os esforços. Será isso que vai garantir a unidade ideológica, a unidade de esforços e o crescimento de toda a classe trabalhadora” (MST, 1988 p.4). As notícias locais e regionais devem ser cobertas através de panfletos e folhetos que são mais baratos, ágeis e fáceis de serem massificados.

A edição do jornal, a decisão sobre as notícias e artigos a serem publicados, é definida pelo MST como uma tarefa política, sob responsabilidade da direção e que não pode ser delegada “apenas profissionalmente a outras pessoas”. Esta atribuição deve ser encarada como uma responsabilidade a mais da direção em todas as suas instâncias (nacional, estadual, municipal). “Por isso devemos implementar em cada instância, que haja companheiros dirigentes que assumam a tarefa do jornal, como uma tarefa política” (MST, 1988 p.4).

O próximo tópico do texto, “*Papel do jornal na organização dos trabalhadores sem terra*”, trata do crescimento do MST e da necessidade de aperfeiçoamento de suas publicações. O jornal é descrito como “nossa principal voz”, que deve acompanhar qualitativamente o avanço e a representatividade do Movimento. “O jornal tem como obrigação manter um permanente contato entre a Direção e a Base e é através desse diálogo que o Movimento se consolida e consegue cada vez mais acumular vitórias e levar em frente seu projeto político. Tendo em vista que não é a forma de luta que o Movimento pratica que o caracteriza como revolucionário, mas sim a direção que esta ação aponta, é que precisamos cada vez mais aproximar a linha ideológica da direção e da Executiva com a organização e as ações da base¹” (MST, 1988 p.5).

Como interlocutor entre a direção e a base o jornal ganha três funções fundamentais: fazer propaganda ideológica, agitar a massa e organizar o Movimento. Num momento em que a circulação crescia continuamente, as “*Normas*” citam a necessidade do renovar permanente da propaganda em função dos novos leitores conquistados todos os meses. Descrever o MST e seus objetivos, explicar como se organiza, sua estrutura de decisão e a função de cada membro na organização; estabelecer metas de curto, médio e longo prazos; apontar as vitórias já alcançadas e

¹ Grifos no original. Em todas as citações do livreto foi mantida também a pontuação original, assim como a colocação de letras maiúsculas.

descrever as formas de luta que deram certo; destacar a importância da luta e porque deve ser massiva – todas são formas de “propaganda ideológica” listadas no livreto.

Além disso o jornal deve “provocar a massa, convocar a massa e desafiar a massa”. “A agitação é decorrente da propaganda mas procura manter os fatos vivos dentro da organização. Todos os acontecimentos e vitórias merecem destaque para manter a massa agitada e disposta a lutar cada vez mais” (MST, 1988 p.6). O JST, reconhece o texto, é quem mais fala com a base do Movimento. “De mês em mês ele está chegando aos grupos de base, por isso ele não deve ser apenas um informante, mas também um organizador, fornecendo elementos e métodos para um trabalho participativo além de fornecer orientações para garantir o próximo passo” (MST, 1988 p.6).

A seguir são listadas as sete tarefas do jornal: ser um instrumento de união ideológica entre os trabalhadores; dar uma visão global; orientar o Movimento; segurança aos militantes; alimentar o descontentamento com o sistema; alimentar a mística revolucionária e reforçar as outras organizações. Assim são descritas algumas dessas tarefas:

Por ser um instrumento de comunicação do Movimento Sem Terra, não quer dizer que deva simplesmente se apegar aos relatos e denúncias relacionadas à terra, mas destacar o amplo significado da Reforma Agrária que está intimamente vinculado ao contexto da luta de classes do capitalismo como um todo. Por isso o jornal deve transformar a luta pela terra numa luta de classes, e a luta de classes acontece quando a luta não é empreendida só contra o governo mas contra toda a burguesia (...). O conteúdo do jornal é conversa da Direção com a massa e nesse sentido, ele deve proporcionar um estudo das condições que determinam os meios para a realização das lutas e ações concretas. Servir de base para a análise de conjuntura (...). O jornal, além de convencer o trabalhador a entrar na luta, precisa apontar o verdadeiro culpado e causador de todos os problemas, e manter um permanente descontentamento e repúdio contra o capitalismo, apontando para onde queremos chegar, ou seja, descrever, de forma clara, a organização social que queremos e o que significa o socialismo para os trabalhadores (...). Através de relatos e estudos os leitores devem ser estimulados a participarem e construir uma sociedade socialista para todos os trabalhadores viverem uma vida melhor. O jornal deve transmitir certeza e confiança na: organização, na massa e no futuro. Além de motivar a valorização dos símbolos do Movimento e torná-los cada vez mais expressivos (MST, 1988 p.7).

No tópico seguinte, o livreto enuncia a quem o jornal deve atingir, citando que “deve ser lido e divulgado amplamente para toda a sociedade, mas seu conteúdo deve ter a preocupação de atingir três níveis dentro do Movimento Sem Terra: a massa, as lideranças e os militantes”. Além disso, a publicação deve alcançar os setores de apoio – definidos como Igreja, trabalhadores urbanos, políticos e partidos progressistas, setores do movimento popular – e a opinião pública em geral:

O jornal serve, também, para ajudar a formar a opinião pública em toda a sociedade, sobre a justiça da luta pela terra e sobre a necessidade da reforma agrária, como uma conquista democrática de toda a sociedade, de que toda a população vai se beneficiar. E, ainda, que a reforma agrária é a base para resolver os problemas de alimentação, êxodo rural, desemprego e marginalidade que afetam a toda sociedade. Nesse

sentido, o jornal deve atingir as rádios do interior, os professores e colégios que contribuem na formação dos estudantes e jovens. (MST, 1988 p 8/9).

Um balanço da situação do jornal naquele período indica que, “apesar das dificuldades”, já foram dados alguns passos na “construção de um jornal da classe trabalhadora”. O caráter nacional do jornal é o primeiro avanço apontado, citando que a publicação chega a todos os estados do país “e possui uma distribuição relacionada com as prioridades e o grau de desenvolvimento do próprio movimento”. A periodicidade mensal, alcançada “com bastante regularidade”, conforme aponta o texto, é outro passo importante dado “nestes quatro ou cinco anos do jornal”².

A profissionalização da equipe do jornal também é comemorada: “A existência de uma equipe de jornalistas profissionais que se submetem e compartilham da linha política do movimento é o fator fundamental para garantirmos um jornal com qualidade profissional reconhecida e que, por causa disto, se transforma num jornal bonito, bem feito e que agrada a leitura dos amplos setores, desde os lavradores na base até outros setores que apoiam e lêem o jornal” (MST, 1988 p. 9). Para encerrar o item dos avanços obtidos, o texto volta a frisar a necessidade de que o jornal seja assumido como tarefa política coletiva da direção do movimento.

4.2.1 – Zeladores e finanças

Ao tratar da formação da equipe do jornal em cada estado, as “Normas” citam que, no início, a orientação era no sentido de que em cada Executiva Estadual fosse indicado um responsável político para o jornal. Com o tempo, percebeu-se que isso era insuficiente. Então, a Executiva Nacional passou a recomendar a formação de uma equipe de três a cinco responsáveis pelo jornal, assumindo as diversas tarefas necessárias à atividade. “Deve fazer parte dessa equipe, um companheiro trabalhador rural que faça parte também da executiva estadual, para fazer a ligação entre a direção estadual do movimento e as atividades da Equipe. Os demais membros da equipe devem ser pessoas que gostem da atividade que se dediquem com prioridade para estas funções dentro do movimento” (MST, 1988 p.10).

² Por esta referência temporal é possível notar que, até aquele momento, o MST ainda não havia decidido pela incorporação formal da herança do Boletim da CPT iniciado no acampamento da Encruzilhada do Natalino, embora a numeração das edições seguisse desde aquela época.

São três as atividades principais dessa equipe: envio de notícias ao jornal e responsabilidade política; distribuição do jornal no estado; e informação para as bases. Na primeira tarefa estão contempladas funções como “discutir politicamente a melhor forma de colocar as notícias mais importantes do estado”; organizar e dar cursos de formação, se necessário, aos repórteres de campo; organizar um arquivo de fotos dos principais eventos do movimento no estado; enviar notícias para outras publicações populares; “zelar para que a linha política seja realmente o que interessa aos trabalhadores do estado” e “fazer com que a executiva estadual discuta o jornal coletivamente e faça uma avaliação mensal de sua linha”.

Para ampliar a distribuição do jornal, a segunda linha de tarefas inclui: fazer campanhas de assinaturas e de sustentação financeira; colocar a publicação em bancas “perto da rodoviária, em pelo menos um lugar do estado” (sic); colocar banquinhas com o jornal em manifestações, locais públicos, etc.; contratar pessoas, “pagando um percentual de 30% para fazerem assinaturas no meio urbano e estudantil”; promover encontros de zeladores do jornal nos municípios onde o Movimento está organizado e ampliar a distribuição em outros locais “para que o jornal estimule a organização do movimento”.

Finalmente, o terceiro conjunto de atividades propõe: estimular leituras coletivas e discussões do jornal; estimular programas de rádio do próprio movimento “ou utilizar-se dos sindicatos e igrejas, para veicular as notícias do movimento e as que saem no jornal”; adotar formas alternativas de comunicação como alto-falantes em feiras e igrejas, panfletos em manifestações e concentrações; ajudar a organizar o sistema de notícias e informações dentro dos acampamentos.

“O jornal só alcançará realmente seus objetivos se nós realmente assumirmos a tarefa de levá-lo até os companheiros na base. Precisamos lembrar que o jornal pode falar, mas não pode andar! Ele precisa de nossas pernas e braços para chegar aos companheiros” (MST, 1988 p 12). Para que a “voz do Movimento” cumpra seu papel de informar, formar, orientar e organizar, o jornal precisa ser distribuído bem e rapidamente; ter a leitura incentivada, individual ou em grupo; receber críticas e sugestões para que possa contribuir ainda mais com a organização do Movimento.

A figura do zelador do jornal é a alternativa sugerida no livreto para melhorar a distribuição: “Como fazer? É muito fácil. Em cada comunidade, em cada acampamento, onde já temos os representantes das Comissões Municipais, devemos eleger mais um companheiro que tem a responsabilidade de cuidar do Jornal; assim ele passará a fazer parte da Comissão

Municipal juntamente com os demais companheiros. Então, se tivermos dois em cada comunidade fazendo parte da Comissão Municipal, agora serão três”³. São tarefas do zelador: receber o jornal na comunidade, vila, assentamento ou acampamento; distribuí-lo entre os trabalhadores, fazendo uma relação dos nomes das pessoas que recebem; incentivar a leitura individual e coletiva; controlar as assinaturas; anotar as críticas e sugestões repassando-as para a Secretaria do Movimento; cobrar o despacho imediato do jornal, quando este chega na Secretaria do Estado.

Em abril de 88, em reunião da Executiva Nacional foi decidido um desconto mensal da verba dos estados para cobrir o custo do jornal. O livreto informa também que foi aprovada uma tabela para este desconto, de acordo com o número de jornais recebidos pelos estados e o peso do desconto no total da verba. A partir de novembro de 88, definiu a mesma reunião, cada estado deveria pagar 50% de todos os custos do jornal que recebe. Em abril de 89 esta cobrança seria total. “Portanto, cada estado deve desenvolver campanhas para buscar assinaturas ou outras formas de cobrir o custo até abril de 1989” (MST, 1988 p.14).

O preço da assinatura, definido na época, foi de 50% de uma OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) para trabalhador rural e 100% da OTN para outras pessoas. Como preço de capa a publicação deveria ostentar 0,5% da OTN – valor que variava mensalmente em Cruzados, a moeda da época. “Esses preços aprovados equivalem ao preço de custo mais uma margem de 50% de sobra. De maneira que se pode dar 30% de percentagem para quem quiser vender o jornal ou assinaturas” (MST, 1988 p.14/15).

O texto alerta, a seguir, para que as secretarias estaduais fiscalizem a distribuição nos municípios para evitar que o jornal fique parado em igrejas, sindicatos. Os exemplares que ficarem encalhados devem ser utilizados nas campanhas de assinaturas ou para distribuição gratuitas com o objetivo de atrair novos leitores e assinantes.

A secretaria nacional continua cuidando do despacho, pelo correio, para todos os assinantes; além de pacotes para os estados. “A secretaria nacional deverá se esforçar e pleitear junto à empresa distribuidora e correio que evitem atrasos. Todas as reclamações de atrasos e extravios de assinantes devem ser encaminhados para o setor de distribuição da secretaria nacional” (MST, 1988 p. 15).

³ Esta estrutura de Comissões Municipais não é mais prevista nos documentos recentes do MST. Na esfera mais local existem atualmente as direções e coordenações regionais que agrupam um número variado de municípios. No Paraná são 12 regionais, subdivididas em pólos menores nos quais o número de municípios integrantes depende do trabalho implantado.

No final do livreto “*Normas e Orientações do Jornal Sem Terra*” existe a seguinte tabela, aprovada em reunião da executiva de julho de 88:

Objetivos e Metas de Distribuição do Jornal Sem Terra para 1988

Objetivos	Público a atingir	Já recebem o JST	Metas até final de 88
1º Orientar os militantes	Distribuição dirigida aos Estados		Fazer distribuição mais política e garantir todos os municípios onde temos trabalho ou contato
2º Informar a base	Distribuição dirigida aos Estados		Promover leituras coletivas/ ler o jornal nos alto-falantes e rádios
3º Influir nas áreas de apoio	Sindicatos Rurais, CPTs e CUTs	400 STRs, 60 CUTs, 1300 padres/religiosos 300 bispos	A médio prazo, tentar atingir a maioria das 12 mil paróquias, ou pelos menos 5 mil paróquias do interior, nos estados onde atuamos
4º Influir nos meios políticos	Deputados Políticos	300 deputados progressistas. 170 vereadores do PT	A partir de 88 enviar a todos os vereadores do PT a serem eleitos/ PCB e PC do B
5º Articular com meio urbano	Sindicatos Urbanos, Ansur*, Anampos**, Comissões de Fábricas	Ninguém	Todos os sindicatos operários da CUT (400); principais comissões de fábrica SP; todos contatos Anampos e Ansur
6º Influir na opinião pública	Rádios	100 rádios	
7º Servir de estudo e análise	Colégios, professores, Estudantes agronomia		Relação centros acadêmicos da área rural; professores da AEC***; campanha assinaturas nos colégios de 2º grau do interior
8º Propagandar o MST e fonte de recursos	Meio urbano, estudantes, professores		Fazer campanha de assinatura com pessoal que recebe percentagem pela venda, colocar em algumas bancas; bancas em concentrações.

**Associação Nacional do Solo Urbano*

** *Associação Nacional de Movimentos Populares*

*** *Associação de Escolas da Comunidade*

4.3 – As falas oficiais

A informação sobre a existência do livreto “*Normas e Orientações sobre o Jornal Sem Terra*” foi dada pelo mais reconhecido líder nacional do MST, João Pedro Stédile, durante

entrevista, para o presente trabalho, realizada em Curitiba no dia 2 de maio de 2001. A publicação foi definida como um “manualzinho interno, que explica aspectos do jornal”.

A referência foi feita a propósito da primeira pergunta da entrevista: “Qual o papel que a direção do Movimento atribui ao jornal?”. Depois de citar o manual, Stédile acrescentou que, na sua opinião, o objetivo do jornal “é levar informações e análises políticas para a militância do Movimento Sem Terra e para militantes que apóiam a reforma agrária e que atuam conosco, mesmo que não sejam orgânicos nossos”. Por isso, o jornal é enviado para todos os sindicatos de trabalhadores rurais, para muitas paróquias. Na seqüência do raciocínio o entrevistado emendou: “O jornal tem objetivo também de manter uma certa unidade nas análises, na compreensão do momento da conjuntura agrária”.

Ao ser indagado sobre o cumprimento efetivo das funções definidas pela direção ao JST, Stédile respondeu na contramão das colocações feitas de forma insistente no livreto das “*Normas*”, que aponta a publicação como um veículo de massa, para as bases:

Sempre houve muitas confusões também em relação ao papel do jornal. Em muitos estados as vezes o jornal era utilizado na base: distribui no assentamento, distribui no acampamento e aí os companheiros se iludiam porque na verdade nós nunca utilizamos o jornal como instrumento de comunicação com a base. Porque a base tem um baixo nível cultural, não tem costume de ler jornal. Aí as discussões que houve no setor de comunicação sempre foram que com a base mesmo nós temos que usar outros mecanismos de comunicação, que vão desde a reunião de grupo lá no assentamento ou no acampamento; a assembléia que é um instrumento de comunicação impressionante. E, nos mais gerais, então boletins. Nós aprendemos e usamos muito com a nossa base uma técnica que aprendemos com a igreja que é a famosa cartilha. A cartilha é um instrumento muito bom: bota desenho, bota perguntas, ela leva a informação, reflete sobre a informação e não precisa ter aqueles padrões de jornal, que tem certas regras que tu tem que respeitar. (Stédile, entrevista realizada em 2 de maio de 2001, em Curitiba)

A utilização do jornal, acrescenta o líder do MST, “também vai evoluindo e é diferenciada em cada estado, dependendo da forma como os dirigentes utilizam. Ela não é uniforme em todo o país”. A proposta em implantação no momento em que foi feita a entrevista era a de casar a distribuição do jornal com a forma de organização dos militantes. Em suma, retomar o trabalho de organização dos núcleos, bastante citado nas matérias comemorativas dos 10 anos do JST e também, como se verá no próximo capítulo, foco de discussão nas brigadas de formação criadas em todo o Brasil. “Um dos problemas que nós temos é que falta ajustar a tiragem e fazer chegar o jornal exatamente em quem nós queremos, que é aquele militante. E não simplesmente distribuir pela forma mais rápida, naquela ânsia de ver o jornal circulando”.

O jornalista Nilton Viana, que trabalha na Secretaria Nacional de Comunicação há sete anos e edita o JST desde 1996, também define a publicação como um veículo para a militância. “Ele

tem características de ser um jornal informativo, de ser de formação da nossa militância, de estudo pra nossa militância” (Entrevista concedida no dia 23 de maio de 2001, em São Paulo).

A fala do profissional, contudo, chega a ser contraditória: em um determinado momento ele diz que o jornal é o veículo de comunicação com funções melhor definidas dentro do Movimento “que a gente sempre soube qual caminho deveria trilhar”. Mais tarde, ao discutir a questão da linguagem (que será melhor abordada na sequência deste texto), Viana reconheceu a existência de um papel duplo para o JST:

Mas há que considerar também que o Jornal Sem Terra, por mais que ele seja direcionado pra nossa militância ele também é um jornal que vai pro mundo inteiro. Ele chega em mais de 50 países. Ele chega em dezenas, dezenas e dezenas de artistas, intelectuais e personalidades que assinam e querem acompanhar a luta do Movimento Sem Terra através do nosso jornal. E acompanham. Infelizmente o jornal, nos últimos anos, acabou incorporando esse perfil de ser também interlocutor com a sociedade, procura dialogar com a sociedade as questões do Movimento. (...) A Revista Sem Terra⁴ surgiu nesse contexto, mas nós infelizmente não conseguimos que cumprisse esse papel e o jornal continua sendo mesclado: militância e sociedade (Nilton Viana, entrevista realizada em 23 de maio de 2001, em São Paulo).

Embora em questões como público-alvo ou funções desempenhadas dentro da organização, as observações feitas atualmente pelos principais responsáveis pelo JST guardem diferenças em relação às normas aprovadas pela direção em 1988, no aspecto da linha política e do conteúdo editorial a definição se mantém: “O Jornal Sem Terra é a voz oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, diz João Pedro Stédile. “O Jornal Sem Terra reflete o que pensa o MST. É o retrato fiel da luta do Movimento Sem Terra. É a história fiel contada pelos trabalhadores”, completa Nilton Viana.

Nesse sentido, o jornal não tem como proposta uma linha editorial que se pretenda plural ou isenta como se discute em relação à chamada grande imprensa. A versão dos acontecimentos e as análises publicadas têm a ótica do MST e nunca se ouve “o outro lado”, segundo prática alardeada pelos veículos convencionais. “Os fazendeiros e o governo têm toda a grande imprensa pra se manifestarem”, diz Nilton Viana (entrevista, por telefone, realizada em junho de 2000). Enquanto o líder Stédile acrescenta:

⁴ Viana refere-se a uma publicação, que começou a circular em 1998, com periodicidade trimestral e destinada ao público urbano, apoiador do MST. Com tiragem inicial de 7 mil exemplars, passou a 10 mil a partir da décima edição (datada de janeiro/fevereiro e março de 2000), mas teve problemas logo em seguida. A edição de número 11 circulou com data de abril/maio e junho de 2000 e a número 12 apenas um ano depois (abril/maio e junho de 2001). Com um tratamento gráfico apurado, apesar das páginas internas não serem coloridas, a Revista Sem Terra circula com uma média superior a 80 páginas, contendo “reportagens, artigos e entrevistas sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais nacionais e internacionais”, segundo o encarte de propaganda da publicação. É feita por um corpo de colaboradores desvinculado da Secretaria Nacional de Comunicação, embora a responsabilidade editorial, informa o expediente, seja da direção nacional do MST.

O jornal não é plural no sentido de que aqui pode botar qualquer ideologia. Não, é a ideologia do Movimento. Mas nós queremos a pluralidade na diferenciação dos temas pra também não ficar só aquele negócio de reforma agrária, reforma agrária. No fundo, no fundo nós queremos que o jornal nos ajude a formar cidadãos completos, plurais, politizados, que entendam da sociedade, que sejam politicamente bem informados – se é que se tem conceito pra isso – mas que estejam abertos pro mundo (João Pedro Stédile, entrevista em maio de 2001).

A linha política, como já se percebe pela fala do líder sem-terra, condiciona a linha editorial.: o jornal não deve ser apenas um noticiário da reforma agrária. Stédile cita como um processo de evolução da publicação sua tendência em direção a um veículo mais de orientação política.

No início do Movimento era assim: tu pegava o Jornal Sem Terra, de 15 páginas, dez era contando a história de ocupações. Depois nós fomos vendo que a militância perde o interesse, porque a rigor as ocupações são iguais. E as diferenças tu não pode botar no jornal porque daí é um problema político. Não vai contar detalhes de como se prepara. Até dá uma bela reportagem, mas tu não vai poder contar porque entrega pros inimigos. A notícia de uma ocupação no nosso jornal sempre era tratada de maneira efêmera e aí enjoativa, cansativa. Então o jornal foi evoluindo pra ser mais de orientação política pra militância. Ele procura debater assuntos (Stédile, entrevista em 2 de maio de 2001).

Esse debate – restrito evidentemente ao marco ideológico do Movimento – é feito pela contextualização, ditada pela linha editorial que sempre busca relacionar os acontecimentos e favorecer a análise política. Aproveitando o fato de ser um veículo mensal, o JST não se preocupa com a informação factual, precíval. Segundo o editor Nilton Viana, o objetivo é introduzir elementos de análise política, mostrando que uma situação não está isolada da outra. “Até o nosso Balaio⁵, as pequenas notas que saem, são todas que dão acompanhamento de um assunto que estamos tratando há bastante tempo ou que daremos um tratamento maior no mês seguinte. A gente procura nunca dar um fato disperso. Embora nem sempre consiga, em todas as informações, tratar dessa forma, é uma preocupação que temos constante”.

A proposta de contextualizar as informações e romper com o corporativismo, não tratando apenas das questões do próprio Movimento, diz o editor, são as principais características que diferenciam o JST de outras publicações ditas populares, como os jornais sindicais. Na opinião de Viana, “os sindicatos procuram tratar a questão mais local, corporativa. O Jornal Sem Terra tem a preocupação de tratar as questões do Movimento do ponto de vista político e nacional. (...) Por mais que você enfrenta o problema ali no seu umbigo, você tem que ver além, porque senão você vai passar a vida inteira brigando por reajuste salarial”.

⁵ A seção Balaio ocupa uma ou duas páginas das edições, anteriores à contracapa. Trata-se de um conjunto de notas curtas e sobre variados assuntos, com farto uso de ilustrações e charges. A seção, até a mudança do projeto gráfico no início de 2001, publicava também poemas e letras de música, bastante procurados pelos leitores.

Outra diferença, apontada pelo editor, entre o JST e a imprensa sindical, ou mesmo partidária, é o bom relacionamento entre a equipe de jornalistas e a direção. Como a coordenação nacional do MST se constitui em um bloco bastante monolítico, aparentemente sem disputas internas e com baixa rotatividade de integrantes, as orientações passadas ao coletivo de comunicação têm constância e perenidade.

Nos sindicatos e nos partidos você tem muitas facções que compõem uma diretoria. Fica aquela disputa de espaço, de teses, de grupos. De certa forma chega a não haver afinidade política e o propósito político chega a ser muito mais de aparelho local, de disputa por aparelho local – não vou entrar no mérito dessa análise – mas que diferencia de nós. Nós temos muito a preocupação com outro projeto de sociedade. A minha afinidade política com o Movimento é muito grande. E como a gente não tem grupelhos dentro do Movimento, não tem disputas internas, isso não reflete na redação do jornal. (...) Eu tenho tranquilidade de trabalhar. A minha afinidade política dá tranquilidade pra direção. Então eu fecho o jornal e há anos eles nem participam do fechamento. (...) Eu publico todos os textos que a gente acha interessante pro momento, que jornalisticamente for importante. (...) Eu fecho o Jornal Sem Terra sem conflito, sem aquela neurose de ter uma pressão de um lado e de outro. (...) Na verdade, sou mais militante do que até mesmo um jornalista do Movimento, a gente comunga com a luta política (Nilton Viana, entrevista em 23 de maio de 2001).

João Pedro Stédile também sustenta que não há problemas com a linha política do jornal e que a direção não interfere. “No máximo criticam alguma manchete ou o fato de ter publicado a fotografia de um fulano, mas só esses comentários”, diz o líder do MST.

4.3.1 – Estrutura de produção do JST

A Secretaria Nacional de Comunicação funciona junto à coordenação nacional do Movimento, em São Paulo, dividindo o espaço da mesma casa ocupada, oficialmente, pela estrutura da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), o “braço legal” do MST⁶. São cinco pessoas encarregadas da parte operacional da Secretaria e que trabalham na produção dos materiais de comunicação: jornal, revista, internet, cartazes, folders, etc. Além do jornalista Nilton Viana existe (dados de maio de 2001) outra jornalista diplomada, Daniela Stefano, dois militantes que cumprem tarefas de apoio e uma diagramadora.

Os trabalhos são conduzidos de forma coletiva, mas há sempre um responsável direto por cada função. Assim, Viana é editor e responde pelo Jornal Sem Terra, além de cuidar da

⁶ Sobre o assunto ver Capítulo 1 "Teorias do Movimento Social", item 1.5, e Capítulo 2 "Principais características do MST"

assessoria de imprensa externa, atendendo jornalistas da grande imprensa quando precisam de informações do MST. Daniela é responsável pela página na internet, que tem uma atualização mais constante e cuida de determinadas seções do JST, como o noticiário dos estados.

Do ponto de vista de equipamentos, na avaliação do editor do JST, as condições são boas, com computadores suficientes e bem aparelhados, scanner profissional e outros acessórios. O scanner havia sido comprado dois meses antes da realização da entrevista e Nilton Viana lembrou que durante muito tempo a equipe do jornal trabalhou em condições precárias: “Passamos muitas noites fechando as edições sem estrutura de apoio”, disse ele.

O organograma do MST, como já foi abordado⁷, prevê que nos estados sejam criadas estruturas semelhantes de secretarias e coordenações – o que também deve ser repetido nas regionais. Viana diz que o maior problema dos coletivos estaduais de comunicação é a rotatividade dos militantes que assumem a tarefa, ao lado de “n” outras no Movimento. Ele não soube identificar em quais secretarias estaduais os coletivos de comunicação estavam organizados, mas garantiu que em quase todos os estados estas estruturas já funcionaram, sendo desarticuladas em função da saída dos militantes para assumirem outras atividades. Em praticamente todos os estados existe pelo menos uma pessoa responsável por receber e distribuir o jornal, além de repassar informações para a Secretaria Nacional de Comunicação:

Como a comunicação não é aquela coisa palpável, de resultados imediatos, eles acabam não dando muita importância pra função do coletivo de comunicação. Mas nos últimos meses a gente tem conseguido estabilizar e cobrar, inclusive junto à direção, pra que fique sempre os mesmos militantes responsáveis, não só pelo jornal, mas pela questão das informações. (...) Na verdade, é sempre uma luta muito grande no interior das organizações, movimentos, entidades. Imagina uma organização camponesa como o MST entender a importância que é a questão da comunicação. (...) A gente está organizado em quase todos os setores e a comunicação, que deveria ser um dos primeiros setores a ser organizado. Mas a gente tem conseguido, nos últimos anos, fazer com que a direção do Movimento discuta a questão da comunicação. Não meramente o jornal, mas a comunicação em todo os instrumentos, em todos os veículos que nós temos. Como potencializar? Como formar nossos comunicadores? De certa forma a gente consegue, mesmo com o jornal, motivar bastante (Viana, entrevista realizada em 23 de maio de 2001, em São Paulo).

Em suas viagens pelo Brasil, a militante Letícia Barqueta – que desde o início de 2001 está cumprindo a tarefa de articular politicamente os coletivos de comunicação – identificou a existência de coletivos organizados nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Maranhão, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Nos dois últimos estados o trabalho estava trocando de mãos e sendo assumido por outras pessoas, quando a entrevista foi realizada, em maio de 2001. Nos demais estados existem apenas representantes ou

⁷ No Capítulo 2, item 2 1.1 "Estrutura organizativa" há um relato do organograma do Movimento.

militantes tentando constituir o coletivo de comunicação. Em Santa Catarina, assim como em outros estados, o coletivo chegou a existir, mas perdeu seus integrantes. No Paraná o militante Renato Reinhert, atualmente assentado no projeto Dorcelina Folador, em Arapongas, ocupou durante quase dois anos a função de coordenador estadual de comunicação. Mas não conseguiu organizar o coletivo. Em janeiro de 2001 ele se afastou do cargo, que continuou vago durante todo o primeiro semestre.

Por limitações pessoais e também por questões organizativas do próprio Movimento a gente não conseguiu implementar a atividade. Essa dificuldade não é só aqui do estado. Eu acompanhei algumas reuniões do setor a nível nacional. E tem grandes limitações. Tem estado que está mais avançado, mais estruturado e consegue dar essa utilização melhor. A gente tem que ter organizado o setor pra poder dar esse acompanhamento, porque aí tem esta questão da comunicação que abrange "n" questões, desde a internet, o trabalho da cultura, teatro, música, poesia – tudo faz parte da comunicação. Tem que utilizar a criatividade pra formar e informar as pessoas (Renato, entrevista realizada no dia 4 de abril de 2001, em Cantagalo).

Leticia Barqueta argumenta que se as pessoas assumem outras tarefas dentro do Movimento é porque têm capacidade e formação para isso. Mas no que toca ao setor de comunicação os prejuízos são evidentes pela falta de continuidade no trabalho. Esta mesma rotatividade é usada para explicar, por exemplo, a falta de sistematização das experiências da Secretaria de Comunicação. “Não existe nenhum relatório que diga que assim ou assado dá certo. Outros setores, como a educação ou a formação, conseguiram fazer isso, mas a comunicação não sistematizou estes anos todos de trabalho até por conta da rotatividade de seus membros”, disse ela.

Nilton Viana constata também a existência de “pouquíssimos” estados onde jornalistas profissionais trabalham para o Movimento, ou mesmo colaboram de forma sistemática. No final dos anos 80 o JST chegou a ter mais de uma dezena de jornalistas atuando em vários estados – a maior parte na condição de simpatizantes do MST. Hoje restam apenas dois outros jornalistas – além dos funcionários da Secretaria Nacional em São Paulo – trabalhando no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ligados às secretarias estaduais. No Paraná, a secretaria demitiu o último jornalista que trabalhava para o Movimento há cerca de cinco anos e nunca mais conseguiu profissionalizar outra pessoa, por falta de recursos e também por não considerar este investimento como prioritário, segundo Roberto Baggio, coordenador local do MST. Em entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2001 ele citou, entretanto, que se aprofundava na direção do Movimento da consciência sobre a necessidade de investimentos no setor da comunicação. “Um exemplo é o curso de comunicadores que estamos implantando”, disse ele.

Quando o Jornal Sem Terra precisa de uma reportagem especial em algum lugar e não tem militantes em condições de desenvolver o trabalho, a alternativa é pedir colaborações: “Temos jornalistas amigos, simpatizantes do Movimento em quase todos os estados, que produzem textos e fotos quando necessário”, disse Viana, enquanto Letícia lembrava de casos em que as pautas foram adiadas por falta de profissionais para cumpri-las, mesmo entre os colaboradores externos. Isso porque o JST não tem uma verba própria para custear viagens ou pagar freelancer. Raramente o editor viaja para fazer alguma entrevista especial ou cobrir algum acontecimento.

Os custos da publicação, como explica João Pedro Stédile, estão diluídos dentro das despesas da Secretaria Nacional:

Nós gastamos com o jornal em torno de R\$ 7 mil por mês com gráfica e os salários dos dois jornalistas. Aliás, eles ganham o máximo que todo mundo ganha no MST que é R\$ 1.100. É o que eu ganho e os dois jornalistas ganham igual. (...) Então não vamos fazer um esforço só pra financiar o jornal. Funciona a Secretaria Nacional do Movimento e tem que ter um esforço geral pra recolher dinheiro e manter a secretaria. Dentro dela, um dos itens é o jornal, assim como tem a revista ou as edições especiais do jornal⁸ (Stédile, entrevistado em Curitiba, em 2 de maio de 2001).

Em que pese a questão financeira não parecer preocupar de maneira acentuada os principais responsáveis pelo JST, o assunto foi bastante debatido durante um encontro da brigada de formação, que reuniu 29 militantes de várias regiões do Paraná nos dias 4 e 5 de abril em Cantagalo. A discussão principal versava sobre a política de nucleação. Cada formador presente deveria se responsabilizar pelo acompanhamento de 50 líderes ou coordenadores de núcleos em acampamentos ou assentamentos (cada núcleo deve reunir de 10 a 15 famílias). Na noite do dia 4 o tema do encontro foi o Jornal Sem Terra e as possibilidades de sua melhor utilização. Os participantes foram informados de que a Secretaria Nacional envia, de graça, o jornal para os estados e que seus custos estão contemplados na política geral de divisão de despesas feita pela coordenação do Movimento. Além disso, os associados de cooperativas ligadas ao MST fazem assinaturas do jornal todos os anos, como parte dos custos pagos à CCA – Cooperativa Central de Reforma Agrária, a estrutura legal do MST no Paraná.

Uma das propostas aprovadas na reunião da brigada de formação foi que cada núcleo deveria fazer sua própria assinatura do Jornal Sem Terra – o custo poderia ser dividido entre as 10

⁸ Stédile refere-se a três edições especiais do JST feitas entre o segundo semestre de 2000 e o início de 2001 como tentativa de "responder aos ataques do governo e da imprensa". As tiragens foram de 500 mil e depois um milhão de exemplares, com distribuição massiva nas grandes cidades. Para estes números especiais foi feita uma discussão financeira na direção: "Cada estado só encomenda o que ele tiver condições financeiras. Isso gera diferenciação na distribuição, mas infelizmente é a realidade do Movimento", disse Stédile.

famílias participantes, o que daria R\$ 2,00 por família. Seria necessário apenas providenciar um endereço na região para a entrega, pois o Correio não atende a maior parte das áreas de assentamento ou acampamento. O esquema de assinatura reduziria o problema de atraso de recebimento do jornal, muito criticado pelos presentes, como se verá no próximo capítulo.

Os participantes não chegaram a questionar, no entanto, se apenas um número do JST seria suficiente para atender as necessidades dos núcleos formados por 10 ou 15 famílias. Levando-se em consideração que é praticamente impossível fazer a leitura e o debate dos principais conteúdos das edições nas reuniões de núcleos – que ocorrem, teoricamente, uma vez por mês e ainda têm outros assuntos em pauta –, como atender a todos os leitores potenciais com apenas um número do jornal?

4 3.2 – O nó da distribuição

A demora na distribuição é um dos principais entraves que dificultam a efetiva utilização do JST. Segundo Letícia Barqueta, há casos em que o jornal fica encalhado nas secretarias sem distribuição, ou mesmo exemplos de números que foram devolvidos pelas transportadoras por falta de pessoal responsável pela retirada nos estados. No desenvolvimento da presente pesquisa também foi possível constatar encalhes: na secretaria regional do MST em Cantagalo, por exemplo, no início de abril existiam dezenas de números da edição do JST de fevereiro empilhados em um armário. No salão da secretaria regional da mesma cidade, utilizado para o encontro da brigada de formação, estavam quatro pacotes contendo centenas de exemplares da edição especial do jornal, que circulou em novembro de 2000 com matérias sobre a violência contra o MST.

Na cooperativa de Paranacity, no mês de junho, restava um pacote com perto de 100 exemplares da edição especial do JST de abril, que tratava da questão das sementes transgênicas e respondia a uma campanha publicitária do governo federal, pela televisão, sobre o programa de reforma agrária. Como se verá na fala dos leitores, o problema de acesso ao JST e a demora de recebimento são reclamações recorrentes.

Na avaliação de Letícia, a distribuição emperra pela falta de um grupo organizado que cuide do coletivo da comunicação em cada estado e em cada regional. Isso acontece por

desconhecimento do papel político do trabalho da comunicação:

A distribuição e o uso do jornal pode ser uma ferramenta pra organizar o coletivo porque vai estar aglutinando pessoas em torno da atividade. Pode ser uma ação até simples como levar o jornal a um assentamento, mas se a pessoa tem consciência da ação política dela, de fazer chegar o jornal é um avanço, né? É uma discussão que precisa ser feita. Porque se a gente chega a uma reunião da direção regional, por exemplo, e fala: “olha gente, precisa organizar a distribuição do jornal. Precisamos de um nome em tal assentamento”. Pode até encontrar e pode até que funcione um ou dois meses, mas junto com isso tem que discutir, mostrar a importância do jornal, apresentar o jornal pras pessoas porque, como tem esses problemas de distribuição, tem gente que não tem contato mesmo. É mostrar como é importante que chegue uma notícia como essa lá no assentamento, ou lá no núcleo (Leticia Barqueta, entrevista realizada em 23 de maio de 2001, em São Paulo).

Em seu trabalho de articulação política dos coletivos de comunicação nos vários estados, a militante tem procurado também envolver outros setores do Movimento para melhorar a utilização do jornal. É o caso da educação, especialmente os monitores que trabalham com jovens e adultos. Em alguns estados, o trabalho de formação desses monitores contempla um dia (ou um período) para tratar da questão do jornal e incentivar seu uso nas escolas.

Os cursos de formação de militantes de setores também são espaços bastante usados na difusão da publicação, no plano nacional e em vários estados. Nos cursos para jovens, que se repetiram nos últimos três anos na Universidade de Campinas, reunindo mais de mil jovens de todo o Brasil, o jornal foi distribuído e sua leitura incentivada. “Sempre que tem um curso e coincide que o jornal está saindo, colocamos um exemplar dentro de cada pasta”, diz Leticia. Ela defende o uso do jornal ainda como veículo de propaganda externa do MST, citando que os dirigentes deveriam ter como regra carregar o jornal para todos os debates, encontros e outros eventos destinados ao público geral. A publicação, que é pouco difundida no conjunto da sociedade brasileira, poderia ajudar a tornar o Movimento Sem Terra, suas propostas e bandeiras de luta, mais conhecido. “Nas discussões que temos sobre o Jornal Sem Terra nos estados, a gente vê que ele está muito entre os dirigentes e os militantes. Na base ele ainda não chegou, assim como circula pouco na sociedade. (...) Se a gente não conseguir vencer esse desafio da distribuição, vamos acabar reproduzindo mesmo no MST o que acontece na sociedade brasileira: jornal é consumido por uma minoria, de dirigentes e militantes”, disse Leticia Barqueta.

Segundo as planilhas de distribuição da Secretaria Nacional de Comunicação, o JST vai para cerca de nove mil assinantes avulsos (entre apoiadores do Movimento, parlamentares, artistas, intelectuais); chega a centenas de sindicatos de trabalhadores rurais e paróquias em praticamente todos os estados, além de 50 entidades internacionais em vários países. No segmento das secretarias estaduais do MST estão listados 27 endereços: são 23 estados e o

Distrito Federal, onde o Movimento está efetivamente implantado. Mas existem alguns possíveis equívocos de classificação na lista das secretarias estaduais, como o Assentamento 1º de Junho, de Tumiritinga, Minas Gerais, que está enquadrado neste segmento; o Iterra, em Veranópolis, no Rio Grande do Sul; ou ainda o Centro de Formação Contestado, de Caçador, Santa Catarina. As secretarias estaduais, segundo o mapa de distribuição, recebem 8.310 exemplares do Jornal Sem Terra. Em outro segmento estão 92 endereços de secretarias regionais, com um total de 10.785 exemplares recebidos mensalmente. Os pacotes são enviados pelo Correio ou empresas transportadoras. Muitas vezes aproveita-se a presença dos dirigentes estaduais ou regionais em algum encontro em São Paulo para mandar o jornal e economizar os custos de remessa.

O número de assinantes, reconhece o editor Nilton Viana, é expressivo, pois representa quase um terço da tiragem total atual do JST, de 30 mil exemplares. Como o maior volume de assinantes está no chamado “público externo” e em camadas mais intelectualizadas e politizadas da sociedade, isso influencia na questão da linguagem e até nas pautas propostas. A edição de maio de 2001 é um exemplo: a página três publica um artigo, assinado pelo engenheiro Ricardo Maranhão, tratando da crise de energia e das cotas que o governo definiu para os consumidores urbanos. Nas páginas quatro e cinco uma entrevista com o ex-secretário da Receita Federal, Ozires Lopes Filho, aborda longamente a questão da tabela do Imposto de Renda, que não é corrigida há seis anos. São assuntos que, certamente, têm repercussões junto ao público “preferencial” do JST, mas que talvez não interessem – de forma tão intensa e com tantos detalhes – aos leitores nos assentamentos e acampamentos –, mesmo que sejam militantes ou lideranças do Movimento.

A tiragem do jornal se estabilizou na faixa de 30 mil exemplares desde a implantação do novo projeto gráfico (dezembro2000/janeiro2001). Mas tem oscilado bastante nos últimos anos: era de 25 mil exemplares em dezembro de 1998; caiu para 22 mil em janeiro de 1999 e se manteve assim até maio; desceu novamente, desta vez para 20 mil exemplares em junho e julho, mas em agosto subiu para 25 mil unidades. Em setembro a edição foi de 28 mil, e durante todo o ano de 2000 o JST circulou com 40 mil exemplares de tiragem. Segundo a jornalista Daniela Stefano, que trabalha na Secretaria Nacional de Comunicação, em São Paulo, as mudanças na tiragem representam uma tentativa de adaptação às necessidades dos estados e à capacidade de distribuição das equipes responsáveis. “No ano passado, quando tirávamos 40 mil exemplares, por exemplo, o pessoal não conseguia distribuir tudo e acabava sobrando jornais. Então pedimos

um levantamento concreto para cada estado e reduzimos para 30 mil este ano, acabando com o problema dos encalhes” (Entrevista concedida, pelo telefone, em 14 de dezembro de 2001).

Estes dados de circulação, ao lado da fala de João Pedro Stédile no sentido de que a meta é conciliar a tiragem com o número de militantes, evidenciam que o Jornal Sem Terra não pretende ser, pelo menos no momento atual, um jornal de massa, endereçado à base do MST. Stédile estima que, no Brasil, o Movimento tenha em torno de 20 mil militantes o que, somados aos nove mil assinantes “externos”, justificaria a tiragem de 30 mil exemplares.

Na verdade, o número de famílias “na base” no MST é bem maior. Em entrevista à revista *Caros Amigos* (número 38, junho de 2000) Stédile respondeu a uma pergunta sobre as dimensões do Movimento: “Grosso modo, mais ou menos 250 mil famílias assentadas, mais de 100 mil famílias acampadas e 4 milhões, aproximadamente, de famílias sem-terra, *esperando um pregador que as organize*”(sem grifo no original). O final da frase deixa perceber o papel que as lideranças do MST se atribuem no processo de organização do Movimento e na luta política mais ampla. A massa de quatro milhões de famílias não tem nenhuma relevância sem um “pregador” que a oriente.

4.3.3 – Calendário e pauta das edições

O editor Viana informa que batalhou, durante muito tempo, para evitar que o calendário de fechamento das edições do Jornal Sem Terra fosse condicionado pelos acontecimentos. Apenas nos últimos meses, segundo ele, foi possível estabelecer uma data fixa mensal para completar a edição. O JST fecha agora até o dia 5 de cada mês e começa a ser distribuído logo em seguida.

Sempre aqui existe uma discussão do ponto de vista de condicionar o fechamento às vezes a um determinado evento, uma atividade importante, maior ou menor. E também, por exemplo, se vai ter reunião da direção daqui a xis dias, então condiciona o fechamento para que os membros da direção levem e se poupe recursos e despesas na distribuição. Mas a gente tem conseguido superar isso e, independente de reunião, manter a data de fechamento do jornal. Por que isso? Porque facilita não só a minha programação, mas a programação e as atividades do pessoal nos estados, os responsáveis pelo coletivo de comunicação e pelo jornal. (Viana, entrevista realizada em 23 de maio de 2001).

Logo depois de encerrada a edição do mês é feita uma reunião do conselho editorial para pensar o jornal do mês seguinte. Participam do conselho dois membros da coordenação nacional

do MST que moram em São Paulo e os jornalistas da Secretaria de Comunicação, além da militante encarregada do trabalho de articulação política dos coletivos de comunicação nos estados. Neste encontro faz-se uma avaliação da edição que está circulando e o planejamento da próxima. As sugestões de pauta são apresentadas pela equipe de jornalistas e também levadas pelos membros da direção. João Pedro Stédile disse que como as reuniões dos 21 membros da direção nacional acontecem, em média, a cada 30 ou 40 dias, é sempre possível ficar atento aos debates mais importantes e propor que sejam levados ao jornal. Nestas reuniões é feita também uma análise de conjuntura que subsidia o texto do editorial, assinado pela direção nacional do MST e que ocupa a página dois de todas as edições. Além disso, os próprios dirigentes estaduais mandam sugestões para as várias seções, apontando nomes para serem entrevistados, assuntos a serem noticiados ou debatidos.

Nilton Viana salienta que, em um jornal de 16 páginas, não é possível noticiar todos os acontecimentos desenvolvidos pelas secretarias estaduais do MST ao longo de um mês. “Se eu fosse colocar todos os estados, todas as ocupações, teria que fazer um jornal diário, porque ocupações de terra ou mobilizações acontecem todos os dias no Movimento”, disse ele. O editor admite que existem reclamações quando as notícias não são publicadas, mas garante que os dirigentes entendem que o jornal não tem espaço para tudo.

O pessoal reclama, ou pelo menos pergunta: “Por que não saiu? Mandamos fotos, era uma mobilização tão bonita...” A gente explica que tínhamos outras coisas que foram prioridade. (...) A gente procura trabalhar o Jornal Sem Terra para que ele reflita o caráter e a importância das mobilizações. Não é porque, por exemplo, o Pernambuco faz mobilizações quase todos os dias, que vai sair no jornal todo mês. Às vezes, um pequeno protesto lá em Rondônia, o significado e importância dele é muito maior do que as mobilizações de Pernambuco. (...) Todo e qualquer dirigente gosta de ver a atividade de seu estado no jornal. A felicidade é muito grande. Eles guardam, as vezes põem na parede porque tem um significado extremamente importante, local. Quando não sai, cobram, mas também entendem, como entendem todas as atividades do Movimento e têm clareza de que o jornal não pode comportar tudo (Viana, entrevista em 23 de maio de 2001)

O que é pauta para o Jornal Sem Terra? Letícia Barqueta acredita que esta discussão precisa ser feita com os coletivos ou os responsáveis pela comunicação em cada estado. No geral, segundo ela, o entendimento é que valem matéria no JST apenas as mobilizações e ocupações de terra. “Raramente se vê uma matéria sobre uma colheita que tenha tido bons resultados, uma experiência de agroecologia (...). Em Santa Catarina a gente mandava matéria sobre torneio de futebol interassentamentos, festa da melancia, cooperativa de crédito, agroindústria. E mandava as ocupações e mobilizações também, pra sair junto com as outras”.

Com o novo projeto gráfico o noticiário dos estados foi reduzido para duas páginas por edição. Anteriormente eram três a quatro páginas, em muitas edições havia uma reportagem especial de página inteira sobre algum estado. O novo projeto acabou também com a seção “Liderança”, que durante muitos anos ocupou a página três do JST. Eram entrevistas com líderes estaduais, regionais ou militantes que se destacavam nas atividades de algum setor do Movimento. Os entrevistados contavam suas histórias de vida e falavam sobre o trabalho que desenvolviam. Atualmente as entrevistas com nomes expressivos do próprio MST são publicadas, quando necessário, na seção geral de entrevistas, espaço basicamente ocupado por intelectuais, especialistas em alguma área de conhecimento, parlamentares ou líderes de outras lutas populares.

A discussão em torno do noticiário dos estados tem relevância para o Jornal Sem Terra porque, como se verá no próximo capítulo, os leitores procuram informações mais locais – dentro de uma lógica inclusive estudada pela teoria do jornalismo, que coloca como um dos fatores de atribuição do chamado “valor notícia” o caráter de proximidade do fato. Além disso, Leticia Barqueta diz que no interior do MST também se reconhece a importância midiática do acontecimento: “Eu, por exemplo, vi uma coisa de um dirigente falar pro outro: 'Pô, não sai nada do seu estado no jornal. Vocês não fazem nada lá?' Um pouco dentro daquela lógica que existe na sociedade que o que sai na imprensa é o que aconteceu” (Leticia, entrevistada em São Paulo no dia 23 de maio de 2001).

Para atender a essa demanda local, a Secretaria Nacional de Comunicação incentiva a publicação de boletins próprios dos estados. Há exemplos de informativos regionais no Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão, Pernambuco. Em São Paulo há a experiência de um jornal mural, para ser afixado nas secretarias regionais, escolas e portarias de assentamentos e acampamentos. No Paraná, em março de 2001 a brigada de formação começou a editar um informativo quinzenal destinado aos núcleos do interior. O texto era passado por fax para as regionais, que se encarregavam de reproduzir, em xerox, para o número equivalente de núcleos. Além de notícias mais conjunturais do estado, o boletim continha sugestões de como conduzir reuniões, com perguntas e outras técnicas de motivação.

A ampliação e a melhoria desses boletins locais pode ser alcançada com a implantação dos cursos de capacitação para os integrantes do coletivo de comunicação. A partir de 2002 começam a funcionar – possivelmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, nas escolas do MST – cursos de segundo grau com conteúdos voltados para a comunicação. Os comunicadores do MST receberão formação específica para trabalharem com jornal, rádio, fotografia, vídeo e até

internet. Além da parte técnica, o currículo dos cursos prevê conteúdos teóricos voltados para questões da cultura brasileira, a ideologia dos meios de comunicação de massa e outros assuntos.

Letícia Barqueta diz que estão programadas também oficinas de curta duração para membros do coletivo, enfocando questões pontuais como pautas – para os boletins locais e para o Jornal Sem Terra – exatidão das informações, fotografias e entrevistas para rádio.

4.3.4 – O desafio da linguagem

Qualquer profissional de imprensa que fosse colocado diante da tarefa de escrever um jornal de âmbito nacional, periodicidade mensal e destinado a um público que se enquadrasse no perfil médio da base, ou mesmo dos militantes do MST, certamente se indagaria sobre a linguagem ideal para o veículo. O editor Nilton Viana diz que este é um debate sempre presente no JST, e o líder João Pedro Stédile considera que há dificuldades:

O jornal tem muitos colaboradores. Então, há muitos artigos que de fato têm uma linguagem mais difícil. Nas páginas de estudos, que é onde deveria ter mais análise, nós temos procurado utilizar muito a entrevista para que dessa forma as pessoas se acostumem a explicar de maneira mais didática. Eu acho que o jornal está no intermédio: ele nem é didático, e nem nós queremos ser aquele negócio populista, mas ele ainda não está no padrão da militância: ele está um pouquinho acima da militância do interior. Para a militância do meio urbano é mais acessível (Stédile, entrevista em 2 de maio de 2001).

Em alguns momentos, segundo o editor, chegou-se a sugerir que o jornal trabalhasse mais com histórias em quadrinhos, com desenhos para ser mais facilmente compreendido pelo público. “Eu disse que não era capaz de fazer jornal pra analfabeto. E sei que pro Movimento, que tem um número expressivo de camponeses analfabetos ou semi-alfabetizados, é difícil trabalhar uma linguagem. Por isso, procuramos estimular a discussão coletiva do jornal. O que a gente chama de mística em torno do jornal”, disse Viana, numa interpretação incomum de práticas como discussão coletiva e mística.

Ele admite que nem em todos os locais a leitura coletiva acontece, e também ressalta que esta prática não elimina os problemas de linguagem da publicação, embora sirva para amenizá-los, contribuindo para o entendimento do conteúdo político e ideológico da publicação. “Nós temos consciência de que o jornal ultimamente está distante, de certa forma, da linguagem do

camponês. Não daquele camponês que acompanha o jornal regularmente, mas daquele que vê uma vez por ano, duas vezes por ano: não é aquele leitor ativo, sistemático. Porque esse vai conseguindo incorporar até mesmo raciocínio político e conjuntural que o jornal vai traçando ao longo do ano”, diz o editor.

Para melhorar isso, a edição do jornal busca alguns caminhos como o pedido para que os coletivos estaduais de comunicação pesquisem junto aos leitores para identificar as dificuldades. Embora ele próprio defina o jornal como endereçado à militância, Viana afirmou pedir que estas pesquisas sejam feitas “nos acampamentos”. Finalmente, ele diz que muitas vezes altera os textos de artigos recebidos – tanto de colaboradores externos como dos coletivos estaduais – para transformá-los em uma linguagem mais fácil.

A gente procura analisar o perfil, por exemplo, de quem vamos pedir um artigo. De antemão eliminamos quem escreve muito complicado. E olha que eu mexo numa boa parte, talvez na maioria dos artigos. Ligo e aviso que vou mudar algumas coisas, sem alterar a essência do texto. Há casos de muitas siglas sem a devida explicação. Tem muitas citações, por exemplo, 'reforma agrária virtual'. Nosso pessoal não sabe nem o que é virtual, uma linguagem da sociedade moderna, inserida na questão tecnológica. Mas volta àquele problema: o jornal tem um papel mesclado, de militância e sociedade. A gente não conseguiu direcionar. Porque o dia em que tivermos claro que o jornal não tem mais a preocupação de ser também um porta-voz pra sociedade, vamos trabalhar exatamente só com uma linguagem pra militância. Teria que ser uma linguagem efetivamente bem diferente, no meu entender. (...) Hoje a gente trabalha algumas questões mais pra militância, mas outras trabalha tentando mostrar pra sociedade (Nilton Viana, entrevista em 23 de maio de 2001).

Para o editor, os militantes do MST que lêem o Jornal Sem Terra todos os meses e têm hábito de leitura conseguem compreender com facilidade o conteúdo das reportagens, artigos e entrevistas. Isto em função da proposta editorial que busca sempre contextualizar e relacionar os acontecimentos “numa prática bem diferente dos grandes jornais que fazem questão de fragmentar a realidade”, disse Viana. O problema para a compreensão do JST está nos leitores de base do MST, “que não está tão politizada e não consegue fazer uma leitura sistemática do jornal mês a mês”.

Na fala do editor do JST nota-se uma certa contradição. Em determinado momento ele diz que o *camponês* (referindo-se à base do Movimento) que lê todos os meses, acompanha e entende o jornal. Mais adiante ele limita esta expectativa de compreensão aos *militantes*, reconhecendo que a necessidade de fazer um produto misto – para o público interno e o externo – interfere na linguagem.

Embora tenha sido adotado mais por questões técnicas, o novo projeto gráfico contemplou alguns aspectos que eram considerados complicados para o público preferencial do JST

(entendido como os sem-terra que moram nos acampamentos, assentamentos e os militantes do Movimento), como o tamanho maior das letras para facilitar a leitura. Além disso, o jornal vem agora grampeado, o que favorece a manipulação, impedindo que as folhas saiam de ordem.

O número de imagens foi parcialmente reduzido dentro do novo projeto, que também não incorporou outros recursos, como tabelas, gráficos ou mapas – utilizados raramente. Letícia Barqueta justifica esta postura alegando a dificuldade do público leitor em entender tabelas e gráficos. Segundo ela existem materiais de estudo dos cursos de formação que demonstram isso.

Teve época que o pessoal de fora dizia que o jornal era muito feio, pesado, faltava espaço assim para correr o olho. Depois que ganhou um espaço pra se mexer e a impressão melhorou, tenho até ouvido elogios. Agora, do ponto de vista do público interno, era mais a questão das letras, que eram pequenas. Nosso povo todo tem problema de visão, a iluminação é ruim em casa. E também o uso de poucas fotos, pouca ilustração. O pessoal reclamava que tinha muita coisa pra ler. Querem uma leitura crítica, mas ao mesmo tempo uma leitura leve, divertida. (Letícia Barqueta, entrevista em 23 de maio de 2001).

Apesar dessas ressalvas, a responsável pela articulação política da comunicação no MST garante que os militantes e a base do Movimento têm grande apreço pelo Jornal Sem Terra. Ela relata vários episódios onde presenciou as pessoas sendo cobradas por outras por terem sentado em cima do jornal. Ou ainda o motorista de um ônibus contratado para levar um grupo de sem-terra em uma viagem que foi criticado ao usar o JST para cobrir os degraus do veículo durante uma chuva. “O jornal tem um pouco essa coisa de símbolo. Numa mística ele está sempre lá, representando a comunicação, ao lado da foice, da cartilha ou do livro da educação e dos produtos da terra”, disse Letícia.

PARTE III – O JST no âmbito do MST : dificuldades e acertos

Capítulo 5 – O Jornal Sem Terra e seus leitores

Finalmente os leitores do jornal ganham voz: foram feitas 15 entrevistas com membros de variados setores do MST no Paraná (formação, educação, frente de massa/negociação e produção/sistema cooperativo) durante encontros desses grupos realizados ao longo do primeiro semestre de 2001. Estas entrevistas seguiram um roteiro básico tentando avaliar o nível de acesso, leitura, entendimento e influência do JST na vida do militante e do assentamento ou acampamento onde ele mora.

Em dois encontros acompanhados na fase de pesquisa, o Jornal Sem Terra integrava a pauta dos trabalhos: Na reunião realizada no dia 26 de março nas dependências do Seminário Vicentino, localizado no bairro Órleans, em Curitiba, o jornal foi usado como apoio para as discussões do grupo de negociação. No dia 4 de abril, em Cantagalo, nas instalações da secretaria regional do MST aconteceu um encontro da brigada de formação. Neste caso os 29 militantes presentes discutiram formas de utilização do JST nos núcleos de base do Movimento e avaliaram aspectos como distribuição e nível de leitura da publicação no Paraná.

Durante o encontro do setor de educação, realizado na sede do assentamento Contestado, no município da Lapa, dia 18 de maio, foi feita a opção por um questionário escrito, com 16 perguntas, respondido por 51 das 54 pessoas que participavam do curso. Como se tratava de uma etapa de formação de monitores dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que funcionam nos assentamentos, partiu-se do pressuposto de que todos os presentes teriam condições de ler e responder à pesquisa – o que nem sempre é verdade em outros setores do Movimento, onde muitos participantes são analfabetos ou têm grande dificuldade de leitura. Os resultados desta enquete, evidentemente, não podem ser generalizados, mas fornecem indícios interessantes.

A última etapa da pesquisa compreendeu visitas a duas áreas no interior paranaense. Foi solicitado à coordenação estadual do MST a indicação de um assentamento e um acampamento onde o JST fosse melhor utilizado. Pediu-se as situações classificadas pelo próprio Movimento como modelo, com o objetivo de estabelecer um parâmetro do que seria ideal em termos de acesso, leitura e entendimento do jornal.

O assentamento indicado foi a Fazenda Santa Maria, no município de Paranacity, Noroeste do Paraná, onde funciona a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.

(Copavi). Na área, de 256 hectares, vivem atualmente 19 famílias. Foram entrevistadas 17 pessoas, de 12 famílias assentadas, durante os dias 9 e 10 de junho de 2001. O número de maio do JST ainda não havia sido distribuído no assentamento, havendo apenas dois exemplares na casa de um dos líderes, levados por participantes de encontros realizados em Curitiba.

A exploração da antiga Santa Maria é totalmente coletiva e a experiência da Copavi, iniciada em 1994, pretendia servir como modelo da proposta cooperativista do MST no Paraná. Para tanto, foram especialmente selecionadas famílias que já participavam de discussões sobre cooperativas e que fizeram o curso montado com base no método de Clodomir Moraes para motivação do trabalho coletivo, conforme já abordado no Capítulo 2. A dissertação de mestrado de Édina Schimanski (1998) relata as dificuldades enfrentadas pela Copavi em seus primeiros anos de existência e as mudanças na composição dos participantes. Embora não fosse este o objetivo da presente pesquisa, também foi possível evidenciar que as mudanças continuam: hoje restam menos de dez associados do grupo original, integrado por 25 famílias.

O acampamento apontado como modelo de utilização do JST pela direção estadual do MST foi o da Fazenda Marabá, no município de Congoinhas, Norte Pioneiro. A área foi visitada nos dias 21 e 22 de junho de 2001. Ocupada em 23 de abril de 2000, por cerca de 350 famílias, abriga atualmente 190 famílias. Trata-se de uma antiga fazenda de café transformada em projeto de reflorestamento na década de 70 e posteriormente entregue pelo grupo proprietário, a Sengés Florestadora e Agrícola Ltda., ao Banco do Estado do Paraná para pagamento de dívidas. São 2.405 hectares, dos quais cerca de 400 compõem um reflorestamento de pinheiros cuja existência está dificultando o assentamento das famílias, pois o Incra pretende vender a madeira e o Ibama não libera o corte das árvores.

No acampamento foram reunidos dois grupos para discussão do JST. Um total de 15 homens, integrantes dos núcleos 4 e 5 da estrutura de organização interna, participou do primeiro grupo. Eles também não haviam recebido o número de maio do Jornal. Em um segundo momento, 22 pessoas (entre as quais seis mulheres) participaram da conversa. Eram principalmente integrantes do núcleo um, mas como o encontro deu-se em um local perto da entrada da fazenda, muitas outras pessoas se juntaram e acabaram interferindo na discussão.

A avaliação do jornal junto ao público externo, que encerra o presente capítulo, foi feita a partir das cartas publicadas em dez edições, de julho de 2000 a junho de 2001. Optou-se por esta modalidade de aferição em função das dificuldades evidentes de localização de leitores fora do circuito de militantes, acampados e assentados. Embora existam cerca de nove mil assinantes do

JST, a localização e a montagem de uma amostragem confiável deste segmento seria evidentemente complicada.

5.1 – Público interno: acampados, assentados e militantes

5.1.1 – Dificuldade de acesso

O JST deveria chegar a *todos* os sem-terra, em *todos* os acampamentos e assentamentos. Esta posição é manifestada de forma muito enfática pelos militantes e pessoas da base do Movimento, que reclamam do esquema precário de distribuição da publicação. Nenhum dos entrevistados, neste segmento de público, demonstrou consciência ou concordância com o fato do Jornal Sem Terra ser um veículo destinado pela direção do MST a uma fatia específica dos seus membros, os militantes sem-terra. Eles defendem a utilização massiva da publicação, no interior do Movimento, e inclusive fora, como um fator de formação de consciências. Disse Edmilson, da Copavi: “O jornal é muito bom e eu queria que ele passasse nas mãos de todos os trabalhadores. Que o Movimento Sem Terra fizesse uma ficha daquele trabalhador que não tem terra e chegasse até ele, que escalasse grupos de conscientização por região, pudesse levar o jornal, movimentar a massa”.

A dificuldade de acesso, para o público interno, é grande. Mesmo nos locais onde o JST chega regularmente, os atrasos são freqüentes. “Às vezes o jornal demora até dois ou três meses pra chegar ao nosso conhecimento”, informa Sebastião¹, assentado em Bituruna, Centro-Sul do Estado e membro do setor de produção cooperativista. José Ronaldo, assentado no município de Teixeira Soares, também menciona atrasos e garante que no tempo em que estava na “militância” tinha mais acesso ao JST: “Lá no assentamento ainda não temos assinatura. Vem trazido pelos caras da regional que sempre levam e dizem: 'Olha, tá aqui o jornal, pra dar uma orientada'. As vezes nós discutimos, reúne o núcleo e discute. Mas eu via mais esse jornal no ano passado,

¹ Nos anexos do presente relatório de pesquisa há uma relação com os nomes completos dos entrevistados, militantes dos diversos setores do MST no Paraná, assentados da Cooperativa de Paranacity ou acampados da Fazenda Marabá. Mas optou-se, ao longo do texto, por usar apenas o primeiro nome dos personagens porque existem algumas falas que foram anotadas durante encontros nos quais a pesquisadora acompanhou apenas como observadora e não teve acesso à identificação completa dos participantes.

quando fiz cursos em Campinas ou na Mitacoré². Eu estava mais na militância e a gente estudava muito o jornal” (entrevista realizada no dia 18 de maio de 2001 durante o curso de capacitação de monitores para Educação de Jovens e Adultos, no assentamento Contestado, município da Lapa).

Nos acampamentos a situação é ainda mais complicada. Na Fazenda Marabá, apontada pela direção do MST como exemplo de boa utilização do Jornal Sem Terra, Nivaldo, coordenador do núcleo quatro, informou ter recebido a publicação “quatro ou cinco vezes desde que estamos acampados” (há 15 meses). Sebastião, integrante do núcleo um da mesma área disse que as famílias tinham recebido o jornal duas vezes desde o início do acampamento. Paulo, acampado há dois anos no município de Ramilândia, região Oeste, conheceu o JST durante uma reunião do grupo de negociação, no dia 26 de março de 2001, em Curitiba. Analfabeto e ex-brasiguai, ele vive em uma área que há pouco tempo passou a ser organizada efetivamente pelo MST. Mas Nivaldo, que integra há dois anos o acampamento da Fazenda Perdigão, em Querência do Norte, diz que desde o início a ocupação foi ligada ao MST e mesmo assim o jornal não chega ao local: “Vejo apenas na cooperativa, quando vou até a cidade, a cada três ou quatro meses”. Rosane, acampada em Renascença, também recebe poucas vezes o jornal em sua área: “Lá não vai sempre. O pessoal tem contato maior com o jornal quando vai a encontros ou em alguma reunião”, disse ela, que participou de uma reunião da brigada estadual de formação, realizada nos dias 4 e 5 de abril, em Cantagalo.

Neste encontro, com a participação de 29 militantes, esteve em pauta a utilização do Jornal Sem Terra no trabalho de criação e fomento dos núcleos de base em todos os acampamentos e assentamentos do Paraná. Cada participante deveria se responsabilizar pelo acompanhamento de 50 núcleos, compostos por 10 a 15 famílias, em média. Eles manteriam contato diretamente com os coordenadores dos núcleos, repassando materiais (inclusive o próprio JST), sugerindo temas de discussão e até acompanhando alguns encontros. Este trabalho foi definido por Elemar Cezimbra – membro da direção estadual do MST que acompanhou uma parte da reunião – como de “recriação” do Movimento: “A única maneira de manter a organização é voltando-se para a base, organizando, fazendo trabalho de formação em cada assentamento ou acampamento. Os membros dessa brigada, que terão sob sua responsabilidade o acompanhamento

² Área situada no município de São Miguel do Iguaçu, na região Oeste, onde se localizava uma fazenda experimental do Banco Bamerindus. Depois da venda do banco ao HSBC a fazenda passou para o Banco Central e foi ocupada em 1998. Embora a posse não esteja regularizada, funciona como centro de estudos do MST, voltado especialmente para a agroecologia.

de 500 famílias, certamente comporão as próximas direções, no lugar das lideranças que ficaram acomodadas, sem contato com a massa”, disse ele.

Quando o tópico do jornal começou a ser debatido, na noite do dia 4, o líder estadual do MST já não estava presente e os trabalhos foram coordenados por Nei, da equipe de formação. Estava em discussão também a proposta de um boletim estadual (cujo primeiro número circulou no encontro) para ajudar no trabalho de nucleação. Depois de reconhecer as dificuldades enfrentadas no Paraná para consolidar o setor de comunicação, o coordenador da reunião propôs três temas para discussão: como melhorar o uso e a distribuição do jornal, os textos do número em circulação que poderiam ser aproveitados nos núcleos e, finalmente, o boletim estadual. A introdução do debate foi feita com as colocações seguintes:

Temos que pensar a questão ligada à nucleação, juntando distribuição, estudo e formação. O jornal tem um monte de texto de conjuntura que pode ser objeto de estudo. O editorial, por exemplo, que tem uma linguagem mais fácil, podemos usar em grupos de jovens, de mulheres. Devemos usar com criatividade.(...) Quem lê, em sua maioria são nossos militantes. Essa brigada lê, a direção também. Foi feita uma mudança no modelo, no projeto gráfico, para facilitar os companheiros que têm dificuldade de leitura. Estão usando letras maiores pras pessoas enxergarem melhor e está mais fácil de manusear. (...) Mas o jornal tem falhas na distribuição. Chega com atraso de até um mês e a conjuntura pode estar alterada (Nei, intervenção durante encontro do setor de formação em Cantagalo, no dia 4 de abril de 2001).

Na fala de Nei é possível identificar vários dos problemas que envolvem o JST e inibem o cumprimento das funções a ele atribuídas pelo Movimento: o acesso é difícil porque existem falhas na distribuição; o nível de leitura é preocupante; a linguagem nem sempre é fácil. Além disso, quando o coordenador sugere (no dia 4 de abril) que sejam identificados, na edição de março, os textos que podem ser utilizados para trabalho nos núcleos, dá para imaginar que até a realização dos encontros nos acampamentos e assentamentos o jornal já estará mesmo desatualizado, em função das mudanças na conjuntura. Isso porque a tarefa pressupõe que os responsáveis pela formação teriam ainda uma etapa intermediária de trabalho junto aos 50 coordenadores de núcleos que estariam sob sua responsabilidade.

Outros participantes também abordaram a questão do atraso e da distribuição: “A primeira questão é o atraso, que precisa evitar pra que o jornal possa ser utilizado”, disse Sílvio. “O jornal vai pra secretaria e fica mofando”, afirmou Moisés. “Temos que pensar numa campanha de assinatura, porque quando a pessoa paga, valoriza mais”, falou Edmilson. Como já foi mencionado, num canto do salão em que os formadores estavam reunidos havia uma prova das críticas apresentadas: quatro pacotes, com centenas de exemplares do número especial do Jornal Sem Terra editado em novembro de 2000 que não haviam sido distribuídos. No prédio ao lado,

onde funciona a secretaria regional do Movimento, outras dezenas de números da edição de fevereiro do JST estavam em um armário.

Renato, que durante dois anos tentou constituir o coletivo de comunicação do MST no Paraná e deixou a função em janeiro de 2001, também participava do encontro em Cantagalo. Para ele, o nível de leitura e aproveitamento do JST tem a ver com a organização do Movimento em cada local e com a importância que as lideranças conferem à comunicação. “Depende da organicidade de cada região, fazer chegar o jornal aos assentamentos e acampamentos. (...) A utilização também varia de acordo com cada regional e com a importância que cada coordenador ou coordenadora dá ao jornal. Eu entendo que estamos muito longe ainda de dar a importância devida ao jornal”, disse ele.

Na enquete realizada com monitores de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e respondida por 51 pessoas (12 com primeiro grau completo, 15 com segundo grau e nenhum com nível de escolaridade inferior à quinta série), também ficou patente a dificuldade de acesso ao Jornal Sem Terra: 16 respostas indicaram a alternativa “de vez em quando” para descrever se o jornal chega ao local de moradia; 14 disseram que chega “todos os meses”; 13 informaram que “raramente” o jornal chega e outros 6 mencionaram que têm acesso à publicação “a cada dois ou três meses”.

No espaço destinado a observações dos respondentes, 12 pessoas se manifestaram, sete delas tratando do problema da distribuição. Algumas frases significativas: “Que o Jornal Sem Terra seja distribuído em todos os assentamentos e acampamentos para manter o povo informado e compreenderem (sic) melhor o Movimento e facilitar o nosso trabalho como educador de jovens e adultos no campo”; “O jornal deveria chegar em todos os assentamentos, todos os meses. Não só nos assentamentos, mas sim em todo lugar”; “O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra deveria chegar em todos os assentamentos, todos os meses. Por que isso não está acontecendo?”; “O jornal deveria chegar em todos os assentamentos, para facilitar a aprendizagem e estarem (sic) sabendo o que ocorre, nos outros lugares”.

Pelos dados da planilha de distribuição da Secretaria de Comunicação Nacional, o Paraná recebe 2.280 exemplares mensais do Jornal Sem Terra. A secretaria estadual, em Curitiba, fica com 300; outros 580 são enviados para cinco endereços de secretarias regionais (embora existam 12 regionais no estado) e mais 1.250 chegam a nove cooperativas. Algumas cooperativas podem estar recebendo o que seria o reparte das secretarias, pois os números que aparecem nas planilhas nacionais superam o total de associados. A utilização do endereço da cooperativa se justifica pelo fato de que, algumas vezes, as secretarias regionais não têm estrutura física própria.

Por outro lado, segundo dados do Incra, existem no Paraná 13.047 famílias assentadas em projetos de reforma agrária e outras 5.299 em áreas ocupadas (números atualizados do cadastro do órgão em fevereiro de 2001). São 249 áreas de assentamento e 53 ocupações. Mesmo admitindo que nem todos os assentamentos e acampamentos mantêm laços com o MST, é possível perceber que o total de exemplares do JST que chega ao estado é suficiente para atingir apenas 12,4% do total de famílias que já obtiveram um pedaço de terra nos projetos de reforma agrária ou estão lutando para conquistá-los.

Apesar dos números aparentemente pouco representativos em função do universo potencial de leitores, o Paraná ainda recebe o maior número de jornais da região Sul. Em Santa Catarina chegam 1.400 exemplares, segundo dados da planilha nacional, e no Rio Grande do Sul, 1.750. O total de famílias assentadas em Santa Catarina era de 4.282 até julho de 1999 e havia 989 famílias acampadas em dezembro de 2000. No Rio Grande do Sul, eram 3.700 famílias vivendo em acampamentos e 8.284 assentadas no mesmo período³. A remessa do JST seria, com base nestes dados, suficiente para atender 14,6% das famílias gaúchas ligadas ao Movimento. Proporcionalmente, no quadro da região Sul, Santa Catarina concentra o maior número de leitores do JST, já que o estado recebe exemplares suficientes para atender mais de 27% das famílias assentadas ou acampadas. Isso talvez se justifique pela existência de um grupo mais estável de militantes atuando na área de comunicação no estado. Embora desde o final do ano passado o coletivo regional tenha se desarticulado – especialmente em função da transferência de Leticia Barqueta para São Paulo –, há cerca de quatro anos, o trabalho de fomento de leitura vinha sendo feito. Leticia citou, inclusive, a importância de um “agente de propaganda”, como ela definiu as funções de um militante com apelido de Parafuso que já ganhou prêmios do MST pelo número de assinaturas do JST por ele vendidas.

5.1.2 – Índices baixos de leitura

Raros militantes do MST e praticamente nenhum membro da base do Movimento ouvido na presente pesquisa informaram a condição de leitores assíduos do Jornal Sem Terra,

³ Os dados de assentamentos constam do livro "A Formação do MST no Brasil", de Bernardo Mançano Fernandes (Vozes, 2000), tendo como fonte o Incra. Os números de famílias acampadas foram publicados na edição 207 do JST (fevereiro de 2001), com base em dados do próprio MST.

interessados em todo o conteúdo da publicação, mensalmente. “Minha leitura é irregular, às vezes sim, às vezes não”, diz Clodomir, acampado no município de Cruzeiro do Sul que não foi capaz de lembrar de nenhum texto ou assunto que tenha lido no JST. “Sou muito relaxado pra ler. Gosto mais de ouvir. Você pega, lê as manchetes, vê se tem um assunto que mais interessa – na verdade, tudo interessa. Mas eu sou daquele preguiçoso pra ler”, reconhece Ildo, da Copavi, em Paracity. Embora a área seja apontada como modelo de utilização do JST pela direção regional do MST, nenhuma das oito mulheres moradoras, ouvidas durante a pesquisa, lê o jornal com frequência: “Não leio muito, uma por causa do hábito, que a gente não tem hábito de leitura e também por causa do tempo. A gente prioriza outras coisas e não a leitura. E não é só esse jornal. É qualquer outro. Normalmente olha mais alguma coisa que chama a atenção, mas não usa muito o Jornal Sem Terra”, diz Claudete, uma das lideranças da cooperativa.

Entre os monitores da EJA, dos 51 que responderam ao questionário, 20 informaram que lêem o JST de vez em quando; outros 14 asseguraram ler todos os meses; 12 assinalaram a alternativa a cada dois ou três meses e cinco lêem raramente. É possível, pela pesquisa, evidenciar uma relação direta entre o recebimento do jornal e o nível de leitura: 32 pessoas assinalaram as mesmas alternativas quando perguntadas sobre o recebimento do JST em seu local de moradia e o hábito de leitura. Assim, 14 monitores disseram receber “de vez em quando” e ler “de vez em quando”; 11 recebem e lêem todos os meses; quatro fazem as duas coisas raramente e três responderam que recebem e lêem o jornal a cada dois ou três meses.

A maior parte dos que responderam ao questionário, 34 pessoas, integram alguma instância de direção do MST (outros 14 disseram não fazer parte da direção e três não responderam). A atividade preponderante está no setor de educação, com 24 monitores participando dos coletivos regionais ou do estadual de educação. Outros três atuam no setor de juventude; três na direção executiva regional; dois na coordenação do assentamento e um no setor de produção. Possivelmente em função destas atividades, que levam os militantes para reuniões fora de seus locais de moradia, 13 pessoas indicaram que seu índice de leitura do JST é maior do que o acesso à publicação nos assentamentos onde residem. Seis respostas, por exemplo, disseram que o jornal chega raramente, mas que lêem de vez em quando; três recebem raramente, mas lêem cada dois ou três meses; quatro recebem de vez em quando e lêem a cada dois ou três meses e um respondente informou que, embora o JST chegue a seu local de moradia apenas de vez em quando, a leitura é feita mensalmente.

Os indicativos contrários, isto é, pessoas que recebem com frequência e lêem menos, foram explicitados apenas em quatro respostas: dois disseram que o jornal chega em seus locais de moradia todos os meses, mas que lêem apenas a cada dois ou três meses; um informou que recebe mensalmente e lê de vez em quando e outro que recebe a cada dois ou três meses e também lê de vez em quando.

Com raras exceções, pelo que se percebe dos dados acima, os níveis de leitura estão intimamente relacionados com o acesso ao jornal. Quem recebe com mais frequência tende a ler mais. Mesmo que a publicação não chegue no local de moradia, os militantes que participam de eventos fora dos assentamentos e acampamentos, onde o JST é distribuído, lêem mais.

Quando perguntados se lembravam dos principais assuntos tratados nas duas últimas edições (meses de março e abril de 2001), 26 pessoas disseram que não e 22 que sim. Em relação ao mês de março, 11 respostas informaram corretamente que o assunto principal era “mulheres”, referindo-se à manchete da edição 208: “Trabalhadoras rurais protestam em todo o país”.

Em relação à edição de abril – cuja manchete era “A sociedade brasileira exige CPI da corrupção” – não houve nenhuma menção sobre o assunto entre as 21 respostas. Três pesquisados citaram a “Semana Paulo Freire”, cuja programação constava da última página daquela edição. A maior parte das respostas, contudo, fez referência a “transgênicos” e “soja louca”. Estes assuntos foram abordados em um número especial do JST, tamanho standard, com quatro páginas, bem diferente das edições normais. Esta edição especial circulou em abril e será objeto de uma análise mais detalhada no próximo capítulo.

“Cuidado com a ‘soja louca’. Transgênicos ameaçam a saúde do povo”, dizia a manchete da edição especial, ilustrada com uma foto de um grupo de manifestantes do MST destruindo a plantação de soja transgênica em fazenda da empresa Monsanto, no Rio Grande do Sul. A atividade, realizada durante o Fórum Social Mundial, no mês de janeiro de 2001, teve grande repercussão na imprensa brasileira, levando a direção nacional do Movimento a definir pela edição especial, com uma tiragem de 500 mil exemplares, como uma resposta à população.

Outro assunto que ocupava a última página deste número especial do JST foi mencionado por quatro monitores que responderam ao questionário (usando expressões como “propaganda mentirosa – Rede Globo” ou “banco da terra”). Tratava-se de um contraponto à propaganda que estava sendo veiculada nas emissoras de televisão de todo o país naquele momento, falando das iniciativas do governo para cumprir o programa de reforma agrária. “Propaganda mentirosa” era

o título da matéria da última página que reproduzia o texto da campanha governamental, seguida da versão do MST sobre os números e definições apresentados.

Como foi visto no capítulo anterior, uma das alternativas apontadas pela direção do MST para fazer frente à falta de hábito de leitura do público do jornal é o incentivo à leitura coletiva, especialmente nos núcleos de base. Esta prática, entretanto, é quase inexistente. No acampamento da Fazenda Marabá, Nivaldo, coordenador de um núcleo de base, informou já ter feito leituras coletivas do JST – embora tenha recebido apenas quatro ou cinco edições em 15 meses de acampamento. “Só que é aquele negócio: às vezes não dá tempo. De acordo com a dificuldade de trabalho, não tem tempo. Porque nós temos uma assembléia todo sábado a tarde. Antes disso a gente reúne o núcleo, uma hora, uma hora e pouco antes. Sem contar os problemas que tem no dia-a-dia, sobra pouco tempo pra leitura”.

Na cooperativa de Paranacity também não ocorrem leituras coletivas. Antonio Natalino, atual presidente da Copavi, com segundo grau completo e militante do MST há 11 anos, disse sobre o assunto:

Eu acho que tem ainda um pouco de dificuldade numa leitura mais coletiva, num estudo que realmente esteja aprofundando as informações que se tem no jornal. A gente tem mais uma leitura individual, por família, e nem todos fazem. No meu caso, eu sempre faço essa leitura em casa. Mas a gente sente que isso teria que estar discutindo, em grupo pelo menos, pra estar nivelando a informação, até pra promoção do debate. (...) O jornal é o único meio de comunicação que nós temos, que mostra um pouco mais da realidade. No mais, a gente fica com informações distorcidas. A Rede Globo deve ter aqui 90% de audiência, então imagina... A gente tem intenção, internamente, de fazer essa discussão, esse trabalho. Tem os núcleos na cooperativa, mas até hoje raras vezes foi feita a leitura de alguma página do jornal (Antonio Natalino, entrevista realizada em 10 de junho de 2001).

Nestas colocações aparecem alguns indícios, que serão tratados proximamente, sobre o aspecto mais citado, positivamente, pelos leitores do Jornal Sem Terra: a credibilidade do veículo, em comparação ao restante da chamada “grande imprensa”.

Na mesma cooperativa, Antonio, que é também vereador pelo PT na Câmara Municipal de Paranacity, admite que falta empenho das lideranças em promover a leitura coletiva: “Falta a direção do Movimento trabalhar este aspecto que tem uma importância muito grande. Nesse sentido, vejo que temos uma dívida com o Jornal Sem Terra porque não está sendo feito este trabalho. De forma geral, acredito que o pessoal dá uma lida. Como tem trabalhador, alguma exceção que lê inteiro (...). Mas um veículo que circula, de uma forma ou de outra, contribuiu para avançar a consciência política”.

No assentamento Paulo Freire, localizado no município de São Jerônimo da Serra, não se adota a leitura coletiva. “Como os moradores estão no lote, tem a rotina do trabalho do dia-a-dia,

então são poucas as famílias habituadas em estar assim lendo o jornal. A gente não trabalha especificamente a leitura do jornal até porque as famílias estão espalhadas”, diz Luiz Alonso, que é membro da coordenação regional do MST. Segundo ele, são 72 famílias assentadas na área, onde são distribuídos entre 40 a 50 exemplares “porque não são todos que se interessam pelo jornal”.

Moisés, acampado na fazenda Cajati, município de Cascavel, e membro da direção regional, diz que é mais fácil fazer leitura coletiva nos acampamentos do que nos assentamentos, não só pela questão da proximidade das famílias, mas também pelo interesse: “O assentado está preocupado mais em viabilizar sua propriedade, ele faz leitura individual, cada um na sua casa, lê um pouquinho e algum pode achar a leitura cansativa. Ele não dá assim tanto rendimento quanto no acampamento. No acampamento o pessoal quer saber como está o Movimento, se aconteceu alguma coisa”.

Luiz, acampado na Marabá, defende a leitura coletiva nos núcleos: “Seria necessário criar o hábito de leitura, marcar uma reunião com calma, antes da assembleia de sábado, na sexta-feira, por exemplo. Se a gente entender bem o que é o MST vai ficar aqui dentro, porque não tem outra saída viável. Nos núcleos ajudaria até quem não sabe ler, porque poderia prestar atenção e saber do que se trata”. Maria José, integrante do mesmo acampamento completa: “Essa coisa de ler junto é que pode fixar bem na cabeça”.

Para o ex-responsável pelo setor de comunicação no Paraná, Renato, é impossível dar conta do aproveitamento integral do jornal apenas em reuniões dos núcleos: “Não dá pra estudar, ou mesmo ler o jornal inteiro. Pela periodicidade mensal dele e pelo número de reuniões dos núcleos, não tem condições de usar todo. É necessário usar as informações mais importantes”, disse ele. O núcleo do qual Renato participa, no assentamento Dorcelina Folador, faz sempre a leitura da seção de cartas. Normalmente são publicadas mensagens de pessoas de fora do Movimento, com elogios ao próprio jornal ou à luta do MST : “Elas fortalecem nosso ego, motivam o pessoal a continuar organizado e a lutar, pois percebem que tem quem apóie a gente”, afirmou ele, acrescentando que a leitura coletiva inclui as notícias dos estados, mas “há artigos mais longos e difíceis que fica complicado ler nos núcleos. É mais interessante estudar em outras instâncias, como a coordenação”.

Da maior parte das entrevistas com militantes depreende-se que as leituras coletivas, quando ocorrem, se realizam em cursos ou alguns encontros de setores. “Leitura coletiva que acontece mesmo é só em sala de aula”, diz Ivanira, coordenadora de educação da região

Contestado e assentada na Fazenda Etiene, em Bituruna. Os participantes do curso de monitores da EJA confirmam esta assertiva, embora por pequena margem: 24 respostas foram positivas, a respeito da participação em reuniões coletivas de leitura do JST, contra 23 respostas negativas (e quatro pessoas que não informaram). Da mesma forma, 33 professores dos cursos de Educação para Jovens e Adultos disseram utilizar o jornal na sala de aula, contra 16 que responderam de forma negativa (dois não informaram).

Os resultados do questionário respondido por 51 monitores de educação, por outro lado, não permitiram o estabelecimento de uma relação direta entre o acesso ao jornal nos assentamentos e sua utilização em leituras coletivas. Assim, oito pessoas que disseram receber o JST todos os meses já participaram de leituras coletivas no local de moradia. Outras quatro, que também recebem todos os meses, nunca participaram deste tipo de evento. Já entre os que raramente recebem o jornal, sete informaram positivamente sobre participação em reuniões de leitura, contra seis que negaram. Dos que recebem o JST de vez em quando, seis haviam participado de leituras coletivas nos locais onde moram, contra 11 que nunca participaram.

Durante um encontro do setor de frente de massas/negociação, realizado em Curitiba, no dia 26 de março de 2001, o Jornal Sem Terra foi utilizado como material de apoio para preparar os militantes que, no dia seguinte, participariam de uma reunião com o ouvidor geral do Inbra. A publicação (edição de fevereiro) estava na pasta entregue aos 33 homens e uma mulher que integravam o setor, junto com três outros documentos que enfocavam questões da conjuntura política e econômica brasileira e os desafios do MST para o próximo período, englobados no texto “A militarização da reforma agrária”.

O encontro começou às 10 horas, e durante duas horas foram discutidos os textos de conjuntura econômica e política, com participação expressiva de comentários no segundo tópico, principalmente em relação ao governo do Paraná. Ao meio-dia iniciou-se o trabalho com o JST. O mediador escreveu no quadro o título do editorial “FHC: governo da vaca louca e dos gringos”, provocando risos do plenário. A leitura dos três primeiros parágrafos foi feita por três diferentes pessoas, gerando pequenos comentários do mediador no final de cada trecho. Um deles: “O governo é parceiro dos americanos. Governo é mulher de vagabundo, com o devido respeito às mulheres. É capacho. E a imprensa é a favor do governo”. A partir do quarto parágrafo, a leitura seguiu sem interrupções até o final. Em determinado momento, o leitor pulou uma linha do texto e não foi corrigido.

Antes da parada para o almoço, às 12h30, um dos coordenadores do MST no Paraná, Roberto Baggio, propôs que, no período da tarde, fossem lidas ainda seis páginas do jornal. Ele mencionou também a foto de primeira página da edição, que mostrava a destruição da lavoura de soja transgênica no Rio Grande do Sul.

O retorno, às 14 horas, começou com a leitura de um box de pouco mais de meia página, contendo uma síntese da palestra do professor Jacques Chonchol, pronunciada durante o Fórum Social Mundial e tratando da agricultura no Terceiro Mundo. O leitor falou em “estado *xis* mercado” no lugar de “estado *versus* mercado”, como pretendia o texto – e novamente não houve correção. Depois de uma rápida síntese, feita por Roberto Baggio, passou-se à leitura de um texto da página 15, sobre a organização Via Campesina. No lugar das seis páginas sugeridas pouco antes, o estudo do JST limitou-se, na parte da tarde, a estes dois textos seguidos por comentários rápidos dos mediadores. “Esse material, companheirada, vocês levem, estudem, debatam, completem a leitura do jornal”, finalizou o coordenador Baggio, antes de passar, às 15 horas, para a leitura do texto “A militarização da reforma agrária”.

5.1.3 – Proximidade e influência

Na teoria do jornalismo, um dos “valores” que se atribui à notícia está relacionado com a proximidade geográfica entre o acontecimento e o público leitor. Este é um critério que define, por exemplo, as chamadas de primeira página nos jornais e o espaço que a informação ocupará nas edições de noticiários em rádios ou televisões. Ao lado de outros indicadores, como número de pessoas atingidas, proeminência (fama, superioridade) ou grau de tragédia dos acontecimentos, o fator proximidade é fundamental e muitas vezes figura em primeiro lugar na lista de “valores notícia”. É o caso do livro *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, de Mário Erbolato:

Todas as notícias locais possuem essa característica [proximidade]. A pessoa que tem um problema a perturbá-la, como um terreno baldio ao lado da sua residência ou a precariedade da iluminação pública, procura com mais interesse a nota do jornal que aborde esses assuntos do que o telegrama procedente de Washington que fale sobre as atividades do Presidente norte-americano. A grande arma dos jornais do interior e dos semanários comunitários (que se publicam nos bairros das cidades médias e grandes) é a divulgação de fatos que ocorrem *perto* do leitor e a ele ligados (Erbolato, 1991 p.61).

Entre os leitores do Jornal Sem Terra pesquisados no presente trabalho – mesmo que o nível efetivo de leitura seja pequeno – é quase unânime a afirmação no sentido de que as notícias

do Paraná chamam mais a atenção. “As pessoas não estão muito interessadas em saber como está lá fora, o mundão. Geralmente o pessoal do interior vê mais o mundinho deles. É normal. Quando participam de alguma passeata, ou manifestação e sai alguma manchete, alguma coisa no jornal eles falam: ‘olha, a gente estava lá. Eu vi acontecer!’”, diz Rosana, do setor de formação, para quem as notícias de mobilizações são as mais procuradas pelos leitores, além dos poemas.

“Quando tem matéria do Paraná a gente dá prioridade, mesmo porque em algumas dessas matérias a gente tem tido oportunidade de estar junto. Contribuiu com esta manifestação, ou com aquela outra, e por isso dá uma atenção assim mais especial”, reconheceu Luiz Alonso, da regional Norte Pioneiro. “Eu leio primeiro as notícias do Paraná”, diz Terezinha, da Copavi. Lourdes, da mesma área acrescenta: “Quando tem notícia do Paraná ou de algum lugar que a gente já ouviu falar, é o que chama a atenção. Leio também os poemas”.

O vereador Dalton Luciano, de Querência do Norte, usou uma vez o Jornal Sem Terra em um pronunciamento do Legislativo Municipal: quando foi publicada a notícia do assassinato do agricultor Sebastião Maia, morador em um assentamento local. Em Paranacity, outro vereador ligado ao MST, Antonio, nunca utilizou a principal publicação do Movimento para embasar suas intervenções na Câmara, mas reconhece a importância da proximidade da informação: “Existe aquele individualismo pelo seu estado, né? O pessoal já procura o jornal pra tentar achar o seu estado, busca a notícia mais próxima, mais local”, disse ele.

Mesmo quando sugerem uma atenção maior para o Paraná nas edições do jornal, criticando a falta de informação do estado, os leitores o fazem com cuidado, demonstrando preocupação em não quebrar a disciplina, num comportamento já citado pelo editor Nilton Viana, no sentido de que os dirigentes reclamam a falta da notícia do seu estado, mas entendem que não há espaço para tudo. Depois de apontar como a mais importante que ele já lera no JST a informação da morte do sem-terra em seu município, o vereador Dalton Luciano acrescentou: “Lá na região Noroeste nós tivemos cenas lamentáveis, cenas bravas. Outro dia estivemos conversando sobre isso e vimos que sai pouca coisa da região. Mas também do Paraná inteiro sai pouca coisa. Se tivesse um jornal só do estado poderia ser diferente. Concordamos: meu Deus, o Brasil é tão grande! Na verdade nós também não podemos reclamar disso, né?”.

Além de apontarem como importante “se enxergar” no jornal, os leitores também manifestam a compreensão da repercussão de suas lutas, desde que elas tenham publicidade: “Quando fala do Paraná nós sabemos que tem alguém por lá que sabe que nós estamos aqui. Se sai no jornal, sabemos que é favorável a nós”, diz José Clóvis, do acampamento Marabá.

No final do encontro da brigada de formação em Cantagalo, onde foi discutido o jornal e o boletim estadual do Movimento, Célio fez um comentário que não chegou a ser contestado por nenhum dos presentes: “O Jornal Sem Terra é bonito, colorido, mas não cumpre o papel de organizar o povo, o que o informativo pode alcançar”.

Ao lado de mais notícias locais, os leitores apontam dois outros assuntos que deveriam integrar a pauta do JST: informações sobre procedimentos agrícolas (técnicas de plantio, alternativas de geração de renda na pequena propriedade, etc.) e relatos de experiências bem-sucedidas em assentamentos do próprio MST, “como uma forma de propagandear o que temos de bom”, na definição do militante Geferson. Os leitores mais interessados na difusão de técnicas agrícolas são os assentados: “Embora se tenha consciência de que o jornal não é feito só pra sem-terra, mas pretende também alcançar o pessoal de fora, para o nosso público seria bom uma coisa assim como um Globo Rural, que é o tipo do programa que quem tem televisão está sempre vendo”, disse Jaques, morador da Copavi. “Era importante também que o jornal incentive os assentamentos para que, quando vendem alguma coisa pra fora coloquem o nome do MST e a reforma agrária, para que a sociedade veja que a coisa funciona”, disse Ines, acampada em Quinta do Sol.

Os participantes do curso de formação de monitores da EJA assinalaram, no questionário proposto, alternativas sobre o que gostariam de ver mais no JST (podendo apontar mais do que uma resposta): mais notícias do Paraná (24); mais notícias de mobilizações (24); mais material de estudo (18); mais poesias e letras de música (9); mais fotos e ilustrações (7). A alternativa “menos material de estudo” não foi assinalada e um respondente sugeriu uma seção de entrevistas com assentados. Algumas observações foram acrescentadas pelos participantes: “Eu acho que deve ter mais notícia sobre assentamentos, cooperativas, sobre produtos orgânicos, visando conquistar a sociedade”; “No jornal deverá tratar sobre experiência de outros assentamentos que dão certo pra poder trabalhar com nossos assentados”; “Retratar mais os assentamentos, na área de produção, avanços”.

Além do interesse pela leitura das notícias locais, outra seção do JST bastante citada como foco de leitura é o editorial. Publicado sempre na página dois e assinado pela direção nacional do MST, o editorial apresenta uma análise de conjuntura e as tarefas que se colocam de imediato para o Movimento. Jaques, que é parcialmente liberado para os trabalhos da coordenação regional, fazendo acompanhamento das áreas de assentamento e acampamento existentes no pólo de Paranacity, diz que o editorial é a parte mais usada nos encontros de coordenadores. “O jornal

dá o contexto e nós usamos fazer a leitura e o debate do editorial seguindo o calendário de reuniões nas áreas. Normalmente trabalhamos com os coordenadores. Depois, para encaminhar a discussão, fazer as reuniões e passar isso para a base, imagino que o pessoal tenha um pouco mais de dificuldade. A gente não tem controle de como acontece o aproveitamento dos jornais lá na base”, disse ele.

Membro da coordenação nacional do MST no período 1990/92, Jaques tem um acúmulo de discussões em torno do JST e um bom nível de leitura. Em sua casa, na agrovila da cooperativa, está o maior volume de livros localizado entre os militantes pesquisados no presente trabalho. Do JST ele lê mensalmente o editorial, as entrevistas com personalidades e as páginas de estudo, além da maior parte das questões internacionais. Ao contrário da maioria dos leitores, não se interessa muito pelo noticiário dos estados, onde se concentram as mobilizações, ocupações e outros eventos:

O jornal, de uma forma geral, tem melhorado bastante. Há anos eu acompanho as discussões em torno de propostas para melhorar o entendimento do pessoal. Neste último ano ele melhorou no aspecto da linguagem e da própria aparência. Teve época em que estava mesmo pesado, com uso de termos difíceis de interpretar. Agora não tenho encontrado dificuldade de interpretação, mas imagino que o pessoal que não tem muita formação, que vai ler, deve ter mais dificuldade.(...) O que o jornal publica acaba, de uma maneira ou de outra, influenciando a pessoa. O problema é se não ler, pois acaba não tendo a informação. Talvez não influencie mais porque, muitas vezes, o pessoal não faz a leitura, não consegue fazer a reflexão porque tem dificuldade, né? Daí alguém deveria estar contribuindo nessa reflexão, pra aprofundar. Esse trabalho teria que ser aumentado porque o jornal só vai influenciar na medida em que a pessoal entende, se dá conta do processo (Jaques, entrevista realizada em 10 de junho de 2001, em Paranacity).

A discussão em torno da capacidade de influência do Jornal Sem Terra sobre os militantes e membros da base do Movimento divide, de certa maneira, as opiniões dos leitores. “O jornal nem sempre influencia. Poucas vezes o pessoal faz comentários sobre o que lê, por exemplo, sobre plantio orgânico. É uma questão de costume, né? O pessoal lê e fica para si”, disse Solange, também moradora da Copavi. “Eu acredito que quando o jornal provoca debate, conseguindo interessar o pessoal, aí contribui, vai formando a consciência, dando os conceitos. As pessoas começam a reagir”, disse Renato, ex-coordenador de comunicação.

Para Ivanira, do assentamento Etiene, o JST tem grande influência: “O jornal do Movimento é o único que chega nos assentamentos. Cada jornal a gente sabe que tem uma novidade, alguma coisa de novo assim que influencia na mente das pessoas. (...) Na minha área,

por exemplo, lemos algumas coisas sobre plantio orgânico no jornal e depois fomos buscar mais informação. Agora estamos desenvolvendo um trabalho lá com a Terra Preservada⁴”.

Luiz Alonso, do assentamento Paulo Freire, sintetizou a capacidade do JST de alterar comportamentos culturalmente enraizados ou contribuir para mudança de consciência: “Ele só vai influenciar se você tiver um trabalho, um estudo pra explicar mais as questões. Normalmente a origem de nossas famílias é na agricultura e a maior parte trabalhava usando veneno no plantio, por exemplo. A prática deles é assim, na cabeça deles é assim. Mudar as consciência é um processo”.

Alguns militantes apontam o entendimento de que o jornal não é feito apenas para consumo interno da organização. Nesse sentido, avaliam a influência do veículo no público externo. Antonio, da Copavi, expressou este ponto de vista:

Eu diria que o Jornal Sem Terra é um grande exemplo, por ser uma organização de trabalhadores rurais que vem conseguindo manter um veículo sério, ao longo de tanto tempo e tendo inclusive ganhado prêmios de jornalismo. Acredito que ele tenha despertado muito a consciência do povo brasileiro e até fora do país. E não só da nossa classe, dos camponeses. Creio que ele tenha contribuído para o pensar diferente da sociedade. Muitos simpatizantes, ou pessoas que não conheciam direito o Movimento, ou que conheciam através da Globo e dos veículos de comunicação tradicionais, a partir do momento em que começam a ler o jornal, ele passa a ter um papel decisivo na formação da opinião pública (Antonio, entrevista realizada em 9 de junho de 2001, em Paranacity).

5.1.4 – Leitores avaliam a linguagem

Outro ponto em que há uma certa divergência entre os leitores é em relação à linguagem. A maioria considera que os textos do JST são fáceis de compreender e acessíveis a todos. “É uma língua fácil, qualquer senhor, mesmo que leia devagarinho, vai entender”, disse José Roberto, da frente de massas; “Eu leio pouco, mas o que leio entendo. Todo mundo entende. Fala o português claro mesmo. E o que está ali, tem que acreditar”, sentenciou Marlene, da Copavi.

Entre os monitores da EJA que responderam ao questionário sobre o JST, 38 disseram que a linguagem é fácil e compreensível; contra seis que reconheceram ser preciso atenção para compreender (sendo que destes, cinco assinalaram, ao mesmo tempo, as alternativas “fácil e

⁴ Empresa com sede em Ponta Grossa (PR) que faz consultoria e orienta plantios orgânicos, cuidando também da comercialização da produção. Foi citada por outros entrevistados, inclusive como portadora de jornais e materiais de estudo sobre o assunto. José Ronaldo, por exemplo, assentado em Teixeira Soares, informou que em sua área, “temos usado bastante o jornalzinho da Terra Preservada. No Jornal Sem Terra não me lembro da gente ter estudado sobre orgânicos”.

compreensível” e “precisa atenção para entender”); outros cinco classificaram os textos como mais ou menos difíceis e dois que não informaram. Entre os que assinalaram a alternativa fácil e compreensível, 12 se dizem leitores do JST todos os meses; 11 lêem a cada dois ou três meses; 12 são leitores de vez em quando e três raramente. Entre os que disseram que é preciso atenção para entender o JST, dois recebem e lêem de vez em quando a publicação, contra um que recebe e lê todos os meses; um que recebe e lê a cada dois ou três meses; um que recebe e lê raramente e um respondente que disse receber todos os meses, mas ler de vez em quando. Dos cinco monitores do EJA que consideraram a linguagem do jornal mais ou menos difícil, apenas um recebe e lê todos os meses; outros dois disseram receber raramente em seu local de moradia e ler de vez em quando; enquanto dois informaram que recebem e lêem a cada dois ou três meses.

As ressalvas identificadas em relação à forma textual apareceram nas entrevistas de pessoas que demonstraram efetivamente ler mais a publicação. Geferson, assentado no Rio Grande do Sul e liberado pela cooperativa de sua área para ajudar no trabalho de organização do MST na região central do Paraná, é um leitor assíduo e considera que muitos dos textos não são compreensíveis para a base. “Por isso, é importante que existam grupos de estudo que usem efetivamente o jornal”, disse ele durante o encontro da brigada de formação em Cantagalo.

“Acredito que o pessoal com dificuldade de leitura pode ter dificuldade de ler e interpretar”, diz Antonio Natalino, da Copavi, que particularmente não enfrenta obstáculos no entendimento do jornal. Nivaldo, acampado em Querência do Norte e que tem pouco acesso ao jornal, concorda com Natalino: “Tem muitas palavras que a gente não entende porque o nível de estudo é baixo”, disse ele, que participou do encontro do grupo de negociação em Curitiba, em abril de 2001.

Solange, da cooperativa de Paranacity, afirmou que o texto do Jornal Sem Terra é mais fácil de entender, perto dos outros veículos: “É uma linguagem mais voltada pra realidade. Alguma coisa assim quando fala em nível mundial, quando fala em neoliberalismo, algumas palavras a gente fica meio em dúvida, né? Quando existe uma análise de conjuntura tem algumas frases assim que a gente fica sem entender muito”. Para Claudete, assentada na mesma área, “a linguagem até pode ser fácil de entender, os temas é que são difíceis, os assuntos complexos, as entrevistas longas”. Ela acredita que todos os assuntos tratados são importantes, mas que o público não tem condições de acompanhar: “Talvez pra estudo seja interessante, mas a gente não tem hábito de ler, nem tempo também”.

Muitos entrevistados manifestam o entendimento de que a avaliação da linguagem depende do leitor: “Isso depende de quem está lendo. Se você lê sozinho, tem uma interpretação. Se tem um grupo ali estudando, facilita o entendimento. Às vezes você não está entendendo e alguém, com um pouco mais de orientação, mostra o que quer dizer. Qualquer texto pode ser difícil, mas pode ser fácil. (...) Às vezes você pode pegar uma pessoa que não sabe ler nem escrever, mas isso não significa nada porque a pessoa tem um conhecimento altíssimo”, disse José Ronaldo, assentado no município de Teixeira Soares. Na mesma linha do raciocínio, diz Luiz Alonso: “A questão da linguagem depende do leitor. Tem pessoas que tem dificuldade de entender o jornal. Quem está habituado a ler, consegue captar a mensagem e entender o processo do jornal”.

Com base na sua experiência de tentar implantar o setor de comunicação no Paraná e de ter conversado muito sobre o JST, Renato reconhece as dificuldades da linguagem e, novamente, aponta a leitura coletiva como alternativa para superar os problemas, além de buscar temas de maior interesse:

O jornal é bastante formativo, tem textos de formação em economia, política e vários outros temas. Nas páginas de entrevistas têm questões ligadas à macroeconomia que eu sei, ou pelo menos deduzo, que o camponês não entende com facilidade. É uma coisa muito longe da realidade dele. A gente sabe que não adianta a pessoa ler que ela não vai entender nada, então precisa fazer um momento de estudo, ter alguém que leia junto e que explique, né? Eu faço parte de um núcleo e procuro incentivar a leitura do jornal, procuro explicar. Mas muitas vezes, conforme o tema, você vê que a pessoa não se interessa muito, já não tem o hábito de estudo e de leitura e acaba forçando. Tem que ser criativo e também saber escolher os temas que interessam o pessoal. (Renato, entrevista realizada em Cantagalo, no dia 4 de abril de 2001)

Em que pese a existência de obstáculos na linguagem, o público do JST manifesta uma confiança irrestrita na publicação. Nos acampamentos e assentamentos – principalmente os que têm energia elétrica – muitos dizem que acompanham a programação da Rede Globo, embora acrescentem que não acreditam no que ouvem nos noticiários da emissora. O mesmo vale para as rádios e os raros jornais da chamada grande imprensa que chegam aos assentamentos e acampamentos. “Se você lê esse jornal [JST] sabe que está lendo uma coisa que aconteceu na real. Diferente de assistir um Jornal Nacional ou ler um outro jornal qualquer que sabe que tem manipulação. É importante que tenha um jornal pra informar a gente”, disse Ildo, da Cooperativa de Paracity, onde o presidente Antonio Natalino, como foi mencionado, lamenta o fato da Rede Globo ter 90% de audiência entre os moradores, apresentando informações distorcidas e manipuladas. “O jornalzinho publica as coisas da nossa luta e denuncia também as coisas erradas, né? Ele fala a verdade e não deixa a gente desanimar, porque se fosse pela televisão a

gente já tinha parado a luta. Sem-terra é sempre chamado de arruaceiro, quando isso não é verdade”, completou Jorge, do acampamento Marabá.

João, militante do setor de formação, faz um raciocínio semelhante: “Quando nós aparecemos na mídia, seja escrita, falada ou na televisão, é sempre sendo batido. Só aparece o que é negativo. Em contrapartida, nós temos que ter nosso veículo de comunicação, não apenas pro nosso povo, mas pra toda a sociedade”, diz ele. Vítor, também da Marabá, citou o fato de que a mídia convencional só dá atenção ao MST nos momentos de conflito: “Outro jornal nunca vem aqui fazer uma reportagem e mostrar a realidade que acontece no Movimento. Só mostra o lado contrário, quando tem problema. Não vai nos assentamentos, ver como estão as coisas. Não tem interesse de falar a nosso favor. Mas nós temos coisas boas pra mostrar”. É importante lembrar, a respeito do assunto, que os próprios integrantes do Movimento sugerem que o JST dê mais atenção às boas experiências das áreas de reforma agrária, como já foi mencionado.

José Roberto, militante da frente de massas, diz que o JST “é uma vitamina pra nossa ideologia”. Mesmo que a distribuição seja falha, que chegue atrasado e que o índice de leitura seja pequeno, a existência de um veículo próprio de informação do MST é um sinal de força e organização do Movimento, oferecendo a cada sem-terra a certeza de não estar sozinho: “O jornal fala das lutas dos companheiros que estão na luta igual nós, ou de quem já está assentado, em situação um pouco melhor, com cooperativa funcionando. Então, esse jornalzinho, a gente lendo, estudando, fica animado”, afirmou Jorge, do acampamento Marabá.

Nas páginas da própria publicação, a credibilidade conferida pelos leitores ao JST está manifesta na ausência quase total de fontes de informação. A avaliação desenvolvida no próximo capítulo da Análise de Discurso evidencia que em raros textos existe menção de fontes. O próprio jornal assume as informações publicadas, bem como as análises e propostas, constituindo um todo de verdade que corresponde à visão de mundo do MST. Mesmo nos artigos assinados não há a preocupação de situar a origem dos dados presentes – prática que é comum na imprensa convencional, a menos que o articulista seja um especialista extremamente renomado no assunto em pauta.

5.2 – O público “externo” na seção de cartas

É possível perceber, pela leitura da seção de cartas, que entre os leitores externos é grande o apreço pelo JST, demonstrando que o jornal cumpre o papel de contribuir na legitimação social do MST. Nos dez números analisados na presente pesquisa foram publicadas 32 cartas de leitores, das quais apenas uma (na edição de dezembro/2000 janeiro/2001) era assinada por uma jovem de 15 anos, Marciane Skrzypczak, moradora no assentamento Vitória, em Lindoeste (PR). As outras eram de leitores externos, embora nem todos os signatários mencionem as profissões. Havia quatro cartas de jornalistas; quatro de estudantes; três de integrantes de movimentos urbanos; duas de religiosos (um padre e um bispo); duas de artistas; duas de professores, uma de publicitário, uma de filho de assentado que está morando na cidade e 11 de pessoas que não citaram a profissão. Uma das cartas era internacional, enviada da Bélgica.

Até o final do ano 2000 as cartas eram publicadas na seção "Balaio", mas com a mudança do projeto gráfico passaram a ocupar uma coluna na página dois, ao lado do Editorial. Segundo o editor Nilton Viana, o JST recebe uma média de 10 a 15 cartas por mês, incluindo as mensagens pelo correio eletrônico. Em alguns momentos conjunturais especiais, a correspondência aumenta: ele citou o episódio da morte de Dorcelina Folador, quando o jornal recebeu cerca de 50 cartas no mês. São publicadas três ou quatro mensagens em cada edição. “Quando vem alguma crítica, a gente publica, mas é raro”, disse Viana. Nos números avaliados não havia nenhuma carta com críticas ao jornal ou ao Movimento.

Das mensagens de leitores publicadas neste período, 20 eram cumprimentando e elogiando o MST ou o JST (ou as duas coisas, no caso de quatro cartas): “O MST é uma das únicas razões que me faz sentir orgulho de ser brasileira”, escreveu Silvana Ribeiro (edição 206); “Registro meu total apoio à luta do MST pela causa justa de brigar pela terra e pelas condições necessárias de trabalhá-la com dignidade e esperança de construir um futuro melhor. Não esmoreçam”, disse Camilo Capiberibe (edição 206); “Tenho acompanhado as lutas do MST pela Reforma Agrária nesta republiqueta das capitânicas hereditárias e dos latifúndios improdutivos. Nos últimos quatro anos tenho recebido o Jornal Sem Terra, que se apresenta como um veículo de comunicação social da maior relevância, sob todos os aspectos”, escreveu Gilberto Araújo, presidente da Associação dos Usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte (edição 211); “Sou estudante secundarista e tenho 19 anos. O MST é, ao meu ver, o

mais legítimo movimento popular das Américas, e quem sabe, do mundo”, afirmou Diney Lenon de Paulo (edição 208); “Escrevo para transmitir simplesmente minha admiração pela vossa persistência na luta para que o direito à terra seja respeitado e para que possam viver com dignidade do produto do vosso trabalho. (...) Obrigado pela vigilância dessa terra: cultivando-se de maneira ecológica e respeitando a saúde dos consumidores”, disse Bernadett Henrard, de Bruxelas, Bélgica (edição 207).

Havia também cartas de solidariedade e protesto: “Fico extremamente sensibilizado com as mortes dos trabalhadores rurais, vítimas do autoritarismo ainda reinante neste país, desgovernado por FHC e seu modelo econômico aviltante”, escreveu o jornalista Everi Rudnei Carrara (edição 208); “Sobre o assassinato de dois sem-terra no Mato Grosso do Sul, sinto-me em luto. Crime bárbaro”, disse o padre Alfredo, da Pastoral Social da CNBB (edição 204); “Desejo expressar meu apoio e solidariedade ao MST, assim como o Departamento de Imprensa Comunitária da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), que dirijo e que está ao lado do MST, repudiando a intolerância desencadeada pelo atual governo contra essa entidade que vem lutando pela sobrevivência e dignidade dos trabalhadores do campo”, afirmou o jornalista Nilo Braga (edição 204).

As cartas certamente têm um papel duplo: legitimam socialmente o Movimento Sem Terra e, para o público interno, “fortalecem o ego”, segundo expressão usada pelo militante Renato, ex-responsável pelo setor de comunicação no Paraná, que recomendou a leitura delas nos núcleos. Alguns leitores “externos” estabelecem a comparação entre o JST e a imprensa convencional, enfatizando a credibilidade do veículo do MST, a exemplo do que fazem os integrantes do Movimento: “Através do sindicato dos trabalhadores rurais de minha cidade tive oportunidade de ler o Jornal Sem Terra. Me interessei muito porque ele traz a verdade sobre a política brasileira e coisas que os pobres não têm acesso nos grandes meios de comunicação porque eles escondem a verdade”, escreveu Flávio da Silva (edição 211); “A mídia amestrada e subserviente nada informa, como foi o caso do 4º Congresso Nacional do MST e tantas outras realizações. Tenho em meus 75 anos de lutas sociais grande confiança na firmeza e nos rumos que o MST tem tomado pela reforma agrária e principalmente na preparação para chegarmos ao socialismo”, disse Blasco Miranda de Ourofino (edição 209); “Diante do sistemático, perverso e execrável bombardeio da grande imprensa brasileira praticado contra o MST – do qual todo brasileiro que se preze deve ter orgulho – estamos reafirmando nossa solidariedade incondicional ao Movimento”, escreveu Joaquim Lisboa Neto (edição 203).

Agostinho José Soares, professor aposentado da Universidade Federal dos Espíritos Santo, levou para as páginas do JST a questão da linguagem e do público, que vem sendo debatida no presente trabalho:

O JST sempre foi muito bom. Entretanto, oscilava com matérias para os militantes ou para informar o chamado "público externo". Os números 207 e 208 estão excelentes. Foi dada prioridade a entrevistas, artigos e matérias analíticas que informam os que conhecem e apóiam o MST. Também ajudam os que querem saber mais sobre o Movimento e sua trajetória. Acredito que a grande batalha do MST neste momento está sendo travada na mídia. Precisamos de argumentos, dados objetivos e análises para serem contrapostos aos jornais, TV, rádios e revistas que não fazem sequer o jornalismo que ensinam em seus manuais de redação e seus códigos de ética. O que eles fazem é apenas editorialismo (JST, edição 210, maio de 2001).

A edição 208 do JST, datada de março de 2001, é, efetivamente, uma das mais densas, em termos de conteúdo e linguagem, entre os números analisados. A seguir, uma descrição rápida deste número: o editorial trata da questão da CPI da corrupção, citando vários episódios (como a briga de Antonio Carlos Magalhães com Jader Barbalho, o Dossiê Cayman e as vinculações do ex-secretário da Presidência, Eduardo Jorge com o juiz Lalau) sem maiores detalhes ou explicações referenciais, e sem citar mesmo os nomes completos dos personagens, como o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal do Trabalho de São Paulo, referido apenas pelo apelido, Lalau. O noticiário dos estados, nesta edição, ocupa apenas a página 3; e a seção "Balaio", também com notas curtas, está na página 15. As páginas 4 e 5 são ocupadas por uma entrevista com o jurista Fábio Konder Comparato, que faz uma análise da situação brasileira, propondo um júri popular para julgar o presidente FHC. Nas duas páginas há apenas uma foto pequena do entrevistado. As páginas 6 e 7 contêm outra entrevista longa, com o engenheiro agrônomo Gerson Teixeira sobre o modelo agrícola neoliberal, e duas fotos pequenas.

O centro do jornal, páginas 8 e 9, tem a cobertura das manifestações das mulheres que aconteceu entre os dias 5 e 9 de março, em 24 estados brasileiros. O material está condensado em um único texto, com cinco intertítulos e um box pequeno. As páginas contêm ainda três fotos (duas delas com menos de 10 centímetros, em duas colunas, e a outra maior, com 18 centímetros de altura, também em duas colunas). Constam desta edição dois dos textos objeto do próximo capítulo em que será feita a Análise de Discurso do JST: "Se a vaca é louca, outros bichos são piores", de José Arbex, e "A era Frankenstein", de Eduardo Galeano.

Duas outras páginas são tomadas por assuntos internacionais: uma traz matéria sobre o levante popular no Equador e se completa com textos menores sobre o Peru, a Colômbia e a

denúncia de empresas produtoras de materiais de tortura, nos Estados Unidos; a outra página com assunto internacional é a seção “Lutadores do Povo” que, nesta edição, conta a história de Norman Bethume, um médico canadense que ajudou a revolução chinesa. O texto foi escrito em 1939 por Mao Tse Tung.

Há ainda uma página com informações sobre o curso destinado aos jovens do MST, realizado na Universidade de Campinas, acompanhada, no pé da página, pela seção “MST indica” (não presente em outras edições) sugerindo a leitura de três livros. Finalmente, a última página traz um texto do poeta Pedro Tierra e uma foto do massacre de Eldorados dos Carajás, ao lado de uma foto da maquete do monumento Antonio Tavares, com a informação de que seria inaugurado em maio, perto de Curitiba.

A avaliação do professor Agostinho Soares tem tudo para estar correta: esta edição do JST foi mais endereçada ao “público externo”, numa tentativa de ampliar laços de solidariedade num momento em que “a grande batalha se trava na mídia”. Poucas semanas antes, a iniciativa do MST de destruir a plantação de transgênicos da Monsanto em Não Me Toque (RS) tinha sido alvo de pesadas críticas; nesta época, estava sendo veiculada pelas televisões a propaganda assinada pelo governo federal sobre a reforma agrária, tentando descaracterizar as críticas ao processo – isso sem contar as investigações que vinham sendo desenvolvidas pela Polícia Federal, em vários estados, desde o ano anterior, envolvendo as cooperativas ligadas ao MST e que estavam sendo acusadas de desviar recursos públicos.

A consciência desta “batalha midiática” foi expressa por João Pedro Stédile ao tratar das edições especiais do JST. No mês seguinte, em abril, foi publicada uma das edições especiais, respondendo exatamente às questões da destruição da lavoura da Monsanto e à propaganda governamental sobre a reforma agrária. Esta edição será avaliada no próximo capítulo.

5.3 – Um comparativo das falas

Antes de iniciar o processo de análise de discurso do JST é interessante resgatar – no encerramento dos capítulos que espelham as opiniões de seus leitores, dos líderes do Movimento e das pessoas mais diretamente envolvidas na edição do periódico – os paradigmas explicativos

da imprensa sindical citados anteriormente⁵ e que podem ser adequados ao presente objeto. Em primeiro lugar constata-se que o Jornal Sem Terra é um meio específico de comunicação, diferenciado até mesmo da imprensa sindical. Esta diferença pode ser atribuída ao público do JST, mesclado entre os militantes, a base do Movimento e seus apoiadores urbanos. Há ainda o fato, citado pelo editor Nilton Viana, da inexistência de disputas internas no MST, realidade comum no movimento sindical.

O JST é um veículo de ação organizativa, que desempenha um papel interno e externo na organização MST, carregado de conteúdo simbólico. O jornal tem e faz história, enquanto espelha as conjunturas do país e do mundo, sofrendo os condicionamentos das mudanças conjunturais. Na rápida apreciação da coleção encadernada da publicação foi possível constatar esta realidade, patente também nas análises dos números mais detidamente trabalhados na presente pesquisa, inclusive as edições especiais do JST, publicadas, como se verá na seqüência, em momentos particularmente negativos da conjuntura para o MST.

O jornal, produzido por profissionais da comunicação, procura instituir novos padrões jornalísticos, no uso de textos, imagens e na construção gráfica de sua apresentação. O debate em torno deste padrão, pelo que se depreende das falas do editor e de algumas lideranças, é um processo longo, embora não esteja até o momento suficientemente sistematizado. A falta desta sistematização talvez seja a justificativa para o não estabelecimento de um formato próprio de discurso no JST. Como se verá a seguir, os textos apresentam grande variação de características discursivas, nem todas adequadas ao público para o qual se destina, preferencialmente.

A questão do público, frise-se, é outro impeditivo para a existência de uma linguagem definida e claramente direcionada a uma fatia dos leitores. Atualmente, a mistura que busca satisfazer a base e/ou militantes do Movimento Sem Terra, ao mesmo tempo em que contempla seus apoiadores urbanos (estudantes, artistas, intelectuais, políticos) transforma as edições em experimentos de linguagens – no geral, com prejuízos para o público menos letrado que está na base do Movimento. Mesmo assim, é possível estabelecer o último paradigma listado por Araújo, no sentido de que o JST nutre-se do próprio meio para o qual se destina. A maioria dos assuntos pautados tem relação com a questão da terra, com os embates políticos travados pelo MST na luta pela implantação da reforma agrária, ou são correlatos à proposta de transformação social defendida pelo Movimento. Mas também aqui a dicotomia que é quase uma contradição

⁵ Sobre o assunto ver Capítulo 3, item 3.5 “O jornal no âmbito de uma organização popular”. Os paradigmas empregados foram sistematizados no estudo de Sílvia Araújo sobre a imprensa dos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo do Campo.

na publicação se manifesta: como foi citado pouco acima, existem edições do JST onde a temática urbana se manifesta de maneira mais relevante, estabelecendo um inequívoco distanciamento do público preferencial.

A tabela a seguir sintetiza uma parcela destas contradições, na fala dos principais entrevistados dos dois últimos capítulos.

Posições e opiniões sobre o JST

Fonte/Entrevistado	Público Alvo	Acessibilidade Distribuição / Leitura	Linguagem	Influência	Legitimidade Credibilidade	Papel no MST
Normas sobre JST (documento)	Base, massa, classe trabalhadora	Todos estados, bancas de jornais / Leitura coletiva		JST deve ter papel revolucionário	É a principal voz do MST	Formação, agitação, organização
João Pedro Stédile (líder nacional)	Militância. Para base MST usa outras formas de comunicação	É preciso casar a distribuição com organização dos 20 mil militantes	Está acima da militância do interior. É mais acessível no urbano		É a voz oficial do MST	Levar análises e informação para a militância
Nilton Viana (editor do JST)	Mescla militância e sociedade	Nem sempre há leitura coletiva	Distante do camponês, mas não do leitor assíduo	Trabalha a unidade política nacional	É o retrato fiel do MST	Informativo e para estudo da militância
Letícia Barqueta (militante nacional da comunicação)	Dirigentes e militantes. Não chegou nas bases ainda	Há problemas de distribuição e colaboração nas matérias	Não vejo reclamação do texto	No MST segue-se lógica da sociedade: só aconteceu o que saiu na mídia	JST é usado para representar a comunicação nas místicas	JST dá a linha e a direção para as atividades
Jaques – Copavi (assentado e líder regional do MST)	Não é só para sem-terra	Recebe sempre / Lê maior parte	Quem não tem formação encontra dificuldade	Só não é maior porque o pessoal não lê		Estudo, debate. O JST dá o contexto
Natalino – Copavi (assentado e presidente da cooperativa)		Recebe sempre / Lê bastante	Está dentro da nossa linguagem	Influencia sem dúvida nossa vida	É o JST que mostra a realidade	Debate. O JST serve para nivelar as informações
Ildo – Copavi (assentado)	Deveria chegar à sociedade toda	Recebe sempre / Lê pouco	Não tenho dificuldade, é prática	Influencia porque começa a politizar	Saiu no JST é que aconteceu na real	Informar bem a gente
Antonio – Copavi (assentado, vereador em Paranaity)	Forma opinião da sociedade	Recebe sempre / Lê parcialmente	Simple, de fácil interpretação	Não é grande, mas faz o pessoal refletir	As pessoas acreditam e confiam no JST	Contribui para avançar a consciência política
Nivaldo – Marabá (acampado, coordenador núcleo 4)		Recebeu 4 ou 5 números em 15 meses / Leu parcialmente	Tem palavra estrambólica		Na TV somos baderneiros. JST é a verdade	A gente percebe que não está sozinho
Maria Ziralda – Marabá (acampada)		Recebeu 3 vezes em 15 meses de acampamento / Leu pouco		Quero aprender, pelo jornal, a plantar direito	O JST fala a verdade	Deveria ler e comentar com o vizinho
Renato – (setor de formação, assentado, líder região)	Não é para base. Pelo conteúdo é para militante	Recebe sempre / Lê bastante	O camponês não entende. É longe da realidade	Vai dando conceitos, consciência		Orientar, formar e informar. Mas é mal utilizado
José Roberto – (frente de massa, acampado)	Os apoiadores do MST deveriam receber	Recebe sempre / Lê parcialmente	É linguagem fácil. Muito dialética		No JST temos a realidade mesmo	JST é uma vitamina para nossa ideologia
Luiz Alonso – (assentado, setor de negociação)		Recebe sempre / Lê parcialmente	Quem lê sempre, capta a mensagem	Só influencia se tiver trabalho de estudo coletivo	JST resgatou nossos símbolos	Mudar consciências. Mas isso é um processo lento
José Ronaldo – (assentado, monitor de educação)	Deveria chegar a todos sem-terra	Recebe de vez em quando / Lê parcialmente	Depende de quem está lendo é fácil ou difícil		O JST chama atenção para a realidade	Incentivar o estudo e a participação
Dalton Luciano – (assentado, setor de produção)		Recebe sempre / Lê bastante	Quem não lê, vê o desenho	Ajuda porque muitos sem-terra não foram à escola	No JST dá para acreditar. Somos nós	Ajuda romper a ignorância no MST
Rosana – (acampada, setor de formação)	Todos sem-terra deveriam receber	Recebe pouco / Lê parcialmente	Não é uma linguagem popular			Há identificação, mas falta jornal porque o pessoal não recebe
Sebastião – (assentado, setor de produção)	Deveria chegar a toda sociedade	Recebe a cada 2 ou 3 meses / Lê parcialmente	Não é difícil		A grande imprensa reflete o pensamento da elite	JST baseia discussão e ação no Movimento

A tabela evidencia o pequeno grau de clareza que têm os vários entrevistados em relação a diferentes aspectos do Jornal Sem Terra. Em questões como público-alvo, acessibilidade, linguagem e influência existem contradições evidentes. Por outro lado, todos reconhecem a importância do veículo para o MST, ressaltam a credibilidade que a publicação goza entre os leitores (ou mesmo não leitores) e atestam sua legitimidade.

Em relação ao público existem posições que variam desde o livreto “*Normas e Orientações do JST*”, que se define claramente pelo público de massa, até falas como as dos assentados Ildo e Sebastião, para quem o jornal deveria chegar a toda a sociedade. Outros entrevistados, como José Ronaldo e Rosana, salientam a importância de *todos* os sem-terra receberem a publicação, enquanto o líder Stédile coloca outra posição: segundo ele, o JST é para militantes e a base deve ser alcançada por outras forma de comunicação. Letícia, do setor de comunicação nacional, e Renato, ex-responsável pela comunicação no Paraná, demonstram perceber o fato de que o jornal é feito para militantes, mas lamentam que não tenha chegado às bases. Jaques, que já foi membro da direção nacional, e o editor Nilton Viana parecem ter maior clareza sobre a questão do público: eles percebem a duplicidade entre militantes (ou sem-terra da base do Movimento) e a sociedade, na figura dos apoiadores e formadores de opinião que recebem o JST.

Os assentados ou acampados que figuram na tabela acima se dividem em relação ao acesso aos JST: oito deles recebem sempre e outros cinco declararam maior dificuldade – recebem a cada dois ou três meses, ou de forma até mais espaçada. Mesmo neste exemplo limitado dos respondentes da tabela, contudo, é possível relacionar o acesso à leitura: quatro dos entrevistados que recebem sempre lêem bastante; enquanto três outros o fazem parcialmente e apenas uma pessoa que recebe sempre lê pouco. Entre os que têm acesso mais restrito, nenhum declarou que lê a maior parte do conteúdo do jornal quando o recebe. Letícia reconhece a existência de problemas de distribuição e o editor Viana lamenta que não existam sempre leituras coletivas. Já Stédile não cita esse fato pois, como ele não considera que o jornal é destinado à base, o importante é casar sua tiragem e distribuição para atingir os militantes. A publicação “*Normas*”, por outro lado, apontava de forma muito enfática para a necessidade de leitura coletiva, nos acampamentos e assentamentos, e pretendia que o JST chegasse não apenas à base do Movimento, mas a todos os trabalhadores, sendo, inclusive, vendido em bancas de jornais.

A questão da linguagem é outro aspecto contraditório: quatro entrevistados (dos quais dois são leitores bastante assíduos do JST: Jaques, ex-membro da direção nacional, e Renato, ex-

coordenador de comunicação no Paraná), percebem que os camponeses têm dificuldade para entender os textos do JST. Outros dois sem-terra, da base do Movimento, dizem que a linguagem não é popular (Rosana) e que tem palavra estrambólica (Nivaldo). Stédile admite que esta dificuldade atinge até mesmo os militantes do MST que vivem no interior, sendo o jornal de entendimento mais fácil apenas para os militantes urbanos. O jornalista responsável pela publicação também diz que a linguagem é distante do camponês, mas acrescenta que o leitor assíduo pode acompanhar – numa colocação possivelmente de defesa dos resultados de seu próprio trabalho. Apenas um leitor freqüente, Natalino, acredita que a linguagem está adequada, enquanto Dalton, que também lê bastante, não avaliou exatamente o conteúdo textual, citando apenas que quem não lê pode ver os desenhos e se informar. Ele lembrou ainda que muitos sem-terra não foram à escola e que o JST “ajuda a romper a ignorância”.

Entre os demais entrevistados que elogiaram a linguagem como simples, e de fácil compreensão, três (Sebastião, José Roberto e Antonio) disseram ler parcialmente o JST e apenas Ildo lê pouco, mas diz que a linguagem é boa.

A aferição da influência do JST sobre as comunidades de assentados e acampados não foi abordada por todos os entrevistados, como se vê acima. De qualquer maneira trata-se de uma indagação pertinente quando se estuda um veículo de comunicação e se busca evidenciar o papel por ele cumprido no interior de uma organização. O militante Luiz Alonso parece ter dado a chave para o entendimento da questão ao dizer que o jornal só influencia se tiver um trabalho de estudo coletivo. Vale dizer: se na discussão conjunta forem superadas as dificuldades de entendimento, em função da complexidade dos temas e da construção dos textos. Jaques vai na mesma linha de raciocínio ao dizer que a influência só não é maior porque os sem-terra lêem pouco o jornal.

Já os assentados Ildo e Renato apontam para o papel político do JST na formação de consciência e na politização dos leitores. Nenhum dos entrevistados, contudo, chega a reconhecer o papel revolucionário do JST, pretendido pelo livreto “*Normas*”. Na fala da acampada Maria Ziralda aparece uma demanda relativamente freqüente em relação ao conteúdo da publicação: ela quer aprender técnicas de plantio para explorar melhor o seu lote quando acontecer a divisão da fazenda na qual está vivendo. O editor Viana não citou esta “problemática agrícola” em sua entrevista e, ao tratar da influência, demonstrou estar preocupado basicamente com os aspectos políticos de fortalecimento da unidade do Movimento. A militante Letícia, finalmente, menciona uma característica presente na sociedade – e reforçada a cada dia pelo predomínio sempre maior

informação –, a de que os acontecimentos só ganham relevância se conseguirem um espaço na mídia. Também no interior do MST, segundo ela, segue-se a “lógica” de considerar importante apenas o que sai publicado no jornal.

Realidade, verdade, confiança – estas são três palavras repetidas por quase todos os entrevistados mais ligados à base do MST para avaliar a credibilidade do JST. Eles percebem, como diz Sebastião, que os grandes veículos de comunicação estão a serviço da elite, por isso mostram os sem-terra, como cita Nivaldo, na condição de “baderneiros”. O JST, por outro lado, retrata a verdade, composta por famílias pacíficas que apenas lutam por um pedaço de terra e por condições melhores de sobrevivência. Estas colocações reforçam o sentido de identidade dos sem-terra e a legitimidade de sua luta, ao mesmo tempo em que confere legitimidade ao próprio veículo de comunicação.

Os entrevistados representantes da direção ressaltaram o caráter da publicação como “voz oficial” do Movimento, referindo-se ao fato de que tudo o que se publica reflete a visão de mundo do MST, a postura política e o projeto de mudança social que é o centro da motivação organizacional. Letícia, militante da secretaria nacional, lembra o fato do JST sempre representar a comunicação nas místicas. Trata-se de um papel extremamente relevante pela importância que estas celebrações ganham no interior do Movimento, como já se viu. Quando incorpora esta função simbólica, o jornal ganha uma conotação especial, sendo reverenciado e assumindo maior credibilidade e legitimidade.

Outro item no qual os entrevistados demonstram grande uniformidade de opiniões é no tocante ao papel do jornal no MST. Informar e formar são as funções mais evidenciadas, seguidas de estudo e debate. As “Normas” citam ainda agitação e organização como papéis do jornal. Stédile e o jornalista Nilton Viana novamente aqui restringem a abrangência do jornal à militância, enquanto os leitores de base a ampliam ao dizer, por exemplo, como o acampado Nivaldo, que “a gente percebe que não está sozinho”. Alguns entrevistados, embora reconheçam a importância do papel do jornal, relativizam seu cumprimento, seja pela dificuldade de acesso (como Rosana), ou porque mudar consciências é um processo lento (Luiz Alonso) ou ainda porque a publicação é mal utilizada (Renato). O papel de “vitamina para nossa ideologia” identificado por José Roberto é um reconhecimento cabal do conteúdo simbólico do jornal para os sem-terra.

Capítulo 6 – Análise de discurso de alguns textos do JST

Um dos objetivos perseguidos na presente pesquisa foi assim definido: “levantar alguns elementos que permitam uma reflexão inicial sobre a influência do JST no posicionamento político ou na prática cotidiana dos militantes”. O caráter parcial e indicativo deste objetivo se justificava pela dificuldade óbvia de sua implementação. Uma das maneiras de tentar perceber esta influência foi perguntando aos integrantes do MST – nem todos eles leitores do JST, como se viu – sobre questões específicas. Dois temas básicos foram escolhidos: o Projeto Popular para o Brasil e as sementes transgênicas. No primeiro caso buscava-se um assunto de fundamentação mais política e que estivesse presente com frequência no Jornal Sem Terra. Como já foi anteriormente mencionado, os debates em torno do Projeto Popular se alongam no MST há pelo menos três anos e o tema tem um “chapéu” próprio no JST¹. O mesmo acontece com a questão dos transgênicos, embora neste caso a presença do tema seja mais recente. O assunto foi escolhido para figurar no roteiro básico de entrevista com os leitores por estar mais diretamente relacionado com a prática cotidiana de trabalho no meio rural. Muitas vezes este tema intercalou-se com a questão do plantio orgânico e da agroecologia.

Nas dez edições do JST publicadas entre julho de 2000 e junho de 2001 (a de número 204 era datada de setembro/outubro de 2000 e a número 206 tinha data de dezembro/2000 e janeiro/2001) foram encontrados sete textos com o chapéu Projeto Popular para o Brasil e sete sobre a questão dos transgênicos. No último caso, nem todos os textos relacionados ao assunto estavam abrigados sob o chapéu, pois alguns eram notícias mais curtas, nas seções “Balaio” ou “Estados”, enquanto dois outros artigos tratando do tema estavam identificados como “Especial”.

No presente capítulo será realizada uma análise de discurso deste conjunto de textos, com o objetivo de manter a unidade temática do trabalho e, ao mesmo tempo, perceber a forma de construção, o conteúdo e as condições sócio-históricas de produção do principal veículo de comunicação do MST. A indagação básica está relacionada aos *modos de dizer* dos textos (entendidos em sua completude de imagens, títulos e outros elementos característicos do

¹ No jargão jornalístico, “chapéu” ou “cartola” é a palavra ou expressão curta que aparece acima do título (ou da foto) para caracterizar o assunto da matéria. Pode ser usada de forma seqüencial, como é o caso do JST, para identificar um assunto abordado várias vezes. Nos jornais maiores, neste caso, usa-se mais o “selo”, que é uma marca criada a partir de fotografia ou desenho.

discurso jornalístico) e às possibilidades de entendimento desta linguagem pelo público ao qual o JST é preferencialmente destinado: os militantes e os integrantes da base do MST.

Na complementação do capítulo há uma análise parcial de um dos números especiais do Jornal Sem Terra, editado em abril de 2001. A avaliação de alguns textos dessa edição tem o objetivo de oferecer um contraponto com a abordagem dos demais textos publicados nas edições “normais”. Optou-se pela terceira edição especial porque este número foi mencionado diversas vezes pelos militantes e integrantes da base do MST ouvidos na presente pesquisa. No questionário apresentado aos monitores da Educação de Jovens e Adultos, como já foi explicitado no Capítulo 5, várias respostas apontaram a manchete da edição especial como sendo o principal tema tratado no número de abril do JST (nº 209). O sucesso destas edições que, segundo João Pedro Stédile foi expressivo também junto ao público externo, talvez possa ser justificado com a análise do seu discurso.

6.1 – O discurso e suas definições

A palavra discurso carrega, etimologicamente, a idéia de percurso, de movimento. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”, define Eni Orlandi (2000 p.15). Segundo a autora, a análise de discurso procura compreender a língua fazendo sentido, “enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

A linguagem é uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. O discurso – que se altera dependendo do momento histórico, dos atores sociais envolvidos, das condições de produção da fala e muitas outras variáveis – possibilita a continuidade ou a transformação do homem e da realidade vivida. “O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 2000 p.15). Para isso, a AD faz a junção entre várias ciências, trabalhando a relação entre língua, discurso e ideologia – sempre tendo por base o fato de que a língua produz sentidos *por* e *para* os sujeitos.

Em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, essa nova forma de conhecimento coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo em que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no

espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Lingüística (Orlandi, 2000 p.16).

Estas colocações vão no mesmo sentido de Eliseu Veron no livro *A Produção de Sentido*, em que vincula a linguagem, o trabalho sobre o discurso, à teoria sociológica, especialmente no enfoque da ação social. “Dar conta da noção de ‘motivo’ ou de ‘finalidade’ enquanto categoria da inteligibilidade social importa em perguntar qual é o modo de existência dos motivos e das finalidades do discurso, importa em compreender a natureza da produção do ‘motivo’ ou da ‘finalidade’ nos atos de linguagem” (Veron, 1980 p.59). O autor não deixa de apontar seu entendimento complementar no sentido de que o comportamento social, como matéria significativa, é muito diferente da linguagem, mas “uma parte essencial da constituição do sentido da ação passa pelo discurso lingüístico propriamente dito” (p.60).

Para Helena Nagamine Brandão, a Análise de Discurso tem dois fundamentos principais: a Lingüística e a Semiologia. A palavra, como signo ideológico por excelência, é um produto da interação social e se caracteriza pelo caráter dialógico. Já a forma, mais estudada na Semiologia, complementa a avaliação dos temas e conteúdos da linguagem, fazendo ver que também a materialidade dos signos está repleta de ideologia.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (...). Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção (Brandão, p. 12).

A Análise de Discurso é um dos segmentos do estudo da Comunicação que mais cresceu nos últimos anos. Seu enfoque é múltiplo e voltado para produtos culturais variados, como anúncios publicitários, programas televisivos e de rádio, textos jornalísticos, discursos políticos, cartilhas, etc. A avaliação destes *textos*, como são entendidos os produtos culturais, engloba a linguagem verbal, oral ou escrita, e outros sistemas semióticos presentes nas práticas contextualizadas histórica e socialmente. “A análise de um texto jornalístico impresso, por exemplo, tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o a partir de pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de *contexto*” (Pinto, 1999 p. 7/8).

Sinônimo de contexto são as *condições de produção* de um discurso, que devem ser entendidas como um processo de interação comunicacional – incluindo produção, circulação e consumo. “Quando se analisam textos dessa forma, abordando-os como parte de práticas sociais inseridas em contextos determinados, dizemos que foram analisadas como *discursos*. Os participantes nestas práticas assumem o papel de *sujeitos*, no duplo sentido de assujeitados às determinações do contexto e de agentes das ações de produção, circulação e consumo dos textos” (Pinto, 1999 p.8).

Ao pensar o discurso, supera-se a mensagem ou a mera transmissão de informações. Trata-se de um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos que são afetados pela língua e pela história. “... não há esta separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa seqüência em que o primeiro fala e depois o outro decodifica. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque (...). As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é o efeito de sentido entre locutores” (Orlandi, 2000 p.21).

6.2 – Ferramentas de análise

Eni Orlandi diz que o analista tem uma parcela de responsabilidade na interpretação e compreensão de um discurso, para além da sua sustentação no rigor do método e nos dispositivos teóricos que utiliza. A formulação da questão que desencadeia a análise é fundamental para que o analista mobilize conceitos e alcance conclusões pertinentes a seu objeto de estudo. O dispositivo teórico de interpretação pode ser o mesmo, mas os dispositivos analíticos variarão de acordo com cada análise e cada analista. “... como a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, levando-o à construção de ‘seu’ dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou daqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão. Portanto, sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico”(Orlandi, 2000 p.27).

O modelo analítico que se busca desenvolver na seqüência do presente trabalho tem como base as formulações de Milton José Pinto no livro *Comunicação & Discurso*, onde ele trabalha com três funções básicas do discurso : mostração, interação e sedução que o autor classifica como *modos de dizer*:

Ao produzirem um texto para se comunicar, as pessoas utilizam a linguagem verbal e outros sistemas semióticos (como as imagens) com três funções básicas: construir o *referente* ou *universo de discurso* ou *mundo* do qual seu texto fala (função de mostração), estabelecer os vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao seu interlocutor (função de interação) e distribuir os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ver reconhecida (função de sedução). Estas funções se realizam de modo integrado, sendo apenas didática a separação entre elas (Pinto, 1999 p.61).

A *mostração* implica em descrever e designar as coisas de que se fala, ao mesmo tempo em que se estabelece as relações entre elas localizando-as no tempo e no espaço – tendo sempre em mente o que o receptor supostamente saberia sobre o assunto. Nos textos verbais são realizadas operações de enunciação que cumprem a função de mostração e que são definidas pela escolha de léxicos e pelo emprego de operadores referenciais (artigos, pronomes), de tempo e de aspecto (advérbios, verbos auxiliares); quantificadores numerais ou não, etc.

A *interação* consiste em estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de agir sobre ele. “O problema a ser resolvido aqui pelo emissor é o de reproduzir as hierarquias sociais reconhecidas no interior da instituição em que o processo de comunicação se dá, reforçando-as, ou de tentar modificá-las segundo determinada estratégia persuasiva” (Pinto, 1999 p.63). Essa interação se torna possível nos textos através daquilo que o autor define como operadores de modalização, que se constituem no uso de frases assertivas, interrogativas ou imperativas; no uso da voz passiva ou na mudança da estrutura frasal, trazendo para o início outro elemento que não o sujeito; na realização de operações de hierarquização no encadeamento de orações dentro de uma mesma frase, como justaposição, coordenação e subordinação; além do emprego de verbos, substantivos e adjetivos que determinem restrições ou condições.

Por último existe o modo de dizer através da *sedução*, que implica em marcar as pessoas, coisas ou acontecimentos com valores positivos ou negativos. “O problema que o emissor tem de resolver, de modo muito parecido com a interação, é o de reforçar os valores hegemônicos vigentes no interior da instituição em que se dá o processo de comunicação ou de procurar modificá-los segundo novas estratégias persuasivas tornadas possíveis por mudanças nas condições sociais de produção”(Pinto, 1999 p.64).

O autor aponta como agentes de sedução substantivos, adjetivos, verbos e advérbios que possam ter função avaliativa ou afetiva, numa operação que ele chama de “modalização expressiva”. É também frequente que a avaliação não seja explícita, mas apenas sugerida por um efeito de sentido conotativo, cuja interpretação fica na dependência da contribuição do receptor, ou coenunciador.

Finalmente é importante recolocar o caráter não apriorístico do sujeito e do sentido em um discurso: “... as palavras só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva. Concebe-se, assim, o sentido como algo que é produzido historicamente pelo uso e o discurso como efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas”(Brandão, p. 66).

A questão principal que se busca responder, na análise dos textos abaixo, está relacionada ao formato da linguagem e à possibilidade de sua compreensão pelos leitores que, se acreditava, deveriam ser os preferenciais do Jornal Sem Terra: acampados, assentados e militantes. O entendimento por parte do público externo não foi objeto específico de indagação neste capítulo, embora tenha se tornado patente, ao longo da pesquisa, a importância desta faixa de público – não apenas por representar praticamente um terço da tiragem, mas em especial pelo aspecto da legitimidade social e da penetração na opinião pública garantida ao MST por intermédio da parcela externa de leitores.

Ao evidenciar os *modos de dizer* de cada discurso, ou de cada texto analisado particularmente, será possível, ao final, apontar os elementos que o JST utiliza na tentativa de cumprir suas funções no interior do MST – quais sejam, informar, formar, organizar e dar unidade ao Movimento. A análise de discurso tem o objetivo de contribuir na avaliação do cumprimento efetivo destas funções, identificando como a realidade é *mostrada* aos leitores, como eles são *seduzidos* pelas formulações textuais e, finalmente, como os textos apontam a *interação* esperada dos receptores em suas próprias vidas e/ou no mundo.

6.3 – Análise das matérias e artigos do Jornal Sem Terra

6.3.1 – Textos sobre sementes transgênicas:

Texto 1: Declaração pela moratória dos transgênicos³

Data : Julho de 2000 – Página 13

Trata-se de um texto complementar, publicado no pé de uma página identificada com o chapéu “Agricultura”, que se constitui basicamente na reprodução de uma declaração assinada por parlamentares e representantes de entidades ligadas aos pequenos agricultores e sem-terra, e que criaram uma “rede social e interparlamentar por um mundo livre dos transgênicos”. A matéria principal de abertura da página, intitulada “Rurais exigem mudanças no modelo agrícola”, também tem a maior parte de seu espaço editorial ocupado pela reprodução de um documento. São dez propostas, consensadas por diversos movimentos sociais do campo, “exigindo mudanças radicais no modelo agrícola brasileiro”. Os autores do manifesto estão convocando, informa o JST, uma jornada de lutas para o mês de julho, com mobilizações em todo o Brasil. A publicação da íntegra dos textos denota a concordância com os conteúdos expostos e, nos dois casos, há um movimento claro de interação com a inclusão dos nomes dos movimentos, entidades e pessoas que assinam os documentos ou participaram dos encontros.

A interação fica patente também no uso de frases assertivas para elencar as propostas defendidas pelos signatários dos dois manifestos. No caso das bandeiras pela mudança do modelo agrícola, chama a atenção a amplitude dos temas, que vão desde a desapropriação de latifúndios, passando pela valorização da agricultura familiar, pelo incentivo à pesquisa e pela garantia da previdência pública, até a proibição de importação de alguns alimentos, a punição de crimes contra trabalhadores rurais e a regularização de terras de quilombos e índios. O apoio às minorias (índios e ex-escravos) é mais um elemento de interação que visa cooptar o receptor.

A imagem utilizada na página evidentemente não tem relação com o acontecimento objeto do texto, já que se trata de um documento base para a “jornada de mobilização” que as entidades farão ainda ao longo do mês. A fotografia, de uma manifestação com grande número de pessoas, propõe uma antecipação do sucesso da mobilização planejada. A bandeira do Brasil no primeiro plano legitima e dá credibilidade à iniciativa.

Já o texto referente aos transgênicos pode apresentar um obstáculo inicial no próprio título, com a utilização da palavra *moratória*, cujo significado não é explicado aos receptores.

³ Todos os textos analisados encontram-se, na íntegra, nos Anexos.

Também a frase “por isso, baseando-se no princípio da precaução, exigem...” não detalha o que quer dizer este *princípio*. Os quatro pontos da declaração apresentam uma construção complicada, com períodos longos, frases subordinadas e intercaladas, exigindo muita atenção do leitor para as informações que são colocadas entre vírgulas. Por exemplo: “A suspensão imediata de qualquer ação que legaliza a produção e a comercialização de alimentos transgênicos, nacionais ou importados, uma vez que o protocolo de biossegurança, assinado no final de janeiro de 2000, em Montreal, confirma o artigo 10 e o direito de vetar a importação de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados)”. O que é o protocolo de biossegurança? O que diz o artigo 10? O texto, no tocante à função de mostração, adota uma postura na qual o emissor constrói o universo de discurso não compartilhando com o receptor todas as informações.

Depois de demonstrar uma preocupação mais diretamente endereçada aos consumidores dos produtos transgênicos, apenas no final a declaração faz referência a situações mais próximas do público preferencial do JST, ao defender a preservação das “pequenas propriedades rurais de agricultores familiares, baseados em uma agricultura tradicional e sustentável”. Aqui seria possível abrir um outro leque de discussão, uma vez que o MST, como princípio, não defende a agricultura tradicional. Na busca de viabilizar economicamente os assentamentos de reforma agrária, o Movimento postula métodos modernos de plantio (mesmo os agroecológicos) e a exploração racional da terra, muitas vezes criticando como arcaica a prática agrícola tradicional.

Um último bloco pequeno de texto completa esta página do JST, ainda ligado ao assunto transgênicos. A nota “PRESSÃO DAS MULTINACIONAIS” – com o título todo escrito em caixa alta, embora em corpo menor do que os demais títulos – trata de uma decisão judicial que envolve a empresa Monsanto. Para analisar esta matéria busca-se identificar principalmente os modos de mostrar e seduzir. Logo no início, a Monsanto é taxada como “empresa multinacional que pressiona as autoridades brasileiras para a aprovação do cultivo e comércio dos transgênicos no Brasil” e que sofreu uma “nova” derrota na Justiça Federal. Na formulação ideológica do MST o conceito de multinacional é carregado de negatividade, uma vez que o Movimento tem um ideário extremamente nacionalista. Ao informar que a empresa sofreu um nova derrota, embora não mencione a(s) derrota(s) anterior(es), o emissor procura mostrar que a Justiça não concorda com a postura da Monsanto. O uso do verbo sofrer, com sua carga de significado, é outro detalhe para seduzir o leitor marcando a personagem/empresa com valores negativos.

Numa construção complexa de oração, logo a seguir o texto vincula a Monsanto ao governo brasileiro, informando que a proibição impede também a autorização de novos plantios

ou comercialização de alimentos modificados. A crítica ao governo é uma constante no MST, como já foi tratado no presente trabalho. Resta ao leitor algumas indagações na continuidade do texto quando se informa os autores do processo – o Idec e o Greenpeace – sem qualquer explicação de quem são estas instituições, possivelmente pouco conhecidas no meio rural. Da mesma maneira não se explica a quem está vinculada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança que, “apesar da proibição”, liberou a importação de milho transgênico para ração animal. Não seria interessante, até por conta do fato de que os leitores do JST são potenciais compradores de ração para seus animais, especificar qual empresa conseguiu fazer a importação, para produzir que tipo de ração, com qual marca comercial?

Texto 2: O que é cultivo transgênico?

Data: Novembro de 2000 – Página 18

Publicado na seção “Balaio” – que ocupa as últimas páginas do JST e é formada normalmente por notas curtas, de caráter noticioso e variado –, o texto sob análise destoa do conteúdo normal da seção e recebeu uma retícula cinza para caracterizar esta diferença, e talvez também para chamar a atenção dos leitores. As funções de mostração e interação são as mais presentes, uma vez que o texto tem um caráter essencialmente explicativo, procurando estabelecer um referencial comum e firmar vínculos socioculturais com o interlocutor.

O título, composto por uma frase interrogativa – “O que é cultivo transgênico?”– cria no leitor a expectativa de uma resposta, que é certamente o objetivo do autor. A palavra “cultivo”, representando um sentido de aproximação com os leitores (agricultores preocupados com suas culturas), não foi bem empregada, pois o texto, embora explique o que são organismos geneticamente modificados, não aborda a questão das culturas que utilizam sementes transgênicas.

Ao contrário dos textos publicados quatro meses antes (na edição de julho e analisados pouco acima) e que apresentavam uma construção complicada de linguagem, com períodos longos e frases conexas, o presente texto foi composto quase sempre com frases curtas, diretas. Por exemplo: “Todos organismos vivos são constituídos por conjuntos de genes. As diferentes composições desses conjuntos determinam as características de cada organismo. Pela alteração dessas composições os cientistas podem mudar as características de uma planta ou animal”. A

preocupação didática não se sustenta, contudo, ao longo de todos os períodos. As referências a termos como “engenharia genética” ou “determinismo genético” não têm complementações explicativas.

No final, o autor enuncia possíveis conseqüências dizendo que “um gene transferido de outro organismo pode resultar numa manifestação de características com resultados imprevisíveis e diferentes das reações esperadas pelos cientistas”. O entendimento destas informações seria altamente facilitado com o acréscimo de alguns exemplos ao texto. Os leitores acompanhariam melhor as explicações se o modo interação fosse mais explorado, com o autor possibilitando a aproximação maior do leitor por intermédio de referências conhecidas em seu universo: Quais plantas ou animais já foram modificados? Quais conseqüências foram percebidas? O que é feito no Brasil? Etc., etc.

Texto 3: Atenção, cuidado com os transgênicos!

Data: Dezembro/2000 e Janeiro de 2001 – Página 10

Trata-se de mais um texto explicativo sobre os transgênicos que utiliza os modos de mostrar e interagir como formas principais de comunicação verbal. Publicado sob o chapéu “Especial”, o texto tem um título que se inicia com a interjeição “atenção”, seguida por uma frase imperativa “cuidado com os transgênicos”, cujo peso fica ainda maior com o acréscimo do ponto de exclamação.

Logo a seguir há uma frase interrogativa – “Qual é o perigo dos produtos transgênicos?”– que conduz os três primeiros parágrafos até um intertítulo também formado por uma pergunta – “O que você tem a ver com isso?”– buscando falar diretamente com o interlocutor. Embora tenha uma pretensão didática, o autor deixa perguntas sem resposta. Por exemplo, quando diz que “uma variedade de milho transgênico matou todas as borboletas no seu meio ambiente” e não menciona quando e onde isso aconteceu; ou ainda quando informa que “muitas empresas transnacionais fazem uma mudança na planta que as deixa estéril (sic)”, sem acrescentar quais empresas, em que tipo de semente.

No final do trecho em que trata dos perigos dos transgênicos, o emissor desenvolve um raciocínio pretensamente lógico com o objetivo de estabelecer uma interação com o leitor, “na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio”, segundo

definição de Milton José Pinto (p. 63). Diz o texto: “Como as empresas controlam as sementes, passarão a cobrar o que quiserem por elas, sem nenhum controle. Podem usar até como pressão sobre o governo, sobre o país”.

Ao tentar mostrar o que o receptor tem a ver com isso, a primeira referência está na informação de que existem, no Brasil, “pelo menos onze produtos nos supermercados que são feitos com produtos transgênicos, cujos efeitos ninguém sabe”. Mas os produtos não são citados, bem como a informação seguinte, sobre “avicultores que estão importando milho transgênico da Argentina para dar aos frangos”, demandaria maior complementação. Como acontece muitas vezes nos textos do JST, este também não tem identificação da fonte da informação, estabelecendo um vínculo de credibilidade direta do leitor com o próprio veículo.

Desta vez, ao contrário da edição de julho, o autor esclarece o que vem a ser o Idec e fala na ação judicial proposta pelo Instituto “para proibir o consumo e o cultivo comercial de produtos transgênicos”. Sem comunicar ao leitor que a ação teve sentença favorável, o texto vai logo emendando: “Mas muita gente não está respeitando”.

Um elemento de sedução é utilizado para atribuir juízo de valor às empresas “que cultivam ou que produzem” e que “em geral, não têm nenhum compromisso com a saúde pública”. A frase seguinte usa o verbo na primeira pessoa do plural (“vimos”) com o objetivo claro de aproximar enunciador e coenunciador, formando um todo coeso e disposto a lutar pelos mesmos objetivos. Pouco depois, ao citar o exemplo da vaca louca, na Europa, novamente a conjugação é plural.

Os dois últimos parágrafos do texto, que enfocam o comportamento do governo na questão, apresentam um trecho truncado. Na edição seguinte do JST, de fevereiro de 2001, há uma nota da redação esclarecendo que, em função do novo projeto gráfico adotado, a edição de dezembro/janeiro acabou publicada com várias falhas e cortes de textos. Vale apenas a referência ao uso da palavra “petulância” quando o autor menciona a edição de uma Medida Provisória sobre a questão dos transgênicos. Carregada de conotação negativa, a frase leva à valoração do comportamento governamental.

A ilustração utilizada na página, finalmente, demonstra as deficiências do material fotográfico do JST, que serão tratadas no próximo capítulo. Com quatro meses de atraso, usou-se uma foto feita durante o 4º Congresso Nacional do MST, que havia acontecido em Brasília, no mês de agosto de 2000. A imagem do protesto em frente à Embaixada dos Estados Unidos leva o leitor a vincular aquele país com o perigo dos transgênicos.

Texto 4: Somente lutando outro mundo é possível

Data: Fevereiro de 2001 – Página 11

Este é um dos poucos textos selecionados para a presente análise que tem um caráter mais noticioso, voltado para o relato de um acontecimento, com fontes de informação identificadas e uma estruturação mais parecida com as reportagens da chamada grande imprensa. A mídia convencional, é importante ressaltar, havia ocupado grandes espaços na cobertura do mesmo acontecimento nas semanas anteriores à edição do JST.

No dia 25 de janeiro, ao mesmo tempo em que acontecia em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, um grupo de manifestantes ocupou uma fazenda da empresa Monsanto no município gaúcho de Não Me Toque, destruindo uma plantação de dois hectares de soja transgênica. O assunto foi bastante explorado nos noticiários de jornais, rádios e televisões, quase sempre com um tom de condenação à atitude. O mesmo fez o governo – como relata o próprio texto do JST –, que iniciou um processo de expulsão do país do líder da organização Via Campesina, o francês José Bové.

A reportagem começa com uma declaração entre aspas do Frei Sérgio Görden, do Movimento dos Pequenos Agricultores. A escolha desta fonte, religiosa e certamente identificada no imaginário popular como insuspeita, indica a preocupação do emissor no sentido de legitimar a ação, que vinha sendo alvo de pesadas críticas.

Outra fonte citada é o líder do MST Adelar Pretto. Trata-se de um procedimento incomum no JST, que evita a exposição pública de suas lideranças em textos e imagens. Além de evitar o culto à personalidade – condenado pelo Movimento, como já foi visto – existe também uma motivação de segurança que justifica a atitude.

A função de mostração é a mais comum no presente texto e o emissor busca compartilhar com o receptor as informações, no geral esclarecendo as siglas e eventos mencionados, como MPA, Via Campesina, Fórum Econômico Mundial (sobre o Fórum Social Mundial havia uma reportagem ocupando a página 14 da mesma edição⁴). O autor, contudo, não manteve esta preocupação ao longo de todo o texto, pois existem duas citações sem esclarecimento do significado das siglas: ONGs e DOPS.

⁴ Um box nesta página 14, cercado com uma linha pontilhada e com o título “Não aos transgênicos!”, relata a visita feita, no dia 28 de janeiro, por agricultores franceses ao Assentamento Capela onde as 43 famílias que integram a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita produzem alimentos orgânicos e sementes ecológicas. O texto cita o destaque dado pela imprensa nacional e internacional à ocupação da fazenda da Monsanto e diz que “infelizmente” o mesmo não ocorreu no caso da Capela.

As operações de enunciação favorecem o estabelecimento de relações pelo leitor, embora algumas vezes com caráter unidirecional. É o caso, por exemplo, do trecho em que o autor informa que a Monsanto desenvolveu uma técnica que esteriliza a segunda geração das sementes, tornando os agricultores reféns da multinacional: “a Monsanto se tornaria a única proprietária das sementes do mundo”, diz o texto. A informação contradiz a fala do biólogo francês Jacques Testart – cuja entrevista foi publicada exatamente abaixo do texto em foco, na mesma página do JST –, que menciona pelo menos três companhias (Monsanto, Novartis e Aventis) que “desenvolvem tecnologia de produção de alimentos geneticamente modificados”.

O parágrafo seguinte começa com a expressão “segundo ele...” referindo-se ao líder Adelar Pretto, cuja identificação exige um exercício de memória do leitor, uma vez que a primeira citação da fonte foi feita 17 linhas atrás, e o texto, neste intervalo, apresentou uma grande quantidade de informações diferentes: que a Monsanto é fábrica de agrotóxico; que desenvolveu técnica para esterilizar sementes; que os agricultores ficariam reféns na multinacional; que há 10 mil anos os agricultores vêm desenvolvendo um trabalho de melhoramento de variedade pelo cruzamento e seleção de espécies; que a Monsanto se tornaria única proprietária de sementes no mundo. Voltando à fonte (antes que também neste texto a referência seja perdida), é possível perceber que o emissor escolheu a fala que fazia referência à lei que proíbe cultivo de transgênico, no sentido de conferir legitimidade à destruição da lavoura – acontecimento que é relatado apenas no parágrafo seguinte.

Dois outros dados são utilizados no texto, no modo de dizer de interação, para legitimar o ato: a citação de ONGs francesas (o autor não explica a sigla e nem especifica a quais organizações não-governamentais se refere) que denunciam o fato de 30% da soja cultivada no Rio Grande do Sul ser transgênica; e a informação da Via Campesina a respeito da condenação dos produtos transgênicos por 80% da população européia. O modo de interação se expressa a seguir, na frase de José Bové: “Por isso a Monsanto quer impor estes produtos à força para os países do hemisfério Sul. Para nós não importa se é Norte ou Sul, devemos queimar todas”. Os leitores assim passam a fazer parte do problema.

O último parágrafo trata da reação do governo: “A ação dos movimentos populares obrigou o presidente Fernando Henrique Cardoso a recorrer mais uma vez aos métodos da ditadura militar para proteger os interesses de empresas multinacionais...”. O verbo *obrigar*, usado no começo da frase, atenua, a princípio, a postura presidencial – o que não estaria de acordo com o receituário habitual do MST. Mas, logo em seguida, o texto acrescenta referenciais

históricos marcados de negatividade como *métodos da ditadura militar*, acrescidos pelo fato de ser *mais uma vez*. E ainda, que isso foi feito *para proteger interesses das multinacionais*. A interação, finalmente, é consolidada pela menção de que a ação do governo “causou indignação pública e solidariedade da sociedade”.

A fotografia que ilustra a reportagem não tem qualquer legenda explicativa, embora na primeira página tenha sido publicada uma foto do mesmo evento com a legenda: “Trabalhadores ocupam a fazenda de propriedade da empresa Monsanto em Não Me Toque (RS) e destroem plantação de soja transgênica”. A matéria em foco recebeu a seguinte chamada na primeira página: “Transgênicos são uma ameaça para a saúde da população”.

O título, “Somente lutando outro mundo é possível”, aparentemente não tem vinculação direta ao conteúdo textual. Na página 14 o leitor mais atento poderá encontrar a explicação: o tema do Fórum Social Mundial era “Um outro mundo é possível”.

O texto acima analisado ocupa meia página do JST. O restante do espaço é preenchido pela reprodução de uma entrevista, publicada no dia 28 de janeiro de 2001 pelo jornal *Folha de S. Paulo*, com o biólogo francês Jacques Testart. A entrevista, embora comece tratando de um assunto mais próximo aos leitores potenciais do JST com a pergunta sobre a *invasão* (termo da FSP) da fazenda da Monsanto, rapidamente desvia para a discussão do papel da ciência e dos pesquisadores no desenvolvimento de técnicas genéticas. Questões como a mistificação do progresso e da própria ciência; o implante de genoma humano; a técnica da clonagem; a independência da ciência, etc., são temas que demandam um nível de informação e formação bastante sofisticado.

Texto 5: A Era de Frankenstein

Data: Março de 2001 – Página 12

Autor: Eduardo Galeano

Trata-se de um dos raros artigos assinados sobre a questão dos transgênicos publicados pelo JST. O autor é identificado como “escritor uruguaio, autor de *As veias abertas da América Latina*”, e há uma pequena foto dele no alto da página. O texto carrega o chapéu “transgênicos” e seu modo de dizer opera basicamente com as funções de interação e sedução, neste último caso muitas vezes a ironia é o recurso de linguagem utilizado.

Uma das primeiras coisas que chama a atenção é a quantidade de referenciais históricos/culturais necessários a um bom acompanhamento do artigo. A começar pelo título: “A Era de Frankenstein” – personagem que não é mencionado no corpo do texto, restando apenas a ilustração, com uma semente de *frankeinsoja* deixando o cientista que a inventou confiante no dinheiro que ganhará.

Aldous Huxley e Stanley Kubrick, com suas respectivas obras, literária e cinematográfica, ainda merecem um pouco mais de explicação de conteúdo. Mas o personagem Asterix, citado numa comparação com o agricultor José Bové, não vem acompanhado de qualquer dado adicional. O herói gaulês, com certeza, é pouco conhecido no Brasil e, especialmente, entre o público do JST.

O vocabulário é complexo e, de novo, referências pouco compartilhadas entre emissor e receptor. Por exemplo: “James Watson, prêmio Nobel, descobridor da estrutura do DNA e chefe do Projeto Genoma Humano, predica o despotismo científico”. Talvez a premiação sueca instituída pelo químico Alfred Nobel seja razoavelmente conhecida, mas certamente não o é o Projeto Genoma Humano ou mesmo o significado da estrutura do DNA. Tanto a escolha dos léxicos quando sua junção apresenta dificuldades, como nas formulações “predica o despotismo científico” ou “exitoso teórico do êxito”, expressão que o autor utiliza para identificar o economista Lester Thurow. Conhecimento histórico também é necessário para decodificar a alusão aos “fornos de gás onde a Alemanha purificou a raça” ou às cirurgias realizadas em vários países “para evitar que fossem reproduzidos os produtos humanos de baixa qualidade”.

A sedução se faz com ironia em vários momentos do texto: “Se a sorte nos acompanhar, as estufas da futura geração irão gerar supercrianças parecidas com esses gênios”; “Primeiro o que vem primeiro, e em primeiro lugar a saúde da economia”; “Foi preço de ocasião. Três mil dólares para cada mentira”. O autor usa os verbos, muitas vezes, conjugados na primeira pessoa do plural, criando um tom de pertencimento dele, emissor, e dos receptores – todos envolvidos no mesmo quadro de domínio das multinacionais de alimentos que não informam corretamente sobre os produtos que estão colocando nas prateleiras dos supermercados, ou, como define o autor “as piruetas tecnocráticas na mesa do jantar”.

A responsabilidade é atribuída ao “sistema louco que nos rege”, mas o autor utiliza modos de interação e sedução para evidenciar que, junto com as empresas multinacionais que dominam o mercado, estão os governos. Além de citar o governo da França – que foi forçado pela mobilização popular a desautorizar o cultivo de milho transgênico – existe a menção

explícita à secretária de Estado, Madeleine Albright, que “dizia e repetia na Europa, conforme obrigação prioritária da diplomacia dos Estados Unidos: ‘Não existe nenhuma prova de que os alimentos geneticamente modificados sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente’”.

Por outro lado, o artigo do escritor Galeano cumpre, em alguns momentos, a função de mostra que o JST até então não tinha propiciado a seus leitores (pelo menos durante o período da presente pesquisa). Isso quando menciona alguns exemplos de danos provocados pelos produtos geneticamente modificados e explica suas conseqüências. É o caso do leite com hormônio artificial, cujo consumo está associado ao câncer de próstata e seio; das tortilhas de milho que provocaram reações alérgicas nos consumidores; ou a doença da vaca louca, cuja causa e efeito foram especificadas no artigo.

Texto 6: Tribunal mostra que sociedade não quer transgênicos

Data: Maio de 2001 – Página 6

Publicado na seção “Estados” do JST, o texto tem caráter noticioso, com relato de um acontecimento: o tribunal de opinião realizado em Fortaleza, no mês de abril, para julgar o cultivo, comercialização e uso de transgênicos no Brasil. Embora a estrutura da matéria siga as regras elementares do jornalismo convencional – respondendo às seis perguntas tradicionais que o texto noticioso deve contemplar: o quê, quando, onde, quem, como e por quê – não existe menção à fonte de informação, o que é raro e não recomendado na chamada grande imprensa.

O modo de dizer básico do texto é a mostra, já que descreve o acontecimento, o situa no tempo e no espaço, compartilhando conhecimentos entre o enunciador e o coenunciador. Ao contrário do conteúdo normal dos textos do JST, o modo de sedução está praticamente ausente: o texto não utiliza palavras ou formulações valorativas, numa construção que segue as regras de objetividade e neutralidade normalmente defendidas pelo jornalismo. A empresa Monsanto, por exemplo, é identificada nesta notícia de maneira bem mais neutra do que nos demais textos: “maior produtora mundial de sementes transgênicas e que já requisitou centenas de pedidos para desenvolver OGMs no Brasil”. A informação complementar a respeito da Monsanto é que ela recusou o convite para prestar testemunho de defesa no tribunal.

Talvez pressionado por uma questão de espaço, o autor foi obrigado a condensar informações e deixar algumas delas de fora. Por exemplo: quem eram os 11 integrantes do júri?

Quais as seis perguntas feitas a eles? Qual indagação recebeu a resposta sim, já que a matéria diz que cinco respostas foram negativas? Onde serão realizados os outros tribunais?

A sensação de falta de espaço fica patente no final da notícia, quando as recomendações parecem ter sido abreviadas e, no mesmo parágrafo, entraram as breves referências aos outros tribunais e os nomes dos organizadores do evento de Fortaleza – sem explicar ao leitor o que sejam Esplar e Action Aid Brasil.

Texto 7: Com bom senso e sem transgênicos

Data: Junho de 2001 – Página 3

Autor: Carlos Tautz

O autor é “jornalista e assessor de imprensa da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos”, informa o JST, que acrescentou o endereço eletrônico do profissional em sua identificação, no pé da matéria. Trata-se de um texto com caráter didático, que usa a interação e a mostração como principais modos de dizer. A fotografia ilustrativa da página, novamente sem legenda – uma prática habitual do JST, embora incorra em falha jornalística pois sonega informação ao leitor –, aparentemente foi obtida na ocupação da fazenda da Monsanto em Não Me Toque (RS), no mês de janeiro, com a destruição de um plantio de soja transgênica. A assinatura da imagem pelo menos é do mesmo profissional, e a cena é parecida com outras já mostradas no JST.

Nesta página, editada sob o chapéu “Especial”, constam ainda dois outros boxes informativos. O primeiro é uma lista de dez produtos transgênicos vendidos nos supermercados brasileiros (em um outro texto do JST falava-se em onze produtos transgênicos no mercado nacional), com as respectivas empresas fabricantes colocadas entre parênteses. O leitor, contudo, não é esclarecido que os nomes entre parênteses referem-se aos fabricantes. Apesar da relevância da informação, é possível imaginar que tais produtos dificilmente comporiam a lista de compras de uma família sem-terra. A fonte de informação é a ONG Greenpeace.

Há ainda uma tabela, cuja fonte é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, identificada pela sigla, mas há menção do significado no corpo do texto. Aliás, esta é a primeira vez, ao longo de um ano, que o JST esclarece o fato de que a CTNBio “é um órgão auxiliar do Ministério da Ciência e Tecnologia”. Até então, os leitores não sabiam a quem o organismo

estava vinculado. Esta informação consta do presente texto de uma maneira um tanto confusa, em um trecho com diferentes sinais de pontuação – hífen e parênteses, além de vírgulas e ponto –, exigindo do leitor uma grande capacidade de percepção: “Portanto, seria uma medida de bom senso, dizem, autorizar o seu cultivo comercial no Brasil – o cultivo em lavouras experimentais em espaços reduzidos é arbitrariamente autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio, órgão auxiliar do Ministério da Ciência e Tecnologia, que deveria se limitar a emitir pareceres técnicos)”.

Voltando à tabela: os dados referem-se ao número de experimentos transgênicos autorizados pelo governo no período 1997/2001, nas diversas regiões brasileiras. Pelos números é possível perceber uma redução acentuada destes experimentos: de 360 no total do país em 1998 para 99 em 2000 e 51 neste ano (os dados referem-se, provavelmente, apenas aos primeiros meses de 2001, mas esta informação não fica clara). No texto não há qualquer abordagem complementar destes números.

O autor começa apresentando os argumentos dos defensores (não identificados) dos produtos transgênicos que, logo no segundo parágrafo, têm sua autoridade descredenciada pelo fato de serem “executivos e cientistas contratados por empresas produtoras de transgênicos e/ou pesquisadores interessados ou já agraciados por financiamentos dessas mesmas empresas”. As companhias, por sua vez, são descritas como aquelas que “vendem sementes transgênicas casadas com agrotóxicos”. Também neste caso não existe no texto qualquer menção explícita às empresas.

O verbo *recordar*, utilizado pelo autor quando se refere ao fato de que 75% dos transgênicos pesquisados no Brasil serem resistentes apenas a herbicidas, busca uma interação com o leitor, que já teria conhecimento do dado e estaria apenas sendo lembrado a respeito. O mesmo vale para todas as informações que constam do parágrafo e que, na verdade, não tinham sido disponibilizadas nos últimos doze meses aos leitores do JST. São explicações a respeito das modificações genéticas introduzidas nas sementes, suas conseqüências e o percentual de experimentos vinculado a cada caso.

Na seqüência, o autor cita o estudo desenvolvido por Charles Benbrook, de Idaho (EUA), dizendo que a produtividade da soja transgênica é menor. A pesquisa merece, no texto, grande credibilidade, expressa pela escolha lexical do trecho onde se lê: “uma evidência científica”, “o cientista provou”, acrescida da confirmação “na verdade”. Além disso, o pesquisador é

identificado com o título de Dr., o que confere um grau ainda mais elevado de confiabilidade à fonte.

Depois de apresentar mais dois exemplos de prejuízos com transgênicos: pelo uso maior de agrotóxicos nas lavouras de soja, segundo pesquisa do Departamento de Agricultura dos EUA, e a pequena redução do consumo de inseticidas em comparação com o aumento da área plantada de milho Bt, também nos EUA, o autor passa a focar a situação brasileira, citando vantagens sociais e econômicas para a defesa da agricultura livre de transgênicos. A tentativa de cooptar o leitor, fazendo-o agir sobre o mundo, é clara na operação de enunciação a seguir: “Nosso país é a única grande área agricultável contínua no planeta que permanece livre dos transgênicos. E, se tomar uma postura firme e madura, pode tirar enormes vantagens comerciais dessa condição”. O emprego do pronome possessivo *nosso* é um dado a mais de interação. No final, didaticamente, o autor sintetiza as conclusões do texto e apresenta uma bandeira de luta: “O Brasil precisa rejeitá-los (os transgênicos) definitivamente”.

6.3.2 – Textos sobre o Projeto Popular para o Brasil

Texto 1: Repúdio ao endividamento externo

Data: Julho de 2000 – Página 15

Autor: Nelson Le Cocq

A ilustração da página dá o tom do conteúdo total da mensagem: trata-se de um texto do ponto de vista urbano. No desenho vê-se uma pessoa dormindo coberta por um jornal (cuja manchete é a palavra *moratória*) junto a um prédio, cercado por outros edifícios altos. O referencial do autor – identificado como “economista, doutorando no Instituto de Economia da UFRJ e militante do Movimento dos Economistas do Rio de Janeiro” – também fica claro já no primeiro parágrafo onde ele aponta os problemas de distribuição de renda do país citando as pessoas que “se acumulam sobre papéis de jornal assim que desce a noite nas ruas do centro do Rio de Janeiro”.

A sedução é o modo de dizer mais freqüente. O texto é bastante adjetivado, com atribuição constante de valores: as perspectivas são “áridas”; a armadilha financeira é

“implacável”; a abertura é “sem critérios”; a elevação das taxas de juros foi “extraordinária”; as condições de segurança da população são “péssimas”.

A construção das frases segue muitas vezes a ordem indireta e o autor usa grande quantidade de dados numéricos. “A liberalização financeira gerou um grau de endividamento do setor público que o torna paralisado em relação a capacidade de promover qualquer estratégia de crescimento”, é um exemplo de construção indireta. Ou, em se tratando de números “O resultado das políticas acima representou um aumento da dívida externa privada de US\$ 60 bilhões em 1994 para US\$ 138 bilhões no final de 1999. Quanto a dívida pública externa, passou de US\$ 87 bilhões para US\$ 101 bilhões o mesmo período”.

Há formulações complicadas para o leitor que não domine o vocabulário próprio da economia, como a “liberalização dos fluxos internacionais de capital” ou “serviços públicos privatizados não geram divisas em dólares, mas remetem lucros e dividendos”. Igualmente quem não conhece a área econômica ou não acompanha o noticiário do setor dificilmente saberá o que é Proer, programa citado no texto sem explicação do significado. Também não é fácil a compreensão de períodos como este: “Os pagamentos relativos a dívida geram um déficit público crescente, apesar dos aumentos que ocorreram na carga tributária no Brasil, aumentos que penalizam os assalariados e agravam o caráter iníquo do nosso sistema tributário (sic)”.

Depois de citar outros tantos referenciais urbanos e a economia de recursos pretendida pelo governo com cortes de salários e vantagens do funcionalismo público, no final do texto o autor defende a moratória da dívida externa. Mas também não esclarece ao leitor o que vem a ser isto: é simplesmente deixar de pagar? É renegociar, como o texto cita logo em seguida em relação à dívida interna?

Texto 2: Um Brasil de homens e mulheres novos

Data: Setembro/Outubro de 2000 – Página 9

Autor: Frei Betto

Trata-se da palestra proferida por Frei Betto aos participantes do 4º Congresso Nacional do MST, que aconteceu em Brasília, em agosto de 2000. O autor, cuja foto ilustra o alto da página, é identificado como “frade dominicano e autor de vários livros”. A frase utilizada como uma espécie de legenda da foto, pinçada no corpo do texto, não deixa de carregar um certo tom

de sensacionalismo tão comum na imprensa convencional: “Hoje somos uma nação estuprada pelo capital especulativo”. O uso do verbo *estuprar*, com sua carga de agressividade e sua presença freqüente nas páginas policiais sangrentas, faz um contraponto com o atributo *frei* do autor.

O texto tem um tom bem coloquial, típico da expressão oral. As frases são diretas, no geral curtas e de fácil entendimento. O emissor dirige-se diretamente ao ouvinte/leitor e constrói um discurso baseado nos modos de interação e sedução, onde os valores positivos são destacados no sentido dos próprios receptores. “Com vocês, queridos companheiros e queridas companheiras, tenho mais a aprender do que a ensinar. E cada vez que me vejo no meio de vocês confirma minha convicção que é meu lema de vida: é preferível correr o risco de errar com os pequenos do que ter a pretensão de acertar com os grandes”.

A valoração negativa é endereçada à elite “que nunca se sentiu brasileira”. Segundo o autor, embora nascida aqui, essa elite “historicamente só se sente em casa em Londres, em Paris, em Nova Iorque. Nunca o desenvolvimento do Brasil interessou de fato a essa elite que só tem olhos para engordar a sua fortuna”. Depois de historiar rapidamente os vários ciclos da economia brasileira, o texto diz que o mundo vive hoje “a globocolonização: o novo nome do colonialismo”, onde a elite brasileira tem o papel de agenciar, no país, os negócios estrangeiros. O estupro citado em relação ao capital especulativo se estende às questões culturais: “(Somos uma nação) ... estuprada pelos que insistem em fazer dos nossos corações e mentes receptáculos das fantasias enlatadas de Hollywood, como se violência e pornografia fossem sinônimos de diversão e cultura”, diz o autor num dos únicos trechos do texto em que talvez não tenham sido bem estabelecidas as fronteiras entre os conhecimentos assumidos pelo emissor e compartilhados com os receptores.

A ilustração da página, mostrando uma família sem-terra sonhando com um Brasil onde a bandeira tem um coração no meio, mantém referência com o título do texto – “Um Brasil de homens e mulheres novos”–, com o início e o final da fala de Frei Betto. No início ele cita o sonho de construir um país novo, com homens e mulheres novos. Usa três exemplos históricos de sonhadores, nomes certamente capazes de favorecer a identificação de amplos segmentos, se forem reconhecidos pelos ouvintes/leitores: Dom Hélder Câmara, bispo católico do Recife, ligado ao setor progressista da Igreja brasileira e que teve atuação intensa na defesa dos direitos humanos durante o período da ditadura militar (identificação provável com católicos, nordestinos, opositores à ditadura, militantes pelos direitos humanos); Martin Luther King, pastor

negro norte-americano, símbolo da luta contra o racismo (identificação com negros, protestantes e minorias em geral); John Lennon, líder dos Beatles, assassinado nos Estados Unidos e autor de muitas canções consideradas de protesto (identificação com os jovens ou pessoas de uma faixa etária mais velha, mas que acompanharam a trajetória de sucesso do cantor).

No final, o autor usa termos e faz colocações que integram o ideário do MST num grande gesto de interação e sedução: “Vocês são sem terra, mas não sem esperança, sem coragem, sem fervor revolucionário. (...) Não tenham vergonha de sonhar e lutar por uma sociedade socialista”. Palavras como *revolução* e *socialismo* não são tão freqüentes nos textos do JST, ao contrário do que acontece em publicações como as cartilhas do Movimento, especialmente as dos cursos de formação. No jornal, essa terminologia está mais circunscrita ao editorial e às entrevistas.

Texto 3: Resistência popular no campo

Data: Novembro de 2000 – Página 12

Autor: Horácio Martins de Carvalho

Periodicamente, com intervalos irregulares mas nunca superiores a seis meses, o Jornal Sem Terra publica textos nos quais reafirma as principais bandeiras do Movimento e justifica suas lutas. O artigo de Horácio Carvalho pode ser entendido como parte deste conjunto, que apresenta alterações ou ênfases pontuais em aspectos diferenciados, mas, regra geral, defende a desconcentração da propriedade da terra e políticas de viabilização da agricultura familiar.

O diferencial do presente texto – construído prioritariamente nos modos de dizer da sedução e interação – é a comparação do momento presente da história brasileira com a Alemanha nazista. Por meio de várias operações de modalização expressiva, utilizando escolhas do léxico também variadas (substantivos, adjetivos, advérbios ou verbos), o autor atribui um juízo de valor extremamente negativo ao Governo Federal, apontado como “orgânico” à classe dominante. O termo *orgânico* soa estranho neste contexto, uma vez que é normalmente referenciado de maneira favorável pelos integrantes do MST, que valorizam a organicidade como princípio fundamental do Movimento.

A sedução se faz em muitos momentos do texto: “O modelo econômico liberal imposto *arbitrariamente* pelas classes dominantes...”: “a *arrogância* do Governo Federal...”: “este

período da história propiciou a implantação da forma contemporânea de exercício do *fascismo* econômico: o neoliberalismo”, “a *pusilânime* solução final”. As construções são difíceis, com emprego de palavras pouco conhecidas e um grande volume de informação concentrada em um único período.

É necessário destrinchar um exemplo: “A inexistência de aumentos seletivos das tarifas de importação para impedir a importação predatória de produtos agropecuários, produtos esses importados que têm comprometido a soberania alimentar e que, aliado a ausência da garantia de preços internos, têm contribuído decisivamente para a exclusão social no campo”. Em 10 linhas (espaço de coluna) existem pelo menos cinco idéias: 1) não há aumento *seletivo* das tarifas de importação; 2) essas tarifas serviriam para impedir a importação *predatória* de produtos agrícolas; 3) a importação tem comprometido a *soberania alimentar*; 4) não existe garantia de preços internos; 5) tudo isso contribui para a *exclusão social* no campo. Em itálico, expressões pouco conhecidas que não são esclarecidas no texto.

Outro exemplo: “Isto é consequência do controle político e ideológico dos meios de comunicação de massa, pelas classes dominantes, que veiculam informações que confundem a opinião dos trabalhadores rurais e, mais, das políticas públicas compensatórias que iludem os desavisados ao dar-lhes migalhas para sobreviverem mais um tempo, um tempo de espera da *solução final*”. Novamente uma grande concentração de informações: 1) existe controle político e ideológico dos meios de comunicação de massa; 2) esse controle é exercido pelas classes dominantes; 3) os meios de comunicação de massa veiculam informações que confundem a opinião dos trabalhadores rurais; 4) as políticas públicas compensatórias também iludem; 5) dão apenas migalhas; 6) as migalhas são suficientes para garantir a sobrevivência por mais um tempo; 7) este tempo é a espera da solução final (o extermínio, segundo o autor mencionou anteriormente no texto).

O mesmo acúmulo de informações e idéias se dá nos trechos em que o autor apresenta dados numéricos: “Entre 1992 e 1998 os latifundiários proprietários dos imóveis acima de 20 mil hectares conseguiram ampliar suas terras em 20,4 milhões de hectares. Nesse ano de 1998 esses latifundiários eram donos de apenas 1.030 imóveis, representando 0,03% do total dos imóveis do país, mas tinham sob seu domínio 62,3 milhões de hectares, ou seja, 15% da área total dos imóveis do país. Por outro lado, ainda em 1998, haviam (sic) 3,1 milhões de imóveis com área até 100 hectares, ocupando uma área total de 68,7 milhões de hectares, total esse representando 16,5% da área total dos imóveis do país”. Em 19 linhas de coluna são citados 14 números, entre

anos, áreas e número de imóveis, além de percentagens. O texto também deixa a desejar, por exemplo, quando repete três vezes o adjetivo *total* na última frase citada acima.

O artigo, que ocupou duas páginas do JST, finaliza com uma série de propostas/bandeiras de luta divididas por itens, a saber: democratização da posse e uso da terra, garantia da soberania alimentar, mudança no modelo tecnológico e comunidades de resistência. Este último subtítulo constitui também uma inovação nos textos onde habitualmente são reafirmadas as lutas do MST. Ele traz um rol de procedimentos e condutas imediatas que devem ser adotados até a “superação do modelo econômico vigente”. A maioria dos pontos elencados tem relação com o meio rural: substituição de insumos externos ao estabelecimento agropecuário; formação massiva político-ideológica de milhões de trabalhadores rurais; incremento à aliança entre os pobres do campo; garantia da auto-sustentação ativa. Mas existem indicações de caráter mais amplo, como a “reafirmação dos valores que neguem o consumismo, o individualismo e a competição”; ou a “desobediência civil a todas as decisões legais provenientes de Medidas Provisórias”.

No final do artigo há também um chamamento amplo, endereçado ao segmento de leitores do JST que está fora da base ou da militância do MST: “A luta sem trégua contra a pusilânime solução final para os pequenos produtores rurais familiares implantada pelo Governo Federal é, antes mesmo do que uma tarefa dos militantes pela libertação, um dever de consciência de todos aqueles que desejam a reafirmação constante dos valores de equidade e justiça social”.

O texto se completa com uma ilustração significativa: uma fotografia (novamente sem legenda) que mostra uma multidão disposta à luta, com ferramentas e mãos para o alto. No primeiro plano, uma foice e um cartaz onde se lê “MST”.

A página inicial do artigo é ilustrada com uma foto de Horácio Martins de Carvalho, que ocupa espaço maior do que os normais 3 x 4 destinados às imagens dos colaboradores. O autor é identificado como “engenheiro agrônomo, consultor autônomo em planejamento e organização sociais, assessor de movimentos sociais e populares”.

Texto 4: Se a vaca é louca, outros bichos são piores

Data: Março de 2001 – Página 10

Autor: José Arbex Jr.

Ao contrário de outros textos publicados sob o chapéu “Projeto Popular para o Brasil”, o artigo de José Arbex (identificado como “jornalista e professor universitário”) não traz uma proposta concreta para algum segmento da vida nacional. Trata-se da junção de informações sobre o comportamento recente do governo e da diplomacia brasileira que se utiliza de mecanismos de mostração e sedução como formas de se comunicar com os receptores, e não apresenta nenhuma sugestão em termos de projeto para o país. O texto tem uma construção mais simples – aliás, o adjetivo *simples* é usado duas vezes pelo autor para conduzir o raciocínio dos leitores e levá-los a compartilhar pontos de vista. “No papel o esquema é muito simples. Mas, como todos sabemos, papel e espelho aceitam qualquer coisa”; “Vamos começar com a briga da vaca louca. É tudo muito simples”, diz ele. A simplicidade é demonstrada ainda no uso de expressões populares como “chover no molhado” ou “lero-lero”.

As marcas negativas dadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao comportamento da diplomacia nacional permeiam todo o texto e muitas vezes se exercem pela ironia: “No mundo globalizado, afirmam os ‘especialistas’ de FHC”; “FHC se submete a participar do ‘mundo globalizado’ em posição subalterna e servil aos interesses dos donos do capital financeiro internacional”; “posição vergonhosa do governo brasileiro”; “‘nossa’ burguesia é, historicamente, covarde”; “basta lembrar a firme e ousada postura de Geraldo Quintão”; “confesse, caro leitor, admita: você jamais viu uma manifestação de defesa da soberania nacional tão ousada, viril e digna”. Neste último trecho, o emissor dirige-se diretamente ao receptor, procurando constituir laços de cumplicidade. O mesmo acontece quando ele diz que não vai “importunar o leitor com uma lista tão deplorável e humilhante”, referindo-se aos “exemplos de subserviência aos planos do imperialismo”.

Embora a preocupação em descrever as coisas, estabelecer relações entre elas, situando-se no espaço e no tempo – características da mostração – seja comum no texto, há momentos em que um referencial histórico é requerido, superando talvez a fronteira de conhecimentos dos receptores: “Cesar só visita as províncias em situações excepcionais”, comenta, entre parênteses, o emissor quando se refere ao fato do embaixador brasileiro Celso Lafer ter posado para fotos, ao lado do chefe do Departamento de Estado Americano, Collin Powell, em Washington. Será clara a referência aos imperadores romanos?

A página apresenta duas ilustrações: uma fotografia do autor, em tamanho 3 x 4 e uma charge que ocupa duas colunas, no meio do texto, onde uma vaca aparece em primeiro plano carregando um cartaz “Fora FHC”. Mais ao fundo, ao lado de Tio Sam, vestido com a cartola e o fraque dos EUA, FHC, de faixa presidencial, afirma: “Liga não... ela é louca”.

A insistência em relação à vaca louca, presente na ilustração, no título principal – “Se a vaca é louca, outros bichos são piores”– e em um dos intertítulos – “Vaca louca e outros bichos menos nobres” (o outro intertítulo refere-se ao Plano Colômbia), justifica-se pela conjuntura do momento. Nos meses de fevereiro e março os noticiários estavam repletos de matérias a respeito das suspeitas da presença da doença da vaca louca no Brasil, que determinaram a suspensão das exportações de carne para alguns países. Esta preocupação, certamente, atingia o público preferencial do JST. Embora não sejam pecuaristas, muitos têm algumas cabeças de gado e poderiam temer a doença.

Texto 5: Exportações agrícolas e reforma agrária

Data: Abril de 2001 – Página 10

Autor: Reinaldo Gonçalves

O autor, Reinaldo Gonçalves, apresentado como “professor titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, compõe um texto onde a mostraçãõ é o principal modo de dizer e onde os operadores referenciais utilizados estão distantes de serem compartilhados entre emissor e receptor. A linguagem é essencialmente econômica. Por exemplo: “Eles ignoram o desequilíbrio de estoque causado pelo passivo externo da economia brasileira (dívida externa e forte presença de empresas estrangeiras) e se concentram nos desequilíbrios de fluxo do comércio exterior”; “Persiste o problema de promover o aumento do valor agregado, independentemente da maior produtividade destes produtos, bem como a internalização dos benefícios”; “Esse fato é ignorado pelos panglossianos, que também deixam de lado os desequilíbrios de estoques associados à dívida externa e ao capital estrangeiro (investimento externo direto), que são causas da enorme rigidez das contas externas”, ou ainda “O cenário brasileiro é de crescente vulnerabilidade externa, com decrescente grau de eficácia no uso de um instrumento-chave da política econômica (câmbio)”.

O autor pelo menos esclarece sua referência histórico/cultural a Voltaire e a origem do adjetivo panglossiano – embora apenas na segunda menção tenha acrescentado, entre parênteses, a explicação “otimista incorrigível”. Mas não oferece dados complementares de outras citações como, por exemplo, quando aponta o fato de que haveria ganhos de produtividade em lavouras de batata-semente, alho, cana-de-açúcar, banana, pêssigo, soja, cevada, feijão, milho, cajueiro-anão... A colocação de que “não há escassez de evidências anedóticas” fica difícil de acompanhar neste caso, mesmo porque *anedótico* refere-se a algo engraçado, e os dados apontados em relação ao morango e ao custo da fecundação artificial são sérios.

As críticas endereçadas ao modelo otimista-exportador de produtos primários têm um timbre cauteloso. O emissor usa o verbo *poder*, no sentido de indicar uma *possibilidade* (não certeza) para dizer que “o sucesso do plano micro pode ser um fracasso na dimensão macro”. A cautela está presente também na formulação: “ainda que, localmente, estes casos de sucesso representam uma alternativa econômica viável, na ótica do conjunto do país é difícil imaginar que um modelo de especializações avançadas (centrado em produtos intensivos em recursos naturais) seja uma estratégia sustentável”.

A *proposta* embutida neste artigo que integra a série “Projeto Popular para o Brasil” fica restrita a uma única oração: “O país precisa, urgentemente, de uma Reforma Agrária radical, que dará sustentação a um modelo orientado para o mercado interno de consumo de massas, e também reduzirá a brutal desigualdade de riqueza e renda”. No mais, além da abordagem do que o autor chamou de “visão morango do Nordeste”, o texto amplia o espectro de personagens ligadas ao Governo Federal que são objeto de críticas. Ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso, estão citados os ministros da Reforma Agrária, que “não passa de um estudante de propaganda e marketing”, e o ministro da Agricultura, que “transformou-se em mero despachante de grandes empresas multinacionais”.

O desenho ilustrativo mostra um nobre, com suas vestimentas medievais, escrevendo com uma pena, à luz de lampião, e com uma cesta de morangos ao lado. Ele é Cândido, o otimista, e pensa em um Brasil sorridente com o título da reforma agrária em uma mão e a enxada em outra. Partindo do personagem de Voltaire e, dentro do contexto da mensagem, o sonho pode parecer também panglossiano.

Texto 6: Energia: as consequências do entreguismo neoliberal

Data: Maio de 2001 – Página 3

Autor: Ricardo Maranhão

O facho da lanterna carregada por uma multidão que quer o fim do governo FHC projeta um Brasil negro, vivendo no apagão. As pessoas têm expressões mais indignadas do que bravas e não têm características de moradores do meio rural. A charge, que ilustra a página em análise, aponta para um texto de tom urbano que, no início, aborda a questão da crise de energia e conclui com um libelo em defesa da Petrobras. O autor, Ricardo Maranhão, é “engenheiro, ex-presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras, vereador do Rio de Janeiro e líder do PSB na Câmara Municipal”. Esta vinculação com a companhia explica os dois últimos e mais inflamados parágrafos do texto onde o emissor usa a interação para defender “a minha, a sua Petrobras”, estabelecendo um vínculo direto com o leitor.

A função de mostração é utilizada inicialmente para fazer um relato das regras do apagão no Brasil, em paralelo com o que está ocorrendo na Califórnia. Há deficiências nos operadores referenciais empregados na medida em que o enunciador deixa de esclarecer siglas (BNDES, CHESP, Eletronorte) ou tenta estabelecer quadros não compartilhados ou compartilháveis: “Quem não se lembra da Light, controlada pelo grupo Brascan, polvo canadense? Quem não se recorda da Bond and Share?”. Possivelmente poucos brasileiros além dos cariocas...

A interação está intercalada e o autor coloca de forma explícita seu chamado à reação coletiva como uma resposta “ao modelo de governo neoliberal que esfacela nossas potencialidades, arquivando-nos em funérea quietude, sem voz e com susto”. A sedução também tem espaço quando o ex-ministro Eliseu Resende é acusado de faltar com a verdade, ou quando o processo de privatização é classificado como “nefasto” ou ainda na oração: “Esta política é entreguista, discriminatória, irresponsável”.

A defesa do modelo estatal de geração e distribuição de energia recebeu argumentos baseados na história do país, desde o início do século. O período em que o autor aponta a existência de maiores investimentos no setor é justamente durante o regime militar – de 1970 até o início dos governos neoliberais “que cortaram sistematicamente os investimentos da Eletrobras e das subsidiárias, por imposição do FMI”. Ele não menciona esta contingência histórica.

O processo de privatização reduziu o emprego de “mais de 540 mil trabalhadores”, provocou “retrocessos sociais e tecnológicos, fechamento de empresas para consolidar posições monopolistas, queda da qualidade dos serviços, aumento brutal de preços e tarifas,

desnacionalização da economia, para citar apenas alguns desacertos”. O texto ainda acrescenta que “foram mais de 120 grandes empresas praticamente doadas e a dívida pública aumentou de 20 bilhões de reais para mais de 600 bilhões”. Todas as informações estão sem fontes e, inclusive, sem referência temporal em relação ao crescimento da dívida.

Texto 7 : MST e as comunidades rurais resgatam produção de sementes

Data: Julho de 2001 – Página 12

Trata-se de um texto que se enquadra perfeitamente no chapéu “Projeto Popular para o Brasil”: parte de um dado da realidade, faz a contextualização histórica, mostra as alternativas e as propostas para sua efetivação. Didaticamente, expõe o assunto em itens onde ficam claros alguns enfoques normalmente presentes no MST: a mobilização massiva, a necessidade de apoio de outros setores, a formação, o resgate cultural, o papel das lideranças.

A mostração é a forma de dizer dominante, em um texto pouco adjetivado e praticamente sem apelo a termos mais complexos (uma exceção talvez seja a “oligopolização”). A abertura remete às reportagens tradicionais da chamada grande imprensa, com o foco em um acontecimento que seria a base da “notícia” – o resgate da produção de sementes pelas comunidades rurais do Oeste de Santa Catarina. O fato é comparado ao início da agricultura quando o Homem (grafado em maiúscula para identificar a raça) começou a domesticar plantas e animais.

Os problemas começam a surgir junto com o desenvolvimento do capitalismo (século XIX), se agravam depois da Segunda Guerra Mundial e ficam alarmantes com a introdução dos transgênicos: “Hoje, devido aos transgênicos, algumas empresas têm acentuado poder de oligopolização das sementes”, diz o texto, que cita a seguir as transnacionais Monsanto, Novartis e Aventis – sem acrescentar qualquer valoração, apelando para a sedução.

A mostração prossegue com o estabelecimento de referenciais de espaço e tempo em relação à região da qual se fala, no intertítulo “Crise na região”. A situação do Oeste catarinense é atribuída à política agrícola e ao modelo econômico do governo “que tem por base a utilização de insumos externos as (sic) comunidades rurais”. Outros problemas: o esgotamento da água e do solo “através de tecnologias inadequadas e voltadas à monocultura” e a globalização da

economia “em razão da qual os mercados tornam-se cada vez mais amplos, competitivos e excludentes”.

A história do MST no estado é resumida no intertítulo “A Resistência” e logo depois “A Proposta” completa os dados mais recentes da trajetória de resgate das sementes e expõe os critérios e princípios do trabalho: produção agroecológica; cultivos preferencialmente coletivos, com finalidade social e política, além de econômica. A sugestão é também difundir a iniciativa para todo o estado e depois o Brasil “através de prévias discussões com entidades e pessoas com interesse de produção”.

Um bloco de oito propostas fecha o texto e apresenta grande semelhança com o ideário do MST: “Massificar junto aos agricultores, entidades regionais, estaduais e nacionais a idéia de produção de milho crioulo (...). Reproduzir um novo modelo produtivo, baseado na produção agroecológica, buscando uma alternativa de resistência ao atual modelo econômico (...). Buscar, junto com as comunidades tradicionais, elementos técnicos e práticos para o resgate cultural e social das famílias (...). Organizar um coletivo, estruturado e de boa formação política, que possa dar sustentação a proposta de produção de sementes de milho crioulo”. A necessidade de apoio no conjunto da sociedade não foi esquecida: entre as propostas está a de desenvolver um trabalho com entidades estaduais, federais e ONGs para “concretizar um amplo programa de pesquisa que defenda o pequeno agricultor”.

A página se completa com uma foto de mais de duas colunas (nove centímetros de coluna) que mostra três agricultores trabalhando. A roça não é de milho, mas a plasticidade da imagem é garantida pelas sombras de dois outros trabalhadores, colocados fora do foco da lente.

6.4 – Análise do número especial do JST

A iniciativa de publicação dos números especiais do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi adotada no início do segundo semestre de 2000, em um momento em que o MST estava sendo alvo de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público, em praticamente todos os estados, por suspeitas de desvio de recursos dos financiamentos concedidos aos agricultores dos assentamentos vinculados ao Movimento. Acusados de cobrança de “pedágio”, líderes do MST e dirigentes de cooperativas eram chamados a prestar depoimentos na polícia,

que apreendeu documentos contábeis em muitas empresas e entidades ligadas aos sem-terra. Ao par disso, havia um clima crescente de violência: uma dezena de trabalhadores rurais foram mortos nos primeiros meses do ano, inclusive um menino de 12 anos, filho do coordenador estadual do Movimento, assassinado em Rondônia.

No Paraná aconteceu a morte do agricultor Antonio Tavares Pereira, na BR 277, em Campo Largo, quando a Polícia Militar tentava impedir a passagem de ônibus com os sem-terra que realizariam uma manifestação em Curitiba, no dia 2 de maio. No interior do estado, dezenas de áreas ocupadas por integrantes do MST foram despejadas, muitas com registro de violência. Os mesmos episódios se multiplicavam pelo país.

O momento é descrito da seguinte maneira por João Pedro Stédile:

Em agosto do ano passado o governo vinha com aquela ofensiva na imprensa, todo dia pau e pau, e nós não tínhamos espaço. Então reunimos os jornalistas amigos que atuam na academia e nos grandes jornais e pedimos: vocês, que conhecem do ramo, nos ajudem. E surgiram um monte de idéias de como enfrentar o pensamento único que a burguesia usa na grande imprensa. Entre as idéias, esse grupo de consultores disseram: você tem que ir pra rua e disputar com o governo, façam um jornal massivo. Eles insistiram muito, inclusive, que fosse standard porque, por nós, caía na panfletagem. O standard tem outra recepção na massa. Insistiram que tivesse foto, aquela coisa toda. (...) Foi dado um trato mais profissional, mas mantendo nossos princípios, quem foi lá não foi pra ganhar dinheiro. Trabalhava de dia na redação e à noite, fazia o jornal. Fizemos também a distribuição na forma de campanha: se formaram brigadas nas capitais e, no máximo em três dias distribuímos tudo e a receptividade da população foi muito grande (Stédile, entrevista em Curitiba, no dia 2 de maio de 2001).

Em abril de 2001 circulou a terceira edição especial do JST. Também naquele momento a conjuntura não era favorável ao MST. No final de janeiro, durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, um grupo de 1.500 sem-terra havia ocupado uma fazenda da empresa Monsanto no município de Não Me Toque (RS) e destruído uma plantação de soja transgênica. O episódio teve grande repercussão na mídia brasileira que, de maneira geral, condenou a atitude do MST. O governo também se pronunciou contra e chegou a ameaçar de expulsão o líder camponês da França, José Bové, que participou da ocupação.

Ao mesmo tempo, estava sendo levado ao ar, pelas redes nacionais de televisão, uma propaganda assinada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal, com o objetivo de informar que a Reforma Agrária seguia a passos rápidos. Usando uma estratégia pouco convencional de marketing, a peça publicitária mostrava uma atriz que, caminhando pelas ruas de uma grande cidade, começava criticando o governo por não fazer a Reforma Agrária. Uma voz masculina, *em off*, respondia as colocações da moça que, no final do diálogo, ficava convencida de que o governo estava agindo corretamente.

Estes são os dois assuntos principais da edição especial de abril. Há ainda uma página que resgata a história do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, em 1996, e protesta contra a impunidade. Na mesma página, uma matéria sobre os conflitos de terra na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

A opção por uma análise mais detalhada deste número se justifica pelo fato de terem sido citadas, nas entrevistas e questionários da presente pesquisa, algumas das matérias que integram a edição. Especialmente os monitores do sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que participavam de um curso na Lapa e responderam a um questionário sobre o jornal, mencionaram o número especial que havia sido recentemente distribuído. Na verdade, os leitores confundiram a edição especial com o número do JST do mês de abril que também havia circulado dias antes do encontro. Em outros momentos da pesquisa, igualmente os entrevistados citaram a edição especial de abril. Eles usaram a expressão “soja louca” para referirem-se aos produtos transgênicos, adotando a mesma terminologia utilizada na manchete daquele número e que não havia sido empregada até aquele momento nas edições normais. Reiteradas vezes os entrevistados citaram também a matéria que ocupava a última página deste número especial. O texto “Propaganda mentirosa” respondia à campanha que o governo estava desenvolvendo pela televisão falando sobre os resultados da reforma agrária.

Restam as indagações: por que o número especial chamou mais a atenção dos leitores? Por que seu conteúdo ficou mais marcado na memória?

Não existem pesquisas conclusivas, em todo o Brasil, sobre a maior credibilidade dada aos leitores ao formato *standard* de jornal, embora Stédile tenha citado a “maior recepção” deste formato pela massa. Concretamente, este é o formato mais comum adotado pela grande maioria das publicações em quase todo o país. Mas há diferenças regionais: no Rio Grande do Sul, por exemplo, o jornal de maior circulação, o *Zero Hora*, é tablóide, e o mesmo acontece em Santa Catarina com o *Diário Catarinense*. No Paraná, depois de algumas experiências malsucedidas no passado há um novo tablóide circulando desde novembro do ano 2000, o *Primeira Hora*, com escasso sucesso de público até o momento.

Talvez entre os leitores do Jornal Sem Terra o formato *standard* da edição especial tenha chamado mais a atenção pelo simples fato de ser diferente do habitual. O espaço editorial mais amplo permite, por outro lado, o uso de letras maiores e mais encorpadas, embora a fotografia principal constante da primeira página deste número especial não tenha sido publicada em tamanho muito diferente das ilustrações comuns nas edições normais. Chama certamente a

atenção uma coluna que aparece à esquerda da primeira página, em todas as edições especiais, com fotografias e depoimentos de pessoas conhecidas que apóiam o MST. No presente caso, constavam os atores Joana Fomm e Mário Lago, além dos cantores Chico César e Zé Geraldo na última página. Em números especiais anteriores estavam presentes personalidades como Chico Buarque, Lobão, Leci Brandão, Patativa do Assaré, Oscar Niemeyer, Celso Furtado, Dom Tomás Balduino, Plínio de Arruda Sampaio, Milton Santos e outros.

Ainda na primeira página é importante perceber os matizes de cores: o logotipo Sem Terra continuou no habitual vermelho, mas a manchete foi publicada em duas cores: a primeira parte do título “Cuidado com a ‘soja louca’” estava em preto, seguida da frase “Transgênicos ameaçam a saúde do povo”, em letras verdes. Três textos usavam retículas coloridas como forma de destaque: os depoimentos dos atores tinham fundo verde-claro e azul-claro, enquanto o editorial estava em amarelo com uma sugestiva tarja verde-bandeira acima, numa referência clara às cores nacionais.

A foto principal mostra uma cena da destruição da lavoura de soja transgênica da Monsanto em Não Me Toque (RS). No primeiro plano os trabalhadores estão arrancando as plantas e sorriem, num misto de surpresa e satisfação pelo gesto. Pouco atrás, outros sem-terra caminham (para arrancar a plantação mais adiante?), alguns carregando bandeiras e usando bonés do Movimento.

Na página dois há mais uma fotografia da destruição da lavoura da Monsanto, mas desta vez não é possível ver as expressões dos trabalhadores que estão de cabeça abaixada. Ao fundo da imagem vê-se uma grande movimentação de pessoas e bandeiras dando credibilidade à legenda que informa a presença de 1.500 trabalhadores na ocupação da fazenda.

Nesta mesma página, ilustrando a matéria complementar intitulada “Assentamentos do MST produzem alimentos saudáveis”, a foto mostra uma ampla mesa, iluminada pelo sol e coberta por um arranjo de frutas, verduras e legumes. Atendendo ao conceito de *divina proporção* nas imagens⁵, a bandeira do MST ocupa o primeiro plano, à direita da foto. Completando o material ilustrativo da página está uma fotografia com uma lata e um pacote de sementes agroecológicas Bio Natur, produzidas em um assentamento do MST. Os produtos foram colocadas sobre uma bandeira do Movimento.

⁵ Sobre o assunto ver próximo capítulo com análise dos elementos visuais do JST.

6.4.1 – Textos de cooptação

Os editores da primeira página do número especial do JST optaram por agrupar todas as chamadas das matérias internas em um texto único, de uma coluna, que ocupa mais de meia página do jornal, logo abaixo da manchete e ao lado da foto principal. O texto não está justificado, o que garante maior leveza à diagramação, por deixar espaços em branco nos finais das linhas.

Desde a primeira frase o emissor fala diretamente ao leitor: “Uma nova ‘praga’, traiçoeira e silenciosa, ameaça a sua saúde: são os alimentos transgênicos, a comida artificial fabricada por grandes multinacionais, como a Monsanto, produtora de soja e de herbicidas”. O emprego do substantivo *praga*, embora entre aspas e dando a idéia de uso figurativo, já transfere toda a conotação negativa da palavra aos alimentos transgênicos. Mesmo assim, o texto ainda acrescenta os adjetivos *traíçoeira*, *silenciosa* e *artificial*, reforçando a negatividade com a qual encara a questão.

A cooptação prossegue no parágrafo seguinte: “Cuidado, caro leitor: você pode estar ingerindo veneno!” . A interjeição de advertência *cuidado* pede atenção, e o vocativo é constituído pelo adjetivo *caro*, no sentido de prezado, e pelo substantivo *leitor* que, neste momento, já se aproximou do enunciador. O substantivo *veneno*, novamente com toda a sua carga de negatividade e temor, seguido de um ponto de exclamação, acrescenta novos elementos ao modo de dizer interação, embora o verbo composto tenha uma conotação de possibilidade, não de certeza.

Depois de uma referência à epidemia da “vaca louca” na Europa, explicando rapidamente do que se trata e de fazer menção ao comportamento do governo, “que em vez de proteger a saúde pública, prefere fazer o jogo das multinacionais que querem empurrar veneno goela abaixo dos brasileiros”, o texto pede ao leitor que faça um gesto de participação: “Vire a página e você saberá o que são os transgênicos, como e porquê ameaçam a saúde do povo”.

De certa maneira forçando a linha de raciocínio, a chamada de primeira página prossegue: “E por falar em morte, em abril...” diz, referindo-se ao massacre de Eldorado dos Carajás e, logo a seguir, ao clima de tensão no Pontal do Paranapanema (matérias que constam da página 3). O texto da primeira página tem um último parágrafo chamando para a matéria da contracapa: “Mas o governo insiste na mentira de que está fazendo a Reforma Agrária. Tem até propaganda na

televisão contando essa lorota. Conheça a verdade à pag.4”. Os substantivos *mentira, lorota e verdade* não poderiam ter maior carga qualitativa. O governo engana, a justiça está com o MST.

A opção por dirigir-se diretamente ao leitor, criando um vínculo de cumplicidade, aparece também no texto da segunda página, “Transgênicos ameaçam a sua saúde”, onde o enunciador mescla a mostração e a interação. A tentativa de construir uma linguagem bem próxima à coloquial chega a escorregar em formulações de efeito duvidoso como quando, para responder à indagação sobre os problemas trazidos pelos transgênicos, usa-se a introdução: “Xiixiii, Marquinho, aí é que a vaca torce o rabo! Os problemas são muitos. Vamos só falar dos principais”. Esta oração está editada com corpo diferente do restante da matéria, com o objetivo possivelmente de quebrar a aridez das informações e recolocar a cumplicidade leitor x emissor.

O uso de perguntas, editadas em letras vermelhas e tamanhos bastante maiores do que o corpo do texto normal, é um recurso didático completado com o emprego de letras verdes nos intertítulos dos cinco maiores problemas provocados pelos produtos geneticamente alterados. Na parte final do texto, volta-se ao vermelho: “Conclusão: NÃO aos transgênicos” , enquanto a última linha, em um tom amarronzado e também com letras maiores, faz um apelo aos leitores: “Junte-se a nós nessa luta!”.

O conteúdo principal da matéria segue a mesma linha didática das colocações dos intertítulos, explicando o que são e como são produzidos os alimentos transgênicos. Por duas vezes o emissor usa a construção “brincando de Deus” para referir-se ao comportamento dos cientistas que mexem nos genes dos seres vivos. O texto é claro, simples, não usa expressões pouco conhecidas e recorre a vários exemplos para elucidar as informações. Uma colocação adicional, não encontrada em outras reportagens sobre o assunto nas edições normais do JST, refere-se à defesa dos estudos: “Ninguém é contra o avanço da pesquisa e da biotecnologia. Pesquisa pode ser uma coisa boa, se for feita por empresa pública, para o bem do povo e fiscalizada pela sociedade”, diz o texto, para completar que, no caso dos transgênicos, o controle é todo das multinacionais.

O contraponto ao perigo representado pelos transgênicos aos leitores é dado pelo outro texto da página: “Assentamentos do MST produzem alimentos saudáveis”, publicado com fundo colorido e ilustrado por duas fotografias. A matéria começa com uma lista de problemas – “analfabetismo, violência, desmatamento, contaminação dos alimentos e das águas, destruição dos solos e intoxicação de trabalhadores” – causados pelo “modelo agroquímico” vigente. O enunciador não explica o que é este modelo e qual sua relação com alguns dos problemas listados

(analfabetismo, violência) que não têm, aparentemente, vínculo direto com a questão do uso de insumos químicos na agricultura. Logo em seguida o texto sustenta que nos assentamentos do MST é diferente, listando áreas de produção de sementes livres de produtos tóxicos. As informações descem a detalhes dispensáveis como, por exemplo, a produção de 19,5 toneladas de milho crioulo nos assentamentos do extremo Oeste de Santa Catarina, na safra 1999/2000, “das variedades amarelo, palha roxa, mato grosso e pixurum 1, 4, 5 e 6”. Estes dados podem até ser interessantes para moradores de outros assentamentos, dispostos a desenvolver plantios semelhantes, mas é importante lembrar que as edições especiais do JST foram direcionadas sobretudo para o público urbano, com o objetivo de conter a investida do governo e da grande imprensa contra o Movimento, segundo palavras do líder João Pedro Stédile.

Nas páginas 3 e 4, o mesmo padrão de texto está presente: o conteúdo é didaticamente trabalhado, as frases são curtas, com vocabulário fácil. Os blocos textuais são divididos por intertítulos coloridos, usam-se trechos não justificados para dar maior leveza e vários boxes ganham retículas coloridas, facilitando a leitura. As ilustrações podem até não ser tão numerosas, como na última página, que trata da propaganda do governo sobre a Reforma Agrária, ilustrada com quatro “bonecos”⁶ da atriz que aparece na tela, mais duas fotos dos cantores Chico Cesar e Zé Geraldo. A diagramação, no entanto, não fica cansativa pelo uso das cores nos títulos, intertítulos e fundos de texto.

Para completar a análise do número especial do JST optou-se pela avaliação do editorial que consta da primeira página. Como já foi mencionado, trata-se de um espaço ocupado pelas cores nacionais: há uma tarja verde-bandeira onde o chapéu “Editorial” está grafado com letras brancas, enquanto o texto, em preto, foi publicado sobre um fundo amarelo. O título “O Brasil está um caos... FHC ainda vai piorar!” tem profundas relações com o conteúdo textual que, ao contrário da matéria sobre os transgênicos, não fala diretamente com o leitor. O editorial foi construído de maneira mais impessoal e sóbria. As frases novamente são curtas, diretas e de fácil entendimento.

O enunciador começa listando os problemas do país com a afirmação: “Nunca se viu tanta desgraça”, para citar o desemprego, a miséria, as condições dos serviços públicos, o salário corroído pela inflação. No campo político há a constatação das denúncias frequentes de

⁶ No jargão jornalístico são assim chamadas as pequenas fotos de personagens das matérias, no geral só com o rosto ou meio corpo.

corrupção, as acusações do senador ACM ao presidente FHC (usam-se apenas as iniciais dos nomes) e a menção de que o Congresso está cheio de pedidos para que se investigue o roubo do dinheiro público: “Não adianta. Não acontece nada”, constata o emissor para, logo em seguida, estabelecer o momento mais emocionado da comunicação. “Será que o Brasil tem jeito? Claro que sim!”, pergunta e responde o texto.

As possibilidades do país são descritas de maneira positiva e a solução apontada para todos os problemas é a Reforma Agrária, que traria maior produção no campo, barateando o preço dos alimentos e elevando o consumo, capaz de gerar mais emprego nas cidades. “Só que o governo prefere manter a terra nas mãos dos políticos, banqueiros, latifundiários e especuladores”, diz o texto, completando a lista dos “inimigos” já iniciada na frase em que dizia que “FHC governa para as multinacionais, para os banqueiros e para o FMI”.

A única referência mais próxima ao leitor é feita através do emprego do verbo pensar, na forma imperativa, o que representa uma operação de modalização típica do modo de dizer interação. Depois de descrever que o governo mente, com a ajuda da imprensa, e ataca as organizações de trabalhadores que lutam para distribuir a terra, o texto pede que o leitor pense: “Se o governo estivesse mesmo distribuindo terra, haveria tanta gente abandonando o campo e vindo para a cidade?”. É interessante notar que o editorial em nenhum momento faz referência explícita ao MST, colocando o Movimento junto com outras organizações que lutam pela Reforma Agrária.

No final o emissor repete as duas questões básicas do texto: “FHC pouco se importa com o povo” e “O Brasil tem jeito”, para acrescentar que a derrota do atual presidente abrirá o caminho para a resolução dos problemas nacionais. Não há um apelo direto à ação, mas o modo de dizer da sedução operou por todo o conjunto atribuindo valores negativos ao governo. Ao contrário do texto sobre os transgênicos, onde o final é um apelo ao engajamento na luta contra os organismos geneticamente alterados, pelos males que causam à saúde, o editorial parece firmar uma posição e deixar entreaberta a possibilidade futura da derrota do governo FHC, num tempo não perfeitamente esclarecido. A preocupação do emissor está mais relacionada à consolidação de entendimentos e leituras da realidade do que o apelo imediato à adoção de atitudes politicamente comprometidas que seriam típicas de um texto mais direcionado à militância.

6.5 – O que muda nas edições

Os modos de dizer *mostrar*, *interagir* e *seduzir* estão presentes nas páginas do JST – seja nas edições normais ou nos números especiais. Em um mesmo texto estas funções podem estar simultaneamente presentes (no geral estão), mas há sempre um modo de dizer preponderante, evidenciando a intenção principal do emissor e a resposta que ele espera do receptor.

Nos textos avaliados no presente capítulo, publicados nas edições normais do JST, verifica-se que a interação foi o modo de dizer mais comum, aparecendo em onze exemplos, dos quais cinco como função principal. A mostração esteve em dez textos, sendo quatro como modo de dizer preponderante, enquanto a sedução apareceu em seis artigos ou reportagens, sendo três de maneira principal. A interação presente no JST ultrapassa a perspectiva de forjar vínculos socioculturais com o interlocutor para alcançar o que Milton José Pinto define como “estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele e sobre o mundo por seu intermédio” (Pinto, 1999, p.63). Muitos textos apresentam verdadeiros receituários e são finalizados com apelos diretos à ação, na forma de palavras de ordem ou bandeiras de luta.

No mesmo conjunto de exemplos foram encontrados apenas dois textos de caráter essencialmente noticioso, sendo um com identificação de fonte e outro sem fontes mencionadas de informação. O estilo noticioso é o mais comum na imprensa convencional, representando o padrão textual que se considera melhor adaptado ao cultivo da objetividade, da imparcialidade e da isenção perseguidas pelo jornalismo⁷. A mostração é o modo de dizer predominante nos escritos jornalísticos normais, que descrevem coisas, pessoas ou fatos com o objetivo de construir referentes e estabelecer relações entre o que é informado de novo e o que o leitor supostamente já conheceria do universo em pauta. Isso porque os jornais, mesmo que endereçados a uma determinada fatia de público, com características relativamente próximas em termos culturais, é um produto de caráter universal: na medida em que chega às bancas para ser comercializado, pode ser comprado por qualquer pessoa. Este dado de público amplo e heterogêneo deve sempre ser levado em conta no momento da redação e da edição das matérias, ensinam os manuais e as escolas de jornalismo.

O JST, que é direcionado a um público mais determinado (mesclado entre integrantes de base, militantes e apoiadores do MST, como se viu), parece não se preocupar em cumprir integralmente a função de mostração. Muitas informações são deixadas sem a devida

⁷ Sobre o assunto, ver Capítulo 3, item 3.3.

complementação (por exemplo, quando se fala sobre produtos ou sementes transgênicas sem mencionar quais os existentes no mercado que possuem esta característica); não há empenho em aproximar as informações dos textos ao universo cultural dos leitores, utilizando exemplos que facilitarão o entendimento; os referenciais histórico-culturais demandados certamente ficam distantes da média do público preferencial do JST, por citarem autores, pensadores, políticos e artistas nem sempre muito conhecidos, bem como episódios históricos que não são amplamente identificados.

Algumas técnicas bastante utilizadas no jornalismo da chamada grande imprensa – e que deveriam ser regras para todas as publicações de cunho informativo porque implicam em respeito ao leitor – são desconsideradas pelo JST: as siglas muitas vezes não são esclarecidas; as fotos ficam geralmente sem legendas; as informações aparecem sem fontes. Este último aspecto tem implicações mais amplas do que a simples técnica jornalística mais usual: pressupõe a existência de um vínculo sólido de confiança entre o jornal e seus leitores, que devem acreditar diretamente na publicação. Esta, por sua vez, assume a responsabilidade pelas informações publicadas, na medida em que não se “protege” atribuindo a uma fonte, pessoal ou documental, a origem do que está repassando aos receptores. Esta confiança, como já foi visto, efetivamente existe, fazendo com que os leitores do JST considerem como verdade completa tudo que é editado em suas páginas.

A construção da linguagem nas edições normais do jornal – cuja avaliação e a possibilidade de entendimento pelo público que se acredita preferencial do JST eram as principais questões colocadas na análise de discurso – é no geral complexa, com períodos longos, frases conexas, vocabulário pouco compartilhado entre emissor e receptor. O mesmo não acontece no número especial, e aí pode estar uma das principais chaves do seu sucesso, inclusive entre os próprios sem-terra. A linguagem, neste caso, é baseada em períodos curtos, frases diretas, vocabulário simples. Os enunciados mais complicados são seguidos por explicações e os textos têm um formato didático: muitos são construídos com base em perguntas e respostas. A diagramação contribui para suavizar o conteúdo, usando cores diferentes em títulos, intertítulos e fundos de textos.

Embora do ponto de vista do *formato* da linguagem seja possível evidenciar mudanças entre as edições normais e as especiais do JST, em relação ao *conteúdo* estas diferenças são mais tênues. A realidade é mostrada (função de mostraçã), nos dois casos, sob um ponto de vista fixo e determinado: trata-se efetivamente da visão de mundo do MST, carregada por conceitos,

classificações e enunciações de juízos de valor (função de sedução) onde os campos “amigo” e “inimigo” são bem determinados.

O propósito de contextualizar as informações e estabelecer relações entre elas e outras facetas da realidade – apregoado pelo editor Nilton Viana como o grande diferencial entre o JST e a imprensa convencional, ou mesmo a sindical – raramente é alcançado. Mas os textos, no geral, tentam interpelar os leitores e fazê-los agir (função de interação). É possível identificar dois mecanismos usados pelo JST no cumprimento desta função: para o âmbito interno do MST busca-se reforçar a unidade e a organização, com a reprodução de hierarquias e valores há muito cultuados; do ponto de vista externo existe a tentativa de alterar a estrutura social, segundo determinada estratégia persuasiva baseada em algumas certezas: os trabalhadores fazem a história; o atual governo não atende aos interesses populares; o neoliberalismo e a globalização estão prejudicando a imensa maioria dos habitantes do planeta, na maior parte dos países; a reforma agrária é a resposta para solucionar praticamente todos os problemas do Brasil.

Nos vários modos de dizer, a diferença sensível entre as edições normais e a especial do JST é uma enunciação menos enfática destas certezas, no caso do número especial. Assim, por exemplo, há uma condenação aos transgênicos, mas uma referência favorável à pesquisa no setor, desde que feita em proveito da sociedade. Há críticas ao governo, mas não se pede ao leitor que promova manifestações contra FHC – prática habitual nas edições normais do jornal que estão sempre chamando para um calendário nacional de lutas. Quando o receptor é instado a se manifestar, nas edições especiais, o caminho indicado está dentro dos limites da legalidade institucional, com envio de mensagens para o presidente, seus ministros ou o poder judiciário, como na matéria sobre a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás.

O comentário feito pelo líder João Pedro Stédile no sentido de que o jornal especial tem o formato standard para fugir da panfletagem, segundo sugestão do grupo de jornalistas que ajudou na sua elaboração, parece se adequar também à linguagem: estas edições são escritas de maneira mais sóbria, menos adjetivada e com conteúdo mais explicativo.

Capítulo 7 – Elementos visuais reforçam símbolos

“Ver precede as palavras.” A frase introdutória do livro *Modos de ver*, de John Berger, sintetiza a importância dos aspectos visuais em qualquer publicação. Tamanho, cor e formato das letras; disposição dos textos na página impressa – seja de livro, revista ou jornal; espaços em branco; desenhos ou charges, e especialmente a fotografia, pelo seu caráter de aferição da verdade – todos estes componentes têm grande responsabilidade para atrair a atenção do leitor e sustentar esta atenção até o final da leitura. Vale dizer: da recepção do conjunto de mensagens contidas naquela área específica da publicação.

A preocupação com o conteúdo gráfico e ilustrativo acompanha o desenvolvimento dos processos de reprodução e difusão das informações desde a invenção da imprensa. Mas foi a partir da Primeira Guerra Mundial, com a incorporação da fotografia aos jornais diários, que estes aspectos ganharam maior relevância. Logo depois surgiram as revistas ilustradas, com uso intenso de fotografias, e que marcaram época na história da imprensa mundial. A *Life* nos Estados Unidos e a *Manchete*, no Brasil são exemplos desse formato de publicação.

Hoje, nos principais jornais e revistas, os profissionais encarregados dos departamentos de diagramação e fotografia são tão importantes quanto os de texto – embora normalmente em menor número. Muitas publicações têm caráter essencialmente visual, onde poucas informações são dadas por pequenos textos, quase legendas das fotos. Nestes casos, corre-se o grande risco da superficialidade informativa porque, embora uma imagem fale mais do que mil palavras, segundo o senso comum, vale recordar que “é ainda mais verdade que um milhão de imagens não dão um único conceito” (Sartori, 2000 p.179).

A análise do material fotográfico publicado pelo JST constitui o ponto focal deste capítulo, pela importância que a fotografia tem na publicação e pelo caráter das mensagens passadas nas imagens. Para dar conta desta tarefa analítica, a primeira parte do texto que se segue fará uma revisão bibliográfica sobre a fotografia como forma de expressão e do fotojornalismo como maneira de difusão de informações.

Com base neste suporte teórico serão avaliados os dez números do JST publicados entre julho de 2000 e junho de 2001, do ponto de vista do uso de material ilustrativo. Será esboçada também uma apreciação do novo projeto gráfico, implantado a partir do número 206, datado de dezembro de 2000 /janeiro de 2001. Desde a mudança do projeto, o JST estabilizou em 16 o número de suas páginas. Anteriormente o jornal saía com 20 páginas, e entre os números

trabalhados está uma edição que saiu com 24 páginas, a de número 203, de agosto de 2000, com a cobertura do 4º Congresso Nacional do MST.

Como já foi mencionado, a nova apresentação do JST foi fruto das mudanças ocorridas nas gráficas dos grandes jornais pela alteração do tamanho da bobina do papel de imprensa. Segundo o editor Nilton Viana, aproveitou-se este momento para uma inovação no projeto gráfico que já estava planejada e que visava, sobretudo, ampliar o tamanho das letras dos textos para facilitar a leitura.

7.1 – A sociedade da comunicação por imagens e a fotografia

Vivemos hoje em uma sociedade cada vez mais visual, onde a comunicação se faz especialmente pela imagem. A televisão – e mais recentemente, o computador – modificou a natureza da comunicação, deslocando-a do contexto da palavra para o contexto da imagem. A diferença é radical. “A palavra é um ‘símbolo’ inteiramente resolvido naquilo que significa, naquilo que deixa compreender. E a palavra só deixa compreender se for compreendida, isto é, se conhecermos a língua a que pertence; de outro modo, é letra morta, um signo ou um som qualquer. Pelo contrário, a imagem é pura e simples representação visual. A imagem, simplesmente vê-se; e para a ver basta a visão, basta não sermos cegos. A imagem não se vê em chinês, árabe ou inglês” (Sartori, 2000 p.27).

A invenção da fotografia, por volta da metade do século XIX, alterou a relação do homem com a imagem. Antes, os retratos eram pintados pelos artistas e se restringiam às classes privilegiadas. As pinturas, religiosas ou envolvendo outras temáticas, também ficavam restritas às paredes dos palácios e igrejas. Com a fotografia, o homem comum pôde se ver retratado e, especialmente depois da introdução da imagem fotográfica na imprensa, o mundo ganhou dimensões diferentes. Milton Guran cita a obra *A fotografia como documento social*, de Gisele Freund, para mostrar a importância desse fenômeno:

Até então o homem comum só podia visualizar os acontecimentos que ocorriam a sua volta, na sua rua, na sua cidade. Com a fotografia se abre uma janela para o mundo. Os rostos dos personagens públicos, os acontecimentos que têm lugar em um mesmo país e além das fronteiras se tornam familiares. Ao ampliar o campo de visão, o mundo se encolhe. A palavra escrita é abstrata, mas a imagem é o reflexo concreto do mundo

onde cada um vive. A fotografia inaugura o *mass-media* visual quando o retrato individual se vê substituído pelo retrato coletivo (Guran, 1992 p.12).

Ainda no tocante à fotografia e seu papel social vale uma referência à instigante construção de Roland Barthes sobre o vínculo antropológico entre o advento da técnica fotográfica e a forma da sociedade atual encarar a morte: “É preciso que a Morte, em uma sociedade, esteja em algum lugar; se não está mais (ou está menos) no religioso, deve estar em outra parte: talvez nessa imagem que produz a Morte ao querer conservar a vida. Contemporânea do recuo dos ritos, a Fotografia corresponderia talvez à intrusão, em nossa sociedade moderna, de uma Morte assimbólica, fora da religião, fora do ritual, espécie de brusco mergulho na Morte literal. A Vida/A Morte: o paradigma reduz-se a um simples disparo, o que separa a pose inicial do papel final” (Barthes, 1984 p. 138).

A imobilidade da foto é como o resultado de uma confusão perversa entre dois conceitos: o real e o vivo. Ao atentar que o objeto foi real, que a cena existiu mesmo, a fotografia leva, subrepticiamente, a acreditar que ele está vivo, “ por causa desse logro que nos faz atribuir ao Real um valor absurdamente superior, como que eterno” (Barthes, 1984 p. 118). Ao mesmo tempo, ao afiançar que este real foi no passado, a fotografia sugere que está morto, assim como estão mortos todos os seus integrantes.

Tão ou mais importante do que o domínio da técnica (enquadramento, luz, foco) e a existência de um bom equipamento (câmeras, lentes, filmes adequados) é a visão de mundo do fotógrafo, sua sensibilidade, que responderá prioritariamente pela qualidade da fotografia. Como diz o jornalista Jânio de Freitas, na apresentação do livro *As melhores fotos de Sebastião Salgado*: “É um engano corrente, que percorre o mundo e o tempo, o de que a câmera fotografa o que o olho vê. Não, ela registra o que a alma vê. E os olhos da alma não são os olhos do rosto, também meras câmeras. Os olhos da alma são este mistério impenetrável, que se chama sensibilidade – um confuso amálgama de talentos, história pessoal de vida, instinto, reflexos, convívio, raízes culturais, e todo o inexplicável humano. A grande fotografia é um dos frutos deste mistério” (Salgado, 1992 p.5).

A linguagem fotográfica é essencialmente emocional e sensitiva, embora exista uma certa racionalidade no processo da sua construção. Mais do que o texto, a fotografia conduz o leitor a uma rápida associação de idéias e sentimentos, facilitando a absorção da informação apresentada na imagem. Isso se dá, conforme visto acima, pelo papel da visão no processo de aquisição de conhecimento pelo ser humano, especialmente na sociedade atual.

O apelo emocional que algumas fotos provocam são capazes de gerar mobilizações coletivas e alterar o curso dos acontecimentos. A menina vietnamita queimada por napalm correndo numa estrada para fugir de novas bombas jogadas pelos norte-americanos, ou o estudante chinês que se colocou na frente de um tanque para impedir o acesso das tropas militares na Praça da Paz Celestial, em Pequim, são algumas fotos que certamente continuarão lembradas mesmo depois da morte de seus protagonistas. “Essas imagens se tornam, com frequência, atemporais. Superadas as necessidades imediatas e esquecidos os nomes dos personagens, vão continuar a interessar pelo seu conteúdo surpreendente e intrigante que estimula o espírito” (Humberto, 1983 p.30).

O próprio Sebastião Salgado, em palestra dada em Curitiba durante a Bienal de Fotografia de 1997, citou várias campanhas humanitárias que suas fotos – das populações famintas da África ou do êxodo provocado por guerras em várias partes do globo – desencadearam nos países europeus. É importante lembrar ainda o significado da exposição *Terra*, onde o fotógrafo documentou a saga dos trabalhadores rurais sem-terra no Brasil e contribuiu para forjar um momento de grande apoio popular à causa do MST.

Guran diz que o impacto emocional é obtido pela decisão do fotógrafo ao enquadrar uma parcela da realidade, compondo a imagem que vai repassar a outras pessoas não presentes naquele momento. “Diante de uma tela vazia o pintor vai introduzindo os elementos constitutivos do quadro. Na fotografia a composição é subtrativa – diante de uma realidade determinada e visualmente prolixa, o fotógrafo vai eliminando os elementos não essenciais para destacar a essência de sua mensagem plástica” (Guran, 1992 p.13).

O grande diferencial da fotografia, notadamente do fotojornalismo, é sua vinculação com a realidade. Ao contrário de outras formas de expressão por imagem, a fotografia é um fragmento do real, perpetuado num determinado instante por escolha do fotógrafo. “O que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (Barthes, 1984 p.13). Por isso, sua importância de testemunho histórico e a necessidade que o fotógrafo tem de “clique” no momento exato. “O ato de fotografar se realiza em uma fração mínima de tempo, e essa característica marca toda a complexidade e a singularidade da fotografia (...). Portanto, fotografar é efetivar um reconhecimento antecipado: aquilo que é visto não pode mais ser fotografado, porque já passou” (Guran, 1992 p.17).

O autor alinha seis aspectos que considera fundamentais da linguagem fotográfica: a luz, a escolha do momento, o ajuste focal, o enquadramento, as objetivas e os diferentes códigos

representados pela foto preto-e-branco e em cores. A conjugação de todos estes elementos garante o melhor ou o pior desempenho do fotógrafo, desmontando a idéia até certo ponto comum depois da popularização da fotografia de que se trata de uma atividade “simples”. Segundo Cartier-Bresson, um dos grandes mestres do fotojornalismo, o denominador comum entre as pessoas que fotografam em todo o mundo é o uso da câmera. Uma boa foto pressupõe outros condicionantes, conforme citação feita por Guran do livro *The Aperture History of Photography*, publicado por Bresson em 1976:

O fotógrafo tem sempre que buscar suas fotos com grande respeito pelo objeto fotografado e por si próprio. Tirar fotos é prender a respiração quando todas as faculdades convergem para a realidade fugaz. É neste instante que apoderar-se de uma imagem torna-se um prazer físico e intelectual. Fotografar é – simultaneamente e numa mesma fração de segundo – reconhecer o fato em si e organizar rigorosamente as formas visuais percebidas para expressar o seu significado. É por uma mesma linha: cabeça, olho e coração (Guran, 1992 p. 19).

Este instante de prazer físico e intelectual definido por Bresson é a principal escolha do fotógrafo: o momento de liberar o obturador da câmera. A realidade está em constante mudança e até mesmo uma paisagem, que parece estática, sofre alterações constantes em sua composição, pela organização e reorganização dos elementos constitutivos ou até mesmo pela diferença de ação da luz. “É por trabalhar sobre o momento que a fotografia hoje se faz única na função de representar a realidade. O momento fotográfico, nunca é demais lembrar, é o momento intuído. A fotografia é uma fatia muito rápida da realidade. Mais rápida, aliás, do que pode perceber conscientemente o olho humano. Por isso mesmo, escolher o momento exato só é possível a partir do envolvimento do fotógrafo com a cena que se desenrola no visor” (Guran, 1992 p.49).

Se, de um lado, há o reconhecimento de que a fotografia é o registro escolhido pelo fotógrafo, em função de seu modo de ver o mundo, por outro, é importante lembrar que também o observador da imagem vai acionar os seus mecanismos internos para retirar da fotografia as informações que considera importantes.

Toda imagem incorpora uma forma de ver. Mesmo uma fotografia. Porque as fotografias não são, como se presume frequentemente, um registro mecânico. Cada vez que olhamos uma fotografia estamos cientes, por mais superficialmente que seja, do fotógrafo selecionando aquela cena entre uma infinidade de outras possíveis. Isto é verdadeiro mesmo em se tratando do instantâneo familiar mais informal. O modo de ver do fotógrafo é reconstituído pelas marcas que ele fez na tela ou papel. Contudo, embora toda imagem incorpore uma maneira de ver, nossa percepção ou apreciação de uma imagem depende também do nosso próprio modo de ver (Berger, 1999 p. 12).

Ao contrário do texto, que pode ser transformado pela adição ou subtração de uma única palavra, deixando de ser, por exemplo, uma descrição para se tornar um apelo à reflexão, a fotografia é sempre a representação contingenciada de alguma coisa. Por isso, Roland Barthes atribui a ela a capacidade de fornecer “detalhes” que constituem o próprio material do saber etnológico. Muitas fotos, inclusive no *Jornal Sem Terra*, oferecem dados adicionais para a percepção da realidade mais ampla, seja pela expressão facial dos personagens, suas vestimentas, os objetos simbólicos que empunham ou as circunstâncias nas quais foram fotografados.

O semiólogo francês, para quem a foto é perigosa, alinha cinco funções no fazer fotográfico: informar, representar, surpreender, fazer significar e dar vontade. “No fundo, a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é *pensativa*” (Barthes, 1984 p.62).

7.2 – Instrumentos de avaliação

Embora Roland Barthes considere impossível aprofundar o conhecimento de uma fotografia, existem mecanismos de análise das imagens, forjados há muitos séculos pelos pintores ou amantes das artes plásticas, que oferecem indícios para uma leitura do objeto fotografado. Barthes explica a impossibilidade de aprofundamento pelo fato da fotografia se impor pela força da evidência. “Na imagem o objeto se entrega em bloco e a vista está certa disso – ao contrário do texto ou de outras percepções que me dão o objeto de uma maneira vaga, discutível, e assim me incitam a desconfiar do que julgo ver. Essa certeza é soberana porque tenho o vagar de observar a fotografia com intensidade; mas também será inútil prolongar essa observação, ela não me ensina nada. É justamente nesta interrupção da interpretação que se encontra a certeza da foto: esgote-me em constatar que *isso foi*” (Barthes, 1984 p. 157/158).

A força desta evidência espelhada na imagem fotográfica foi garantida pelo fotógrafo no momento em que ele fez o enquadramento da foto, quando colou no visor da câmera os dados da realidade vista que decidiu perpetuar: “Fotografar é, antes de mais nada, atribuir valor, dar importância”, sintetiza Guran (1992, p.26). O mais importante deve ficar claro a quem vê a fotografia desde o primeiro momento, para que a mensagem seja captada no ato de olhar.

O visor da câmera, por intermédio do qual a realidade é recortada, constitui um *retângulo áureo* cujas regras de composição já foram exaustivamente estudadas pelas artes plásticas.

Embora a fotografia não trabalhe em condições semelhantes à pintura, por exemplo, especialmente porque a realidade está em constante movimento, os conceitos do retângulo áureo são aplicáveis à imagem fotográfica.

O conceito principal é o que estabelece os *pontos áureos* do retângulo e a chamada *divina proporção* na divisão desse espaço. Os pontos áureos são pontos de harmonia na proporção das massas do retângulo que se constituem em centros visuais (óticos) do espaço. Obtêm-se os pontos áureos fazendo passar pelos quatro ângulos linhas perpendiculares às diagonais do retângulo:

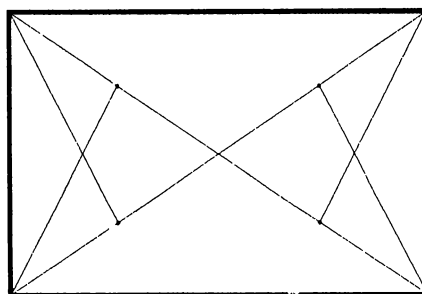


Figura I

Se traçarmos uma paralela aos lados menores do retângulo passando por dois pontos áureos, dividiremos o espaço em duas partes proporcionais (divina proporção), em que o retângulo menor resultante estará para o maior assim como este está para o todo:

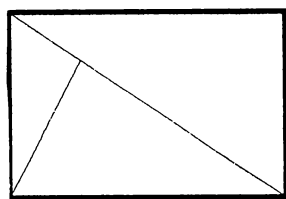


Figura II

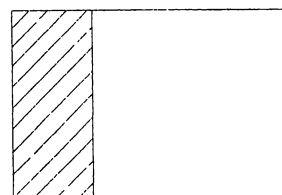


Figura III

A composição em que o centro de atenção coincida com o ponto áureo será mais dinâmica e harmoniosa, enquanto aquela em que o centro de atenção estiver no centro geométrico (o ponto de interseção das duas diagonais) tenderá para o estático. O mesmo acontece com as diferentes áreas de luz e sombra, trabalhadas a partir dos parâmetros da Divina Proporção (Guran, 1992 p. 31).

Existem regras básicas de enquadramento que são, a um só tempo, muito citadas e muito transgredidas pela criatividade dos fotógrafos. Não cortar o pé de quem está no primeiro plano; não cortar a cabeça de quem está atrás; fazer com que o personagem olhe para a câmera, em caso de retratos; ter um apoio de primeiro plano no caso de uso de grande angular, etc. A única regra definitiva, no entender de Milton Guran, é a “limpeza” da imagem no que toca à informação

principal, a menos que a informação principal seja justamente a desorganização e a confusão, ressalta ele.

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado na avaliação da fotografia é a luz (e a sombra), que dá volume e profundidade plástica a uma imagem. “A intensidade, o tipo e a direção da luz são fatores determinantes para o resultado de uma foto. A luz é o que dá o clima (atmosfera) de uma foto, e isso já é informação” (Guran, 1992 p.33).

A luz pode ser direta, gerando mais sombras e contrastes na imagem, ou difusa, como um dia nublado, criando sombras menos profundas e valorizando, de igual maneira, os vários elementos da composição fotográfica. A luz, evidentemente, atua de maneira distinta nas fotos preto-e-branco (onde é essencial) e em cores. A direção da luz é outro dado fundamental: se vem de cima, achata e tira a sensação de volume; se é lateral, projeta sombras e revela a massa dos elementos; se a fonte de luz está às costas do fotógrafo, a iluminação da cena será direta, com leitura fácil; quando a foto é feita na contraluz (recurso largamente utilizado por Sebastião Salgado, por exemplo), cria-se um ar de mistério e sutileza.

7.3 – Imagem, Texto e Espaço Editorial

Para Milton Guran, a fotografia aparece na imprensa em três situações: como ilustração; como informação principal em relação ao texto ou como complemento deste. A foto, notadamente as imagens de arquivo, pode ajudar a recuperar outras informações relacionadas à notícia ou rememorar aspectos conexos. A legenda, ou o texto-legenda, sustenta a relação da foto com o texto. Os manuais dos principais jornais brasileiros orientam para que a legenda não seja uma repetição do que é mostrado pela imagem. Ela deve identificar os personagens da cena e contribuir para que o leitor entenda melhor a foto. “As legendas devem ser descritivas, sem ser óbvias”, diz o *Manual de Redação e Estilo da Folha de Londrina* (1996, p.75). Uma boa legenda convidará o leitor a explorar melhor a fotografia, prestando atenção em detalhes que poderia ter deixado passar numa primeira olhada. Assim como o bom título induz à leitura do texto, a legenda deve ampliar a apreciação da foto. Como já foi mencionado, o Jornal Sem Terra raramente publica suas fotos com legenda.

A colocação da fotografia na página e o espaço ocupado pela imagem são fatores que contribuem para valorizar, ou não, a produção do fotógrafo. “A fotografia nem sempre é reconhecida plenamente como uma forma de comunicação autônoma que, por força de sua linguagem não-verbal, está liberada de qualquer compromisso literário ou de explicações adicionais. Esse fato faz com que permaneça na indigente condição de informação complementar, submetida aos textos” (Humberto, 1983 p.13).

Além da decisão individual do fotógrafo ao recortar a realidade pelo “clic”, que é baseado em sua visão de mundo (como já foi discutido acima), a utilização das imagens na imprensa passa também pelo filtro da ideologia do veículo, do editor de fotografia, do editor da página, entre outros personagens.

O fato da fotografia lidar com o real não deve lhe conferir uma credibilidade imediata e absoluta, a avaliação da existência ou não de confiabilidade deve se apoiar em critérios judiciosos. A fotografia pode não ser confiável como constatação de uma verdade ou mesmo pode não conter um indicativo seguro da ideologia de seu autor, mas será certamente um resultado decorrente de seu relacionamento com o mundo à sua volta e portanto passível de se transformar em testemunho importante, talvez mesmo denunciador, das angústias e aspirações de seu tempo (Humberto, 1983 p.46).

No Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra os elementos visuais, especialmente fotografias, são bastante utilizados. Nos números avaliados foram publicadas 193 fotos, das quais 39 na edição de agosto de 2000 (número 203), contendo a cobertura do Congresso do MST realizado em Brasília, com a participação de 11 mil delegados de 23 estados. Foram publicadas ainda 19 charges, sendo que 12 tinham o presidente Fernando Henrique Cardoso como personagem principal, e 30 ilustrações (desde montagens usando a bandeira do MST e produtos da terra, até pequenos desenhos identificadores dos assuntos tratados, especialmente na seção “Balaio”, com suas notícias curtas). Quatro tabelas com dados numéricos, um mapa, um gráfico, um modelo de cédula e três capas de livros completam o material ilustrativo das edições avaliadas.

A linguagem das fotos é direta e, de longe, o maior número de imagens fotográficas passa a mensagem prioritária do MST: a união dos sem-terra em torno do Movimento (simbolizado pelas bandeiras e bonés). Praticamente todas as primeiras páginas dos números pesquisados, com exceção de uma, continham pelo menos uma foto de multidão carregando bandeiras do MST. Em duas capas apareciam também bandeiras do Brasil, fazendo a ligação da luta pela terra com a proposta maior da organização, que é a mudança estrutural da sociedade brasileira. Na edição de junho de 2001 (número 211), sob a manchete “Aumenta ainda mais a crise do governo FHC” está

a foto de uma mãe, cercada por quatro crianças (duas nuas), mostrando a panela praticamente vazia. Esta mesma imagem já tinha sido utilizada para ilustrar o editorial da edição de fevereiro, dessa vez sem cortes e mostrando seis crianças em torno da mãe.

O visual inusitado desta primeira página – única entre os número avaliados – pode representar mais um passo na consolidação do novo projeto gráfico, implantado a partir de janeiro de 2001. Segundo Letícia Barqueta¹ (militante que trabalha na articulação nacional da Secretaria de Comunicação) foi difícil que os dirigentes aceitassem as alterações nas primeiras páginas: “Teve uma época em que a capa era tudo igual: uma foto preto-e-branco, grandona e três chamadinhas embaixo. A gente não sabia se estava recebendo o jornal deste mês ou do mês passado. Deu muita discussão pra mudar. Tinha muito dirigente que achava que tinha que continuar com aquele carão, aquele jeitão. É muito recente a mudança, em 1999 começa a colocar cor, a foto começa a aparecer na vertical” .

As mudanças gráficas foram sentidas pelos leitores, que perceberam diferenças nas edições. Das 52 pessoas que responderam ao questionário aplicado entre os monitores de Educação de Jovens e Adultos, 30 responderam positivamente à pergunta sobre a existência de alguma mudança visual recente no JST, contra 9 que disseram não ter havido alteração gráfica e 13 que não responderam. Mas os monitores do EJA não consideraram importante incorporar mais fotografias ou ilustrações às páginas: apenas 7 pessoas assinalaram esta alternativa quando identificaram o que o Jornal Sem Terra deveria conter mais. Notícias do Paraná e notícias sobre mobilizações foram as alternativas mais apontadas, com 24 respostas positivas cada.

Clodomir, acampado no município de Cruzeiro do Sul e integrante do setor de frente de massa/negociação, disse que o tamanho da letra foi o dado mais favorável do novo projeto gráfico. Ele citou também o fato do jornal ter ficado “mais magro”. “Uma coisa resumida tem mais aceitação porque o povo brasileiro não gosta muito de ler”, disse ele. O vereador Dalton Luciano, assentado em Querência do Norte, citou a redução do número de páginas como positiva. “A gente é envolvido em um monte de coisas e acaba não tirando tempo pra leitura. Uma coisa mais enxuta, é mais fácil de acompanhar”, afirmou.

Fiel a um estilo de diagramação que marca o JST, em cinco das capas editadas no período avaliado, quase todo o espaço era ocupado por uma grande foto, ladeada por chamadas para as matérias internas. Com a exceção já mencionada acima, todas as outras imagens eram de pessoas

¹ Entrevista realizada em São Paulo, no dia 23 de maio de 2001.

com bandeiras. Em dois casos (edições de setembro/outubro e novembro, números 204 e 205), as imagens mostravam belas crianças com as bandeiras do Brasil e do MST, numa evidente alusão ao futuro que o Movimento constrói. Na edição de fevereiro, a foto principal da primeira página é de um grupo de sem-terras destruindo, com enxadas e com as próprias mãos, a plantação de soja transgênica da fazenda da multinacional Monsanto, no Rio Grande do Sul. Ao fundo vê-se um grande número de pessoas, com bandeiras do MST.

Em outras primeiras páginas, símbolos diversos se misturavam às multidões: na edição de julho, por exemplo, uma imagem da passeata em Brasília mostra ao fundo os prédios do Congresso Nacional e da Catedral – símbolos de poder. Duas vezes (edições de dezembro/janeiro e fevereiro, números 206 e 207) as multidões aparecem com punhos erguidos, num gesto de luta; e em outras duas fotos (edições de abril e maio, números 209 e 210), junto com as bandeiras estão presentes também as cruzes, simbolizando o sacrifício que a luta exige.

Na edição de novembro, três personagens têm fotos, estilo “bonecos”, publicadas na primeira página: Dom Pedro Casaldáliga, o cantor Chico Cesar e o poeta Patativa do Assaré. A imagem principal da página mostra duas crianças bem pequenas carregando bandeiras e usando bonés do MST para ilustrar a chamada “Sem terrinha realizam jornada por escola, terra e dignidade”, colocada à esquerda da foto. Logo abaixo, no mesmo tamanho de corpo, está a chamada “Cercado de escândalos, FHC usa a mídia para atacar MST”. A manchete principal, em letras maiores, foi deslocada para um local abaixo do meio da página, ocupando todas as colunas. Sob o fundo preto, a manchete começa com letras brancas: “Cai a máscara do governo”, e se completa, a seguir, em letras amarelas sob o fundo verde (cores nacionais), “Sociedade sai em defesa do MST”. Ao lado da foto do bispo Casaldáliga a frase “Bendito seja o MST”; junto ao poeta Patativa do Assaré, um poema sobre a divisão da terra e, acima da foto do cantor Chico Cesar, a informação sobre um show em prol dos presos políticos do MST.

Em três contracapas – outro espaço privilegiado de qualquer publicação – igualmente podem ser encontradas fotos de multidões com bandeiras. Este espaço editorial é geralmente utilizado no JST como “publicitário”: nele são colocadas “chamadas” para os principais eventos que estarão em pauta no próximo período, ou mesmo anunciando um produto à venda, como a agenda e o calendário do MST, na edição de dezembro/janeiro. Assim, o 4º Congresso Nacional, realizado em agosto, ocupou a última página da edição de julho. O mesmo espaço publicou também, em agosto, os dez pontos definidos como bandeiras de luta no encontro. A Jornada Nacional dos Sem Terrinha, a mobilização das mulheres, a semana Paulo Freire e o Tribunal

Internacional dos Crimes do Latifúndio, que aconteceu em Curitiba, também mereceram referências nas últimas páginas das edições dos meses precedentes, sempre com um chamamento à participação.

Duas vezes ao longo do período (edições de março e julho de 2001, números 208 e 211) as últimas páginas publicaram a mesma imagem do sepultamento das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás. Na edição de março havia na contracapa também a chamada para o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio, com a fotografia da maquete do monumento do arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurado na ocasião. O espaço da “Poesia” publicou o texto gravado no monumento Eldorado Memória, com a lista dos sem-terra mortos no conflito. O monumento, também projeto de Niemeyer, foi destruído em 22 de setembro de 1996.

Na edição de junho a mesma foto, em branco-e-preto, mostrando no primeiro plano uma pessoa andando de muletas, tinha acima o título “Punição aos assassinos de Carajás”, escrito em letras amarelas com fundo preto. Logo abaixo, a expressão Eldorado dos Carajás, em vermelho, e a frase “cinco anos de impunidade” escrita em letras brancas contra o fundo preto. Na coluna do lado, a poesia “Os dias da comuna”, de Bertolt Brecht, com um chamamento à revolta popular.

Na edição de novembro/2000 a última página, contrariando o estilo normal, continha um texto, mas em formato bem específico. O título dizia: “ FHC, o povo quer saber!”, seguido por uma lista de 14 questionamentos envolvendo desvios de verbas, suspeitas de corrupção e favorecimentos do governo. As imagens que ilustram a página mostram uma mística onde as letras CPI são formadas com velas acesas e uma passeata onde a faixa principal também alude à CPI da corrupção. A questão da CPI voltou à última página em maio, com uma grande charge do presidente FHC pendurado em uma placa de trânsito para fugir de um verdadeiro mar de lama, que já havia levado outros políticos. O desenho é de Paulo Caruso e foi publicado pela *Folha de S. Paulo*, no dia 8 de maio de 2001. O fechamento desta edição certamente se deu com atraso, já que o jornalista Nilton Viana informou que a data-limite está estabelecida no dia 5 de cada mês.

7.4 – As fotografias no JST

Apesar da qualidade nem sempre tecnicamente satisfatória das imagens publicadas pelo Jornal Sem Terra – possivelmente por falta de profissionais habilitados, equipamentos, etc. –, muitas das fotos podem ser lidas com as ferramentas do retângulo áureo. O elemento mais chamativo, inúmeras vezes, está na bandeira, atendendo ao conceito da divina proporção e colocada na lateral da imagem. As fotos de multidões retratam caminhadas, que representam uma forma especial de manifestação do MST, no geral constituídas por longas e ordeiras filas, representando a disciplina e a unidade que são os princípios fundamentais do movimento.

Os rostos fotografados, ademais, geralmente estão sérios e têm expressões profundas. Mesmo as crianças parecem passar a mensagem de que é necessário encarar com seriedade a luta e a construção do futuro. Os militantes assumem o espírito de sacrifício, que é um valor constantemente cultivado. Até a diagramação do JST espelha isso: no número 202 (julho de 2000), sete fotos de militantes mortos durante a luta pela terra compõem uma cruz fincada sobre as imagens do sepultamento coletivo de Eldorado dos Carajás.

O aproveitamento de fotos com efeito de luz também acontece, principalmente quando a informação refere-se às místicas comuns no Movimento e que se utilizam de velas ou tochas nas celebrações. Há fotos sombreadas, dando sensação de maior volume, notadamente nas manifestações e caminhadas.

As fotografias publicadas na capa, contracapa e páginas internas foram agrupadas no quadro que se segue:

Fotos coletivas

Multidão com bandeiras do MST*	34
Crianças (**)	15
Místicas realizadas nos encontros do MST	10
Multidão sem bandeiras	8
Manifestações diversas (inclusive em outros países)	8
Escolas do MST e encontro de professores	7
Produção agrícola dos assentamentos	7
Sepultamento de sem-terra assassinados	6
Ocupações de prédios públicos	5
Polícia/repressão	5
Acampamentos com barracos de lona preta	4
Reuniões de negociação (****)	3
Lideranças nas mesas de trabalhos do Congresso	3
Destruição de lavouras de soja transgênica	3
Monumentos do MST	2
Eleição (plebiscito da dívida externa)	2
Esporte (jogo de futebol interassentamentos)	1
Atendimento à saúde (durante o Congresso)	1
Concerto de música para presos do MST	1

(*) Em treze fotos de multidão, as bandeiras do Brasil e do MST estão juntas.

(**) Em oito, das quinze fotos de crianças publicadas, os personagens estão com bandeiras ou bonés do MST.

(***) Em um encontro, realizado durante o 4º Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso está presente. Trata-se da única foto de autoridade governamental publicada pelo JST no período.

Fotos individuais (ou com poucas pessoas)

Militantes do MST (*)	14
Intelectuais (**)	25
Artistas	8
Políticos	8
Personalidades estrangeiras (***)	7
Religiosos	5

(*) Oito imagens prestavam homenagem a militantes mortos. Outras três fotos eram de sem-terras presos e nenhuma liderança nacional do MST aparecia isoladamente em fotos. No máximo, integravam mesas de trabalho do 4º Congresso ou reuniões de negociação. Uma das raras fotos de militante vivo é a do Sr. Luiz Beltrame de Castro, de 92 anos, que participou de seis marchas do MST e recebeu um prêmio durante o 4º Congresso.

(**) Os intelectuais são normalmente professores universitários e profissionais de variadas áreas, entrevistados ou autores de artigos sobre aspectos diversos da realidade brasileira ou internacional.

(***) Os estrangeiros são líderes de causas populares, no geral, falecidos.

A escala de utilização de fotografias, segundo classificação constante das tabelas acima, parece repetir, quase de maneira literal, as principais características do MST, listadas por João Pedro Stédile no livro *Brava Gente*: ser um movimento de massas, que soma a luta corporativa (por um pedaço de terra) com a luta de classes e pela transformação política; ter uma direção coletiva que não personaliza as lideranças (até pelo aspecto de segurança); trabalhar a disciplina e a unidade, muitas vezes construída a partir da mística; investir no estudo e na formação de quadros; garantir o sucesso na produção dos assentamentos – vale dizer, comprovar que a reforma agrária traz resultados.

Resta acrescentar a rede de solidariedade que o Movimento conseguiu construir a seu redor, somando artistas, políticos e intelectuais, além de outras entidades de trabalhadores que empunham bandeiras semelhantes de transformação social e cujas imagens também aparecem no jornal. Organizações de pequenos agricultores, de atingidos por barragens, de mulheres trabalhadoras rurais, de sem-teto ou de sindicatos urbanos de várias categorias (economistas, engenheiros, professores) ocupam espaço para colocar suas propostas e suas visões de mundo. Nos números pesquisados os líderes e eventos da Via Campesina (uma organização de camponeses e pequenos agricultores que atua em vários continentes) também estiveram presentes, ao lado de notícias e fotografias de movimentos populares em países da América Latina (Paraguai, Peru, Equador).

As fotos de conflitos são bem mais raras. Ao longo do ano, foram publicados 22 textos tratando de questões ligadas à violência. Os títulos usavam palavras como assassinato, morte, massacre, prisão, emboscada, pistoleiro, punição e impunidade. Onze fotografias ilustravam estes textos, sendo seis de sepultamentos de sem-terra assassinados (quatro vezes foram repetidas as imagens do enterro das vítimas de Eldorado dos Carajás, em páginas internas e em contracapas). Duas fotos mostravam “bonecos” das vítimas e na edição de novembro de 2000 (número 205, página 14) estava a foto mais explícita da violência: o corpo de um sem-terra morto por pistoleiros em um acampamento no Ceará, crime ocorrido no dia 25 de julho. A imagem é assinada pelo fotógrafo Flávio Cannalunga, da revista *Caros Amigos* que, coincidentemente, estava no acampamento naquele dia para fazer uma reportagem.

O próprio JST, na edição 206, página 12, mostra os números de um ano em que a violência atingiu fortemente o Movimento: de janeiro a novembro de 2000 foram 12 assassinatos e 258 prisões de sem-terra que ocorreram entre janeiro e setembro. As imagens publicadas, contudo, estão longe de espelhar a dimensão dos conflitos – seja por falta de material disponível, ou pela proposta editorial voltada a privilegiar outros aspectos da luta e da organização.

O editor Nilton Viana² reconhece que a opção pelo aproveitamento de fotografias que enfatizam os símbolos e as mobilizações massivas do Movimento é editorialmente intencional. Ele diz que há carência de material fotográfico sobretudo nas coberturas de eventos internos do Movimento, como cursos, colheitas, festas nos assentamentos, etc. Quando o acontecimento desperta interesse da grande mídia, nas mobilizações massivas ou nos episódios de violência, o JST acaba tendo acesso a fotografias: “Nem sempre deixamos de publicar fotos de conflitos por falta de imagens, pois recebemos muitas contribuições de pessoas que apóiam o MST, mesmo fotógrafos da chamada grande imprensa que apenas pedem para que seus nomes não sejam citados. Não publicamos, no mais das vezes, porque pauleira o pessoal já sentiu na pele”, diz o editor.

Nos números avaliados na presente pesquisa apenas uma imagem mostrava a violência “do outro lado”, isto é, do lado dos apoiadores do MST. Na edição 211, de junho de 2001, página 8, pode-se ver uma foto (editada em três colunas, com 13 centímetros de altura) de pessoas atirando pedras contra um alvo não identificado. A falta de legenda (sempre um problema no JST) sonega do leitor a possibilidade de esclarecer em que circunstâncias o evento ocorreu, mas percebe-se pela presença de bandeiras do PT e bonés da CUT que se trata de uma manifestação de

² Entrevista realizada em São Paulo, no dia 23 de maio de 2001.

trabalhadores urbanos, possivelmente contra a globalização. Este, pelo menos, é o tema principal do texto da página, que sintetiza uma conferência do sociólogo norte-americano James Petras.

Em nenhuma edição foram publicadas fotos de militantes do MST em atitudes violentas: mesmo quando as imagens são de ocupação de prédios públicos ou manifestações, as massas estão ordeiras e não mostram agressividade. Na edição 206, por exemplo, duas fotos ilustram matérias de ocupações – na sede do Incra em São Paulo e na Gerência Regional de Caixas no Rio Grande do Sul (órgão do governo do estado responsável pelos assentamentos na região). Nos dois casos, as pessoas estão calmas, algumas sentadas. Na edição 209 (abril de 2001, página 7) está publicada uma imagem do protesto realizado em frente à Prefeitura de Orocó, em Pernambuco, contra o assassinato do coordenador do MST na região. A multidão ergue bandeiras, foices e facões – estes últimos em maior número –, mas a foto mostra as pessoas de costas, não deixando ver suas expressões faciais.

Vale notar também que a imagem mais socialmente emblemática do Movimento Sem Terra, os acampamentos feitos de barracas de plástico preto, aparecem pouco no JST: apenas quatro fotos mostram os barracos, nos números analisados. Ao mesmo tempo, os resultados agrícolas dos assentamentos, ou o trabalho de produção, aparecem em sete imagens, mesmo número de fotos voltadas à educação (escolas ou encontros de professores), denotando a importância dada ao estudo pelo Movimento.

João Pedro Stédile sustenta que este uso do material fotográfico no JST, em especial a predominância de fotos de multidões, é parte do *modus operandi* do Movimento:

Acho que isso é natural, não é planejado, faz parte da nossa natureza. Nós usamos mística pra tudo. Fazemos tudo em movimento de massa, curso de massa, tribunal de massa, tudo conosco é com muita gente. Por outro lado, sempre procuramos combater os personalismos, os presidencialismos. Então, naturalmente, o jornal incorpora esses elementos que pra nós já são valores. Evitar de botar fotos três por quatro dos dirigentes, evitar de botar fotos individuais. Evitar de botar foto de inimigo: não botamos foto do Fernando Henrique, nem que seja pra gozar. Só as charges, mas isso é pra ridicularizar mesmo. Fotos dos opressores, só no dia em que estiverem na cadeia (Stédile, entrevista realizada em Curitiba, em 2 de maio de 2001).

Os leitores do jornal têm consciência disso. Nivaldo, acampado na fazenda Marabá, diz que tem pouca leitura, mas quando vê alguma foto colorida e chamativa no jornal, se esforça para saber do que trata o texto. “Ver uma multidão com bandeiras, fortalece a nossa luta. Aconteceu com os sem-terra, você quer saber. É como se você esteja lá também. Você percebe que no MST não está sozinho. É claro que tem tristeza também, nas fotos de massacre e estas coisas”. Luiz Alonso, do assentamento Paulo Freire, também percebe a importância da fotografia e o fato de encontrar imagens de incentivo à luta nas páginas do JST: “Em toda página que você abre tem a

bandeira, as ferramentas, uma mobilização, um ato, tudo aquilo que para a gente são símbolos de luta”.

A “visão de mundo” do MST, em especial a utopia de construção de uma sociedade diferente no futuro, é passada sobretudo pelos desenhos e fotomontagens. Nos números analisados há um exemplo emblemático, já citado anteriormente: sob o título “Um Brasil sem latifúndio” (lema do Congresso de 2000) o desenho mostra, à esquerda, uma mistura escura de símbolos como o FMI, armas, televisão, cercas de arame farpado e punhos cerrados. No centro está a bandeira do MST iluminada pelo sol nascente onde se vê uma criança. À direita, o mundo novo, com a terra cultivada, belas casas, flores, produtos do trabalho, mãos que estudam e lêem³.

Os aspectos visuais do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra cumprem a função que deles se espera na publicação e no conjunto do Movimento. Em primeiro lugar, as fotografias são usadas para consolidar a força de uma organização de massa que reúne grande número de pessoas irmanadas em um ideal de tal forma coeso que as fazem portar sempre os mesmos símbolos – a bandeira e o boné vermelhos. “No MST há o cultivo de uma estética, mas ela serve a uma ética. A força da imagem que se impõe aos espectadores – e telespectadores – das marchas, acampamentos e ocupações do MST, tem um correspondente interno para os integrantes do Movimento na poderosa representação de uma outra sociedade a construir” (Chaves, 1999 p.103).

Antonio Natalino, assentado em Paranacity, expressa com clareza o papel das imagens no JST: “Quanto mais a gente está vendo a nossa bandeira, o símbolo da nossa luta, vai se fortalecendo mais, dando mais ânimo. Eu acho que quanto mais coisas que represente a nossa categoria, os nossos símbolos, acho que ajuda a gente a fortalecer”, disse ele, para quem o JST melhorou muito nos últimos anos, especialmente pelo uso de fotografias coloridas.

Essa representação interna é certamente reforçada pelo JST, não apenas nas fotografias das multidões seguindo unidas, muitas vezes em filas representando a disciplina, mas também em outras ilustrações. Em que pese o fato de muitas fotografias terem qualidade deficiente, enquadramento ruim e iluminação precária – em especial quando são publicadas nas páginas preto-e-branco e foram, possivelmente, negativos coloridos – elas deixam claras suas mensagens. A diagramação também algumas vezes não é boa, as fotos são sobrepostas, editadas sem o devido cuidado de conterem legendas e várias foram repetidas ao longo dos números analisados, demonstrando as deficiências do banco de imagens disponíveis.

³ Nos anexos do presente trabalho estão este e outros exemplos de páginas com desenhos e fotografias do JST

Dos demais elementos ilustrativos, as charges são exemplos de melhor utilização. Quase sempre publicadas na página dois, onde fica o editorial assinado pela Direção Nacional do MST, elas têm um vínculo direto com a conjuntura e são de fácil apreensão. “As charges são fáceis de entender, assim como as fotografias e as caricaturas que chamam a atenção, mas os textos mais pesados, o pessoal geralmente passa por cima”, disse Renato, ex-responsável pelo setor de comunicação no Paraná.

Para José Ronaldo, monitor de Educação de Jovens e Adultos, as charges são coisas sérias. “O pessoal dá risada, mas na verdade não é uma brincadeira. Quando aparece o FHC ou uns gordão com boné do FMI e o povo lá embaixo, tudo coitadinho, é uma forma de chamar a atenção em cima da nossa realidade, pra gente estudar e participar”, afirmou ele. “Aqueles desenhinhos é coisa engraçada. Dá pra rir um pouco. Mas as bandeiras é que chamam atenção, estão divulgando pra nós, do Movimento, nosso símbolo, que a gente tem que respeitar”, completou Terezinha, cooperada da Copavi. Na fala da assentada fica patente o envolvimento afetivo e o caráter de disciplina com os quais os sem-terra encaram seus símbolos.

O próprio Jornal Sem Terra é tratado como símbolo. Além da participação sempre presente nas místicas, quando simboliza a comunicação, o fato dos militantes cobrarem entre si um respeito pelo produto (não sentar em cima, não usar para cobrir o chão, conforme citado por Letícia Barqueta) é um indicativo de seu papel. Também o destino dado aos exemplares do JST, depois de manuseados ou lidos, é um indício da reverência com que os integrantes do Movimento tratam a publicação. A maior parte das famílias consultadas diz ter “uma gaveta” ou “um canto de armário” onde o JST é guardado. “A gente guarda durante bastante tempo. As crianças usam pra fazer pesquisa pra escola, recortam algumas coisas pra fazer trabalho, embora muitas professoras não gostem porque é do MST. No ano passado, toda a coleção que tinha em casa acabou virando bandeirinha pra festa de São João”, contou Solange, da Copavi, demonstrando um certo constrangimento com o final do relato. “Na minha casa tem uma parte do armário cheio de jornal. Estes dias, descobri em um quartinho que fica do lado do salão de festa da igreja da minha comunidade outras pilhas de Jornais Sem Terra antigos. Gostei de mexer com eles, têm histórias de muitos anos atrás mostrando que nossa luta é importante”, disse Rosane, do grupo de formação.

8 – Considerações finais

As teorias dos movimentos sociais elaboraram, ao longo de anos de estudos e pesquisas, diversos instrumentos adequados à análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Resgatando o conceito de movimento social sintetizado por Maria da Glória Gohn,¹ percebe-se que o MST cria um campo político de força na sociedade civil; é integrado por atores pertencentes a mais de uma classe e estrutura suas ações a partir dos conflitos e problemas existentes na sociedade nacional. O principal foco de atuação do Movimento é a questão da propriedade da terra, tendo como fulcro a defesa da Reforma Agrária, apontada como solução essencial para os males da sociedade brasileira.

Ao par da luta pela terra, o MST coloca outras bandeiras que dão forma e complementam seu ideário político, além de pautarem as ações do Movimento. É comum seus líderes repetirem a assertiva de que a luta se faz contra três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital. Com isso justificam a prioridade sempre dada no Movimento para a questão da educação e da formação de quadros, e também apontam para a construção de um projeto maior, de transformação da sociedade.

Voltando às características de movimento social citadas no conceito de Gohn, evidencia-se que o MST cria uma identidade coletiva a partir dos interesses comuns de seus membros (o acesso à terra e/ou a mudança do modelo de sociedade), “amalgamado pelo princípio de solidariedade e construído a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados” (Gohn, 1997 p.251). A solidariedade, como já foi visto, é um valor essencial para os sem-terra, até como uma garantia de sobrevivência individual. A ela se acrescenta, no nível dos valores, o espírito de sacrifício, outro atributo fundamental dos integrantes do MST. E ambos se complementam, como demonstra Chaves, nos dois princípios fundantes do Movimento: a unidade e a disciplina.

Valores e princípios são construídos, e continuamente reforçados, nas ações coletivas que trabalham os elementos culturais básicos. A mística, um dos sustentáculos da sociabilidade no MST, é a mais importante forma de fixação desses valores. A ela se somam as atividades de formação, estudo e da comunicação em suas variadas vertentes,

¹ Citado no Capítulo 1, item 1. 5.

entre as quais o próprio Jornal Sem Terra. O JST deve ser entendido como parte de um conjunto de instrumentos de criação de uma identidade coletiva que se manifesta no interior do MST, e da legitimidade social que é construída e atuante, ao mesmo tempo, para fora e para dentro do Movimento.

Autores como Castells, Touraine e Habermas ajudam a elucidar aspectos desta identidade e legitimidade; percebem a importância do projeto, ou do contraprojeto cultural que se desenvolve entre os integrantes dos movimentos sociais; e permitem evidenciar a ação comunicativa como fundamental no processo de reconhecimento dos atores. Para o entendimento do MST e suas práticas, todos estes referenciais teóricos podem ser capazes de apontar a coerência das colocações de Boaventura sobre a possibilidade de forjar uma síntese entre cidadania e subjetividade – em que pese alguns aspectos da hierarquia, da disciplina e de atitudes nem sempre democráticas no encaminhamento das questões, nas variadas instâncias do Movimento. Isso é exemplificado em estudos como os de Fernandes, Souza, Schimanski ou D’Incao e Roy.

Segundo Boaventura, a politização de todas as instâncias sociais, culturais e até pessoais, neste momento da história da humanidade, abre espaço para o exercício autônomo da cidadania, enfatizando as competências interpessoais e coletivas. Apenas a solidariedade e a participação dos cidadãos na formulação da vontade geral serão capazes de fundar uma nova cultura política e uma nova qualidade de vida, “assente na autonomia, na descentralização, na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil” (Boaventura, 1997 p.263).

Ao mesmo tempo em que a politização se estende para diferentes esferas, Cancline detecta a perda de eficácia nas formas de participação política convencionais, como partidos e sindicatos. Isso pode justificar uma adesão maior aos movimentos sociais, em suas infundáveis formas de organização e objetivos.

No caso presente, como elemento desta criação de novas subjetividades está a identidade de sem-terra. O conteúdo básico que se busca passar aos detentores desta identidade é a visão do papel de cada integrante do MST nas transformações da sociedade brasileira e a certeza de estar “fazendo a história”, mais do que garantindo a própria reprodução social. A luta é legítima e, por isso, se justifica o fato de adentrar esferas da ilegalidade.

Por outro lado, as teorias da comunicação e do jornalismo oferecem ferramentas de avaliação do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, seja para perceber o papel que ele representa (ou poderia representar) no interior da organização MST, seja fornecendo elementos para sua análise, colocando em questão a construção do seu discurso e o conteúdo das imagens publicadas. A comunicação, diz Balle, significa a propagação de uma identidade ou de uma causa entre indivíduos predispostos.

Um dos resgates essenciais deste segmento de formulações teóricas está em Sfez e sua defesa da mudança do modo de comunicar, passando do regime do olho para o ouvido. A comunicação pelo sistema de representação (imagem) que domina a sociedade atual parece ter alcançado uma situação limite, provocada exatamente por seu excesso. São cada vez mais frequentes as referências a uma doença dos tempos de hoje, a síndrome da fadiga de informação, um dos grandes motivos de stress e depressão.

Neste ponto alcançamos uma das primeiras conclusões da presente pesquisa: no interior do MST percebe-se que o predomínio maior é a comunicação oral. Disse o acampado Nivaldo, da fazenda Marabá, referindo-se ao papel das lideranças regionais na difusão das informações: “Quando os companheiros vão lá em reuniões fora e traz mastigadinho fica mais fácil. Não é só ler, mas também explicar, mais claro que o jornal. Porque no jornal você tem que está bem atento para certas conversas ou palavras um tanto estrambólicas que não dá pra você. O companheiro não, o que ele fala é isso, e isso mesmo. Acho mais fácil”.

Não se trata, efetivamente, de uma postura definida com consciência das implicações teóricas originais e conseqüentes, mas a resposta a uma contingência na qual estão mergulhados especialmente os integrantes da base do Movimento: a pequena prática de leitura, seja por falta de hábito ou mesmo pela elementar incapacidade cognitiva, já que muitos são analfabetos ou semi-alfabetizados. De qualquer maneira, este é um dado que deve ser levado em consideração na formulação de estratégias comunicativas no interior do MST – quando, e se, suas lideranças, nos diversos níveis, assumirem na prática a importância da comunicação e resolverem priorizar esta atividade, o que até o momento não ocorre.

Esta é outra conclusão possível: a comunicação, embora reconhecida como relevante pelas lideranças do Movimento, efetivamente não é priorizada. Enquanto setores

como a formação, educação e produção possuem grande volume de publicações e trabalhos apontando os resultados conseguidos, o que dá certo e os avanços obtidos, a comunicação ainda não sistematizou suas experiências, disse a militante Leticia Barqueta. Quem cuida da comunicação, no geral, assume também outras tarefas e há grande rotatividade de responsáveis pelo setor, nos estados e nas regionais. Um indício de que esta realidade está se transformando é a decisão da direção nacional de implantar um “curso de comunicadores”, em nível de segundo grau, em algumas escolas do MST. Os resultados deste investimento, se for realmente concretizado, poderão ser sentidos a médio prazo. Cozette Castro, em seu estudo sobre imprensa sindical, diz que os maiores sindicatos urbanos, como metalúrgicos e bancários, foram os primeiros a perceber a importância estratégica da comunicação, investindo no setor. Grande parte dos sindicatos e dos movimentos populares, entretanto, ainda não se deu conta deste caráter fundamental da difusão das informações.

As formulações de Hall, sobre o papel da comunicação nas organizações, referenciam a importância de um olhar diferenciado para a questão comunicativa no Movimento Sem Terra. As diversas etapas de recepção da mensagem elencadas por Balle (atenção, percepção, compreensão, memorização, aceitação e persuasão) precisam ser avaliadas em qualquer processo comunicativo, especialmente em uma organização complexa, heterogênea e sem rotina como o MST, em constante conflito com o ambiente externo e que depende do apoio de seus militantes para continuar a existir.

Quando o foco da atenção direciona-se marcadamente para o objeto da presente pesquisa, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST), percebe-se que várias das questões colocadas como objetivo de estudo não têm respostas positivas. A começar pelo acesso: o jornal enfrenta dificuldades para chegar aos assentamentos e acampamentos. O índice de leitura, como ficou demonstrado, é pequeno e isso condiciona outros objetivos, como a verificação do nível de influência e entendimento de seus conteúdos.

Mas para se alcançar qualquer conclusão a respeito destes indícios é necessário primeiro ter clareza em relação ao público. A quem o JST se destina? A resposta a esta questão, para a qual não existe unanimidade entre os pesquisados, influencia grande parte das demais considerações conclusivas da pesquisa.

A edição de agosto de 2001 do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (número 213) trouxe um encarte especial, de quatro páginas, comemorativo aos 20 anos da publicação. Tendo como manchete “20 anos transformando notícias em valores”, o encarte conta a história do JST desde o seu nascimento como boletim de apoio aos acampados da Encruzilhada Natalino, acompanhado de um vasto material fotográfico. Quinze fotos mostram os principais momentos do MST, a começar pelo encontro de fundação, em 1984 em Cascavel (PR), passando pelos quatro congressos nacionais; por eventos marcantes como ocupações, a criação da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária, o primeiro encontro de educadores, a chegada da Marcha Nacional de 1997 a Brasília, o enterro das vítimas de Eldorado dos Carajás e a entrega do Prêmio Wladimir Herzog que o Jornal Sem Terra ganhou em 1986².

“Na história da organização da classe trabalhadora brasileira, seja na cidade ou campo, nenhum jornal conseguiu atingir tantos anos de edição ininterrupta. Qual o segredo de tanta persistência? Seu caráter militante!”, diz um trecho do texto de abertura do encarte. Feito com a ajuda dos militantes, o jornal “sempre quis ser um instrumento de agitação, propaganda, educação política que ajudasse a organizar a luta social no campo”.

Na página três o texto “A arte de informar” diz que, ao longo de 20 anos, o JST passou por muitas mudanças, “mas jamais mudou o seu modo de se relacionar com nossa militância. Com toda a simplicidade, lá está ele chegando todos os meses para informar, incentivar e abastecer nossas consciências de sabedorias e experiências, vividas por estes heróis para testemunhar que um povo somente será derrotado se deixar-se destruir”.

Esta é a primeira vez que o próprio JST – vale dizer, a direção do MST – estabelece que a publicação é destinada aos militantes. Até então, o livreto das “Normas”, único documento sobre o jornal, falava em um veículo de massa. Também as matérias comemorativas dos dez anos do JST apontavam que o jornal servia “para ajudar a organizar a base”. A definição do público, como foi visto, é fundamental para determinar a forma e o conteúdo das edições. Em que pese que este direcionamento do jornal para apenas uma fatia dos sem-terra já seja uma realidade, possivelmente há algum tempo, os próprios militantes e os integrantes da base do Movimento (acampados e assentados) não têm consciência e nem demonstram concordar com isso. A reivindicação de que o JST chegue a

² O prêmio é dado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo a reportagens com temas ligadas aos direitos humanos.

todos os sem-terra em todos os acampamentos e assentamentos foi uma constante nas entrevistas com leitores. Mesmo aqueles que admitem ler pouco a publicação defendem sua distribuição massiva. Não apenas entre os sem-terra, mas muitos falam também em ampliar este público para toda a sociedade brasileira.

Não deixa de ser estranho, na verdade, que um movimento de massa que se orgulha do fato de fazer tudo com grande número de pessoas – “Fazemos tudo em movimento de massa, curso de massa, tribunal de massa, tudo conosco é com muita gente”, diz o líder João Pedro Stédile³ – limite a circulação de seu principal veículo de comunicação a uma parcela restrita de seus integrantes, os militantes. No MST os militantes são definidos como membros efetivamente atuantes em algum setor da organização, podendo ser urbanos ou rurais, pessoas de diferentes níveis econômicos e culturais, interessadas ou não em terem acesso a um pedaço de terra. Enfim, os *mãos grossas* ou os *mãos finas*, na definição usada por Stédile.

Uma ligação possível com esta postura de distribuição do JST pode estar na condução nem sempre democrática das várias instâncias do Movimento, como foi visto ao longo deste texto. A palavra limitada nas assembléias, os congressos com caráter mais festivo e místico do que voltado ao debate, ou um jornal destinado a uma fatia de sem-terra, militantes com uma formação mais completa. Facetas de uma contradição apontada por Chaves entre a concepção participativa e igualitária que inspirava o formato original dos acampamentos, organizados segundo princípios das Comunidades Eclesiais de Base, “substituída por uma forma de organização leninista, atualizada sob um modelo empresarial de organização” (Chaves, 1999 p.429). Trata-se, talvez, de uma questão para futuros estudos: como entender o caráter massivo do Movimento sustentado em uma estrutura de organização centralizada e um sistema de poder hierarquizado.

No tocante ao Jornal Sem Terra, aparentemente, se confirma o que a militante Letícia Barqueta apontava como um risco: repetir-se no MST o que acontece na sociedade brasileira, onde jornal é um produto de elite. A somatória de todos os jornais diários no país

³ Entrevista concedida em Curitiba, no dia 2 de maio de 2001, quando se realizava o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio no Paraná. Isso explica o uso da referência a “tribunal de massa”, pois um grande número de sem-terra acompanhava o evento.

chega, nos dias de semana, em torno de oito milhões de exemplares, para 166 milhões de habitantes.

Em nenhum momento, na edição especial dos 20 anos, fala-se sobre o público externo que recebe praticamente um terço da tiragem do JST. Uma espécie de seção de cartas, publicada na página quatro do encarte, reproduz mensagens de comemoração ao aniversário. São todas de apoiadores externos, como o bispo Dom Pedro Casaldáliga, o ator Sérgio Mamberti, o cartunista Maringoni, o fotógrafo Douglas Mansur, o poeta Pedro Terra, o sociólogo James Petras, entre outros. Um jornal que chega todos os meses a nove mil assinantes externos – parlamentares, artistas, sindicalistas urbanos e outros formadores de opinião – contribui de forma decisiva para forjar a legitimidade social do MST

Esta é mais uma conclusão possível: ao expor a “verdade” dos sem-terra, o JST justifica a luta e firma laços de solidariedade numa parcela importante da opinião pública. A necessidade de estender e reforçar estes laços com o público externo pode ser percebida na decisão da direção do Movimento de empregar recursos financeiros expressivos nas edições especiais do jornal, que tiveram tiragens de até um milhão de exemplares e distribuição massiva.

Ao mesmo tempo, a existência destes leitores externos e a presença deles na seção de cartas tem um papel de legitimação também no plano interno. Renato diz que sugere a leitura das cartas “para alimentar o nosso ego”.

O baixo índice de leitura, que ficou claro nas entrevistas com militantes, dirigentes e integrantes da base do Movimento (acampados ou assentados), tem várias justificativas, além da questão elementar do acesso, como já se viu. O nível de escolaridade e o hábito de leitura, que é extremamente pequeno entre os sem-terra, certamente se constitui em um dado importante, assim como a falta de tempo, usada como justificativa por muitos dos assentados, envolvidos no trabalho árduo de viabilizar suas propriedades.

Mas é na forma e no conteúdo do próprio Jornal Sem Terra que se encontram os argumentos mais consistentes para explicar o porquê dessa situação – e aqui se alinhavam outras conclusões do presente relatório. Algumas das pedras mais evidentes na trilha que deveria aproximar e unir o JST e seus leitores podem ser assim descritas: 1) A publicação de textos extensos e difíceis, sobre temas complexos e distantes da realidade dos leitores

que vivem em acampamentos e assentamentos; 2) A linguagem pouco definida, que mescla textos mais endereçados aos leitores situados no segmento “apoiadores” (leia-se: público urbano, mais intelectualizado), com matérias destinadas à base e à militância do MST; 3) As fotografias sem legenda e as charges algumas vezes apelando para referenciais culturais distantes dos receptores..

A ambigüidade do público é um dos motivos destes obstáculos, já que o jornal cumpre papéis no plano interno e externo. O próprio editor Nilton Viana admite que o produto seria muito diferente se o JST fosse feito apenas para os sem-terra, e o jornalista Vito Giannotti, especialista em imprensa sindical, sustenta que um jornal para camponeses deveria ser diferente das demais mídias populares.

Os leitores mais assíduos do JST, entre os pesquisados, são geralmente os que reconhecem existir problemas com a linguagem. Eles são os que percebem pouca influência entre o que é publicado e a visão de mundo ou a prática cotidiana dos sem-terra. Para que esta influência se desse efetivamente, afirmou com sabedoria mais do que um militante, seria necessário que o procedimento previsto de leituras e discussões coletivas fosse colocado em prática. A inexistência deste trabalho, que deveria acontecer nos núcleos de base do Movimento, tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos, é um indício da fragilidade da estrutura organizativa mais “chão” no MST. Os núcleos se reúnem pouco, apenas para tratar das questões mais emergenciais, e não existe praticamente nenhum trabalho de formação em nível amplo de base. Mesmo assim, é na reunião de núcleo e principalmente na assembléia – no geral conduzida por lideranças melhor formadas – que se dá o principal processo de comunicação no interior do MST: pela comunicação oral.

A constatação da dificuldade do trabalho organizativo na base pode abrir um outro campo de indagações: mesmo que a linguagem, a forma e o conteúdo do jornal fossem melhor direcionados para o público dos acampamentos e assentamentos, continuaria sendo imprescindível a leitura coletiva para que, no processo de comunicação oral, o jornal fosse discutido e entendido?

Antes de prosseguir elencando as conclusões alcançadas neste relatório é necessário se indagar sobre sua abrangência. O fato das entrevistas com leitores do JST terem se restringido a militantes, acampados e assentados do Paraná pode sustentar a generalização destes resultados para todo o Brasil, na medida em que se trata de um movimento nacional?

Em relação aos objetivos que buscavam evidenciar as formas de produção do jornal, sua sustentação, a análise de seu discurso e outros aspectos que envolvem questões mais de emissão da mensagem, a generalização é obviamente possível.

Já no tocante à recepção, é pertinente pensar que os resultados obtidos no Paraná sejam semelhantes ao do resto do país, uma vez que a realidade organizativa do Movimento é equivalente, ou até um pouco melhor que a média nacional em função, entre outros aspectos, do tempo em que o MST atua no estado e das vitórias alcançadas. Aqui, como na grande maioria das unidades da Federação, também não existe coletivo de comunicação estruturado, o que seria uma das razões capazes de justificar uma melhor utilização do JST. Além disso, o 1º Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, demonstrou que no Paraná os índices de escolaridade dos assentados eram superiores à média nacional (embora não acima dos estados da Região Sul), o que poderia indicar que a recepção em outros estados seja ainda mais precária.

As atribuições que o próprio Movimento Sem Terra confere ao seu principal veículo de comunicação – informar, formar, organizar e dar unidade – são de grande envergadura. Apesar de todas as considerações que evidenciam a dificuldade do cumprimento destas funções, é necessário reconhecer que o JST efetivamente desempenha um papel no Movimento. Senão, como explicar sua publicação por 20 anos, o gasto de recursos financeiros e materiais, além do empenho de esforço humano necessário à sua produção e distribuição (mesmo falha)?

Pelo que foi possível analisar, o JST tem, para o público interno, uma grande credibilidade e o papel de símbolo, que se inter-relaciona e se complementa na mística. No MST a prática da mística é uma forma de sociabilidade que passa motivação, entusiasmo e sentido de unidade para os participantes. Como foi discutido no corpo teórico desta dissertação, criou-se, no interior do Movimento Sem Terra, um lugar antropológico que rompe a aparente contradição entre mística e política, permitindo que seus membros vivam a objetividade da história ao mesmo tempo em que experimentam a transcendência – com o divino, ou pelo menos com a unidade do próprio Movimento e seus ideais.

Talvez seja possível estabelecer uma provocação que, eventualmente, poderá ser comprovada em estudos posteriores: no MST a mística funcionaria como elemento fático,

ou seja, como elemento que permitiria o contato entre os sujeitos da comunicação (emissor e receptor), mantendo o canal aberto.

Roman Jakobson, no livro *Linguística e Comunicação*, se apropria do conceito de fático desenvolvido pelo antropólogo Bronislaw Malinowski: “Há mensagens que servem fundamentalmente para prolongar ou interromper a comunicação, para verificar se o canal funciona (...). Este pendor para o CONTACTO ou, na designação de Malinowski, para a função FÁTICA pode ser evidenciado por uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação” (Jakobson, p.126). Embora a mística no Movimento não siga um rito repetitivo e pré-programado, sendo adaptada a cada circunstância, sua prática e os símbolos que utiliza têm a finalidade menos de informar e mais de reforçar o contato, podendo desempenhar um papel comunicacional importante.

O público interno do JST manifesta uma confiança irrestrita na publicação, enquanto os leitores externos credenciam seus conteúdos como verdadeiros. A credibilidade conferida pelos leitores está manifesta na ausência quase total de fontes de informação. As avaliações desenvolvidas no capítulo da Análise de Discurso evidenciam que em raros textos existe menção de fontes. O próprio jornal assume as informações publicadas, bem como as análises e propostas, constituindo um todo de verdade que corresponde à visão de mundo do MST.

O JST muitas vezes está presente nas místicas do Movimento: “Se precisa alguma coisa pra significar a comunicação, lá vai o Jornal Sem Terra”, diz a militante Letícia Barqueta, reforçando o papel de símbolo que o jornal desempenha, segundo avaliação do líder João Pedro Stédile. A própria prática de leitura coletiva, teoricamente incentivada pelas lideranças, é vista como uma mística. O editor Nilton Viana, falando sobre as dificuldades de linguagem do JST, disse que o problema será minimizado se houver debate conjunto, e usou, quase como sinônimos, as expressões mística e leitura coletiva: “A gente não tem conseguido inserir em todos os locais essa mística, essa leitura coletiva, que amenizaria um pouco a questão – não que vá resolver o problema da linguagem. Mas amenizaria a questão do entendimento e da compreensão dos conteúdos políticos e ideológicos que o jornal procura traçar”, disse ele.

Luiz Alonso, morador do assentamento Paulo Freire, também vincula a mística à leitura coletiva do jornal: “Na medida em que a gente vai avançando o processo, vai avançando também nossa mística. Toda página do jornal que você abre tem a bandeira, as ferramentas, uma mobilização, um ato. Tudo aquilo que a gente está acostumado e que faz parte da nossa história. Com isso a gente resgata nossos símbolos”. O assentado considera que a melhoria recente do jornal, principalmente em relação ao novo projeto gráfico, é função do amadurecimento da publicação, dos anos de experiência e da contribuição da nova geração de sem-terra. Ele lembrou que muitos filhos de assentados, que tiveram maiores oportunidades de estudar no interior do Movimento, estão trabalhando em setores que deveriam utilizar bastante o JST, como a educação e a formação.

No geral, percebe-se que os sem-terra admitem falhas na distribuição do jornal e alguns chegam a esboçar críticas às lideranças por não darem a atenção devida à publicação. Mas são raros os que enxergam deficiências no próprio veículo, seja na questão da linguagem, seja no conteúdo ou nos temas tratados. Isso enfatiza o papel de símbolo que cumpre a publicação.

Raros são também os que relacionam as deficiências ao fato do JST ter a dualidade atual de público (interno e externo), o que interfere no formato da linguagem e na montagem das pautas. Ao contrário, não é incomum dentro do Movimento a defesa de que o Jornal Sem Terra seja distribuído para outros setores da sociedade. Assim, reforçam o sentido de legitimação que conferem ao JST, capaz de levar ao conjunto da população brasileira a verdade do MST.

Quando o jornal é feito com uma clareza maior de propósito e de público, como acontece com as edições especiais, é possível perceber uma mudança positiva na qualidade da linguagem e até nos aspectos gráficos. Isso é sentido, como ficou demonstrado, pelos próprios sem-terra, que memorizaram melhor as reportagens do número especial de abril do que da edição normal. Estes números especiais “feitos com maior profissionalismo”, segundo Stédile, tinham o objetivo de contrapor ataques do governo ao MST por intermédio da mídia convencional. Por isso, foram distribuídos massivamente no meio urbano e não apenas no segmento de apoiadores do Movimento, que corresponde a um público mais intelectualizado.

Eliseo Veron indica uma das explicações possíveis para este sucesso maior das edições especiais do JST ao lembrar a necessidade de articulação entre produção, circulação e consumo, sendo que o modo de produção, segundo ele, define a natureza do sistema no conjunto. O jornal e suas mensagens estão submetidos aos processos simultâneos de conotação e denotação, de comunicação e metacomunicação. Vale dizer, ainda com Veron, o JST efetua a *comunicação ideológica* do MST que consegue ser melhor aceita quando tratada de maneira mais sóbria, menos adjetivada e com conteúdo mais explicativo, conforme ficou demonstrado na comparação entre as edições normais e a especial.

Como se assinalou no início deste trabalho, o seu propósito complementar à produção de uma reflexão crítica sobre o objeto de estudo era gerar conhecimento imediatamente possível de ser apropriado pelos responsáveis pela publicação no âmbito do Movimento. Sem pretender compor um receituário que sane os problemas aqui debatidos – até porque questões que vão muito além da própria forma de acesso e produção do JST os explicam – procurou-se, a seguir, sistematizar algumas recomendações que podem ser derivadas desta dissertação.

O Jornal Sem Terra poderia cumprir melhor suas funções com alterações não muito complexas na sistemática de elaboração e utilização. Em primeiro lugar, dando efetiva preferência ao público interno, até porque os leitores externos têm facilidade de acesso a outras fontes de informação. Em segundo lugar, com a conscientização das lideranças para que priorizem a comunicação, em especial o JST, cuidando da distribuição e do fomento das leituras coletivas.

Mesmo que o jornal fosse definido como veículo especialmente destinado à militância, sua linguagem precisaria ser alterada, afastando os complicados textos escritos por especialistas e dando espaço a artigos mais didáticos. É necessário lembrar que mesmo entre os militantes há graus diferentes de escolaridade. Não é raro encontrar militantes analfabetos, por exemplo, no setor de frente de massas. É importante frisar ainda a existência de demanda informativa manifestada pelos leitores, que reivindicam mais notícias locais, a publicação de experiências positivas do próprio MST e orientações agrícolas.

As seções poderiam ser melhor organizadas, evitando que os assuntos apareçam de maneira diferente em cada edição. Os materiais de estudo mais longos, em se tratando de um jornal para militantes, poderiam ser divididos por mais de um número como forma de facilitar a leitura e a apreensão dos conteúdos. Para o público de base, estas entrevistas e artigos com abordagem aprofundada precisariam ter uma linguagem muito mais acessível.

Da mesma forma, as informações passadas por fotografias, charges e outros elementos gráficos deveriam ser melhor trabalhadas, respeitando o referencial cultural dos receptores. O incentivo à interatividade, isto é, à participação dos leitores, que poderiam escrever fazendo críticas e sugestões, também seria um canal para que o JST cumprisse melhor seu papel. Em nenhum dos números analisados houve um chamamento à participação no próprio jornal e, pelo que foi possível constatar na seção de cartas, a grande maioria das manifestações vem do público externo.

Com um produto mais adequado e uma priorização à leitura coletiva, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra poderia cumprir uma gama maior de funções do que apontam as presentes conclusões, ou seja, um símbolo utilizado pela mística no plano interno e um elemento de legitimação do MST, interna e externamente. A tarefa de informar é básica para qualquer veículo de comunicação jornalística, e o JST poderia ser uma ferramenta auxiliar importante também nas funções de formar, organizar e dar unidade. Todos estes processos implicam em compartilhar conhecimentos. O resultado poderia ser o descrito pela sabedoria de Antonio, acampado na fazenda Marabá: “O conhecimento é um tesouro muito valioso, mas tudo depende do esforço de cada um. Tem que cavar para descobrir o ouro, mas a gente não sabe que o tesouro vale muito e não quer ter trabalho de cavar”.

9 - Referências Bibliográficas

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999

ALMEIDA, L. F. de; SÁNCHEZ, F. R. "Um grão menos amargo das ironias da história. o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo". In: *Lutas Sociais n. 5* – São Paulo : Xamã. VM Ed. 2º semestre 1998.

ANSART, P. *Idéologies, conflits et pouvoirs*. Paris: PUF, 1997

ARAÚJO, S.M.P.; CARDOSO, A.1992 *Jornalismo e Militância Operária*. Curitiba: Ed UFPR, 1992.

ARAÚJO, S. M. P. de. *Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento 1976-1990*. São Paulo,1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

BALLE, F. "Comunicação: O tema sociológico e sua especificação contemporânea". In: BOUDON, R. (org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BARROS, M. O re-encantamento da vida. In: *Espiritualidade e Mística*. São Paulo: CESEP- Paulus, 1997.

BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERGER, C. "Do Jornalismo: toda notícia que couber, que o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica". In MOUILLAUD, M. (Org.) *Jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UNB,1997

BERGER, J. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999 .

BOFF, L. *Igreja, carisma e poder* . 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

BRANDÃO,H.H.N. *Introdução à análise de discurso*. 7.ed. 2.reimpr. Campinas: Ed. Unicamp [199?].

BUZZETO, M. "Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo". In: *Lutas Sociais n. 6*, São Paulo: Xamã. VM Ed., 1999 2º semestre.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Cosette. "A comunicação em sindicatos de trabalhadores urbanos". In: *Assessoria de imprensa: o papel do assessor*, Brasília: Fenaj, 1996.

CHAVES, C. de A. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Brasília, 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Brasília.

COMEFORD J.C. *Reunir e unir: as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

D'INCAO, M.C.; ROY, G. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DUQUE B.J. *Teologia de la Mistica*. Madrid: La Editorial Catolica S.A., 1983.

DZULINSKI, L.C. *Comunicação e cidadania no MST*. Ponta Grossa, 1999. Monografia (Conclusão de Curso de Jornalismo) Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ENGELS, F. "O problema camponês na França e na Alemanha". In: GRAZIANO DA SILVA, J. STOCKLER, V. (org.). *A questão agrária*. São Paulo, 1981.

ERBOLATO, M.L. *Técnicas de decodificação em jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991

FAXINA, E. *Participação e subjetividade em movimentos sociais: um estudo de caso sobre as práticas culturais contemporâneas como espaço de construção e legitimação do ser individual e ator social*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade de São Paulo

FERNANDES, B.M. *MST: formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000

_____. "Ocupações de Terra e política de assentamentos rurais". In: *Lutas Sociais n. 6* São Paulo: Xamã. VM Ed., 1999 2º semestre.

FERREIRA, A.D.D. "Movimentos sociais rurais no Paraná - 1978-1982". In: *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar, 1987.

FERREIRA, A .D.D et alii *Os sem terra de Imaribo: a construção política do assentamento Vitória da União*. Curitiba, Secretaria de Agricultura do Paraná, 1985 (mimeo).

FESTA, R.; LINS E SILVA, C.E. *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo Edições Paulinas, 1986.

FREITAG, B. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986 .

FOLHA DE LONDRINA. *Manual de Redação e Estilo*. Londrina, 1996.

- GARCIA, S. *Mística y espiritualidad: introducción a la teología espiritual* Ávila. Centro Internacional Teresiano-Sanjuanista.
- GIANOTTI, V. *O que é jornalismo sindical*, 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.
- GIULIANI, G.M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a questão ecológica In: *Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas*. V.19/21, n.1-2 p.69/84, jan. 1997/dez.1999.
- GOHN, M. da G. *Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000
- GOMES, P. G. *Tópicos de Teoria da Comunicação*. São Leopoldo : Ed. Unisinos, 1995.
- GÖRGEN, S. Religiosidade e fé na luta pela terra. In: STÉDILE J.P. (Org) *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GURAN, M. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como “Ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- _____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- _____. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- HALL, R. *Organizações: estrutura e processos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.,1984.
- HUMBERTO, L. *Fotografia, universos & arrabaldes*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983
- KUNCZIK, M. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo. Edusp, 1997
- LAGE , N. *Ideologia e Técnica da Notícia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIMA, I. (org.) *Sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.
- LIMA VAZ H.C. Mística e Política: a experiência mística na tradição ocidental. In: BINGEMER M.C e BARTHOLO JR R.S. (org.) *Mística e Política*. São Paulo: Loyola, 1994
- LINHARES.M.Y e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. *Terra Prometida, uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- _____. *América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em Comunicação Social*.

- In: SOUZA, M. W. (org.) *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995
- MARX, K.O *18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Edições Sociais, 1977
- MEDINA, C. *Notícia um produto à venda*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MELO, J. M. Estado, sociedade civil e comunicação na América Latina. In: *Comunicação e Sociedade*, número 12. CNPQ, 1984.
- _____. *Teoria da Comunicação. Paradigmas Latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MOIOLI, G. Mística Cristã. In: *Dicionário de Espiritualidade* 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
- MST. Agenda 2001. São Paulo, 2001.
- _____. *Normas Gerais do MST*. São Paulo, 1989
- _____. *Normas e Orientações do Jornal Sem Terra*. São Paulo, 1988.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000
- PINTO, M.J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Ed., 1999.
- RIBEIRO, J. C. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SALGADO, S. *As melhores fotos*. São Paulo: Boccato Editores, 1992.
- SARTORI, G. Homo Videns. Lisboa: Terramar, 2000.
- SCHIMANSKI, É. *Formatos organizacionais dos assentamentos do MST – movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: as cooperativas de produção agrícola – CPA's, Estudo de caso: COPAVI– Paranacity– Paraná*. Curitiba, 1998 .Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações) Universidade Federal do Paraná.
- SCROFERNEKER, C. M. A. *Perspectivas teóricas da comunicação organizacional*. (Palestra) FAMECOS, PUCRS, outubro de 1999.
- SFEZ, L. *Crítica da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SOUZA, C. R. de. *A cooperação como estratégia organizacional do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Paraná: o caso da cooperativa de produção e serviços de Pitanga*. Curitiba, 2001 Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações) Universidade Federal do Paraná
- SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*.

São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

TOURAINÉ, A. *A sociedade post-industrial*. Lisboa: Ed. Moraes, 1970.

_____. *Cartas a uma jovem socióloga*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. “Movimentos sociais e ideologias nas sociedades Dependentes”, In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.) *Classes médias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TORQUATO, G. Comunicação: fonte de equilíbrio e poder nas Organizações. In. *Comunicação e Sociedade*, número 12, CNPQ, 1984.

VELASCO J.M. *El fenómeno místico. Estudio comparado*. Madrid : Editorial Trotta, 1999

VERON, E. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.

Periódicos

Revista *Caros Amigos*, número 38, junho de 2000.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – edições de agosto de 1991, setembro de 1992

Edições 202 (julho de 2000) a 211 (junho de 2001).

10 - Relação de entrevistados

Entrevistas com personagens nacionais

João Pedro Stédile, líder nacional de MST.

Nilton Viana, jornalista e editor do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Letícia Barqueta, militante do MST responsável pela articulação dos coletivos de comunicação.

Entrevistas com militantes de setores no Paraná

Clodomir Santos, morador no acampamento Padre Josino Tavares, município de Cruzeiro do Sul, tem primeiro grau completo e está há nove anos no MST – setor de frente de massa/negociação.

Dalton Luciano Vargas, vereador em Querência do Norte, pelo PT, morador no assentamento Pontal do Tigre desde 1988. Estudou até a quarta série e integra o setor de produção.

Geferson Prediger, assentado no Rio Grande do Sul, está morando no município de Inácio Martins e trabalha no setor de formação. Tem primeiro grau completo.

Ines Siqueira, ex-enfermeira, ficou desempregada e entrou no MST há três anos, acampada na Fazenda Roncador, em Quinta do Sol. Tem o primeiro grau e participa do setor de frente de massa/negociação.

Ivanira Soares dos Santos, moradora do assentamento Etiene, município de Bituruna, coordenadora do setor de educação na região. Tem segundo grau incompleto

João Vulski, há dois anos no MST, é morador em um assentamento no município de Santa Maria do Oeste. Estudou até a sétima série e integra o setor de formação.

José Roberto Morais, militante da frente de massas está há cinco anos no Movimento e foi despejado duas vezes. Na época da pesquisa, estava morando provisoriamente na fazenda Santa Maria, em Paranacity.

José Ronaldo Soares Correia, morador do assentamento José Maria Agostinho, em Teixeira Soares, milita há dois anos, e já fez cursos de agroecologia na Fazenda Mitacoré e de formação em Campinas. Integra o setor de educação como monitor do EJA.

Luiz Alonso Sales, assentado em São Jerônimo da Serra, assentamento Paulo Freire, entrou no MST em 27 de agosto de 89, quando tomou parte na ocupação de uma fazenda em Ibema. É membro da direção regional e participa das negociações com o Incra. Estudou até a quarta série e fez vários cursos no MST.

Moisés Maurício de Campos, acampado na Fazenda Cajati há oito meses, está no MST há dois anos. Integra o setor de formação e a direção regional.

Nivaldo da Silva, acampado há dois anos na Fazenda Perdigão, em Querência do Norte, estudou até a terceira série e participa do setor de frente de massa/negociação.

Paulo Bertoline da Silva, ex-brasiguaió, analfabeto, voltou ao Brasil há dois anos e mora no acampamento 26 de Maio, município de Ramilândia. Integra o setor de frente de massa.

Renato Reinhart, morador no assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas, foi responsável pelo setor de comunicação no Paraná e hoje milita no setor de formação. É membro da direção regional.

Rosana Pereira da Silva, estudante do terceiro ano do segundo grau em Renascença, onde a família vive no acampamento 1º de Julho. Milita há um ano no setor de formação.

Sebastião Carlos Brum, assentado na região do Contestado, tem três filhos que também conquistaram terra. Preside uma cooperativa de agricultores na área e integra o setor de produção.

Entrevistas com assentados na Fazenda Santa Maria, em Paranacity, ligados à Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.

Ademar Antonio Vagner, ex-brasiguaió, participou de quatro ocupações desde julho de 1998 e transferiu-se para a Copavi no final de 99.

Afonso Alves Padilha, há dois anos no assentamento, cuida do gado e já tinha vivido em acampamento antes de mudar-se para Cascavel, onde trabalhou como pedreiro durante seis anos.

Antonio Natalino Gonçalves, presidente da Copavi, está na área desde o início. Milita no MST desde 1989 e tem segundo grau completo.

Antonio Soares, vereador em Paracity pelo PT e um dos responsáveis pela comercialização dos produtos da cooperativa. Está no MST há 12 anos e já integrou a direção regional.

Claudete Sturmer, participou da formação do MST como integrante da Igreja Luterana. Está na Copavi desde o início e cuida da área de laticínios

Dislei Salet Ristof Calza, é coordenadora de um dos núcleos de base do assentamento, onde mora desde o início. Trabalha no laticínio.

Edmilson Santos, filho e irmão de assentados na área, está na Copavi há menos de um ano, trabalha no setor agrícola e estuda supletivo

Elenir Beierle, ex-brasiguaiá, mulher do Ademar, mora na área desde 1999.

Geneci Damasceno, é membro da cooperativa e os pais também são assentados. Trabalha na horta.

Ildo Roque Calza, marido da Dislei, é motorista da kombi que comercializa os produtos da cooperativa, onde mora desde o início.

Jaques Parcianello, liberado alguns dias por mês para o trabalho de organização do MST na região. Já foi membro da direção estadual e nacional do Movimento.

João Borges dos Santos, integra o MST há oito anos e mora na Copavi desde 1998. Trabalha na produção agrícola.

Lourdes Menegotto Padilha, mulher do Afonso, há dois anos no assentamento e cuida do refeitório coletivo.

Marlene Aparecida Vesselovitz, há 11 anos no MST, vive na Copavi desde a conquista da área. Trabalha no setor de comercialização.

Solange Luiza Parcianello, mulher do Jaques, há 13 anos no Movimento e vivendo na Copavi desde o início, depois de seis anos em acampamentos

Terezinha Gonçalves, mulher do Antonio Natalino, na área desde o início e trabalha na horta.

Vitor Damasceno, no MST há dez anos foi do primeiro grupo da Copavi e tem também uma filha assentada na área. Atua na produção agrícola.

Entrevistados no acampamento da Fazenda Marabá

Participantes do primeiro grupo de conversa (integrantes dos núcleos de base 4 e 5). A todos foi pedido o nome completo e até que série haviam estudado.

Alexandre Souza – quinta série
Aparecido Silva – segunda série
Arlindo de Melo – analfabeto
Carlos Prado Camargo – analfabeto
Edson Ferreira da Silva – primeiro grau
Edgar Nunes – analfabeto
João Clemente da Silva – quarta série
João Prado Camargo – começou a estudar no acampamento
José Amauri de Oliveira – primeira série
José Clovis – quarta série
Jorge Alves dos Santos – quarta série – coordenador núcleo 5
Leandro de Souza – quinta série
Nivaldo Santos Oliveira – terceira série – coordenador núcleo 4
Sebastião Nunes – quarta série
Vitor de Lima Gabriel – terceira série

Participantes do segundo grupo de conversa (núcleo um e outros agregados)

Antonio de Oliveira Mota – oitava série
Daniel Luz – segundo grau
Diogo Tobias – primeira série
Dulcinéia Gomes da Silva – analfabeta
Edneusa Martins de Quadros – analfabeta
Everaldo Sui\eira – oitava série
Flávio Bitencourt – segunda série
João Alves de Souza – quinta série
João Antonio Martins – segunda série
José Claudemir da Costa – quarta série
José Lins de Oliveira Silva – segunda série
Luiz Carlos Simões – terceira série
Mafalda Amorim Barbosa – terceira série
Maria José Amaral – sexta série
Maria Ziralda – sétima série
Neuci de Fátima Pereira – segunda série
Ricardo José Bueno – oitava série
Sebastião de Carvalho – quarta série
Sebastião Castilho – segunda série
Sebastião Moisés Dias – analfabeto
Severino da Silva – analfabeto
Valdomiro Almeida dos Santos – “fiz a segunda série, mas não leio”.

Anexo 1 - Pesquisa aplicada aos monitores de Educação de Jovens e Adultos

PESQUISA SOBRE O JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

- 1- Nome (opcional) _____
- 2- Idade ____ anos 3- Sexo: Fem. Mas. 4 - Grau de instrução _____
- 5- Tempo de militância no MST _____
- 6- Participa de alguma instância de direção? Sim Não Qual? _____
- 7- Local de moradia: Assentamento Acampamento Cidade
- 8- Onde você mora o Jornal Sem Terra chega:
Todos os meses A cada 2 ou 3 meses De vez em quando Raramente
- 9- Você participa de alguma reunião de leitura coletiva no local de moradia?
Sim Não
- 10- Você lê o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra :
Todos os meses A cada 2 ou 3 meses De vez em quando Raramente
- 11- O que você prefere ler no Jornal Sem Terra:
A primeira página e o editorial O editorial e os textos de estudo
O editorial e as entrevistas As notícias dos estados
As notícias internacionais A seção Balaio
Outros (favor especificar) _____
-
- 12- Você lembra quais os assuntos principais tratados nos últimos números do Jornal?
Sim Não Em caso positivo, especifique:
Março _____ Abril _____
- 13- O Jornal Sem Terra sofreu alguma mudança visual recentemente? Sim Não
- 14- Você acha que o Jornal Sem Terra deveria conter?
Mais fotografias e ilustrações Mais poesias e letras de música
Mais notícias do Paraná Mais notícias de mobilizações
Mais material de estudo Menos material de estudo
Outros (citar) _____
-
- 15- Na sua opinião, a linguagem do Jornal Sem Terra é:
Fácil e compreensível Precisa atenção para entender
Mais ou menos difícil Bastante complicada
- 16- Você utiliza o Jornal Sem Terra no seu trabalho de educação? Sim Não
Em caso positivo, especifique _____
-

Por favor, utilize o verso da folha para fazer qualquer comentário que você considere necessário sobre o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Obrigada pela sua colaboração

Anexos 2 – Textos do JST analisados no capítulo 6

Textos sobre sementes transgênicas

- 1 – Declaração pela moratória dos transgênicos
- 2 – O que é cultivo transgênico?
- 3 – Atenção, cuidado com os transgênicos!
- 4 – Somente lutando outro mundo é possível
- 5 – A Era de Frankenstein
- 6 – Tribunal mostra que a sociedade não quer transgênicos
- 7 – Com bom senso e sem transgênicos

Textos sobre o Projeto Popular para o Brasil

- 1 – Repúdio ao endividamento externo
- 2 – Um Brasil de homens e mulheres novos
- 3 – Resistência popular no campo
- 4 – Se a vaca é louca, outros bichos são piores
- 5 – Exportações agrícolas e reforma agrária
- 6 – Energia: as consequências do entreguismo neoliberal
- 7 – MST e as comunidades rurais resgatam produção de sementes

Textos da edição especial

- 1 – Transgênicos ameaçam a sua saúde
- 2 – Assentamentos do MST produzem alimentos saudáveis

Globalização é boa só para ricos

A Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) analisou o estágio de desenvolvimento dos 48 países mais pobres do mundo e concluiu: cerca de 500 milhões de habitantes desses países (de um total de 640 milhões) continuam vivendo com menos de R\$ 3,8 por dia, individualmente. Tal como no Brasil, com

taxas de crescimento insuficientes ou negativas, com desemprego maior, salários e rendas em queda, mantém-se a sempre igual caminhada para o aumento do empobrecimento dessas populações. Contra os discursos dos pretensos benefícios da cha-



mada globalização, o documento elaborado pela Unctad substitui as mentiras neoliberais pela dura realidade.

Destruição do planeta

São os países ricos os principais responsáveis pela destruição das florestas, rios e oceanos do mundo, consumindo cerca de quatro vezes mais recursos naturais do que os países mais pobres. Esta é a conclusão divulgada pelo relatório Planeta Vivo 2000, elaborado pela ONG Fundo Mundial para

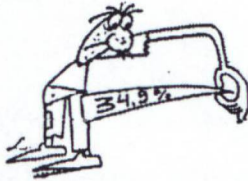


a Natureza. Segundo o documento, a humanidade atua hoje 30% acima do limite da capacidade de regeneração natural da Terra. Ou seja, para sustentar elevados padrões de consumo, se usa muito mais recursos do que aqueles que estariam disponíveis sem que o planeta sofresse.

Genocídio maquiado

Como suposto consolo para a sociedade brasileira, as autoridades do governo FHC fizeram grande alarde em torno da pequena diminuição do número de indigentes brasileiros: em 1999, 300 mil indivíduos ultrapassaram a fronteira que divide a própria classe dos miseráveis, deixando de se enquadrar entre aqueles que não conseguem renda suficiente para atender as necessidades alimentares mais fundamentais. Ou seja, conseguiram sair do grupo daqueles que realmente morrem de fome, sendo promovidos para a classe dos que podem talvez escapar de perder a vida, a curto prazo, pela falta de alimentação (segundo a classificação oficial, "pobre" é aquele que come o mínimo necessário para sobreviver, mas sem o suficiente para roupa e moradia).

FHC: mais 3 milhões de pobres



Pesquisa do Ipea, do Ministério do Planejamento, revelou que o número de pobres no Brasil aumentou 1,5% em 1999. Agora são 54,1 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, ou seja, houve um acréscimo de 3,1 milhões de pessoas ao grupo dos excluídos da riqueza nacional (em 1998, 33,4% da população fazia parte do conjunto desprivilegiado; em 1999, o número subiu para 34,9% da totalidade social).

O que é cultivo transgênico?

Os transgênicos, também conhecidos como organismos geneticamente modificados, são plantas e animais que tiveram sua composição genética modificada em laboratório por cientistas. Todos os organismos vivos são constituídos por conjuntos de genes. As diferentes composições destes conjuntos determinam as características de cada organismo. Pela alteração destas composições os cientistas podem mudar as características de uma planta ou de um animal. O processo consiste na transferência de um gene responsável por determinada característica

num organismo para outro organismo ao qual se pretende incorporar esta característica. Neste tipo de tecnologia é possível transferir genes de plantas ou bactérias, ou vírus, para outras plantas e ainda combinar genes de plantas com plantas, de plantas com animais ou de animais entre si, superando por completo as barreiras naturais que separam as espécies.

A engenharia genética parte do suposto de que cada característica específica de um organismo está codificada num ou em vários genes específicos, de modo que a transferência deste gene para outro organismo sig-

nifica necessariamente a transferência desta característica. Esta forma de determinismo genético é contestada por um número crescente de biólogos porque não leva em conta as complexas interações dos genes com os outros processos e compostos em suas células e corpos, ou com os ambientes externos que também intervêm no desenvolvimento das características de um organismo. Devido a isto, um gene transferido a outro organismo pode resultar numa manifestação de características com resultados imprevisíveis e diferentes das reações esperadas pelos cientistas.

Rurais exigem mudanças no modelo agrícola

Diversos movimentos sociais do campo como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento do Atingido por Barragens), ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais) e entidades como a Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Estudantes de Economia do Brasil, Sinqaf (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário), PJR (Pastoral Juventude Rural) e vários sindicatos de trabalhadores rurais, que durante o mês de julho farão jornada de mobilização por todo o país, lançam documento exigindo mudanças radicais no modelo agrícola brasileiro. As entidades, o governo precisa mudar o modelo agrícola atual e aplicar uma nova política baseada na construção geral de fortalecimento da cultura familiar, no mercado interno baseada na distribuição de renda e desapropriação dos latifúndios.



Jornada Nacional de Luta: movimentos sociais do campo preparam grande mobilização em julho

Veja as propostas dos agricultores:

- 1 Desapropriação dos maiores latifúndios, mudança da legislação estabelecendo tamanho Máximo da propriedade e solução imediata para todas famílias acampadas.
- 2 Valorização da agricultura familiar, mudando as regras do Pronaf e garantindo recursos com subsídio para todos pequenos agricultores, para custeio, investimento e agroindústrias cooperativas. Desburocratizar o repasse de todos recursos do Pronaf e outros recursos.

- 3 Garantia de compra por parte do governo de produtos alimentícios, produzidos pelos pequenos agricultores, a preços compensatórios.
- 4 Investimento público nas Emater (para garantir assistência técnica a todos pequenos agricultores, como manda a Constituição) e na Embrapa, para garantir o controle público sobre a pesquisa.
- 5 Previdência Pública e universal garantindo a todos(as) trabalhadores(as) rurais os direitos previdenciários estabelecidos pela Constitui-

ção Brasileira de 1988, e regulamentados em lei.

6 Elevar a taxa de importação de alimentos, e aplicar na agricultura familiar, e em alguns tipos de produtos como: arroz, coco, milho, cacau, castanha de caju, etc.. proibir a importação.

7 Garantia de Recursos públicos federais para linhas de crédito de construção e melhoria das moradias e para educação, no meio rural.

8 Implantação de um projeto energético que valorize o potencial local, contra a privatização das hidrelétricas e estímulo ao aproveitamento da energia solar.

9 Aprovação imediata da lei que transfere para a justiça federal os crimes contra direitos humanos e criação de procuradorias especializadas para organizar processos de todos os crimes ainda impunes praticados contra trabalhadores rurais.

10 Reconhecimento e Titulação imediata das terras de quilombos e demarcação de todas as terras indígenas.

Declaração pela moratória dos transgênicos

Com o intuito de fortalecer a solidariedade internacional e a luta pela moratória dos produtos transgênicos parlamentares e entidades firmaram compromisso pela criação de uma Rede Social e Interparlamentar 'por um mundo livre dos transgênicos'. O objetivo é facilitar a troca de informações de iniciativas de enfrentamento contra os produtos geneticamente modificados. Por isso, baseando-se no princípio da precaução, exigem:

1 - A suspensão imediata de qualquer ação que legaliza a produção e a comercialização de alimentos transgênicos, nacionais ou importados, uma vez que o protocolo de Biossegurança, assinado no final de janeiro de 2000, em Montreal, confirma no artigo 10 o direito de vetar a importação de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados)

2 - A elaboração e implementação de um esquema eficaz que garanta ao consumidor a informação a que tem direito, através de rotulagem dos produtos geneticamente modificados, com base nas normas fixadas no Protocolo de Biossegurança. A rotulagem deve claramente informar, destacando os métodos de produção à base de engenharia genética "Este produto contém organismos geneticamente modificados" (ONGs).

3 - Estabelecimento de métodos comuns para a avaliação dos riscos ambientais e da saúde humana, tomando em consideração, consumo e produção de matérias primas e alimentos geneticamente alterados.

4 - A promoção de pesquisas públicas dentro dos princípios da ética, da sustentabilidade social, econômica e ambiental, voltadas para a solução das

necessidades das grandes maiorias e evitando maior concentração e dependência, visando preservar as pequenas propriedades rurais de agricultores familiares, baseados numa agricultura tradicional e sustentável.

Pompeu de Matos - Dep. Federal PDT-RS
Dom Jacyr Braldo - Pastoral Social da CNBB
Pastor Ervino Schmidt - CONIC
José Dirceu - Presidente Nacional do PT - Dep. Federal
João Pedro Stedile - MST
João Batista - Babá - Dep. Federal PT-BA
Agnaldo dos Santos - Contag - Secret. Geral
Dom Maurício Grotto - Bispo Auxiliar de Assis - SP
Adão Pretto - Deputado Federal - PT-RS
Frel Isnard Baer - Pastoral da Juventude
Lucl Choinaski - Deputada Federal - PT-SC
Pe. Alfreidinho - Coord. Pastoral da CNBB
Isolete Wichinieski - PJR do Brasil
Marina Silva - Senadora PT - Acre

PRESSÃO DAS MULTINACIONAIS

A Monsanto, empresa multinacional que pressiona as autoridades brasileiras para a aprovação do cultivo e comércio dos transgênicos no Brasil, sofreu nova derrota na Justiça Federal. No final de junho, o recurso contra a sentença que impedia a produção da soja com alteração genética foi julgado, sendo confirmada por 90 dias a proibição tanto em relação à empresa quanto ao governo federal de autorizar novos casos de plantio e comercialização de alimentos modificados. O processo original contra o governo brasileiro e contra a Monsanto foi movido pelo Idec e pelo Greenpeace, contestando a liberação de espécies modificadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a favor da empresa.

Apesar da proibição, a CTNBio liberou, em 30 de junho, a importação para uso em ração animal de 13 variedades de milho transgênico.

Atenção, cuidado com os transgênicos!

Qual é o perigo dos produtos transgênicos?

Os produtos com mudanças genéticas (OGM: organismos geneticamente modificados) apresentam dois tipos de perigos: um de saúde e outro da segurança alimentar do país.

Em relação à saúde, como não um produto natural e portanto conhecido, nenhum cientista pode dar segurança em relação aos seus efeitos posteriores para o meio ambiente, para a saúde do agricultor e muito menos para a saúde do consumidor. Ao contrário, diversos produtos já apresentaram consequências nefastas, como uma variedade de milho transgênico que matou todas as borboletas no seu meio ambiente.

Em relação à segurança alimentar, muitas empresas transnacionais fazem uma mutação na planta que as deixa estéril, ou seja, o agricultor não pode plantar a semente daquela no ano seguinte, porque não nasce nada e assim ele fica dependente de todo ano comprar semente nova daquela empresa. Como as empresas controlam as sementes, passam a cobrar o que quiserem por elas, sem nenhum controle. Podem usar até como pressão sobre o governo, sobre o

O que você tem a ver com isso?

No Brasil, já temos pelo menos onze produtos nos supermercados que são feitos com produtos transgênicos, cujos efeitos ninguém sabe. Há avicultores que estão im-

portando milho transgênico da Argentina para dar aos frangos, e ninguém controla quais frangos se alimentam com ração transgênica ou não.

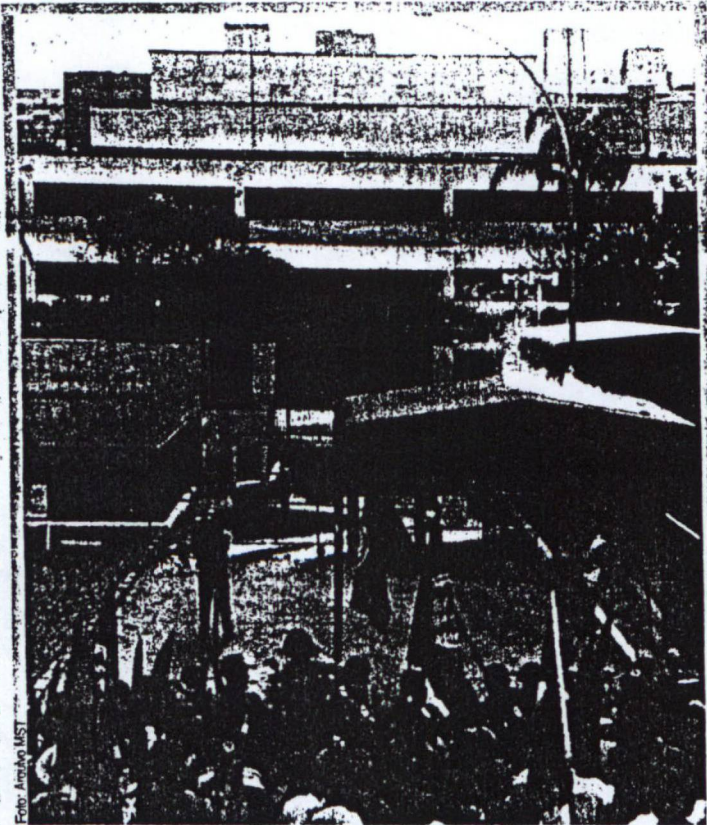
Há algum tempo o IDEC (Instituto de Defesa do Consumi-

dor) entrou com uma ação na Justiça para proibir o consumo e cultivo comercial de produtos transgênicos. Mas muita gente não está respeitando.

As empresas que cultivam ou que produzem, em geral não têm nenhum compromisso com a saúde pública. Já vimos isso quando se usava os hormônios no gado, até que fossem proibidos. Embora se saiba que há ainda pecuaristas que os aplicam trazendo de contrabando. E que há também a ração animal com hormônio, que afeta as pessoas, especialmente os adolescentes. Assim, como estamos vendo na Europa o efeito da irresponsabilidade dos produtores de ração animal, que resultou na doença da "vaca-louca", sem cura, que deixa as pessoas sem memória e leva à morte.

É a favor dos transgênicos. Recentemente teve a petulância de editar uma Medida Provisória, dando amplos poderes para uma comissão de seu Ministério, tentando tirar o Poder Judiciário do julgamento de questões relativas aos transgênicos.

E está em tramitação no Senado uma lei (216/99) que determina a proibição do cultivo e comércio de transgênicos por cinco anos.



Trabalhadores rurais sem terra protestam em frente a Embaixada dos Estados Unidos contra as políticas impostas pelo FMI e contra a importação e comercialização de alimentos transgênicos, em agosto de 2000, por ocasião do 4º Congresso Nacional do MST em Brasília

Regulamentado o direito das mulheres rurais

Na questão agrária o governo soube tomar uma medida benéfica aos assentados em 2000. Foi a Lei Barão que tornou obrigatória a regularização das terras e a reivindicação das terras do meio rural e regulamentação que estava na Constituição de 1988. O seu foi reconhecido o direito de cada companheira ter o nome também em seu nome. Quando a terra deve estar em nome de marido e de esposa, mas que não tenham documento de casamento. Ou pode ser apenas no nome da mulher, se for maioridade solteira ou viúva desquitada, etc.

A portaria estabelece também

que os financiamentos do Pronaf devem ser em nome também da mulher. E todos os créditos oferecidos pelo Incra nos assentamentos, como fomento, habitação entre outros, devem ser em conjunto, do homem e da mulher. O governo recupera assim os 12 anos de atraso da Constituição. Esperamos que os funcionários do Incra e dos bancos não descumpram a portaria e que nossas companheiras de todo Brasil exijam o cumprimento da Lei.

A enrolação da emancipação e titulação

O governo FHC desenvolveu durante todo ano passado uma ofensiva pressionando as famílias que já estão assentadas a aceitarem o título definitivo de suas terras. Aparentemente seria uma coisa boa, mas escondendo a intenção do Incra de se livrar de suas responsabilidades em aplicar os recursos que faltam para infraestrutura, crédito de habitação e créditos para produção nos assentamentos. Quando o assentado aceita ser emancipado e receber o título definitivo, além de ter que começar a pagar a terra, ele

se torna um pequeno agricultor qualquer e deve, então, se virar sozinho. Com isso o governo quer também quebrar a organização dos assentados. Não se deixe enganar. O artigo 189 da Constituição Federal é muito claro. Todos os assentados têm direito a títulos em concessão de uso, em seu nome e da mulher, pelo prazo de dez anos, inegociáveis. Portanto, se seu assentamento não tiver dez anos, nem dê bola para o Incra.

Somente lutando outro mundo é possível

“Queremos mandar um recado para um lugar chamado Davos e para a Monsanto: daqui pra frente vai ser prejuízo em cima de prejuízo”. Com esta declaração, Frei Sérgio Görgen, do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), sintetizou a ocupação da área de experimentos da multinacional Monsanto, em Não-Me-Toque (RS), pelos movimentos populares, em 25 de janeiro. A mobilização, assim como o Fórum Social Mundial que ocorreu de 25 a 30 de janeiro, em Porto Alegre, teve como objetivo contrapor o Fórum Econômico Mundial que ocorre todos os anos em Davos, na Suíça, reunindo os grandes pensadores do capitalismo.

Para Adelar Pretto, da Direção Estadual do MST, “a Monsanto é um símbolo do projeto das elites para a agricultura”. Considerada a maior fabricante de agrotóxicos do mundo, a multinacional desenvolveu uma técnica que esteriliza a segunda geração de sementes, obrigando os agricultores a adquirir novas sementes a cada safra e tornando-se reféns econômicos da

multinacional. Terminando com o trabalho de melhoramentos das variedades através do cruzamento e seleção de espécies que os agricultores desenvolvem há dez mil anos, a Monsanto se tornaria única proprietária das sementes do mundo.

Segundo ele, a ocupação é legítima. “estamos cumprindo a lei que proíbe o cultivo de transgênicos, afirma”. Apesar desta proibição, ONGs francesas denunciaram que mais de 30% da soja produzida no Rio Grande do Sul já é geneticamente modificada.

No dia seguinte, os 1300 agricultores que ocupavam a área destruíram dois hectares de lavoura de soja transgênica. Em seguida, fizeram um enterro simbólico da multinacional e queimaram no pátio da empresa a frase “Fora Monsanto”, escrita também com sementes transgênicas.

Dirigentes da Via Campesina, articulação internacional das organizações camponesas, acompanharam a mobilização. Oitenta por cento da população europeia rejeita os transgênicos segundo o líder dos camponeses franceses



José Bové, “por isso a Monsanto quer impor estes produtos à força para os países do hemisfério Sul. Para nós não importa se é no Norte ou no Sul, devemos queimar todas”, disse.

A ação dos movimentos populares obrigou o presidente Fernando Henrique a recorrer mais uma vez aos métodos da ditadura militar para proteger os interesses de empresas multinacionais, iniciando uma opera-

ção de seqüestro e expulsão do líder francês José Bové, impedida pela ação rápida dos movimentos populares e da Rede Nacional de Advogados Populares. A operação do governo federal, digna do antigo DOPS, causou indignação pública e a solidariedade da sociedade, que organizou-se rapidamente pelos direitos do agricultor, conseguindo cassar a ordem de expulsão de Bové do Brasil.

“O capital manipula a ciência”

Entrevista com o biólogo Jacques Testart à Folha de S.Paulo - em 28/01/01

O biólogo francês Jacques Testart veio ao Brasil participar do Fórum Social Mundial como um dos principais nomes do pensamento de esquerda no campo da ciência: “Pai científico de Amandine, o primeiro bebê de proveta francês, Testart também é conhecido por suas críticas aos rumos da ciência moderna. Na sua opinião, a ciência acabou.

“Só existe a tecnociência, uma busca permanente por inovações, alimentada pelo mercado, em nome do progresso”, diz o pesquisador especializado em fertilização artificial.

Para Testart, a busca incessante por inovações ultrapassou os limites da ética e da dignidade humana e gerou “mentiras” e “mistificações”, entre as quais inclui a pesquisa de alimentos transgênicos e a terapia genética.

Folha: Militantes do movimento sem terra brasileiros invadiram na quinta-feira um campo de produção de alimentos transgênicos da multinacional Monsanto. O

que o Sr. pensa disso?

Testart: Está havendo uma enorme concentração de poder sobre a oferta de alimentos em todo o mundo nas mãos de multinacionais como a Monsanto, a Novartis e a Aventis. Essas companhias desenvolvem a tecnologia de produção dos alimentos geneticamente modificados.

Mesmo se os transgênicos não fossem perigosos, essa concentração de poder do controle da produção nas mãos de algumas companhias já seria um problema. Ocorre ainda que a literatura científica não aponta qualquer vantagem na produção dos alimentos geneticamente modificados. Portanto, estamos enfrentando os riscos do uso de uma nova tecnologia cujos efeitos ainda não são bem conhecidos sem que tenhamos qualquer ganho prático.

Folha: Qual a responsabilidade dos cientistas na produção e no uso desse tipo de tecnologia, como a dos transgênicos?

Testart: Há uma grande responsabilidade dos cientistas porque eles ajudam a mistificar a ciência, como ocorre no caso dos alimentos transgênicos. A base da técnica dos alimentos geneticamente modificados é a mesma das terapias genéticas na medicina. Nos dois casos, a técnica não apresentou os resultados esperados, não há comprovação

científica que funcionem. Mesmo assim, os cientistas são os primeiros responsáveis pela mistificação criada em torno da tecnologia dos genes.

Folha: O que há de errado com essas técnicas?

Testart: Existem vários sinais de problemas no uso da tecnologia da genética. Os ratos transgênicos são estérteis e morrem jovens. As plantas transgênicas não demonstram nenhuma vantagem, a não ser para as indústrias que trabalham com essa tecnologia. Em dez anos, as terapias genéticas concentraram verbas de pesquisa, mas frustraram os pacientes.

No caso da terapia genética, o erro está na tese de desenvolvimento do implante do genoma humano. Ao contrário do que se diz, o gene não tem a programação genética do ser humano. O gene contém só informações, não é uma programação. Ao se fazer uma clonagem, por exemplo, um gene é colocado num óvulo. O gene se desenvolve, daí em diante, a partir do óvulo e não do próprio gene. A manipulação dos genes não vai trazer as soluções mágicas que se espera na medicina.

Folha: É possível fazer ciência de maneira independente hoje em dia?

Testart: Atualmente não é possível fazer ciência independente. Hoje não existe mais a ciência, mas algo que chamo de tecnociência. Não existe mais a vontade gratuita de obter conhecimento. Toda pesquisa tem uma finalidade, que é buscar inovações

É uma experimentação permanente, alimentada pelo mercado, em nome do progresso. Mesmo a pesquisa em instituições públicas conta com capital privado. Há mistificação em torno dos progressos e dos resultados da pesquisa científica. Em casos como o dos alimentos transgênicos e da terapia genética, resultados milagrosos são mentiras.

Folha: Por que os pesquisadores ajudam a mistificar a ciência?

Testart: O grande compromisso é ideológico, com a mistificação do progresso. Não podem acreditar que o trabalho deles não pode ajudar no desenvolvimento. É como se perguntar a um militar se ele não acredita na guerra.

Folha: Qual é a solução para se alterar a tecnociência?

Testart: A saída é o sistema que chamamos de conferência dos cidadãos. Isso já é feito na França, na Suíça e na Dinamarca. Consiste em consultar um grupo de cidadãos para dar opinião sobre o futuro de pesquisas científicas. Na França, escolhemos, ao acaso, 200 nomes na lista telefônica. Sessenta pessoas aceitaram participar. Excluímos aqueles que já tinham opiniões sobre os transgênicos. Sobraram 14 pessoas, de vários setores da sociedade. Durante dois finais de semana, essas pessoas receberam informações técnicas que lhes permitiam fazer uma avaliação crítica do assunto. Essa é uma maneira democrática de trabalhar a questão.

A Era de Frankenstein

Eduardo Galeano*

Em seu romance Admirável Mundo Novo, Aldous Huxley havia profetizado a fabricação de seres humanos em série. Em tubos de ensaio de laboratórios, os embriões se desenvolveriam de acordo com sua futura função na escala social, desde os alfas, destinados ao mando, até os ipisilones, produzidos para a servidão.

Setenta anos depois, a biogenética nos promete, como presente do recém-nascido milênio, uma nova raça humana. Mudando o código genético das espécies futuras, a ciência produzirá seres inteligentes, belos, saudáveis e talvez imortais, de acordo com o preço que cada família possa pagar. James Watson, prêmio Nobel, descobridor da estrutura do DNA e chefe do Projeto Genoma Humano, predica o despoisismo científico. Watson se nega a aceitar limite algum para a manipulação das células humanas reprodutivas: nenhum limite à pesquisa, nem ao negócio. Sem papas na língua, proclama: "Devemos nos manter à margem dos regulamentos e das leis".

Gregory Pence, que dita a cátedra de ética médica na Universidade de Alabama, reivindica o direito dos pais a escolher os filhos que terão, "da mesma forma que os criadores fazem cruzamento buscando o cão mais adequado a uma família".

E o economista Lester Thurow, do Massachusetts Institute of Technology, exitoso teórico do êxito, se pergunta quem poderia negar-se a programar um filho com maior coeficiente intelectual. "Se o senhor não fizer isso" — adverte — "seus vizinhos farão, e então seu filho será o mais bobo do bairro".

Se a sorte nos acompanhar, as estufas da futura geração irão gerar supercrianças parecidas a esses gênios. O melhoramento da espécie humana já não irá exigir os fornos a gás onde a Alemanha purificou a raça, nem a cirurgia que os Estados Unidos, a Suécia e outros países realizaram para evitar que fossem reproduzidos os produtos humanos de baixa qualidade. O mundo fabricará pessoas geneticamente modificadas, como já fabrica alimentos geneticamente modificados.

2001, odisséia no espaço

2001, odisséia no espaço: já estamos em 2001 e já comemos comida

química, como havia anunciado, há mais de trinta anos, o filme de Stanley Kubrick. Agora, os gigantes da indústria química nos dão de comer. Questão de siglas: depois de produtos como o DDT, que finalmente foram proibidos quando já fazia anos que se sabia que davam mais câncer que felicidade, chegou a vez dos GM, os alimentos geneticamente modificados. Dos Estados Unidos, da Argentina e do Canadá, os GM invadem o mundo inteiro, e somos todos cobaias desses experimentos gastronômicos dos grandes laboratórios.

Na verdade, nem sabemos o que estamos comendo. A não ser por raras exceções, as etiquetas dos alimentos não nos advertem que eles contêm ingredientes que sofreram a manipulação de um ou de vários genes. A em-

meio lugar, a saúde da economia. Seja como for, quando a Monsanto é obrigada a confessar o que vende, como no caso dos herbicidas, a coisa não muda muito. Faz alguns anos a empresa precisou pagar uma multa por causa de "setenta e cinco menções inexatas" nos galões do venenoso herbicida Roundup. Foi a preço de ocasião. Três mil dólares por cada mentira.

Alguns países se defendem, ou pelo menos, tentam se defender. Na Europa, a importação de produtos da engenharia genética está proibida em alguns casos, e em outros, está submetida a controle. Desde 1998, por exemplo, a União Européia exige etiquetas claras para a soja geneticamente modificada, mas é muito difícil levar as boas intenções à prática. O rastro se perde em múltiplas combina-



presa Monsanto, a principal abastecedora, não inclui esse dado em suas etiquetas de origem, nem mesmo no caso do leite proveniente de vacas tratadas com hormônios transgênicos de crescimento. Esses hormônios artificiais favorecem o câncer da próstata e dos seios, segundo várias pesquisas publicadas em The Lancet, Science, The International Journal of Health Services e outras revistas científicas, mas a Food and Drug Administration dos Estados Unidos autorizou a venda do leite sem menção nas etiquetas, porque afinal das contas os hormônios apressam o crescimento e aumentam o rendimento, e portanto, também aumentam a rentabilidade e o lucro. Primeiro o que vem primeiro, e em pri-

meio lugar, a saúde da economia. Segundo o Greenpeace, a soja GM está presente em 60% de toda a comida processada que é oferecida nos supermercados do mundo.

Nas manifestações ecologistas, um grande peixe azul ergue um cartaz: "Não se metam com meus genes". Ao lado, um tomate gigante exige a mesma coisa. No mundo inteiro multiplicam-se as vozes de protesto. A atitude européia é resultado da pressão da opinião pública. Quando os granjeiros franceses incendiaram os silos cheios de milho transgênico, por causa do dano notório que trazia ao ecossistema, o agitador camponês José Bové converteu-se num herói nacional, num novo Asterix, que alegou em sua de-



Segundo o Greenpeace, a soja GM está presente em 60% de toda a comida processada que é oferecida nos supermercados do mundo

fesa: Quando foi que nós, os granjeiros e os consumidores, fomos consultados sobre isso? Nunca.

O governo francês, que havia metido Bové na cadeia, desautorizou os cultivos de milho inventado pela biotecnologia. Algum tempo depois, a empresa norte-americana Kraft Foods devolveu milhões de tortilhas de milho, marca Taco Bell, sufocada pelas queixas dos consumidores que tinham sofrido reações alérgicas. Enquanto isso, a secretária de Estado Madeleine Albright dizia e repetia na Europa, conforme obrigação prioritária da diplomacia dos Estados Unidos: "Não existe nenhuma prova de que os alimentos geneticamente modificados sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente".

Os europeus têm motivos muito concretos para desconfiar das piruetas tecnocráticas na mesa de jantar. Estão escaldados pela sua recente experiência com as vacas loucas. Enquanto comiam pasto ou alfafa, durante milhares de anos, as vacas haviam se comportado com uma cordura exemplar, e haviam aceitado, resignadas, seu destino. Foi assim até que o sistema louco que nos rege decidiu obrigá-las ao canibalismo. As vacas comeram vacas, engordaram mais, ofereceram à humanidade mais carne e mais leite, foram cumprimentadas pelos donos e aplaudidas pelo mercado — e ficaram loucas de pedra. O assunto deu motivo a muitas piadas, até que começou a morrer gente. Um morto, dez, vinte, cem...

Em 1996, o ministério britânico de Agricultura havia informado à população que a ração de sangue, sebo e gelatina de origem animal era um alimento seguro para o gado e inofensivo para a saúde humana.

**Eduardo Galeano é escritor uruguaio, autor de As veias abertas da América Latina*

O pedido do deputado estadual Frei Anastácio (PT), foi aceito e a CPI para apurar a violência no campo no Estado foi aberta. A decisão de propor este inquérito se deu pois o número de áreas de conflitos agrários continuam crescendo apesar das denúncias à Secretaria de Segurança Pública do Estado e ao Ministério Público.

Com o intuito de "defender" suas propriedades, os latifundiários formaram milícias armadas para tentar intimidar a ação dos trabalhadores rurais sem terra. Estas milícias, identificadas como grupos de ação para-militar, são formadas por policiais militares, policiais civis e por jagunços que fazem segurança aos fazendeiros.

Utilizando das mais diversas formas de violência, estas milícias já mataram nove trabalhadores sem terra e ameaçaram cerca de 5 mil pessoas nas principais áreas de conflito nos últimos 10 anos.

O relatório do deputado mostra que as milícias privadas atuam em pelo menos 17 cidades.

As apurações já começaram e em 16 de maio serão ouvidos o Bispo D. Marcelo Cavaleiro e os movimentos sociais (MST, CPT e FETAG).

Rio de Janeiro

Organizar para conquistar

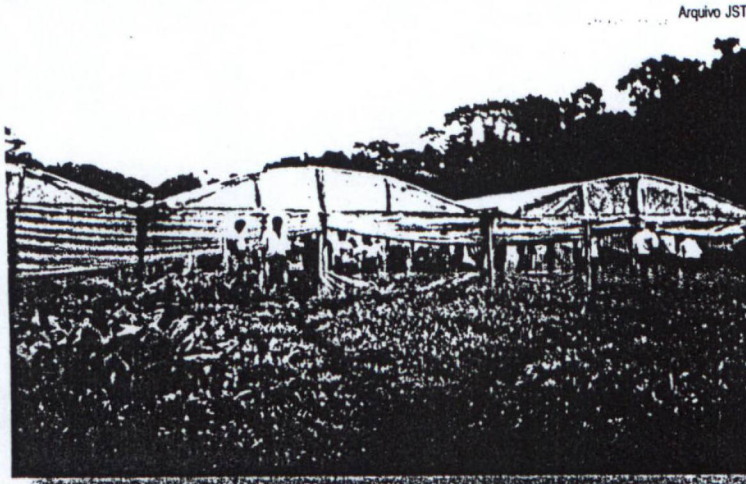
O Mutirão da organicidade foi lançado nos dias 10 e 11 de abril nos pré-assentamentos Ozziel Alves e Antônio Farias, na região norte do Estado. Com o Mutirão, pretende-se organizar a base, fortalecer a pertença ao MST e possibilitar a implementação dos coletivos nas áreas.

Durante estes dias, os acampados estudaram a realidade da Reforma Agrária no Brasil, os desafios do MST e como se preparar para as novas etapas da luta.

No pré-assentamento Ozziel, as famílias foram visitadas e puderam debater a organização e a necessidade de manutenção da luta para garantir a conquista da terra.

No pré-assentamento Antônio Farias, depois dos debates a comunidade aprovou em assembléia que o título da terra será o de concessão real de uso e que as moradias serão organizadas por núcleo.

do dia 6 de março a 15 de maio, 42 agricultores dos municípios de São José do Rio Negro, Rio Grande, São Carlos, Rondônia e Mato Grosso do Sul participaram do Curso Prolongado em Agroecologia e Gestão Sócioambiental da Escola José Gomes da Silva localizada no Assentamento Antônio Carlos na Cidade de São Miguel do Iguaçú, sudoeste do Paraná.



Arquivo JST

Este curso teve como objetivo uma experiência piloto para avaliar o Curso em Nível Médio em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em parceria com universidades do Estado. Além disso, o curso contribuiu para a estruturação e produtividade da Escola José Gomes da Silva e para a construção de alianças com outros setores e organizações da sociedade que privilegiem a atuação na questão ambiental. Aqueles que participaram do curso saem com a capacidade de atuar na conscientização ambiental dos agricultores assentados e acampados.

Para o curso, foram utilizados os princípios pedagógicos do MST, constituído principalmente por aulas teóricas integradas com as aulas práticas e o tempo trabalho, de forma a aplicar os conhecimentos apreendidos à realidade da Escola. O Tempo-trabalho realizado diariamente relaciona-se com o resgate do valor do trabalho enquanto processo educativo, relacionando-o ainda, diretamente com os conteúdos teóricos trabalhados e a necessidade concreta de auto-sustentação e construção da Escola.

O curso contou ainda com visitas técnicas a diversas cooperativas da região para conhecer as

experiências de produção, e comercialização de produtos agroecológicos.

Para a concretização de curso o MST teve a assessoria de pesquisadores e profissionais de organizações, universidades e instituições públicas. Além deste assessores, foram difundidas técnicas já desenvolvidas nos assentamentos do MST, como a produção de sementes agroecológicas de hortaliças desenvolvidas nos assentamentos de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul e as sementes de variedades crioulas desenvolvidas nos Assentamentos de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, entre outras.

Ceará

Tribunal mostra que sociedade não quer transgênicos

O primeiro tribunal dos transgênicos condenou por unanimidade os organismos geneticamente modificados (OGMs), dando provas de que a sociedade não se sente segura e bem informada sobre as possíveis consequências do uso de alimentos transgênicos. O tribunal aconteceu em Fortaleza, no auditório Castelo Branco da Universidade Federal do Ceará, nos dias 9 e 10 de abril, reunindo um júri formado por onze membros.

Convidada para ser testemunha de defesa, a Monsanto, maior produtora mundial de sementes transgênicas e que já requisitou centenas de pedidos para

desenvolver OGMs no Brasil, recusou a oferta.

O júri deu seu veredicto após ouvir depoimentos contrários, de ambientalistas e cientistas, e favoráveis, de cientistas e de um membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Em resposta a cinco das seis perguntas feitas ao júri, seus 11 membros responderam não. Apenas em uma interrogação não houve unanimidade. Dois responderam positivamente e nove negaram que a análise, monitoramento e emissão de pareceres sobre testes e liberação comercial de transgênicos têm sido suficientemente cautelosas, transparentes e com a participação da sociedade civil.

Após todos os depoimentos favoráveis e contrários ao cultivo, comercialização e uso dos transgênicos, o júri considerou que os mesmos não contribuirão para solucionar o problema da fome no Brasil e no mundo; não facilitarão o acesso aos alimentos e à segurança alimentar dos mais pobres, da mesma forma que não trará benefícios para a agricultura familiar.

Entre as recomendações do Tribunal está a de que nada seja escondido dos trabalhadores e trabalhadoras; que os cientistas pensem no futuro e no povo para evitar tragédias. Mais quatro tribunais acontecerão no país. O de Fortaleza foi organizado pelo Esplar e ActionAid Brasil.

Com bom senso e sem transgênicos

FOTO: PAULO L...

Por Carlos Tautz*

Defensores dos organismos geneticamente modificados (OGMs ou transgênicos) argumentam que esses produtos diminuem os custos de produção agrícola porque utilizam menos fertilizantes químicos e agrotóxicos e, assim, gerariam uma agricultura menos danosa ao ambiente e à saúde de agricultores e consumidores. Portanto, seria uma medida de bom senso, dizem, autorizar o seu cultivo comercial no Brasil - o cultivo em lavouras experimentais em espaços reduzidos é arbitrariamente autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio, órgão auxiliar do Ministério de Ciência e Tecnologia, que deveria se limitar a emitir pareceres técnicos). Além disso, o cultivo comercial de qualquer planta transgênica está proibido no Brasil por liminar concedida pela Justiça Federal a pedido do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor).

Antes de conferir a esses defensores autoridade e neutralidade para assumirem essas posições, é melhor saber de onde eles vêm. Invariavelmente, são executivos e cientistas contratados por empresas produtoras de transgênicos e/ou pesquisadores interessados ou já agraciados por financiamentos dessas mesmas empresas, que vendem sementes transgênicas casadas com agrotóxicos.

Para efetivamente usar o tal do bom senso, igualmente é necessário recordar que 75% dos transgênicos existentes, pesquisados no Brasil, foram desenvolvidos apenas para ser resistentes a herbicidas. Ou seja, se antes o agricultor precisava utilizar o agrotóxico com cuidado para evitar a contaminação generalizada, nos cultivos resistentes ele é obrigado e induzido a usá-los. Outros 19% são os cultivos Bt, que têm em seu código genético genes da bactéria *Bacillus thuringiensis*. Elas se transformam em plantas inseticidas e matam o inseto-alvo que se alimenta delas. Perto de 7% dos transgênicos combinam as duas características. Resistem a herbicidas e são inseticidas. Tendo isso claro, reparemos outros fatos.

Os transgênicos não foram elaborados para serem mais produtivos, mas apenas para resistir a herbicidas e/ou matar insetos e é só. Uma evidência científica de sua anti-competitividade é o informe publicado em 3 de maio de 2001 pelo

Dr. Charles Benbrook, do Northwest Science and Environmental Policy Center de Idaho (EUA). O cientista provou que em verdade, na soja transgênica a produtividade é, em média, 2 a 8% menor do que o das variedades convencionais. Os transgênicos, portanto, não vão acabar com a fome, mas a sua utilização vai agravá-la mais ainda. Inclusive, porque já existe alimento suficiente para toda a população mundial. O que falta é distribuição equânime da produção e do consumo.

A suposta produtividade dos transgênicos se justificaria pela queda no uso de agrotóxicos. Mas, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, a soja transgênica exige em média 11% mais agrotóxicos do que a convencional e há zonas onde se utiliza até 30% a mais. O Dr. Benbrook também mostrou que o crescimento massivo da utilização de um herbicida aumentou a resistência do mato ao agrotóxico e levou os agricultores a usarem maiores quantidades do produto, para compensarem a perda de eficácia.

Os OGMs causaram prejuízos onde são cultivados

Nos EUA e no Canadá, países que já os adotaram, o milho Bt foi desenvolvido para matar lagartas que só causam dano uma vez a cada período entre quatro e oito anos. Mas, a partir da intensa propaganda feita pelas indústrias, esses países adotaram o Bt em larga escala e agora pagam, todos os anos, pelo controle dessas pragas, algo que só deveria ser feito de tempos em tempos - e não



necessariamente com transgênicos. Entre 1995 e 98, embora a área semeada com cultivos Bt tenha aumentado 18% nos EUA, a redução no uso de inseticidas foi de apenas 2%.

O Brasil precisa da agricultura livre de transgênico para, primeiramente, suprir o mercado interno com alimentos saudáveis e baratos. E, depois, vender os excedentes aos ricos mercados da Europa e do Japão, que demonstram rejeição crescente aos OGMs. A soja certificada como não-transgênica recebe dos compradores europeus prêmio de até 8 dólares por tonelada, fora o preço. A Fundação Getúlio Vargas, o mais conceituado centro brasileiro de pesquisa em economia agrícola, projeta exportações totais de soja para a Europa de quase 25 milhões de toneladas em 2001, o que faria o Brasil alcançar perto de 200 milhões de dólares (quase R\$ 500 milhões) de prêmio, caso toda essa produção fosse certificada como não-transgênica.

Aí, na questão econômica e comercial, descobrimos porquê o Brasil é peça estratégica no jogo mundial dos complexos privados do setor biotecnológico-agrícola-fármaco-químico. Responsáveis por

Produtos transgênicos que estão nos supermercados

Nestogeno (Nestlé do Brasil)
Pringles (Procter & Gamble)
Salsicha Swift (Swift Armour)
Sopa Knorr (Creme de Milho Verde)
Cup Noodles (Nissin Ajinomoto)
Cereal Shake Diet (Olebra Industrial)
Bac'Os e Bac'n Picces (Gourmand Alimentos)
ProSobee (Bristol-Myers)
Soy Milk (Olebra Industrial)
Supra Soy (Jasapar)

**Fonte: Greenpeace

98% da produção mundial commodities transgênicas - soja, algodão, milho e canola, basicamente -, a Argentina, o Canadá e os Estados Unidos (principalmente) não querem que o Brasil rejeite vez os transgênicos. Nosso país é a última grande área agrícola que continua no planeta que permanece livre de transgênicos. E, se for uma postura firme e madura, podemos tirar enormes vantagens comerciais dessa condição.

Enfim: os benefícios dos transgênicos são apenas mitos. Eles contaminam mais, produzem menos, trazem riscos à saúde, aumentam a dependência dos produtores e do País. O Brasil precisa rejeitá-los definitivamente.

Evolução dos experimentos transgênicos por região (1997-2001)

REGIÃO	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001
Sul	19	170	97	22	11
Sudeste	20	96	132	49	31
Centro-oeste	11	87	112	28	07
Nordeste	—	06	03	—	02
Norte	—	01	—	—	—
Total	50	360	344	99	51

Fonte: CTNBio

*Carlos Tautz é jornalista e assessor de imprensa da Campanha For Brasil Livre de Transgênicos. Correio eletrônico: tautz@uax.apc

Nelson Le Cocq*

Quando olhamos para as ruas das cidades brasileiras neste fim de milênio, é óbvio para qualquer observador atento que o país atravessa graves problemas de distribuição de renda e riqueza. Desempregados, sem teto, pedintes e trabalhadores cujo salário não comporta os custos de passagem diária até seu distante local de moradia se acumulam sobre papéis de jornal assim que desce a noite nas ruas do centro do Rio de Janeiro.

O desemprego e a falta de crescimento econômico tornam as perspectivas áridas para qualquer esperança de melhor distribuição da renda sob o domínio do que se tem chamado de modelo neoliberal.

A liberalização financeira gerou um grau de endividamento do setor público que o torna paralisado em relação a capacidade de promover qualquer estratégia de crescimento. Toda a retórica sobre o investimento externo, que atingiu 30 bilhões de dólares só no ano passado, tenta esconder o óbvio: estes capitais não se destinam a qualquer tipo de investimento produtivo, mas aproveitam a situação fragilizada de grupos nacionais para adquirir suas empresas a preços reduzidos. O outro foco de atração para os capitais externos consiste, no programa de privatizações. O governo está construindo uma implacável armadilha financeira. Serviços públicos privatizados não geram divisas em dólares, mas remetem lucros e dividendos, e o farão em proporções cada vez maiores conforme os ganhos destas empresas forem sendo reinvestidos em outros negócios dentro do Brasil. As remessas de lucros hoje estão na faixa de US\$ 7 bilhões, mas uma estimativa mode-

Repúdio ao endividamento externo



rada indica que nos próximos anos, rapidamente atinjam algo próximo a US\$ 15 bilhões por ano.

O fato é que a abertura sem critérios exigiu como contrapartida um violento acréscimo na entrada de capitais externos para equilibrar a balança de pagamentos, e o jeito utilizado para atrair estes capitais foi a elevação extraordinária das taxas de juros praticadas pelo Banco Central. Além de subir as taxas de juros, nossos governantes promoveram o aumento da concentração bancária no país, financiando com os recursos do Proer— quer dizer, com o aumento da dívida interna do governo — a fusão dos bancos privados, além de privatizar diversos bancos públicos.

O festival de endividamento interno levou a que a dívida pública em reais passasse de 60 bilhões em 1994 para algo próximo a quinhentos bilhões até a presente data.

Quanto a dívida externa, seu crescimento aponta para um quadro de inviabilidade a médio prazo da economia nacional. A estratégia governamental tem sido o oposto do que recomenda qualquer manual de finanças empresariais: ele está tomando dinheiro emprestado para pagar os juros, o que significa um aumento constante dos valores totais devidos. Além disso, ao promover a liberalização dos fluxos internacionais de capital, estimulou que as grandes empresas nacionais e estrangeiras tomassem dinheiro emprestado nos mercados internacionais.

O resultado das políticas acima representou um aumento da dívida externa privada de US\$ 60 bilhões em 1994 para US\$ 138 bilhões no final de 1999. Quanto a dívida pública externa, passou de US\$ 87 bilhões para US\$ 101 bilhões no mesmo período. A expansão tanto da dívida privada como da governamen-

tal significam uma crescente pressão para pagamentos em dólares ao exterior. Como o Brasil não fabrica dólares — ao contrário dos Estados Unidos da América — o pagamento dos juros e do principal dependem de eternas entradas de capital externo, o que se tornará cada vez mais difícil com o fim do estoque de empresas a serem privatizadas.

Os pagamentos relativos a dívida geram um déficit público crescente, apesar dos aumentos que ocorreram com a carga tributária no Brasil, aumentos que penalizando os assalariados e agravam o caráter iníquo do nosso sistema tributário. O governo arrecadou quase 150 bilhões de reais no ano passado, e terá de transferir grande parcela destes recursos para os banqueiros internacionais e nacionais.

A degradação da educação e da saúde públicas, as péssimas condições de segurança da população e a inexistência de investimentos essenciais em infraestrutura são o resultado prático do endividamento. Embora o governo pretenda diminuir o déficit público com cortes de salários e redução dos benefícios a funcionários públicos da ativa ou aposentados, evidentemente, o nó que estrangula o estado brasileiro é o nó da dívida.

A moratória da dívida externa se mostra assim uma exigência imediata, a qual deverá ser seguida de uma proposta de renegociação da dívida interna.

Sem esta reordenação de prioridades continuaremos marchando rapidamente para o quarto mundo em todos os quesitos que se referem as condições de vida da população brasileira.

**Nelson Le Cocq é Economista doutorando no Instituto de Economia da UFRJ e militante do Movimento dos Economistas do Rio de Janeiro*

Um Brasil de homens e mulheres novos



“Hoje somos uma nação estuprada pelo capital especulativo”

Frei Betto*

Para vocês, eu vou falar aqui de um tema, um Brasil de homens e mulheres novos.

Nós sabemos que não basta mudar o país. É preciso também mudar a si mesmo. E esse é o desafio que nós nos propomos, assim como Dom Hélder Câmara, Martin Luther King, John Lennon, nós também temos um sonho. Sonho de um Brasil sem desigualdade social, sem criança de rua ou fora da escola, sem adulto desempregado, sem idoso humilhado por uma aposentadoria que mais parece esmola. Sonho de ver cada cidadão desse país com acesso a três refeições por dia. Acesso à saúde, à educação, ao lazer, à arte, ao riso solto, à festa.

Sabemos que o nosso sonho é o sonho, a utopia de milhões de brasileiros. Porém, a gente vive hoje aqui um pesadelo. Somos 160 milhões de pessoas vocacionadas à alegria e, no entanto, há muita dor entre nós.

Vivemos num território de dimensões continentais, com 600 milhões de hectares agricultáveis e no entanto há muita terra sem gente e muita gente sem terra. Nos-

sa economia é uma das dez mais ricas do mundo e no entanto a concentração de renda faz que apenas 1% da população, pouco mais de 16 mil brasileiros possuam renda equivalente a 53% da população. Somos um dos três maiores produtores mundiais de alimentos, e no entanto há muita fome entre nós. 50 milhões de brasileiros são pobres, e 21 milhões são miseráveis. Aqui, morre-se antes do tempo, sobretudo nos primeiros anos de vida por falta de cuidados elementares.

Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, nós vivemos uma história pelo avesso. Os colonizadores chegaram aqui e encontraram povos sadios, e trouxeram a doença como a malária que matou 40 mil índios só no Recôncavo baiano. Hoje os povos indígenas, que naquela época eram 5 milhões estão reduzidos a uma população de 350 mil pessoas, entre 215 nações indígenas, que falam 186 línguas diferentes. Os colonizadores encontraram aqui homens e mulheres livres e introduziram trabalho escravo, aprimorado com a importação do braço africano. Durante 358 anos o progresso do Brasil se fez sob a ordem da clibata.

Formou-se então no Brasil um elite que nunca se sentiu brasileira. Os males que afligem o Brasil são indiferentes para essa elite, embora nascida aqui no Brasil, essa elite historicamente só se sente em casa em Londres, em Paris, em Nova Iorque. Nunca o desenvolvimento do Brasil interessou de fato a essa elite que só tem olhos para engordar a sua fortuna.

Assim as elites exploraram a cana de açúcar. Carregaram para fora do Brasil toneladas de ouro de

Minas Gerais. Fez do café de São Paulo a sua Arca do Tesouro. Criou um parque industrial que por certo lhe permitiu concorrer com as elites de outros países, mas jamais favoreceu o desenvolvimento nacional entendido como aumento de qualidade de vida dos brasileiros, e fim da miséria e do analfabetismo.

Agora, estamos vivendo a época da globocolonização. É o novo nome do colonialismo. Agora com a globocolonização essa elite agencia no Brasil os negócios estrangeiros. E, de joelhos diante dos países ricos, especialmente de joe-

enlatadas de Hollywood, como se violência e pornografia fossem sinônimos de diversão e cultura.

Há séculos essa elite invade o nosso direito à vida, seqüestra nossa cidadania, relega milhões de pessoas ao contingente de excluídos, sem suficiente alimentação, sem saúde, sem educação, sem trabalho, sem terra e sem teto. Enfim, sem vida digna e sem existência que mereça ser qualificada de humana.

Não se trata de tirar do bolso um projeto para o Brasil. Com vocês, queridos companheiros, queridas companheiras tenho mais a aprender do que a ensinar. E cada vez que me vejo no meio de vocês confirma a minha convicção que é meu lema de vida: é preferível correr o risco de errar com os pequenos do que ter a pretensão de acertar com os grandes. Vocês são sem terra mas não são sem esperança, sem coragem, sem fervor revolucionário, em fé na certeza de que o Espírito de Deus inspira a mística que os anima. Sonhando em ver homens e mulheres novos. Não faremos nova sociedade se não fizermos novos homens e as mulheres que lutam pela transformação da sociedade.

Não desanimem companheiros e companheiras. Não percam a coragem, o sangue hoje derramado amanhã correrá como leite; e o fel que hoje amarga a boca, amanhã será doce como mel. Façam de suas vidas uma poesia. Um gesto de amor. Não tenham vergonha de sonhar e lutar pela sociedade socialista.

Frei Betto é frade dominicano e autor vários livros

**Extraído de palestra proferida no 4º Congresso Nacional do MST, realizado de 7 a 11 de agosto, em Brasília.*

Jornal Sem Terra



lhos diante do FMI, entrega as riquezas do Brasil ao controle das empresas transnacionais que só tem um objetivo: colher lucros aqui e remetê-los ao exterior. Hoje somos uma nação estuprada pelo capital especulativo. Pelos que aqui vêm em busca de fortuna fácil, indiferente às nossas questões sociais. Estuprada pelos que insistem em fazer dos nossos corações e mentes receptáculos das fantasias

Resistência popular no campo

Horácio Martins de Carvalho*

Entre 1995 e 1999, cerca de 4,2 milhões de pessoas abandonaram o campo, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Mais do que o dobro das pessoas que foram assentadas (1,8 milhões de pessoas) pelo governo federal nesse mesmo período em consequência das lutas dos trabalhadores rurais sem terra pela Reforma Agrária.

Duas causas tem sido as fundamentais para o abandono da terra pelos pequenos produtores rurais familiares:

1 A não garantia de preços, pelo governo federal, para os produtos e subprodutos dos pequenos produtores rurais familiares que permitisse a manutenção sustentável da renda familiar. Isso pressuporia, inclusive, a intervenção do poder público no mercado quando ele apresentasse comportamento de preços pagos ao produtor desfavorável. A inexistência ou eliminação dessas políticas públicas deveu-se à idéia neoliberal de que a privatização da comercialização conduziria a uma seletividade dos produtores rurais, permanecendo no mercado apenas aqueles capazes de enfrentarem a concorrência internacional;

2 A inexistência de aumentos seletivos das tarifas de importação para impedir a importação predatória de produtos agropecuários, produtos esses importados que tem comprometido a soberania alimentar e que, aliado a ausência da garantia de preços internos, têm contribuído decisivamente

para a exclusão social no campo. A liberalização das importações apóia-se na premissa defendida pelos grandes grupos multinacionais de que a abertura para as importações induziria a um choque de competitividade interna na área da produção.

PRÁTICAS NAZISTAS

Essas e outras decisões similares fazem parte da *solução final* (inspirada nas práticas nazistas durante a segunda guerra mundial) do governo federal para determinar o destino dos milhões de pequenos produtores rurais familiares. Eles não tem sido enviados para os fornos crematórios onde os nazistas mataram 6 milhões de judeus, mas um processo prolongado de sofrimento e degradação física e moral lhes é reservado ao serem condenados à pobreza crônica e



HORÁCIO MARTINS DE CARVALHO

Engenheiro Agrônomo, consultor autônomo em planejamento e organização sociais, assessor de movimentos sociais e populares

esse abandono da soberania alimentar, as políticas públicas do governo federal favoreceram ainda mais a concentração da terra no país.

De acordo com os cadastramentos do Incra, de 1992 a 1998 a luta popular pela Reforma

imóveis acima de 20 mil hectares conseguiram ampliar suas terras em 20,4 milhões de hectares. Nesse ano de 1998 esses latifundiários eram donos de apenas 1.030 imóveis, representando 0,03% do total de imóveis do país, mas tinham sob seu domínio 62,3 milhões de hectares, ou seja, 15 % da área total dos imóveis do país. Por outro lado, ainda em 1998, haviam 3,1 milhões de imóveis com área até 100 hectares, ocupando uma área total de 68,7 milhões de hectares, total esse representando 16,5 % da área total dos imóveis do país.

Assim, 1030 latifúndios acima de 20 mil hectares tinham área total pouco inferior àquela dos 3,1 milhões de pequenos proprietários rurais familiares com imóveis até 100 hectares.

Essa realidade econômica e social do país é vivenciada diretamente pelos pequenos produtores rurais familiares. Entretanto, ainda que a crueza dos fatos evidencie que a vontade política das classes dominantes, e do Governo Federal que lhe é or-

As políticas públicas do governo federal favorecem ainda mais a concentração da terra no país

à miséria pela exclusão social. Os condenados da terra (os excluídos do campo) já somam 4,2 milhões de pessoas, somente nos últimos 5 anos.

O modelo econômico liberal imposto arbitrariamente pelas classes dominantes do país a toda a sociedade e, em particular, à agricultura não induziu à esperada melhoria da produção e da produtividade dos produtos básicos alimentares nacionais. Muito ao contrário, tem aumentado a dependência nacional dos produtos alimentares importados. Porém, mais grave do que

Agrária conseguiu democratizar 16 milhões de hectares (área total destinada à Reforma Agrária e regularização fundiária). Nesse mesmo período os latifundiários do país ampliaram as terras sob sua posse e ou domínio em 80,6 milhões de hectares.

Ao comparar-se o número de imóveis dos latifundiários com os dos pequenos produtores rurais familiares pode-se facilmente perceber como o modelo econômico vigente favorece o aumento da concentração da terra no país. Entre 1992 e 1998 os latifundiários proprietários dos

gânico, é a de implementação sem retorno da *solução final* para os pequenos produtores rurais, muitos desses trabalhadores rurais ainda sentem-se atraídos pela ideologia dominante. Isso é consequência do controle político e ideológico dos meios de comunicação de massa, pelas classes dominantes, que veiculam informações que confundem a opinião dos trabalhadores rurais e, mais, das políticas públicas compensatórias que iludem os desavisados ao dar-lhes migalhas para sobreviverem mais um tempo, um tempo de espera da *solução final*.

A arrogância do Governo Federal em romper as negociações



com os movimentos sociais evidencia que mesmo as políticas públicas compensatórias (o pão para a sobrevivência servil) serão utilizadas para manter a subserviência dos pequenos produtores rurais familiares e dos trabalhadores rurais sem terra que acreditam nas promessas do governo federal e dos intelectuais tradicionais que o justificam.

Os trabalhadores rurais não poderão aguardar a *solução final* sem resistir. E, resistir, não significa apenas a luta pelas denominadas políticas compensatórias dos governos federal e estaduais como PRONAF, cestas básicas, securitização das dívidas, crédito para moradia, etc. Essas políticas públicas equivalem aos parques alimentos

que os nazistas davam aos seus prisioneiros nos campos de concentração antes de serem enviados aos fornos crematórios, solução essa que no Brasil é expressa pela exclusão social de milhões de trabalhadores rurais que os condena à pobreza e à miséria crônicas.

RESISTIR É PRECISO...

No contexto atual, resistir é negar a *solução final* defendida pelas classes dominantes e seus governos liberais.

Negar e superar. Negar o atual modelo econômico e o sistema político que o legitima (concentração crescentes da renda e da riqueza, medidas provisórias, cor-

rupção endêmica, impunidade, etc.). Superá-lo com propostas que devam se apresentar não como alternativas dentro desse modelo vigente mas como a negação do que existe na atualidade.

Desde o período colonial, talvez com exceção do período escravocrata, jamais se havia vivenciado um período na história brasileira em que a exclusão social, o arbítrio político e a manipulação político-ideológica dos meios de comunicação de massa fossem tão totalitários como este que se vivencia desde 1990. Não é sem razão que este período da história propiciou a implantação de uma forma contemporânea de exercício do fascismo econômico: o neoliberalismo. Portanto, os trabalhadores rurais necessitam ne-

gar o atual modelo econômico e o sistema político que o legitima pela afirmação de novas proposições. Essa negação/afirmação exigirá a implantação no país de uma democracia econômica e social. A democracia política liberal já evidenciou que se não for acompanhada da democracia econômica e social ela só serve para reafirmar os interesses das classes dominantes. Para que se inicie as lutas pela democratização econômica e social do país será necessário, minimamente, no âmbito da agricultura, desencadear:

DEMOCRATIZAÇÃO

DA POSSE E DO USO DA TERRA

- Romper o monopólio privado da apropriação da terra pelo estabelecimento do limite máximo do tamanho do imóvel rural (máximo de 35 módulos fiscais) com expropriação pelo Governo Federal da área excedente de cada imóvel rural.

- Implantação da Reforma Agrária na área excedente, a esses 35 módulos fiscais, em cada imóvel do país.

- Nos imóveis rurais com área inferior a 35 módulos fiscais exigir o cumprimento da função social da terra.

GARANTIA DA SOBERANIA ALIMENTAR

- Aumento das tarifas para importação de produtos alimentares de maneira a impedir as importações predatórias e concorrentes aos produtos internos nacionais.

- Garantia de preços, pelo Governo Federal, para os produtos e subprodutos dos pequenos produtores rurais familiares que permita a manutenção sustentável da renda familiar.

MUDANÇA NO MODELO TECNOLÓGICO

- Substituição dos insumos químicos pela utilização de insumos

provenientes da agro-ecologia nacional.

- Substituição da importações de insumos agropecuários de qualquer natureza.

- Investimentos massivos na pesquisa agropecuária e na assistência técnica públicas.

- Ações públicas e ou da sociedade civil contra o monopólio genético.

- Diversificação da produção a nível do estabelecimento rural.

COMUNIDADES DE RESISTÊNCIA

- Substituir os insumos externos ao estabelecimento agropecuário.

- Reafirmação dos valores que neguem o consumismo, o individualismo e a competição.

- Formação massiva político-ideológica de milhões de trabalhadores rurais no sentido de conhecerem as causas da sua pobreza e as possibilidades de superá-las.

- Incrementar as alianças entre os pobres do campo (os condenados da terra) para o enfrentamento das medidas dos governos federal e estaduais destinadas à *solução final* (exclusão social massiva de milhões de trabalhadores do campo e da cidade).

- Garantir a auto-sustentação ativa, garantir o auto-sustento, mesmo ao nível dos limiares da sobrevivência, mas lutando ininterruptamente para a superação do modelo econômico vigente.

- Desobediência civil a todas as decisões legais provenientes de Medidas Provisórias.

A luta sem trégua contra a pusilânime *solução final* para os pequenos produtores rurais familiares implantada pelo Governo Federal é, antes mesmo do que uma tarefa dos militantes pela libertação, um dever de consciência de todos aqueles que desejam a reafirmação constante dos valores de equidade e justiça social.

Se a vaca é louca, outros bichos são piores

José Arbex Jr.*



O futuro do Brasil está na sua capacidade de exportar — diz o governo. Quanto mais o país exportar, maior será o montante de dólares que entrará no país, permitindo assim o crescimento de sua economia. No mundo globalizado, afirmam os “especialistas” de FHC, aumenta a competição entre os vários países que também querem exportar os seus produtos. O Brasil, para participar da economia globalizada, deve, por isso mesmo, tornar-se mais competitivo, exportando produtos cada vez melhores a preços cada vez mais baratos. Este é o caminho para o desenvolvimento no século XXI.

No papel, o esquema é muito simples. Mas, como todos sabemos, papel e espelho aceitam qualquer coisa. Na prática, o governo FHC se submete a participar do “mundo globalizado” em posição subalterna e servil aos interesses dos donos do capital financeiro internacional. Não tem vontade política nem ousadia para disputar o mercado com as grandes empresas transnacionais. A simples análise dos fatos mais recentes da conjuntura internacional revela, mais uma vez, que a “nossa” burguesia é, historicamente, covarde (só é valente quando se trata de enviar tropas para atacar trabalhadores indefesos) e incapaz de promover a efetiva soberania nacional.

“Vaca louca” e outros bichos menos nobres

Vamos começar com a briga da “vaca louca”. É tudo muito simples. Os capitalistas canadenses ficaram irritados porque a Embraer estava disputando o seu mercado de aviões. Passaram a pressionar o Brasil no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, não contentes com isso, armaram uma chantagem internacional, com a ajuda do governo canadense e de seus sócios da Nafta (Estados Unidos e México), para prejudicar as exportações de carne do Brasil. Depois de muito lero-lero, “verificaram” aquilo que já sabiam desde o começo: não há o menor risco de consumir carne brasileira. E o episódio foi, aparentemente, encerrado.

Só que não foi nada encerrado. A briga da “vaca louca” foi só um aviso. Mais ou menos assim: ou o Brasil se comporta, e aceita o seu lugar de sócio subalterno, ou novas chantagens

virão. Nada impede que, amanhã, exista uma nova campanha internacional contra outros produtos brasileiros, qualquer que seja o motivo. Até aí, nada de mais. Ninguém tem ilusões no caráter dos grandes capitalistas. O problema é a posição vergonhosa do governo brasileiro, que aceitou a farsa, e passou a discutir a qualidade do rebanho, ao invés de simplesmente denunciar a chantagem e ponto final.

Uma postura digna do governo, mesmo que situada nos marcos da negociação burguesa, poderia ser a seguinte: “Os métodos chantagistas, inaceitáveis do governo canadense, secundado pela Casa Branca, mostram ser inviável a formação da Alca ou de qualquer bloco econômico com os senhores. Os senhores não são sérios. Por essa razão, o Brasil anuncia que

Não será necessário, aqui, discorrer sobre a agressão que ele significa à soberania de todos os países da Amazônia Internacional. Basta lembrar a firme e ousada postura de Geraldo Quintão, ministro da Defesa do Brasil, durante a Conferência Ministerial de Defesa das Américas, realizada nos dias 18 e 19 de outubro, em Manaus. Na ocasião, o vice-ministro da Defesa dos Estados Unidos, James Bodner, afirmou que gostem ou não os latino-americanos, a Colômbia sofrerá intervenção dos Estados Unidos. Geraldo Quintão respondeu na lata, sem hesitar um minuto. Respirou fundo e disse que Bodner... “não foi lógico”.

Confesse, caro leitor, admita: você jamais viu uma manifestação de defesa da soberania nacional tão ousada, viril e digna. E Quintão ainda comentou: “Cada um fala de acordo com uma série de contingências que formam a sua personalidade. Algumas pessoas



não está disposto a participar do fórum econômico das Américas, convocado para o Quebec, em abril.” Pronto. Bastaria isso para colocar a discussão de forma transparente, mesmo que em um plano estritamente burguês.

Mas, ao contrário, depois de derramar algumas lamúrias e queixumes contra o Canadá, o governo brasileiro mostrou-se o fiel escudeiro de sempre. FHC apressou-se a anunciar um encontro com George Bush, o presidente júnior dos Estados Unidos, ao passo que o novo chefe do Itamaraty, Celso Lafer, posou para fotos ao lado de Collin Powell, o chefe do Departamento de Estado americano (lá em Washington, é claro, porque César só visita as províncias em situações excepcionais).

Plano Colômbia: humilhação em grande estilo

O outro evento é o Plano Colômbia, já em pleno desenvolvimento.

são mais brandas ao falar, outras são mais suaves, outras são mais duras, outras são mais ásperas, outras são mais lógicas. Eu procuro ser mais lógico e racional”. Pois é. O problema de Bodner é que ele é mal-educado, ao passo que Quintão é muito elegante.

Outros exemplos de subserviência aos planos do imperialismo poderiam ser multiplicados. A lista, imensa, vai do estímulo à produção dos transgênicos aos subsídios dados pelo BNDES às transnacionais que compraram as estatais, passando pelas bolsas de valores do país, transformadas em “paraíso fiscal” e centros de lavagem de dólares. Mas não vamos importunar o leitor com uma lista tão deplorável e humilhante. Seria chover no molhado, mostrar o que já foi amplamente mostrado: só um governo popular, não comprometido nem subserviente ao grande capital, terá a vontade política necessária para defender a soberania nacional.

*José Arbex Jr. é jornalista e professor universitário

Eldorado dos Carajás: 5 anos de impunidade

No próximo dia 17 de abril o Massacre de Eldorado do Carajás completará 5 anos e todos os acusados continuam impunes. Uma das causas da impunidade é a submissão de alguns juizes para com os latifundiários.

Em agosto de 1999 foram julgados 3 oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará e, aquele julgamento, qualificado pela imprensa e denunciado pelas entidades de direitos humanos como uma “Farsa”, foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará porque o magistrado não agiu conforme a Lei. Existe um projeto de lei no Senado para transferir o julgamento dos crimes contra os direitos humanos para a Justiça Federal. Para os trabalhadores rurais, este projeto é importante porque quando o fazendeiro contratar o pistoleiro eles não serão mais julgados pelo juiz ou juíza da comarca onde o fazendeiro manda e desmanda. Os crimes contra os direitos humanos serão julgados pelo juiz ou juíza federal, que, em tese - e porque está longe da sede da fazenda - poderá julgar com imparcialidade.

Outro motivo deste projeto ser importante está em passar a responsabilidade para o Governo Federal. Neste caso, quem faz as primeiras investigações nos crimes é a Polícia Federal, que, estaria mais preparada e também mais longe da sede da fazenda.

O que podemos fazer?

Temos que desenvolver uma campanha nacional de fax, cartas, mensagens via internet para o Senador Jader Barbalho, pedindo que ele coloque em votação o projeto de lei que transfere a competência dos crimes contra os Direitos Humanos para a Justiça Federal.

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional

Senador Jader Barbalho
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF - Brasil
CEP 70165-900

barbalho@senado.gov.br
FAX: 55 - 61 - 321-3421

Exportações agrícolas e Reforma Agrária

Reinaldo Gonçalves*

Voltaire escreveu a obra-prima *Cândido ou o Otimismo* em 1759 e nela criou o extraordinário personagem Pangloss – expressão máxima do otimismo na literatura mundial. É provável que Voltaire se deliciasse com os saborosos morangos plantados nos campos da sua cidade natal Ferney ou da vizinha Genebra. Por mais genial que tenha sido a criatividade de Voltaire, ele não poderia imaginar que, passados mais de dois séculos, em um país tão distante como o Brasil, surgiria um personagem real – o otimista adorador dos morangos do Nordeste –, tão pândego quanto o seu personagem Pangloss.

A fábula do panglossiano brasileiro é simples: corrigida a valorização cambial, o Brasil está pronto para um crescimento econômico rápido. Naturalmente, eles ignoram o desequilíbrio de estoque causado pelo passivo externo da economia brasileira (dívida externa e forte presença de empresas estrangeiras) se concentram nos desequilíbrios de fluxos de comércio exterior. A redução dos desequilíbrios externos deve estar centrada no aumento dos fluxos de exportação. Aqui, surge a visão morangos do Nordeste.

As deficiências da indústria brasileira são reconhecidas e, portanto, o otimismo orienta-se para o potencial das exportações de produtos da agropecuária ou da agroindústria brasileira. Para os panglossianos (otimistas incorrigíveis), a exploração, principalmente, da região do cerrado brasileiro se beneficiaria da combinação de dotações excepcionais de recursos naturais com desenvolvimentos tecnológicos recentes. Não há escassez de evidências anecdóticas. No famoso (e delicioso) caso dos morangos do Nordeste, a clonagem permitiu o aumento de produtividade de 4 para 19 toneladas por hectare. No caso da pecuária, há quem cite, com entusiasmo, o caso do zebu de proveta, em que o custo da fecundação artificial reduziu-se US\$ 150 para os US\$ 20 por embrião. Há, ainda, os casos da batata-semen-



te, alho, cana-de-açúcar, banana, pêssego, soja, cevada, feijão, milho, cajueiro-anão ...

Segundo a visão morangos do Nordeste, além dos efeitos

sobre crescimento da renda, a maior produtividade da exploração agrícola e pecuária recoloca o Brasil na sua vocação de grande exportador de produtos intensivos em recursos naturais. Nesta visão, as vantagens comparativas estáticas do Brasil seriam, agora, turbinadas pelas inovações tecnológicas. Esta visão merece somente umas poucas críticas. É um equívoco tentar transplantar aparentes sucessos empresariais (microeconômicos), que são válidos em pólos regionais específicos, para o conjunto do país. Transformar o varejo no atacado é um equívoco na medida em que sucessos no plano micro, podem ser um fracasso na dimensão macro. Ainda que, localmente, estes casos de sucesso representem uma alternativa econômica viável, na ótica do conjunto do país é difícil imaginar que um modelo de especializações avançadas (centrado em produtos intensivos em recursos naturais) seja uma estratégia sustentável.

A estratégia de expansão das exportações de produtos agrícolas e da pecuária negligencia o fato de que parcela expressiva e crescente das exportações de produtos primários brasileiros tem sido controlada por empresas estrangeiras atuando no país. A participação estrangeira nas exportações do setor de agronegócios (produção em larga escala, geralmente orientada para a exportação) aumentou de 20% em 1994 para 30% em 1998. Este fato acompanha tanto a desnacionalização da indústria de alimentos e do conjunto da economia brasileira, bem como a desnacionalização do setor de

agronegócios. A participação das empresas estrangeiras no conjunto das maiores empresas no país aumentou de 32% em 1994 para 45% em 1999. O grau de desnacionalização da indústria de alimentos aumentou de 41% para 61% neste mesmo período. No setor de agronegócios, observa-se o crescimento extraordinário de empresas estrangeiras em vários segmentos específicos como, por exemplo, soja.

Persiste o problema de promover o aumento do valor agregado, independentemente da maior produtividade destes produtos, bem como a internalização dos benefícios. No que se refere à importân-

do orientado para o mercado interno de consumo de massas, também reduzirá a brutal desigualdade de riqueza e renda. Este fato é ignorado pelos panglossianos, que também deixam de lado os desequilíbrios de estoques associados à dívida externa e ao capital estrangeiro (investimento externo direto), que são causas de enorme rigidez das contas externas. Negar a existência de um déficit estrutural do balanço de pagamentos do Brasil é, na melhor das hipóteses, miopia. O fato de pagamento de juros e lucros exterior ter aumentado de US\$ 23 bilhões em 1994 para mais de US\$ 23 bilhões em 1999 não é vis-

como um problema para os panglossianos. Eles, simplesmente, deixam de lado o descalabro de enorme e crescente serviço do passivo externo da economia brasileira.

Os panglossianos também negligenciam o fato de que os pagamentos exterior são totalmente (juros) ou, em grande medida (lucros), independentes da taxa de câmbio. Com o crescente passivo externo a política cambial perde cada vez mais eficácia. O cenário brasileiro é de crescente vulnerabilidade externa com decrescente grau de eficácia no uso de um instrumento-chave da política econômica (câmbio). Neste sentido, enquanto os panglossianos brasileiros adoradores dos morangos do Nordeste beneficiam-se da simpatia governamental, FHC pode acabar preso na tirania

taxa de juro elevada e da recessão para (mais uma vez) tentar ajustar as contas externas. O resultado é o de sempre: instabilidade e crise. Enquanto isso, o ministério da Reforma Agrária não passa de um estudante de propaganda marketing, e o ministro da Agricultura transformou-se em um despachante de grandes empresas multinacionais.



cia relativa dos mercados interno e externo, como fontes de expansão da produção e da renda, esta visão desconsidera totalmente o potencial de crescimento do mercado interno. Seu projeto está centrado no dinamismo do mercado internacional. Isto significa o reforço do principal fator da atual trajetória de instabilidade e crise do Brasil – a sua vulnerabilidade externa.

O país precisa, urgentemente, de uma Reforma Agrária radical, que dará sustentação a um mo-

*Professor titular de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Energia: as consequências do entreguismo neoliberal

Ricardo Maranhão*



Douglas Marau

Caso seja decretado em junho, o maior racionamento da história do país, 25 milhões de lares do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste ficarão sem luz. Poupados apenas os que — em número de seis milhões — gastam menos de 50 quilowatts/hora/mês sobre a cota de consumo mensal, com sobretaxa no excedente.

De acordo com o plano do governo, serão as distribuidoras de energia que vão colocar o racionamento em prática. O consumidor vai ser informado, em carta, a respeito do procedimento, como também informará, nas contas de luz, qual a cota que o consumidor deverá gastar para pagar dentro das tarifas normais.

Ou seja, controle, país no escuro, como se estivéssemos em tempo de guerra, quando as cotas, desta vez de energia, são racionadas, partilhadas, privando o cidadão de viver em plenitude sua cidadania. Tudo isso em função de um modelo de governo neoliberal que esfacela nossas potencialidades, arquivando-nos em funérea quietude, sem voz e com susto. Engano: vamos reagir.

A energia elétrica é um insumo essencial, serviço público de primeira necessidade. Sem energia não há desenvolvimento. A privatização do setor elétrico, a subordinação do interesse público às conveniências privadas pode ter graves consequências para a sociedade.

É exatamente isso que está ocorrendo no estado da Califórnia, o mais rico dos Estados Unidos da América do Norte, cuja economia é maior do que a brasileira, com um PIB de um trilhão de dólares, cerca de 12% do PIB americano. Somente na cidade de Los Angeles, há mais automóveis que no Brasil. Pois bem, o governador Gray Davis decretou estado de emergência em janeiro deste ano, em função da crise energética que levou as autoridades a impor blecautes em horários alternados. Mais de um milhão de pessoas ficaram sem luz em toda a região da Bacia do São Francisco. O governo teve que intervir, comprando "produto" através do Departamento Estadual de

Recursos Hídricos. A meu juízo, a crise na verdade se deve ao sistema privatizado e a separação entre atividades de geração e distribuição foi determinada pelo governo, para "aumentar a concorrência".

É exatamente isso que ocorre no Brasil. Querem dividir Furnas, querem dividir a CHESF.

Em seminário realizado na Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), o ex-ministro e deputado federal Eliseu Resende, afirmou que é preciso privatizar para que tenhamos investimentos e evitemos a falta de energia, o racionamento, o caos. Ele não diz a verdade. Ele confunde a sociedade. A história da indústria da energia elétrica no Brasil desmente o deputado.

Todos sabem que até 1970, a geração, transmissão e a distribuição de energia elétrica em nosso país eram essencialmente privadas e estrangeiras. Quem não se lembra da Light, controlado pelo Grupo Brascan, "polvo canadense"? Quem não se lembra da "Bond and Share"?

Importância da energia

Do início do século até 1970, ou seja, em 70 anos, os estrangeiros instalaram apenas potência de 6 milhões de quilowatts em nosso país. Com a criação da Eletrobrás e de suas subsidiárias em 1970, nós brasileiros, instalamos mais de 60 milhões de quilowatts, dez vezes a potência instalada pelas multinacionais. Por isso, é absolutamente importante que o país controle o setor de energia. É preciso que fique bem claro para todos que, se houver falta de energia elétrica no Brasil, a responsabilidade é dos sucessivos gover-

nos neoliberais, que cortaram, sistematicamente, os investimentos da Eletrobrás e das subsidiárias por imposição do FMI. O BNDES não financia empresas estatais. Só há recursos para empresas privadas, principalmente multinacionais. E a maior parte dos recursos do BNDES vem dos trabalhadores. Esta política é entreguista, discriminatória, irresponsável.

Sobre a hidrelétrica de Furnas, Amaury Bier, braço direito do ministro Pedro Malan, que será privatizada este ano. Segundo ele, as privatizações "são um processo contínuo e importante por permitir a redução da dívida pública. Depois chegaremos à CHESF e Eletronorte".

Processo nefasto

Como classificar este processo nefasto das privatizações em con-

sociais e tecnológicos, fechamento de empresas para consolidar posições monopolistas, queda na qualidade dos serviços, aumento brutal de preços e tarifas, desnacionalização da economia, para citar apenas alguns desacertos.

Furnas é uma empresa que lucrrou R\$ 600 milhões no ano passado. Não depende de recurso do Tesouro, suas usinas estão amortizadas, geram energia a custos baixíssimos, em torno de US\$ 40 por megawatt/hora. É uma empresa tecnologicamente atualizada, tem capacidade de investimento. Pergunta-se: por que vendê-la? Será uma afronta, um desrespeito com o povo fluminense, mineiro, com as populações de todos os estados onde a empresa gera e transmite energia elétrica. Crime contra o Brasil.

A Petrobrás é outro patrimônio nacional cada dia mais ameaçado



tínuo? Ele será interrompido quando nada mais houver para dilapidar do patrimônio público? E estamos perto disso, já que entregaram quase tudo para os estrangeiros, a preços vis. Faltam apenas a Petrobrás, Correios, os Bancos Federais e parte do sistema elétrico.

Vendemos a siderurgia, a petroquímica, os fertilizantes, as telecomunicações, grande parte da geração e da distribuição de energia elétrica, a distribuição de gás, o metrô, as barcas, as ferrovias, os bancos estaduais. Foram mais de 120 grandes empresas praticamente doadas e a dívida pública aumentou de 20 bilhões de reais para mais de 600 bilhões.

As privatizações provocaram o desemprego de mais de 540 mil trabalhadores/famílias, retrocessos

pelo governo neoliberal de FHC. É uma empresa líder mundial em tecnologia de produção de petróleo em águas profundas, definitiva para o crescimento do nosso país. Trilhou caminhos históricos importantes para formação de nossa cidadania.

A da defesa pronta, enérgica, ágil, de nossos materiais nacionais da minha e da sua Petrobrás, que apesar da P-36, do afundamento de homens e máquinas, tiranizados pelo mar-oceano, infalível em tragar matéria e sonhos, está inteira e digna, ainda. Não vamos deixá-la afundar.

*Ricardo Maranhão é engenheiro, ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, vereador do Rio de Janeiro e líder do PSB na Câmara Municipal.

MST e comunidades rurais resgatam produção de sementes

O resgate da produção de sementes nas comunidades rurais da região Oeste de Santa Catarina é uma realidade para os pequenos produtores agrícolas. É também um fato histórico que nos remete ao início da agricultura, quando o Homem começou a domesticar animais e plantas.

No entanto, com o desenvolvimento dos processos agrícolas e comerciais, as sementes passaram a ter um valor mercantil e logo algumas empresas passaram a se dedicar ao assunto (a partir do início do século XIX).

Com a descoberta do vigor híbrido em milho e sua massificação comercial após a Segunda Guerra Mundial, as empresas que produzem e comercializam as sementes se multiplicaram em quase todo o mundo. Cresceu também a lucratividade da atividade de produção de sementes e algumas empresas construíram verdadeiros impérios, sendo dominadas pelas empresas transnacionais.

Hoje, devido aos transgênicos (Organismos Geneticamente Modificados), algumas empresas têm acentuado o poder de oligopolização das sementes. As principais representantes desta fase globalizada do domínio privado das sementes são as transnacionais Monsanto, Novartis e Aventis.

Como a semente é um dos principais condicionadores do padrão tecnológico, quando o agricultor adquire um saco de sementes no mercado, ele está também decidindo quais os outros insumos e procedimentos tecnológicos que serão usados durante o ciclo da cultura.

O milho é uma cultura que vem sendo melhorada pelo Homem. Por ser cultivado milenarmente pelos povos, o processo seletivo e de cruzamento perdura através da sabedoria popular. No entanto, a grande variabilidade genética e as reservas, que sempre foram de domínio público, se encontram comprometidas.

Crise na região

A região Oeste Catarinense, em apenas algumas décadas, construiu uma

história de riqueza e demarcou seu espaço no cenário econômico nacional e internacional, notadamente através da agropecuária e da agroindústria. E teve como base a pequena propriedade agrícola familiar diversificada.

Entretanto, diversos indicadores, como o esvaziamento demográfico e econômico, a concentração econômica regional e setorial e a degradação ambiental já apontam para uma crise.



E a principal causa é a política agrícola e o modelo econômico do governo que tem como base a utilização de insumos externos as comunidades rurais.

Por outro lado a região tem sido particularmente afetada pelo esgotamento dos recursos naturais água e solo, através do uso de tecnologias inadequadas e voltadas à monocultura. Além disso, a agricultura e a agroindústria defrontam-se com a globalização da economia, em razão da qual os mercados tornam-se cada vez mais amplos, competitivos e excludentes.

A Resistência:

Em 1985 o MST se organiza em Santa Catarina, ocupando 11 latifúndios no Estado, principalmente na região Oeste. Estas ocupações resultaram em 13 assentamentos, totalizando 535 famílias.

Em 1996 foi criada pelos agricultores assentados a Cooperoeste (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Catarinense), com o objetivo de

desenvolver a cooperação agrícola entre as famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária.

O cultivo de milho e feijão é comum em todos os assentamentos. Observa-se a produção de laranja, aves, suínos e, principalmente a produção leiteira. Mas o milho é cultivado como subsistência do pequeno agricultor familiar desde os tempos de colonização, em muitos locais como produto principal.

A Proposta

Em 1996, por iniciativa de algumas entidades, foi implementado na região o cultivo de sementes crioulas de milho. Um dos objetivos era resgatar os diversos materiais genéticos ainda existentes e que poderiam se perder caso não houvesse um trabalho de preservação.

Diante disso, a Cooperoeste em 97/98 inicia um trabalho de incentivos aos assentados e pequenos agricultores, para desenvolver estratégia em torno da produção de milho crioulo. Resultado: em 1999, a Cooperoeste coordena a implantação de 58 áreas de produção de sementes. Com a colaboração do MPA, esta experiência se expande por toda a região.

Hoje, o MST e demais entidades trabalham para o real aumento da produção desta cultura, em critério e princípios como:

- 1 toda a produção de milho deverá ser agroecológica;
- 1 a produção de sementes comerciais, preferencialmente, deve ser produzida coletivamente, a fim de fortalecer a cooperação;
- 1 a produção passa a ter fim social

e político, além do econômico;

1 ampliar o processo de produção de sementes para todo o estado e posteriormente para o Brasil, através de prévias discussões com as entidades e pessoas com interesse de produção.

Para isto, foram estabelecidos os seguintes critérios básicos:

a) Massificar junto aos agricultores, entidades regionais, estaduais, nacionais

a idéia de produção de sementes de milho crioulo, passar a fazer um trabalho em conjunto, observando todos os critérios técnicos e políticos que envolvem a produção de sementes;

b) Desenvolver nos assentamentos e pequenos agricultores familiares um amplo programa de integração cultural e técnica, na produção de milho e demais cereais, trabalhando dentro da proposta agroecológica;

c) Reproduzir um novo modelo produtivo, baseado na produção agroecológica, buscando a construção de uma alternativa de resistência ao atual modelo econômico;

d) Proporcionar uma boa capacitação técnica das pessoas envolvidas com a produção de sementes;

e) Buscar, junto com as comunidades tradicionais, elementos técnicos e práticos para o resgate cultural e social das famílias, no intuito de resgatar e construir uma matriz tecnológica condizente com as condições sociais, econômicas e políticas destas comunidades;

f) Buscar desenvolver um programa que envolva entidades estaduais e federais (de pesquisa e difusão de tecnologias), organizações não governamentais, a fim de concretizar e desenvolver um amplo programa de pesquisa que defenda o pequeno produtor.

g) Organizar um coletivo, estruturados e de boa formação política, que possa dar sustentação a proposta de produção de sementes de milho crioulo e que possam resolver futuros problemas políticos e tecnológicos, além de possuir uma estrutura para beneficiamento e conservação das sementes;

h) Buscar futuramente a legalidade das sementes de milho crioulo, sem desvincular a qualidade e capacidade do agricultor de dominar a tecnologia da produção das mesmas.

Transgênicos ameaçam a sua saúde

Você já deve ter ouvido falar em "alimentos transgênicos", um nome que mais parece um salavrão. Pois é melhor você tomar muito cuidado com os transgênicos! Como vamos explicar agora, eles ameaçam a sua saúde. Só que tem gente muito interessada em esconder isso de você: são as grandes empresas multinacionais, que pretendem lutar muito com esse tipo de comida.

O que são alimentos transgênicos?

São seres vivos, plantas e animais, que tiveram sua composição genética modificada em laboratório.

Funciona mais ou menos assim: as características de cada ser vivo (altura, peso, cor etc.) são determinadas pelos genes. Genes são um composto de muitas substâncias que se encontram no corpo dos homens, dos animais e nas plantas, como proteínas e aminoácidos. Cada ser vivo é resultado de uma combinação desses genes. Os cientistas descobriram um jeito de mexer nos genes, para mudar as características. E foi assim que começaram a produzir a comida transgênica. É mais ou menos como "brincar de Deus".

Quem produz alimentos transgênicos?

São as multinacionais, como Monsanto, Novartis, Pioneer, Advento e Agrevo. Essas empresas eram especializadas em produtos químicos e farmacêuticos. A Monsanto, por exemplo, fabricava inseticidas, herbicidas e fungicidas. Foi por meio

de pesquisas nessas áreas que eles chegaram ao alimento transgênico.

Porque as multas investem nos transgênicos?

Essa é fácil: as empresas buscam o lucro. Manipulando a estrutura genética dos alimentos, elas podem, por exemplo, acelerar o tempo que leva uma fruta para ficar madura. Podem também aumentar o tamanho das frutas, criar novas espécies de animais, aumentar a resistência das plantas aos venenos e aos herbicidas.

Com isso, elas conseguem aumentar a produtividade das plantações e ganhar muito mais dinheiro. E como só elas conhecem a tecnologia genética, que é muito cara, eles acabaram dominando completamente o mercado, impondo o preço que elas quiserem aos seus produtos.

Que problemas trazem os transgênicos?

Xiiiiii, Marquinho, é aí que a vaca torce o rabo! Os problemas são muitos. Vamos só falar dos principais:

1. PROBLEMAS DE SAÚDE

Muitas cobaias alimentadas com transgênicos e testadas em laboratório apresentaram reações alérgicas. Além disso, se você come um alimento que foi geneticamente mudado para resistir a pesticidas, você corre o risco de estar metendo goela abaixo os resíduos do veneno.

Os transgênicos podem mudar completamente a capacidade que tem o corpo de resistir a doenças e a certas bactérias. É um perigo para a saúde pública! Outras substâncias benéficas que existem no corpo, inclusive as que protegem contra o câncer, podem ser diminuídas com o consumo dos transgênicos.



1500 trabalhadores ocupam fazenda da Monsanto e destroem plantação de soja transgênica

2. AS MULTINACIONAIS ESCONDEM A INFORMAÇÃO

Os consumidores, em geral, não conhecem os riscos. E nem têm como se prevenir. Mesmo quando estão bem informados, é impossível distinguir os produtos que contêm transgênicos dos outros, se não houver um rótulo informativo.

O Código de Defesa do Consumidor exige que o consumidor seja informado. Apesar disso, até o momento não foi elaborada a norma definidora da rotulagem dos transgênicos.

As empresas lutam contra a exigência do rótulo e pressionam o governo contra o claro cumprimento da legislação.

3. TRANSGÊNICOS PODEM CRIAR "SUPERPRAGAS"

A natureza tem o seu ritmo. Os seres vivos que hoje existem são o resultado de uma evolução que durou milhões de anos. Quando os cientistas começam a mexer nesse ritmo por conta própria, brincando de Deus, isso

causa alterações sérias no equilíbrio natural.

Nos Estados Unidos, por exemplo, foi feito o cultivo de uma variedade de batata na qual foi incorporado um gene que lhe dava resistência a um fungo. Mas o fungo, em contato com a batata, passou por uma mutação genética que lhe permitiu atacar mais plantações do sul dos Estados Unidos, com efeitos devastadores na produção.

4. OS TRANSGÊNICOS PODEM MATAR INSETOS BENÉFICOS

Os transgênicos podem matar outros insetos além daqueles previstos nas intenções dos engenheiros genéticos. A eliminação destes insetos benéficos prejudica seu papel no equilíbrio natural entre as espécies.

5. BIOTECNOLOGIA X MONOPÓLIO

Ninguém é contra o avanço da pes-

quisa e da biotecnologia. Pesquisa pode até ser uma coisa boa, se for feita por empresa pública, para o bem do povo e fiscalizada pela sociedade.

No caso dos transgênicos, a pesquisa e o controle de todas as sementes de grãos ficam sob o controle dessas empresas.

Pense no perigo: nenhum agricultor terá mais direito de plantar milho sem comprar a semente das multinacionais.

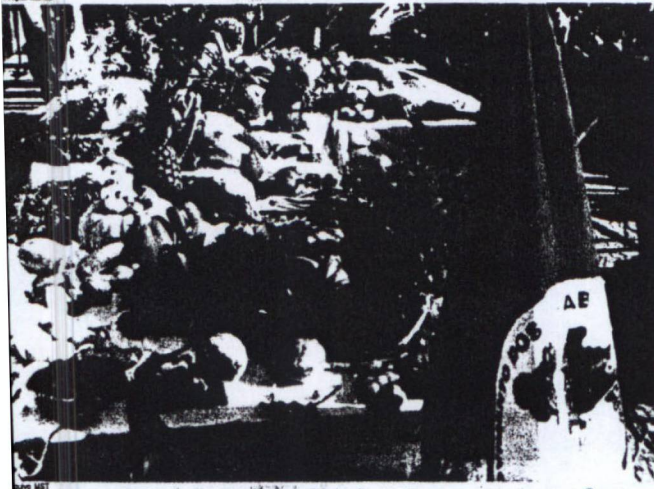
Conclusão: NÃO aos transgênicos!

A lista de problemas poderia continuar. Mas não será necessário. Você já deve ter notado que é preciso impedir que a indústria dos transgênicos seja implantada no Brasil.

O MST e demais movimentos de agricultores afirmam que as sementes são patrimônio da humanidade. Não podem ser monopolizadas por um punhado de empresas.

Junte-se a nós nessa luta!

Assentamentos do MST produzem alimentos saudáveis



Analfabetismo, violência, desmatamento, contaminação dos alimentos e das águas, destruição dos solos e intoxicação de trabalhadores são algumas marcas que o modelo agroquímico tem deixado em nosso povo. Porém, em diversos assentamentos do MST este quadro já mudou. Produz-se sementes, alimentos agrícolas e alimentos saudáveis, agroecológicos.

Semente do milho crioulo

Desde 1996, em Anchieta (Santa Catarina), pequenos agricultores familiares produzem suas próprias sementes de milho crioulo em casa. Hoje, em 25 municípios da região do extremo-oeste do Estado, os agricultores mostram que é possível produzir sem nenhuma semente "industrial". Entre eles, vários se encontram nos assentamentos de

reforma agrária.

Em relação a produtividade das variedades crioulas, tem se mostrado igual ou maior, se comparado com as variedades de milhos híbridos encontrados no mercado. Apenas nos assentamentos de reforma agrária do extremo oeste de Santa Catarina, a safra 1999/2000 foi de 19,5 toneladas entre as variedades de milho crioulo amarelo, palha roxa, mato grosso e pixturem 1, 4, 5 e 6.

Sementes agroecológicas

Bionatur

Depois de três anos de experiências com sementes agroecológicas, os agricultores da Cooperal (Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados) já dominam a técnica de produção de várias sementes, como abóbora, melão, pepino, cebola e cenoura.

A experiência de produzir sementes sem qualquer substância

tóxica ou agressiva ao meio ambiente tomou forma nos assentamentos do MST do município de Hulha Negra, próximo a Bagé (RS) no início dos anos 90 e saiu do papel em 1996.

Os agricultores estão se desafiando e pretendem, num curto espaço de tempo, apresentar ao mercado semente de cereais, como milho, feijão e sorgo. Além destes, a Cooperal está desenvolvendo a produção de sementes ecológicas de diversas variedades de trigo, recebidas do banco e sementes da Embrapa.

Através da produção de Sementes Agroecológicas Bionatur, pretende-se resgatar as variedades, limpando-as das dependências químicas que foram submetidas. Valorizando os agricultores que as produzem como um compromisso ético e social, pretende-se oferecer um produto que zele pela manutenção da biodiversidade e da qualidade de vida.

O que isso tem a ver com a sua saúde?

Tudo. Uma sociedade saudável significa que homens e mulheres possuem terra, trabalho, moradia, alimentação saudável, educação, lazer, saneamento básico, transporte, saúde pública, cultura, meios de comunicação e energia elétrica.



Jornal Sem Terra Especial. Editor: Nilton Viana. Redatora: Daniela Stefano. Reportagens: Liane Dias (MS), Leticia Barqueta (SC), Dircou Boufleuer (PR), Milene Madeiro e Josenildo (CE), Cicero Torres (RN), Janeide de Sousa (PE), Elis Melo (PA), Neguinho Adenisa Monteiro e Antonio Araujo (BA), Camila Bonassa (SP), Marcos Antônio da Cruz (GO), Vanessa Serra (MA) Nagel Medeiros (MG), Maria Tereza Andrade (SE), Miguel Stedile (RS). Colaboradores: Carlos Rogê e Rogério Chaves. Colaboração especial: Nilton Octávio de Souza. Jornalista responsável: Nilton Viana. Diagramação: Zenaide Busanello. Fotolito e Impressão: Cunha-Facchini Serviços Gráficos e Editora Ltda. Tiragem: 500 mil exemplares. Redação: Alameda Barão de Limeira, 1232 - CEP 01202- São Paulo - SP. Tel/fax: (011) 3361-3866. Correo eletrônico: semterra@mst.org.br. Página na internet: www.mst.org.br

Anexos 3 – Exemplos de imagens do JST

- 1 - Bandeira e multidão sempre presentes na primeira página
- 2 - Crianças e outros personagens
- 3 - A imagem da utopia do MST
- 4 - Primeira página da edição especial
- 5 - Última página da edição especial
- 6 - Primeira página com criança
- 7 - Cruz é símbolo sempre presente
- 8 - Uma capa sem multidão
- 9 - Exemplo de contracapa
- 10 - Última página com poesia
- 11 - FHC é personagem das charges
- 12 - As fotos de acampamentos são raras
- 13 - Exemplo único de foto com autoridades
- 14 - O sacrifício da luta
- 15 - Poucas imagens retratam a violência direta
- 16 - A mística está sempre nas páginas
- 17 - A bandeira no ponto áureo
- 18 - A imagem é sofrível, mas passa a mensagem
- 19 - A repetição de fotos é comum
- 20 - Na seção Balaio são muitos desenhos
- 21 - A violência dos aliados

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS **SEM TERRA**

ANO XVIII - Nº 203
AGOSTO
2000
R\$ 1,50

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR

4º CONGRESSO NACIONAL DO MST



SEM TERRA DE TODO O PAÍS ACAMPAM EM BRASÍLIA

**Levante dos rurais
mobiliza o Brasil contra o atual
modelo agrícola**

págs. 8 e 9

**Movimentos sociais e
entidades realizam Plebiscito
da Dívida Externa**

pág. 3

Bandeiras e multidões estão em todas as primeiras páginas.
Muitas vezes, como neste exemplo, com uma grande foto

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

ANO XIX - Nº 205
NOVEMBRO
2000
R\$ 1,50

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR



Sem terrinha realizam jornada por escola, terra e dignidade

pág. 6

Cercado de escândalos, FHC usa a mídia para atacar o MST

págs. 2, 3, 10 e 11

Cai a máscara do governo **SOCIEDADE** **SAI EM DEFESA DO MST**

Liberdade aos presos do MST
Show em prol dos presos
políticos do MST



Chico Cesar
Cantor e compositor



Patativa do Assaré - maior
poeta camponês do Brasil

**“O MST procura conscientizar
o camponês da situação de
penúria que vive”**

“Se a terra foi Deus que fez./ Se é obra da
criação./ Devia cada freguês/ ter seu pedaço (...)
Esta terra é desmedida/ E devia ser comum./ Devia
ser repartida/ Um taco para cada um./ (...)Eu já
tenho imaginado? Que baixa, o sertão e a serra./
Devia ser coisa nossa./ Quem não trabalha na
roça/ Que diabo é que quê com a terra?”

**“Bendito
seja o
MST”**



D. Pedro Casaldáliga
Bispo de São Félix do
Araguaia - TO

Fotos de crianças são freqüentes, no geral portando símbolos do MST – e sérias, como os artistas, políticos, religiosos e outros personagens fotografados pelo jornal

REFORMA AGRÁRIA:

POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO!



4º CONGRESSO NACIONAL - MST

Brasília (DF), 7 a 11 de agosto de 2000

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA

Alameda Barão de Limeira, 1232 - Campos Elíseos
CEP 01202-002 - São Paulo/SP

ASSINATURA: R\$ 20,00

IMPRESSO

Na última página do mês de julho o chamamento ao Congresso Nacional ilustrado pelo sonho de um país construído com base na utopia do MST

Cuidado com a "soja louca"

Transgênicos ameaçam a saúde do povo



Joana Fomm - Atriz

"O MST é o fato político mais importante que aconteceu no Brasil. Só com a Reforma Agrária consolidada pode-se começar a pensar num Brasil mais justo."

Sobre transgênicos

"Pensando a respeito, me dei conta de quão pouco eu sei sobre isso. Eu e a população inteira do planeta. Se ainda é discutido nos meios científicos o possível efeito em longo prazo do consumo de alimentos geneticamente alterado, com certeza, nós leigos, pessimamente informados pelos meios de comunicação, devemos nos colocar contra a produção destes alimentos até a conclusão de todos os testes e o esclarecimento devido por parte das autoridades responsáveis."



Mário Lago - Ator

"Apóio o Movimento dos Sem Terra porque este é um movimento em defesa do trabalho, da terra, de melhores condições para todas as pessoas; é um movimento em defesa da vida. Por isso eu estou junto com o MST em mais uma luta, contra os transgênicos, que representam a escravização da agricultura. Com a liberação dos transgênicos, as sementes passarão a ser propriedade de uns poucos, uns poucos passarão a deter o poder absoluto sobre o cultivo da terra, o que plantar, quando plantar, quem plantar. Semente é vida, é um patrimônio da humanidade que não pode ser transformado em patrimônio do capital."

Uma nova "praga", traiçoeira e silenciosa, ameaça a sua saúde: são os alimentos transgênicos, a comida artificial fabricada por grandes multinacionais, como a Monsanto, produtora de soja e de herbicidas.

Cuidado, caro leitor: você pode estar ingerindo veneno! Veneno bem embalado e apresentado como se fosse comida saudável. Será que dizer isso é exagero? É só lembrar a epidemia da "vaca louca". Na sua ganância, os fazendeiros europeus transformaram o gado em animais carnívoros, provocando uma perigosa epidemia. A "vaca louca" mata!

O governo, em vez de proteger a saúde pública, prefere fazer o jogo das multinacionais que querem empurrar veneno goela abaixo dos brasileiros. Vire a página e você saberá o que são os transgênicos, como e porquê ameaçam a saúde do povo.

E por falar em morte, em abril completam-se cinco anos desde que soldados da PM do Pará massacraram 19 militantes do MST em Eldorado dos Carajás. Até agora ninguém foi punido!

A impunidade ameaça gerar novos massacres. Em Pontal do Paranapanema (SP), os latifundiários exibem um arsenal mais moderno do que o do Exército brasileiro e multiplicam suas ameaças ao MST. Leia toda a história à pag. 3.

Mas o governo insiste na mentira de que está fazendo a Reforma Agrária. Tem até propaganda na televisão contando essa lorota. Conheça a verdade, à pag. 4.



1.500 trabalhadores ocupam a fazenda da multinacional Monsanto em Não Me Toque (RS) e destroem plantação de soja transgênica

EDITORIAL

O BRASIL ESTÁ UM CAOS... E COM FHC AINDA VAI PIORAR!

Nunca se viu tanta desgraça. As ruas estão cheias de desempregados, pobres, bandidos, prostitutas e pedintes. Os jovens não têm perspectiva. Os serviços públicos, que deveriam garantir escola, saúde e transporte são cada vez piores. O salário é cada vez mais curto, e eles ainda têm a cara de pau de dizer que não tem inflação. FHC governa para as multinacionais, para os bancos e para o FMI.

A corrupção tomou conta da vida pública. O senador ACM acusa o presidente FHC de prote-

ger os corruptos; todos os dias, jornais denunciam falcatauas; o Congresso está cheio de pedintes para que se investigue roubo do dinheiro público. Não adianta. Não acontece nada.

Será que o Brasil tem jeito? Claro que sim! O Brasil tem enormes possibilidades econômicas, recursos naturais e um povo trabalhador. Tem terras férteis sobrando, e tem pelo menos 4 milhões de famílias sem terra querendo trabalhar. É só fazer a Reforma Agrária.

Se o governo garantir

terra e crédito, o povo vai produzir e consumir. Isso aumentaria a produção na indústria e geraria mais emprego na cidade. De quebra, poderia produzir mais comida, a preços mais baratos. Só que o governo prefere manter a terra nas mãos dos políticos, banqueiros, latifundiários e especuladores.

Como não querem a Reforma Agrária, eles mentem. Com a ajuda da imprensa e da TV, atacam as organizações de trabalhadores que, de fato, lutam para distribuir a terra. Pense nis-

so: se o governo estivesse mesmo distribuindo terra, haveria tanta gente abandonando o campo e vindo para a cidade?

O governo não faz a Reforma Agrária, mas gasta, todos os anos, cerca de 5 bilhões de dólares (mais de 10 bilhões de reais) com a importação de comida que poderia ser produzida aqui! O governo FHC prova que burrice não tem limites.

FHC pouco se importa com o povo. O Brasil tem jeito. Mas, para resolver seus problemas, deve antes derrotar FHC.

Propaganda mentirosa

A Sociedade exige CPI Já

O governo FHC é especialista em propaganda enganosa. Agora mesmo está gastando uma fortuna para colocar na televisão uma propaganda sobre a Reforma Agrária.

A propaganda é bem feita, mostra uma artista caminhando pela rua questionando a incompetência governamental. Ela parece uma pessoa crítica, indignada, como uma cidadã comum que desconfia da palavra oficial.

No entanto, o objetivo da propaganda é mostrar que essa moça está errada. E, na medida que o governo vai "falando" o que fez até agora, os argumentos indignados da moça vão

sendo "derrubados". É um jogo mentiroso de informações e técnicas de comunicação. Faz o telespectador acreditar que a mensagem oficial é verdadeira e que todas as críticas contra o governo não têm sustentação.

O objetivo nosso é mostrar que além do que a moça fala e o governo responde, existe algo que não foi mostrado na propaganda da televisão — é a verdade, baseada em fatos, em números e principalmente na vida real dos brasileiros.

Acompanhe a seguir a verdadeira história da reforma agrária e do financiamento agrícola no governo FHC:

A moça fala: Um absurdo! Um país desse tamanho, como é que não tem terra para a Reforma Agrária?

O governo responde: Olha, a soma das terras desapropriadas para a Reforma Agrária nos últimos seis anos é maior que os Estados Espírito Santo e Rio de Janeiro juntos.

A verdade:

Juntos, os Estados de RJ e ES somam 9 milhões de hectares — quantia de terras que o governo diz ter destinado para as 480 mil famílias que teria assentado. Mas nada diz sobre: 1º) que 64% das terras desapropriadas estão localizadas nas regiões amazônicas, de difícil averiguação — região desabitada e longe dos centros comerciais, o que inviabiliza a reforma agrária;



A moça fala: Sei... Bom, mas pra fazer os assentamentos é aquela marcha lenta!

O governo responde: Em seis anos já mais de 480 mil famílias assentadas e mais de dois milhões de brasileiros beneficiados...

A verdade:

De novo, os números oferecidos não batem com a realidade. De acordo com o próprio Incra, de 1995 a 1999 foram assentadas 237.299 famílias. No ano passado, o governo diz ter assentado 108 mil famílias. Veja como ele fabrica esse número e anuncia ter atingido a meta de assentamentos, sempre tendo como base dos dados oficiais do Incra. Das 108 mil famílias, 15.120 foram assentadas em terras públicas. Não houve desapropriação. Isso é colonização e não reforma agrária. Ainda, das 108 mil fa-



mílias, 32.465 famílias eram projeções para possíveis assentamentos neste ano de 2001. No entanto estavam no balanço do ano passado como meta realizada. E, o pior, até outubro/2000, os dados mostravam que o governo tinha assentado apenas 22.936 famílias. Nos dois últimos meses, esse número saltou para 108 mil famílias assentadas. Foi a terceira mágica do ministro, para fechar as 108 mil famílias assentadas. Os números não mentem, mas os mentirosos fabricam os números

A moça fala: Nossa! Ah, mais aí larga o povo lá, sem condições, sem dinheiro pra produzir.

O governo responde: Em apenas um ano, investimos 2,8 bilhões de reais em créditos para os pequenos agricultores.

A verdade:

Para pagar juros da dívida externa, ele destinou, no ano passado, 70 bilhões de dólares. Para salvar bancos falidos, outros 20 bilhões de dólares. Para este ano, o governo já reservou 64% do Orçamento Geral da União para pagar juros da dívida interna e externa. O governo se vangloria de ter financiado as famílias assentadas com 2,8 bilhões de reais. E nada fala que deu mais de 7 bilhões para as multinacionais que compraram nossas empresas de telecomunicações. Anualmente o governo FHC gasta mais de 7 bilhões de dólares com importação de produtos agrícolas. É 5 vezes mais do que os 2,8 bi-



lhões de reais aplicados com as famílias assentadas.

Para a agricultura, aí falta dinheiro e os créditos vão diminuindo. Na década de 80, o governo aplicava anualmente 19 bilhões de dólares na agricultura. No governo FHC esse crédito caiu para 6 bilhões. Por causa dessa política, dados do próprio governo atestam que apenas 18% dos proprietários rurais têm viabilidade econômica. O restante, de um total de 4,8 milhões de proprietários rurais, está fadado a ir a falência.

A moça fala: Jura?

O governo responde: É! A moça fala: Bom, mas é empréstimo, né? Como eles vão pagar, coitados?

O governo responde: Com juros de no máximo 4%.

A moça fala: Af, não falei, 4% por mês, é muito, moço!

O governo responde: Não, minha senhora, por ano. 4% fixos por ano. Além de tudo o governo criou o Banco da Terra. Banco da Terra. A reforma que faltava na Reforma Agrária.



agricultor caiu em 49%. Nos anos de 1995 e 96, enquanto o índice dos insumos agrícola subiram 52%, os preços agrícolas aumentaram em 32%. Ou seja, houve uma transferência de 20% da riqueza produzida pela agricultura para os outros setores da economia. Tudo isso para manter a inflação baixa e garantir o sucesso do Plano Real, garantindo a reeleição de FHC. Por isso, de que adianta o governo propagandear que os juros são baixos, se os preços dos produtos agrícolas estão cada vez mais baixos e os agricultores mais pobres?

A verdade:

Se as condições são tão favoráveis, como explicar que, de 1980 a 1996, 942 mil propriedades rurais, com menos de 100 hectares, foram à falência? São quase 1 milhão de proprietários rurais que se tornaram sem-terras. De 1989 a 1996, cerca de 8 milhões de hectares deixaram de ser cultivados. No governo FHC, dois milhões de trabalhadores perderam o emprego no campo. De 1980 a 1996, a renda do

O Brasil vive um momento de intensa instabilidade política e social das elites brasileiras. O povo assiste todos os dias, cenas deploráveis de acusação de suborno, corrupção e todo o tipo de escândalo que envolve inclusive o presidente FHC.

ACM tem reiterado seguidamente que o presidente FHC é conivente com a corrupção. No bom português, ser conivente significa ser cúmplice, comparsa.

Diante de tantas acusações graves, deveria ser o Presidente da República o primeiro interessado em por tudo isso a limpo. No entanto, com a lama batendo aos seus pés, FHC esforça-se ao máximo para impedir qualquer tentativa de se criar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que apure todas as denúncias.

O medo de FHC é tanto que ele ignora até a opinião de 71% da população brasileira que acreditam haver corrupção no governo de FHC e 84% apoiam a instalação imediata da CPI da corrupção, segundo a pesquisa feita pelo DataFolha.

Somente uma ampla mobilização popular poderá romper as amarras desse governo corrupto e exigir uma CPI séria, que coloque a limpo todas as denúncias e puna os responsáveis, que não somente entregaram o nosso país ao capital internacional como também aproveitaram para se enriquecerem ilícitamente.

Veja porque FHC não quer CPI

Caso Eduardo Jorge — Acusado de estar envolvido com desvio de verbas do Fórum Trabalhista em São Paulo.

Na época, Eduardo Jorge era secretário geral da Presidência.

Leilão da Telebrás — Consta da acusação que o ex-diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, fraudou licitação que privatizaria o Sistema Telebrás para obter vantagens financeiras e patrocínio a interesses políticos. Precatórios do DNER — pagamentos irregulares, desde 1997.

Caixa dois — Concessão de benefícios à empresas de publicidade em troca de recursos para campanhas eleitorais

Dossiê Caribe — Desvio de verbas para as Ilhas Cayman, em 1994.

Desvio no FAT — Irregularidades e desvio de recursos.

Banpará — Desvio e apropriação de rendimentos em favor do presidente do Senado, Jader Barbalho.

Sudam — Fraudes em incentivos fiscais

Portos — Irregularidades em licitações e execuções de contratos nos portos de Salvador (BA) e Santos (SP).

OAS — Envio irregular de dinheiro para as Ilhas Virgens Britânicas e Suíça em favor da empreiteira OAS, financiadora da campanha de FHC à presidência, que também é acusada de fraude, crime tributário, sonegação fiscal e contas fantasmas em Salvador (BA).

Construções Irregulares — No porto de Juazeiro e no aeroporto de Salvador.

Banco do Nordeste — Irregularidades na concessão de empréstimos e financiamentos.

Pasta Cor-de-Rosa — ACM teria provas de que o Banco Econômico contribuiu ilegalmente com campanhas eleitorais do PSDB de FHC.

Energéticas — Contratos da Eletrobrás sob suspeita em relação à Eletrouclear, Furnas, Centrais Elétricas e distribuidores de energia.

Banco da Bahia — Irregularidades e desvio de recursos públicos, emissão de CPF falsos pelo governo da Bahia.

...no passado, e receber... propaganda no ar...



"Acredito que a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não se limita à questão da Reforma Agrária em si mas é também um instrumento fundamental para a distribuição de riquezas neste País tão desigual. O MST vive o incômodo das cidades, fixando o homem no campo. Conheço este trabalho há bastante tempo, já visitei assentamentos e tenho uma ligação profunda com seus ideais. Por isso, consigo perceber claramente a mudança de perfil de uma cidade onde há um assentamento: as atividades das cooperativas e a produção de alimentos transformam não só a realidade dos Sem Terra mas toda a comunidade onde eles estão inseridos."



Eu também apóio o MST e a luta pela Reforma Agrária

Zé Geraldo - cantor e compositor

O MST responde à propaganda do governo. Cada bloco de texto tem uma retícula de cor diferente no fundo. Os títulos estão em vermelho (edição original em cores)

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

ANO XIX - Nº 204
SETEMBRO/OUTUBRO
2000
R\$ 1,50

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR

A REFORMA AGRÁRIA ESTÁ PARADA



Testos de agricultores gaúchos em Porto Alegre durante a Vigília Nacional por terra e crédito

Cresce a organização e a luta do Movimento dos Pequenos Agricultores

Balanco das mobilizações e atividades do 6º Grito dos Excluídos

págs. 12 e 13

Emir Sader explica o capitalismo e o imperialismo norte-americano

págs. 4 e 5

A foto é emblemática e dá toda a mensagem (página original em cores)

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR

ANO XIX - NÚMERO 209 - ABRIL 2001 - R\$ 1,50

A sociedade brasileira exige CPI da corrupção

Embaixador

JOEDSON ALVES AE

Samuel Pinheiro

A Alca é
prejudicial
ao Brasil

Págs. 4 e 5

Bispo Luís Flávio Cáprio

Denúncia da
política agrária
do governo

Pág. 11

Internacional

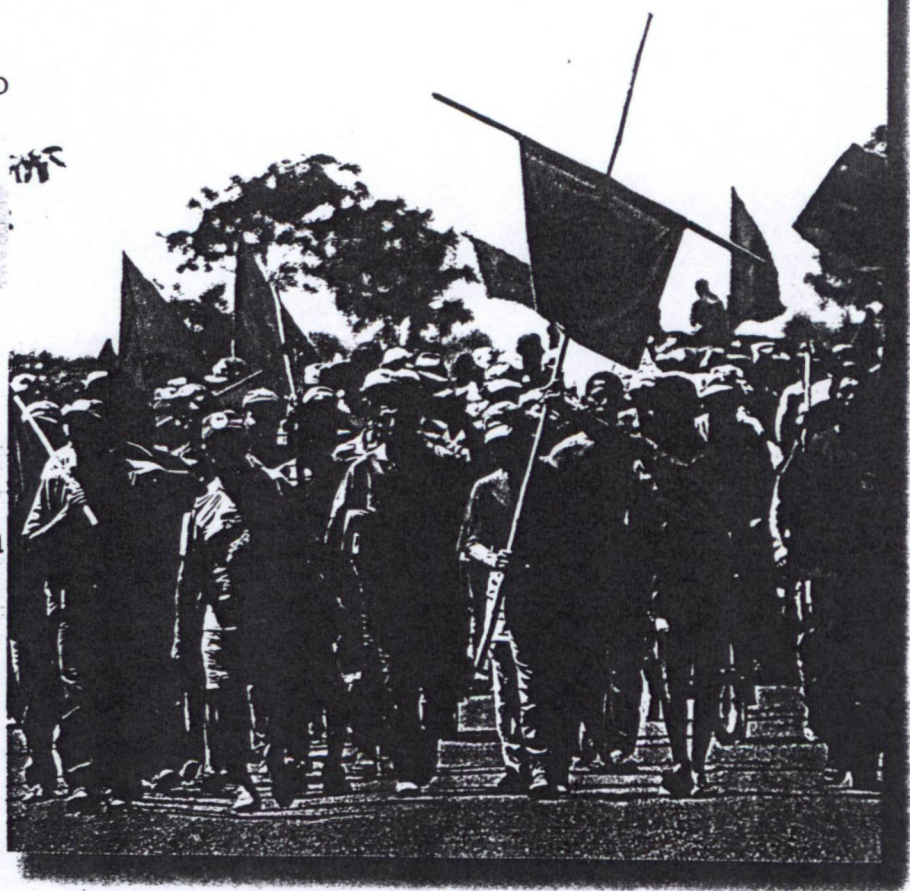
Paraguai

Camponeses
protestam contra
o neoliberalismo

Pág. 13

Os falcatruas do governo FHC

O povo assiste todos os dias, cenas deploráveis de acusação de suborno, corrupção e todo o tipo de escândalo que envolve inclusive o presidente FHC. Leia mais nas páginas 8 e 9.



Trabalhadores rurais sem terra em passeata rumo a fazenda Renascer, do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em Uruana (MG)

Bandeira e cruz, símbolos de luta e sacrifício: valores do MST (edição original em cores)

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

EM NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR ANO XIX - NÚMERO 211 - JUNHO 2001 - R\$ 1,50

Aumenta ainda mais a crise no governo FHC

CLARETO/AE



IMPERIALISMO AMERICANO

A Alca só interessa às multinacionais

Págs. 8 e 9

CHICO DE OLIVEIRA

A situação social do Brasil é explosiva

Págs. 4 e 5

INTERNACIONAL

A difícil luta do povo palestino

Pág. 13

Primeira página atípica, sem multidão e bandeiras
Exemplo único entre os números analisados (*edição original em cores*)

divulgação

calendário 2001

Ano Novo e nova Escola

Fundos arrecadados com o calendário feito pelo artista plástico Sergio Ferro serão revertidos para a Escola Nacional Florestan Fernandes que está sendo construída pelo MST.



poesia

Madrugada Camponesa

Madrugada camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia-a-dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro
vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto)
vale a pena trabalhar,
faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

Thiago de Mello

vídeo

Raiz Forte

Documentário
sobre o Movimento
dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra

42min.

VHS

R\$ 10,00



agenda MST

Agende compromissos por um novo milênio



Organize-se, anote
pensamentos, agende
compromissos e saiba
mais sobre a história
dos movimentos e
lutadores populares

14x21cm

232 páginas

R\$ 10,00

Para adquirir os produtos do MST entre em contato nas Secretarias Estaduais do MST, internet: www.mst.org.br, correio eletrônico anca@cidadanet.org.br ou telefax (11) 3361-3866.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

IMPRESSO

A contra-capa é um espaço "publicitário" usado para anunciar produtos e, principalmente, para reafirmar o calendário de lutas, chamando para mobilizações, encontros, congressos e outros eventos de massa (edição original em cores)

PUNIÇÃO AOS ASSASSINOS DE CARAJÁS!

LDORADO DOS CARAJÁS CINCO ANOS DE IMPUNIDADE



FOTO: JOAO RIPPER

poesia

“Os Dias da Comuna” “Resolução”

Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram
Suas leis, para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

Considerando que ficaremos famintos
Se suportarmos que continuem nos roubando
Queremos deixar bem claro que são apenas vidraças
Que nos separam deste bom pão que nos falta.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

Considerando que existem grandes mansões
Enquanto os senhores nos deixam sem teto
Nós decidimos: agora nelas nos instalaremos
Porque em nossos buracos não temos mais
condições de ficar.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

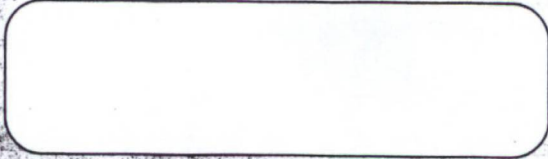
Considerando que está sobrando carvão
Enquanto nós gelamos de frio por falta de carvão
Nós decidimos que vamos tomá-lo
Considerando que ele nos aquecerá
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

Considerando que para os senhores não é possível
Nos pagarem um salário justo
Tomaremos nós mesmos as fábricas
Considerando que sem os senhores, tudo será
melhor para nós.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

Considerando que o que o governo nos promete sempre
Está muito longe de nos inspirar confiança
Nós decidimos tomar o poder
Para podermos levar uma vida melhor.
Considerando: vocês escutam os canhões
Outra linguagem não conseguem compreender -
Deveremos então, sim, isso valerá a pena
Apontar os canhões contra os senhores!

BERTOLD BRECHT
Tradução de Fernando Peixoto

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA
Alameda Barão de Limeira, 1232 - Campos Elíseos
CEP 01202-002 - São Paulo/SP



IMPRESSO

Esta mesma imagem foi publicada na edição de março de 2001. A repetição de fotos é constante, demonstrando a precariedade do arquivo de imagens do Jornal Sem Terra. A foto é preto-e-branco, mas os títulos foram editados em amarelo e vermelho

A gravidade da crise no governo FHC

A sociedade brasileira vive momentos muito difíceis. Vários indicadores econômicos e sociais comprovam a gravidade da crise. Vejamos:

1- O aumento da dependência do exterior

Nos últimos cinco anos o déficit comercial acumulado, ou seja, a diferença entre o que importamos e o que exportamos atingiu nada menos do que 130 bilhões de dólares. Isso equivale a 22% de tudo o que produzimos. Na década de 90 entraram no país em torno de 500 bilhões de dólares em investimentos de capital estrangeiro. Mas isso não significou mais fábricas, mais empregos. Foi apenas a desnacionalização das empresas públicas e grandes empresas brasileiras que passaram para o controle estrangeiro.

2- Concentração de renda e riqueza

Estudo recente da Unicamp com base em dados oficiais revelam que apenas 15% da população mais rica aumentou sua riqueza e renda. Além disso, esses mesmos 15% de privilegiados controlam quase 50% de tudo o que se produz no país. Outros 15% , a classe média, ficou igual. No entanto, 75% da população diminuiu sua renda e suas condições de vida.

3- A crise energética

O governo privatizou as empresas de energia e entregou seu controle para grupos estrangeiros que apenas querem lucro fácil e não investiram um centavo em seis anos. Resultado: está faltando luz. E o governo, em vez de penalizar as empresas, cobra sacrifício e tarifaço da população.

E pior, anuncia descaradamente que o mesmo poderá acontecer com o fornecimento de água potável, apesar do Brasil possuir as maiores bacias de água doce do planeta.

4- Os resultados sociais

Os resultados sociais dessa política econômica desastrosa e entreguista está visível nas ruas. O desemprego atinge quase todas as famílias. Há um desânimo. O poder aquisitivo diminuiu. Na agricultura há um desânimo completo dos pequenos agricultores que não vêem mais futuro em sua atividade. E a violência aumenta a cada dia nas cidades. A revista Carta Capital fez uma comparação dos níveis de violência nas grandes cidades do mundo. Em Roma, foram assassinadas 26 pessoas, no ano passado, 360 em Paris, 1.200 em Washington, e nada menos do que 11.200 na grande São Paulo. É o retrato da falência desse sistema.

Quais as saídas?

Com o diagnóstico e a descrição da situação todos concordam. Mas a questão-chave não é apenas descrever os males. É preciso descobrir suas causas para acertar os remédios. As causas fundamentais dessa crise são:

a) O governo FHC adotou um modelo econômico que subordinou totalmente a economia e a sociedade brasileira aos interesses do capital estrangeiro, em especial dos bancos, o chamado capital financeiro.

b) O governo FHC entregou a política econômica para o FMI e o Banco Mundial, que indicaram pessoas de sua confiança para aplicar sua vontade no Brasil. Pedro Malan (ex-funcionário do BID), Arminio Fraga, com nacionalidade norte-americana e ex-funcionário de



George Soros, e Francisco Gros, presidente do BNDES, ex-diretor do Nation Bank, em Nova York.

O governo FHC é um mero capataz dos interesses norte-americanos. É um pró-Cônsul do império americano, como denunciou a professora Maria da Conceição Tavares.

Por isso, nosso país precisa de mudanças radicais. Precisa de um novo modelo que reorganize a economia em função das necessidades do povo brasileiro. Que suspenda o envio de recursos para o exterior e controle o capital especulativo, financeiro, que consome 64% de todo o Orçamento da União. Que volte a ter controle sobre as empresas estratégicas de energia, telefonia e minérios. E garanta trabalho, terra, moradia digna e escola pública de qualidade a TODOS os brasileiros.

Enquanto o povo brasileiro não conseguir reunir forças para impor esse novo modelo, infelizmente a crise econômica, social e moral só tende a se agravar.

Direção Nacional do MST

Legítima luta

Tenho acompanhado as lutas do MST pela Reforma Agrária nesta republiqueta das capitânicas hereditárias e dos latifúndios improdutivos. Nos últimos quatro anos tenho recebido o Jornal Sem Terra, que se apresenta como um veículo de comunicação social da maior relevância, sob todos os aspectos. O Jornal passa por muitas mãos, conquistando apoios e a solidariedade nesta legítima luta dos trabalhadores rurais.

Gilberto Araújo - Presidente da Associação dos Usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte.
Belo Horizonte - MG

Ternura

Parabenizo-lhes pela publicação do Jornal Sem Terra. Acredito que é somente com esta luta que a Reforma Agrária justa e solidária acontecerá no Brasil. Não percam jamais a ternura!

Célio Borba
Curitiba - PR

Homenagem aos sem terra

Gostaria de parabenizar o trabalho de vocês. Adorei o JST de março. É muito bonito a bravura deste jornal, que leva a comunicação, expressão, arte, educação e interação social. Sou artista plástico e há cinco anos trabalho com esculturas. E, de 5 a 20 de julho, estarei realizando uma exposição no teatro Iderb "TVE", e vou dedicar duas esculturas em ferro aos sem terra. É uma homenagem aos trabalhadores rurais que lutam nesse país.

Denis Sena
Salvador - BA

Interesse pelo JST

Através do sindicato dos trabalhadores rurais de minha cidade tive a oportunidade de ler o Jornal Sem Terra. Me interessei muito porque ele traz a verdade sobre a política brasileira e coisas que os pobres não têm acesso nos grandes meios de comunicação porque eles escondem a verdade.

Flávio da Silva
Divino - MG

frase do mês

"O Brasil é o modelo para o poder. Mas também há aqui um contra-poder com uma força imensa."

Eduardo Galeano, escritor uruguaio

SEMTERRA

Editor: Milton Viana. Redatores: Daniela Stefano. Reportagens: Marcel Congo (MS), Leticia Barqueta, Dionei Bruckner (PR), Milena Justino e Josenildo (CE), Cláudio Torres (RN), Janete de Souza (PE), Elie Melo (PA), Maria Lúcia (PI), Adairton Monteiro e Antonio Araújo (BA), Caralé Bonessa (SP), Marcos Antônio da Cruz (GO), Vanessa Serra (MA), Nagel Machado (AC), Zé Roberto (ES), Rogaci Stabile e Cristiane Campos (RS), Denilson Gomes de Lima (FHA), Ivandro Sá (PB), Lúcia Peleto (MT). Colaboradores: Carlos Rogê e Rogério Chaves. Jornalista responsável: Milton Viana. Distribuição: Elie Melo e Zé Roberto. Fotótipo e Impressão: Carta-Pacheco Serviços Gráficos e Editora Ltda. Tiragem: 30 mil exemplares. Redação: Alameda Bardo de Lins, 1232 - CEP: 01202-002 São Paulo - SP. Telefone: (011) 5501-2000. Fax: (011) 5501-2001. E-mail: semterra@semterra.org.br. Página na internet: www.semterra.org.br

Assassinados dois militantes do MST

Os companheiros Sílvio Rodrigues e Ronilso da Silva foram encontrados mortos em 31 de agosto na cidade de Aroeira, em Mato Grosso do Sul. Os militantes do MST foram vítimas da pistolagem. Ambos atuavam na Região de Rio Brilhante, na organização dos acampamentos Margarida Alves e Índio Galdino.

Em 30 de agosto, pela manhã, o pistoleiro infiltrado no acampamento, Claudiomiro Santussi, se ofereceu a levar em seu carro, os

companheiros Sílvio e Ronilso para visitar a área de Engenho Novo, que havia sido considerada improdutiva.

De acordo com a polícia, os dois ficaram com seguranças da empresa Coes por aproximadamente uma hora, tempo suficiente para que Claudiomiro comunicasse Cláudio Penhavel, o dono da empresa, em Campo Grande.

Em seguida, os militantes foram levados até a fazenda, a um quilômetro e meio da rodovia,

onde ficaram amarrados até Penhavel chegar. Quando ele chegou, Sílvio e Ronilso foram torturados e, em seguida, executados, com três tiros na parte de trás da cabeça. Na mesma noite, Claudiomiro chegou em Rio Brilhante e registrou queixa na delegacia. Feita a denúncia, ele voltou para o assentamento, permanecendo ali durante o dia. Após apurações, suspeita-se que a dona da fazenda Beco do Sossego (*Margarida Alves*) seja a mandante do crime. Seis pistoleiros, inclusive Claudiomiro, estão presos.

uma das normas criadas é que pessoas expulsas de outros acampamentos não poderiam entrar. Como havia conquistado a confiança do grupo, o próprio Sílvio defendeu que ele fizesse parte do novo acampamento.

Quando Sílvio estava, Claudiomiro vivia no mesmo barraco e era muito gentil e disponível. Tinha comprado um carro (que foi usado posteriormente na execução) e que estava à disposição do acampamento. Também havia conseguido um aparelho celular, que servia para as informações do acampamento e, por último apareceu com armas de grande porte dentro do acampamento.

Um dos coordenadores e responsável pela expulsão dele do acampamento Margarida Alves, por várias vezes orientou Sílvio sobre quem era o sujeito. Outras duas pessoas avisaram que ele vinha tendo contatos com os fazendeiro da região via celular, de dentro do próprio acampamento. Claudiomiro acabou tramando a morte de Sílvio e Ronilso.



Acampamento Margarida Alves em Rio Brilhante-MS

Garoto de 12 anos é assassinado em Rondônia

O adolescente Everson Rodrigues dos Santos, de 12 anos, foi assassinado em 26 de agosto na cidade de Ariquemes, em Rondônia. Há suspeitas de que os culpados sejam pessoas que haviam se infiltrado no assentamento.

Meses atrás, o pai de Everson, Jadir Alves Rodrigues, e outras lideranças do Assentamento Amanhecer,

em Ariquemes, denunciaram que estas pessoas estavam envolvidas com tráfico de drogas e roubos de carros. Após a comprovação e abaixo-assinado no assentamento, o Inca os expulsou. Nesta ocasião, os mesmos ameaçaram as lideranças dos assentamentos. As autoridades policiais estão investigando o caso, mas até agora ninguém foi punido.

INFILTRADO

Claudiomiro Santussi é conhecido na região por contratar e explorar pessoas a serviço dos fazendeiros. Quando as famílias acampam em Margarida Alves, ele acampou junto. Por mau comportamento e ligação com fazendeiros, foi expulso.

Após a expulsão, começou a trabalhar no assentamento em que Sílvio morava, ficando ali por mais de três meses. Quando surge o acampamento Índio Galdino,

Caso Corumbiara: parcialidade do Ministério Público

O julgamento do Caso Corumbiara, de 14 de agosto a 6 de setembro, demonstrou parcialidade do Ministério Público: os dois trabalhadores rurais que sentaram no banco dos réus foram condenados. De 12 policiais militares que foram acusados, três foram julgados culpados.

O relatório da Anistia Internacional diz que o sistema

judiciário estadual do Brasil demonstrou mais uma vez sua incapacidade para investigar e processar os responsáveis por casos graves de abuso de direitos humanos.

No massacre de Corumbiara, ocorrido em Rondônia, em 1995, dez sem terra, incluindo uma garota de 7 anos, um tenente e um soldado foram mortos.

Uma das raras fotos com barracos de lona preta

As negociações com o governo FHC

A vitória eleitoral que garantiu um segundo mandato para o governo FHC havia lhes dado uma certa empáfia para acelerar a implantação no meio rural de seu modelo agrícola norte-americano.

Esse modelo significava, em termos políticos, a idéia de que o mercado deve resolver os conflitos de terra e viabilizar os assentamentos. A expressão dessa política foi a ênfase que o governo passou a dar, no chamado "Novo Mundo Rural", no apoio ao Banco da terra, como forma de ter acesso à terra e no sucateamento do Incra e do Proterra, mesmo na nova linha do Pronaf.

Mas a parte da vontade do governo, os movimentos sociais que atuam no campo e os assentados não se deram por ven-



Agosto-2000

4

Jornal Sem Terra

cidos. Durante esse ano realizaram inúmeras manifestações contra essa política do governo.

A novidade da conjuntura foi que a política do governo e o seu modelo são tão ruins que conseguiram motivar os movimentos a mobilizarem-se contra. Assim, realizaram manifestações em março, depois em abril, por ocasião dos 500 anos, e mais tarde, em maio, com jornadas massivas nas capitais. E agora, em julho, mobilizações unitárias de protesto contra os símbolos do modelo do governo.

Graças a esse conjunto de mobilizações que foram vitoriosas politicamente porque conseguiram ser massivas, ser unitárias e nacionais, obteve-se então, um recuo do governo.

Os resultados das negociações e mobilizações que, rela-

tamos na página 5, revelam então, uma espécie de trégua. O governo teve que recuar na implantação do modelo agrícola neoliberal que penaliza a agricultura familiar e os assentados. Os movimentos conseguiram obter apenas pequenas conquistas sócio-econômicas, que representam um alívio momentâneo, mas ainda não representam a mudança de modelo econômico para a agricultura. Assim, o resultado das negociações encerra uma espécie de ciclo, de correlação de forças.

Daqui para diante, será necessário aglutinar muito mais gente, organizar muito mais povo e em primeiro lugar manter-se alerta, para garantir o cumprimento das poucas conquistas. É preciso seguir lutando para mudanças no modelo agrícola.

Esta é a única foto de autoridades, incluindo o presidente da República, publicada ao longo do ano. Um "detalhe etnográfico" é o fato dos líderes do MST estarem de roupa esporte, contrariando o protocolo. As fotos desta página foram editadas sem legendas, mas a multidão e as bandeiras fazem um contraponto ao cenário opaco do Palácio do Planalto

Homenagem a todos os lutadores do povo

Nos aproximamos da realização de nosso 4º Congresso Nacional do MST. Com certeza será mais um grande momento de encontro e confraternização de nossa

militância, que durante todos esses anos vem construindo o nosso Movimento. A luta do MST por Reforma Agrária e por uma sociedade justa, é feita de sacrifício: passamos fome, andamos a pé de acampamentos para assentamentos, por muitas vezes ficamos dias longe de nossa família por sermos perseguidos pela polícia ou por jagunços a mando de algum fazendeiro. Porém, jamais desistimos da nossa luta. Muitos foram os que tombaram nesse árduo caminho. Ou pela mão assassina dos poderosos ou pelas fatalidades da vida. Mas não desanimamos e nunca perdemos a nossa alegria. E todo esse entusiasmo e alegria é visível ao cortamos a cerca de mais um latifúndio, ao vemos a terra conquistada dando frutos e as famílias felizes ao ver os seus filhos

• crescerem e serem educados por uma nova pedagogia libertária.

Durante estes nossos 16 anos de construção muitos companheiros e companheiras tombaram e deixaram o seu sangue umedecer a terra, para dela brotar o novo. Não os veremos no Congresso, mas os sentiremos

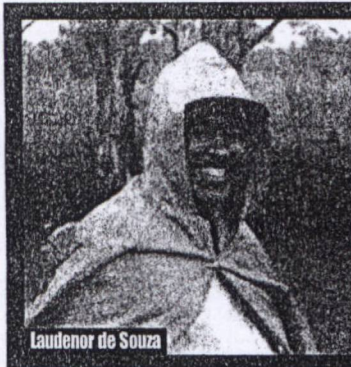
presentes em nossos orações, ao levantar o punho erguido quando cantarmos nosso hino, em nossa mística presentes, sempre presentes...
Trazendo

presente os nomes de alguns companheiros que tombaram, queremos homenagear a todos os lutadores do povo, para dizer que nunca os esqueceremos e seus exemplos de luta serão seguidos. Até a vitória, sempre!

Oziel (PA), Roseli (RS), Padre Josimo (MA), Salete (PR), Laudenor (SP), Dorcelina (MS), Antônio Tavares (PR), Geraldo Garcia (MS), Penha (PA), Ireno (PR), Fusquinha (PA), Dotor (PA), Dracheski (SC), Geraldo Pereira (MT), Lenilson (AL), e tantos outros companheiros de luta....



Geraldo Garcia e Dorcelina



Laudenor de Souza



Roseli Nunes



Oziel Alves



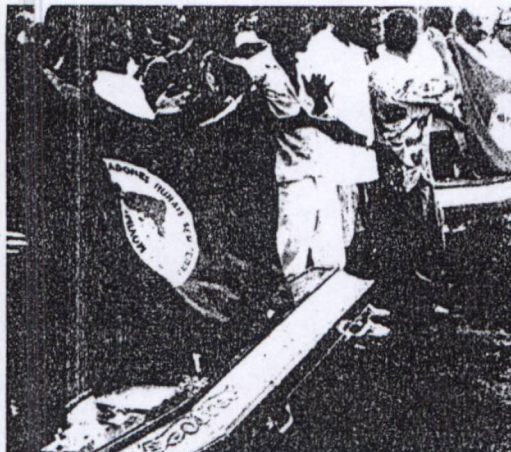
Salete Strozake



Ireno Fausto



Fusquinha



Julho-2000



Eldorado dos Carajás

Jornal Sem Terra

Fotos de militantes mortos dispostas em cruz "plantada" sobre imagens do massacre de Eldorado dos Carajás: a luta é feita de sacrifício

Desapropriação sai somente depois de assassinato de sem terra

Ea história se repete, como diz a canção. Na luta por um pedaço de chão, o sangue de mais um companheiro foi derramado. Francisco Aldenir Pinto Mesquita foi morto aos 28 anos, na luta, no Dia do Trabalhador Rural. Passados pouco mais de dois meses do seu assassinato, sai a desapropriação dos 932 hectares da terra com a qual ele sonhou.

Especialmente para as 30 famílias do acampamento que hoje leva o seu nome, a notícia traz ares de alegria e tristeza. Alegria pela vitória que já brilha no horizonte. A tristeza de saber que foi preciso a morte brutal de um companheiro para que se apressasse o passo e se fizesse o que já deveria estar feito há tempos.

O assassinato de Aldenir foi conseqüência de uma série de fatos que, por si só, conspiram contra a organização dos trabalhadores e a favor dos latifundi-

ários – processos de desapropriação emperram, graças à velha e generosa burocracia; vitórias custam a ser realizadas e quando são feitas, erros gritantes são cometidos; os crimes praticados contra trabalhadores rurais facilmente são punidos.

CLIMA TENSO

Há seis anos não era registrado o assassinato de nenhum trabalhador rural no Estado do Ceará. Mas, ao contrário do que se pode imaginar, isto não significa que houve tranqüilidade no campo no decorrer destes anos.

A falta de seriedade e eficiência do Incra e dos governos Estadual e Federal no trato com a Reforma Agrária aumenta a tensão entre latifundiários e sem terra, por prolongar os conflitos. Os fazendeiros aumentaram a contratação de pistoleiros para matar lideranças dos trabalhadores depois que os oficiais da PM

foram absolvidos no caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, Pará, e Corumbiara, Rondônia. Somente nestes dez meses do ano, foram mortos dez trabalhadores ligados ao MST.

No acampamento da fazenda Lagoa do Serrote, em Ocara, o clima permanece tenso, pois os trabalhadores continuam

sendo ameaçados. A mandante do crime, o seu capataz e os três pistoleiros contratados continuam livres. A luta pela conquista da terra não se encerra com a desapropriação. A ela, soma-se agora a que exige a condenação de todos os envolvidos no assassinato do companheiro Aldenir.



Os jagunços chegaram, executaram Aldenir, refizeram a cerca e foram embora

Acampado do MST sofre tentativa de homicídio

Localizado no município de Vargem Grande, a 170 quilômetros da capital do Maranhão, o acampamento Placa se encontra numa situação de tensão e medo constante. Em 18 de outubro, os sem terra foram surpreendidos por seis pistoleiros, disfarçados de vendedores de rede. Dois deles pediram abrigo na casa do agricultor João Batista Rodrigues Nascimento, almoçaram e per-

maneceram até às 19 horas. À noite, este mesmo acampado recebeu um chamado para trocar um dinheiro, ao sair recebeu três tiros nas costas.

Socorrido pelos próprios trabalhadores da região, foi levado às pressas para o hospital do município e este o encaminhou de ambulância para o Hospital Socorrão II, no bairro da Cidade Operária em São Luís.

Há mais de sessenta anos existem conflitos na região. Os

sem terra que lá moram cultivam arroz, mandioca, feijão e outros produtos de pequena produção. A fazenda Placa, de aproximadamente 6 mil hectares, é de propriedade do empresário Willian Nagem. Há dois meses, estes trabalhadores procuraram o MST para que, de forma organizada, entrassem com o pedido de desapropriação de terra.

A partir desta iniciativa, houve muitos desafetos. O pa-

gamento de Fórum (pagamento pelo uso da terra por produção agrícola ao dono da terra), antes feito pelos agricultores, foi suspenso após o primeiro contato com o Movimento. Há suspeitas de que o gerente da Fazenda Wilson Leite, conhecido como Wilsinho, seja o mandante do crime. Dois pistoleiros envolvidos já estão presos na Delegacia do município de Vargem Grande.

Esta é uma das únicas fotos, ao longo do ano, mostrando a violência direta contra os militantes. O registro foi feito porque, coincidentemente, uma equipe da revista *Caros Amigos* estava no acampamento no dia do assassinato

Por um Brasil sem latifúndios



Emir Sader, sociólogo e professor universitário:

“Estar no Congresso do MST é estar do lado certo do País. Não só porque luta pela terra, mas porque questiona e confronta o capitalismo”



Agosto-2000

Na abertura do Congresso Nacional, os líderes do MST integram a mesa, mas aparecem pouco. Nas outras fotos (sobrepostas) a multidão e a mística (*página original em cores*)

MST RUMO AO 4º C

Com o objetivo de contribuir para a compreensão do lema:

Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio e para seguirmos firmes rumo ao 4º Congresso Nacional do MST, que acontece de 7 a 11 de agosto, em Brasília, o Jornal Sem Terra elaborou uma síntese da cartilha *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!*, para auxiliar os companheiros e companheiras nos debates e na preparação do nosso Congresso. Dividida em duas partes, a cartilha aborda a realidade agrária brasileira e o MST e seus desafios históricos. Portanto, fica a certeza: é impossível desenvolver o país sem fazer Reforma Agrária e sem acabar com os latifúndios.



Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio

A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA

1. A LUTA CONTRA O MONOPÓLIO DA TERRA NO BRASIL

O monopólio da terra é o resultado histórico do poder exercido pelas classes dominantes e legitimado pelos diferentes governos sob os mais variados regimes políticos durante a história do Brasil. Por exemplo, no período colonial favorecia a nobreza portuguesa, hoje favorece os grandes capitalistas brasileiros e estrangeiros. Assim a luta pela terra adquire qualidade e dimensão muito diferente daquelas realizadas anteriormente na história do Brasil. As classes dominantes no Brasil estão entrelaçadas no campo e na cidade e o denominado latifúndio não está mais simplesmente na mão de famílias e ou de pessoas que exerciam seu poder pessoal através do governo. Hoje o complexo agropecuário-comercial-bancário-industrial, integrados aos grandes grupos econômicos é quem exercita o poder de classe e assim mantém o monopólio da terra no Brasil. Por isso a Reforma Agrária é uma luta contra o conjunto da classe dominante. Ao contestarmos o poder político, econômico e social, estamos, indiretamente, contestando o poder das classes dominantes.

2. NÃO SE FAZ REFORMA AGRÁRIA SEM DESAPROPRIAR AS GRANDES FAZENDAS

A questão agrária é principalmente uma questão política. E con-

siste, necessariamente, em uma disputa entre as forças que defendem interesses contrários. E uma das formas de se travar esta disputa é no plano ideológico. Os opositores da Reforma Agrária querem transformá-la numa questão técnica. Com isso querem que a opinião pública pense que o importante é aumentar a produção e desenvolver novas tecnologias de plantio. Não devemos aceitar este debate. A melhor forma é debater a necessidade de mudança do poder econômico, social e político no campo, como condição para acabar com a exploração e vencer a pobreza. E dessa forma não há dúvida de que o tamanho da propriedade passa a ser, obrigatoriamente, uma causa central para a desapropriação. Porque as grandes propriedades dão um poder econômico, social e político, enorme que faz o fazendeiro dominar a região.

3. O MODELO AGRÍCOLA DO GOVERNO INVIABILIZA A VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA

O modelo das elites é a total subordinação ao capital financeiro internacional. Na agricultura aplicam o modelo norte-americano que é essencialmente a implantação de grandes fazendas de grãos para exportação, o controle do mercado interno agrícola pelas grandes empresas multinacionais e o desaparecimento da agricultura de subsistência. As conseqüências deste modelo são o aumento da concentração da terra e da renda e o aumento da importação de produtos agrícolas com o controle das multinacionais.

Símbolo maior do MST, a bandeira aparece inúmeras vezes no ponto áureo das imagens. Nesta foto ela ainda está colocada num plano bem superior ao dos manifestantes e contra o céu, numa alusão de supremacia

RIO GRANDE DO SUL

Abatedor aumenta renda de famílias assentadas

A Coopan (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita) do assentamento Capela, em Nova Santa Rita, inaugurou no dia 4 de junho um abatedor de suínos com capacidade para abater 30 suínos por dia. Segundo Emerson Giacomelli, assentado e presidente da Cooperativa, com o abate no próprio assentamento, o valor agregado é 30% menor. "O objetivo é avançar com o funcionamento de agroindústria no assentamento, mas por enquanto o grande desafio é aumentar a produção com a estrutura já existente e diminuir os custos", diz Giacomelli.

O Vice Governador do Estado Miguel Rosseto, o Secretário da Agricultura José Hermeto Hoffman e os deputados Adão Pretto e Dionilso Marcon, este assentado e sócio da Coopan, estiveram presentes no ato de inauguração.

FARMÁCIA VERDE UNE CONHECIMENTO POPULAR E CIENTÍFICO EM ASSENTAMENTO

Os assentados da região de Jóia (RS), estão desenvolvendo uma horta de plantas medicinais como parte do programa Farmácia Verde. O projeto prevê ainda a implantação de um laboratório para o processamento e transformação de plantas em remédios e pomadas.

Segundo Elizeu Pires, do setor Estadual de Saúde, os objetivos do programa são resgatar o conhecimento popular associado ao conhecimento científico, protegendo a biodiversidade, já que todo processo de produção é orgânico.

O programa tem duração prevista para três anos. Porém o convênio que

aceleraria o programa ainda não foi assinado, assim todas ações vêm sendo feitas com recursos próprios do MST. A meta é atingir 10 hectares.

EDUCADORES E EDUCADORAS SE REÚNEM NO I ENEJA/SUL

O I Eneja/Sul (Encontro de Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos da Reforma Agrária) reuniu cerca de 270 pessoas dos Estados da região Sul, de 4 a 8 de Junho, em Itaara (RS). Os participantes discutiram, entre outros temas, o desenvolvimento rural e a pedagogia do MST. Colaboração nas discussões César Benjamin, Roseli Caldart e Sebastião Pinheiro, entre outros. Foram realizadas várias oficinas.



O I Eneja/Sul teve o apoio da Secretaria de Estado da Educação e contou também com a participação de educadores do MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos).

Para Marli Zimmermann, do Setor de Educação/RS, os resultados foram positivos, tanto que já pensamos em realizar novos encontros nos próximos anos nos outros Estados da região Sul".

PERNAMBUCO

MST perde militante em trágico acidente

O companheiro Eugênio Hojas Hojas faleceu, no dia 21 de junho, vítima de acidente na Estrada dos Vermelhos, conhecida como Estrada da Reforma Agrária — essa estrada liga os assentamentos da região do Sertão do São Francisco.

No dia 18 de junho, quando vinha do Assentamento Catalunha, o companheiro Eugênio perdeu o controle da moto e caiu dentro de um buraco. Como o companheiro estava sem capacete a parte mais atingida foi a cabeça; teve traumatismo craniano. O companheiro foi levado para um Hospital em Petrolina, especializado nesse

tipo de trauma, que exigiu um cheque no valor de R\$ 8 mil como pagamento garantia (cheque calção). Mas, como não tinha cheque, o Eugênio foi encaminhado para o Hospital Público Dom Malan, onde ficou em coma por três dias. Infelizmente, na madrugada do dia 21, o companheiro Eugênio não resistiu e faleceu.

O companheiro Eugênio Hojas Hojas era mais conhecido e carinhosamente chamado de colombiano, por ser natural do nosso país vizinho, Colômbia. Atualmente ele prestava assistência técnica — a mais de dois anos — no Assentamento Catalunha, localizado no município de Santa Maria Boa Vista, no Sertão de

Pernambuco. Colombiano era um companheiro disposto, que estava dando uma grande contribuição na organização do maior assentamento do Estado onde estão assentadas 800 famílias. Para todos nós do MST, foi uma grande perda.

No dia 26/06 o corpo do companheiro Colombiano, foi transferido para a Colômbia país de sua nacionalidade, a pedidos de seus pais. Colombiano faleceu aos 36 anos era casado e deixou uma filha. Antes de prestar assistência técnica ao MST, Colombiano já fazia esse trabalho na Catalunha para a OAS empresa de Antônio Carlos Magalhães, antigo dono da referida fazenda.

Embora a qualidade técnica das fotografias muitas vezes seja questionável, elas passam suas mensagens. Esta imagem mostra o momento em que os participantes entoavam palavras de ordem com os punhos erguidos, um gesto típico da militância e um sinal de unidade

Justiça condena presos políticos em São Paulo

No dia 5 de julho, a Justiça do Estado de São Paulo, através da juíza Ana Cristina Paz Neri, decidiu condenar os seis presos políticos do MST a 8 anos de prisão. Os trabalhadores que estavam detidos desde o dia 10 de novembro do ano passado, em Boituva (SP), após participarem de uma manifestação na Rodovia Castelo Branco, no Dia Nacional de Paralisação e Protesto convocado pelo Fórum de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania, são acusados pela destruição do pedágio local.

Cerca de 400 pessoas participaram do protesto no pedágio da Castelo Branco. Durante o ato,

Companheiros presos recebem visitas. A partir da esquerda: Elvis, Juarez Soarez, Valquimar, Zé Geraldo, Benedito e Hamilton Pereira. No detalhe: Odair



Foto: Arquivo JF

os ônibus. Encontraram apenas bandeiras e faixas. Três ônibus foram levados para a delegacia de polícia de Boituva. Após todas as revistas, prenderam 6 trabalhadores e foram acusados de incêndio, roubo e dano.

No decorrer do processo foram ouvidas 10 testemunhas da acusação e 7 da defesa. Na sentença, publicada no dia 5 de julho a juíza Ana Cristina Paz Neri decidiu condenar Benedito Ismael Alves Cardoso a 10 anos de prisão em regime fechado. Os outros trabalhadores foram condenados a 8 anos de prisão, também em regime fechado. A juíza fundamentou a sentença dizendo

ria e algumas cabines foram quebradas. Com o tumulto, os tapamentos. A Polícia Militar foi chamada e alcançou os ônibus

DIREITOS HUMANOS

Decisão política mantém trabalhadores presos

Nos próximos 30 dias, a juíza Ana Cristina Paz Neri irá julgar a questão dos trabalhadores Edmar Pereira, Valquimar Reis, Elvis Vieira, Rosalino Bispo, Odair Moraes e Benedito Ismael, que foram presos em 10 de novembro de 1999. Ele participaram de um protesto realizado próximo a um pedágio no quilômetro 100 da Rodovia Castelo Branco. Em seguida, os ônibus seguiram viagem rumo ao acampamento, quando foram barrados pela polícia militar que realizou vistorias e prendeu os seis trabalhadores. Apesar de não existirem provas, eles estão sendo processados sob a acusação de terem praticado roubo, incêndio

A saída, neste momento, é a mobilização popular. Se faz necessário organizar visitas de autoridades, personalidades, artistas e religiosos para que possam falar com a juíza. Também é fundamental o apoio de todos para que enviem fax e abaixo-assinado aos seguintes endereços:

Dra. Ana Cristina Paz Neri
Juíza da Vara Distrital de Boituva – Comarca de Porto Feliz – Fax: 55-15-263-2120

Dr. Belizário dos Santos Jr.
Secret. da Justiça e Defesa da Cidadania SP – Fax: 55-11-3107-8243

Sr. Mário Covas
Governador SP – Fax: 55-11-3874-6766 ou 3764-6999



Companheiros presos recebem visitas. A partir da esquerda: Elvis, Juarez Soarez, Valquimar, Zé Geraldo, Benedito e Hamilton Pereira. No detalhe: Odair



Fotos repetidas denotam falta de arquivo ou deficiência de profissionais. A imagem acima foi publicada em julho e a de baixo em junho de 2000, páginas 8 e 19, respectivamente

A impunidade dos altos escalões da repressão

Dos 337 tenente-coronéis, coronéis e majores da PM do Estado de São Paulo denunciados em 1998 e 1999 somente seis oficiais foram punidos, sendo que foram de fato abertas apenas 14 investigações do total de denúncias. A impunidade diminui um pouco quando se trata de capitães, tenentes e aspirantes: de um total de 731 oficiais denunciados, 75 foram punidos, tendo sido realizadas 180 investigações. Já com relação aos soldados, cabos e sargentos da PM, "somente" 383 denúncias não foram investigadas.

IMPUNIDADE



Perseguição política

O ativista francês contra a globalização, José Bové, que comandou a destruição de uma loja McDonald's na Europa, em agosto de 1999, foi condenado pelo ato a uma pena de três meses de prisão por um tribunal da França. Enquanto isso, no Brasil, os seis membros do MST que participaram de ato contra os pedágios, foram condenados a penas de cerca de 10 anos de prisão.



A corrupção no Brasil de Fernando Henrique

**CORRUPÇÃO?!
ONDE?**



De acordo com o "índice de corrupção" pesquisado pela organização Transparência Internacional, o Brasil passou da 36ª colocação para o 49º lugar entre os 90 países analisados. Fraudes nas privatizações, fraudes nas votações do Congresso, fraudes nas licitações públicas, protecionismo, achques, chantagens, entre outros problemas do gênero, vem sendo o pão de cada dia dos brasileiros nos anos FHC, sendo todas as tentativas de investigação desses casos bloqueados pela Presidência da República.

FHC: a propaganda é a alma do governo

Os números divulgados por Janio de Freitas, em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo em 13/9/00 demonstram o que o MST tem dito insistentemente; esse governo não faz Reforma Agrária e não tem compromisso com o povo. De acordo com o artigo, a relação dos investimentos governamentais até o final de agosto, apresenta a aplicação de apenas 8,7 milhões de reais dos 132,4 milhões de reais autorizados para a Reforma Agrária. Ou seja, apenas 6,6% do que deveria. O percentual aplicado não alcançou nem 10%, em oito meses, do total estabelecido pelo Orçamento para este ano. Por outro lado, só nos oito primeiros meses do ano, foram gastos pelo governo 146 milhões em publicidade. Esse valor corresponde aos investimentos feitos no mesmo período em saúde (69 milhões de reais), educação (55 milhões de reais) e ciência e tecnologia (22 milhões de reais). Ou seja, com outra conta constatada-se que FHC gastou em publicidade o equivalente a 17 vezes o que investiu em Reforma Agrária. Por outro lado o Ministério da Defesa destaca-se por receber excepcionais 250 milhões de reais em investimentos. Conforme levantamento publicado pelo jornal Folha de S.Paulo, o governo de FHC gastou R\$ 146 milhões em publicidade nos primeiros 8 meses do novo mandato presidencial. Trata-se da mesma quantidade de "investimentos" feitos nas áreas de Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia somados.

Alimentos transgênicos

De acordo com o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) e Greenpeace, os seguintes alimentos foram identificados com ingredientes transgênicos:

- Bac'Os, da Gourmand
- Shake Diet, da Olvebra

- Cup Noodles da Ajinomoto
- Knorr, da Refinações de Milho Brasil
- ProSobee, da Bristol-Myers Squibb
- Salsichas Viena, da Swift Armour

- Supra Soy, da Josapar
- Nestogeno com soja, da Nestlé
- Bac'On, da McCormick & Co
- Soy Milke, da Olvebra
- Batata frita Pringles, da Procter and Gamble

A impunidade do capital

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, apresentou mapa da sonegação no Brasil, revelando que 209 empresas não pagaram Imposto de Renda em 1998, tendo sido responsáveis, porém, por um movimento, individual, de mais de R\$ 100 milhões nos bancos. Quanto às pessoas físicas milionárias, 201 brasileiros que realizaram movimentação bancária superior a R\$ 10 milhões não fizeram declaração ou se declararam isentas do IR. Apesar das evidências de crime, Maciel disse que não pode abrir processos de investigação porque a lei não permite a utilização das informações.



A Alca só interessa aos EUA e às multinacionais

O professor James Petras vive recentemente no Brasil. Biólogo e professor da Universidade de Nova Iorque, ele é um especialista em América Latina. Entre as diversas palestras e participações no Tribunal Nacional que julgou os crimes do latifúndio e do agrário do Paraná, James Petras esteve falando da situação atual nacional e fez uma análise conjuntural, em especial, da economia dos Estados Unidos. Quando o professor, a economia norte-americana dá passos largos para um fim da recessão. E o que se vê nos meios acadêmicos americanos é apenas o tamanho da profundidade da recessão e se o governo vai adotar uma política de combate ao prazo com remédios baratos ou se vai adotar uma política de ir diluindo as consequências da recessão por um período maior. Entretanto, James Petras acredita que, independente do tamanho da profundidade e do tempo de recuperação, o governo dos Estados Unidos continuará com uma estratégia de defesa dos interesses norte-americanos baseados nas seguintes teses:

de Taiwan e apoia a província com armas modernas.

2) TRANSFORMAR O MERCADO DAS TRÊS AMÉRICAS EM MERCADO ATIVO NORTE-AMERICANO.

A soma da população das três américas atinge quase 800 milhões de habitantes. O objetivo norte-americano é tornar esse mercado cativo das empresas norte-americanas para aumentar sua taxa de lucro e garantir competitividade frente às empresas europeias e asiáticas.

3) DOLARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS

O déficit comercial norte-americano atinge mais de 400

bilhões de dólares por ano. Essa diferença é custeada pela emissão do dólar e sua utilização no comércio internacional. Mas isso apenas não basta. É preciso que um número crescente de países da periferia norte-americana passe a adotar o dólar como moeda nacional. E assim vai se diluindo para os povos latino-americanos os efeitos perversos da existência de mais moeda do que bens.

É sintomático que além de Porto Rico e Panamá, que já funcionavam como colônias econômicas dos norte-americanos, agora já tenham imposto o dólar também para o Equador, El Salvador, e a Argentina que utilizam com livre circulação.

4) O CONTROLE DA BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

A biodiversidade que existe na Amazônia é a nova fonte de riqueza desse século e do futuro. A Amazônia detém 80% das variedades vegetais e animais do mundo. O futuro da indústria da biotecnologia e farmacêutica depende desse controle.

Por isso, os Estados Unidos estão de olho na possibilidade de terem acesso. Esse é o principal objetivo do Plano Colômbia: garantir presença norte-americana na Amazônia. Já conseguiram uma base aérea no Equador e sua presença na Colômbia é cada vez maior e menos disfarçada. E suas atitudes de provocação contra o governo de Hugo Chaves na Venezuela são cada vez mais preocupantes.



FOTO: TASSO MARCELO/AG

ESTIMULOS COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL

convencer a opinião americana de voltar a fazer investimentos nessa área o americano está estimulado da guerra fria, agora China. Daí suas provações bombardeado a emissões na Jugoslávia e de espionagem em ternos. Além disso, recebeu um tratamento especial o governo

Quem ganha e quem perde

A melhor forma de compreender as implicações econômicas e políticas da presença dos Estados Unidos na América Latina é a partir da perspectiva de saber quem ganha e quem perde. Os principais beneficiários do lado norte-americano foram os "quatro cavaleiros": exportadores, investidores (fabricantes e outros), banqueiros

(e especuladores financeiros) e empresários (arrecadadores de royalties). Cada um dos quatro cavaleiros opera num mercado específico, capaz de captar os altos benefícios gerados pelas atividades realizadas através das vantagens proporcionadas pelo crescimento dos sistemas de mercado politicamente induzidos.

Comércio

Para os exportadores norte-americanos, a América Latina era uma região-chave no mercado mundial. Mais de 20% das exportações das maiores 80 empresas norte-americanas são para a América Latina. Paralelo ao comércio empresarial dos EUA, as principais empresas norte-